

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

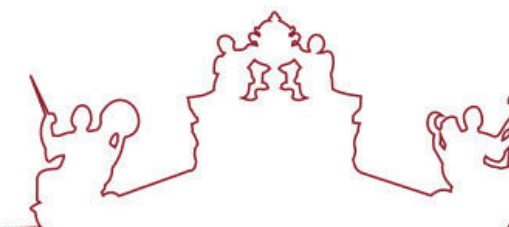
Dissertação

**Ermidas do concelho de Portel: um contributo histórico,
arquitetónico e fotográfico**

Raquel de Jesus Dias Mendes

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

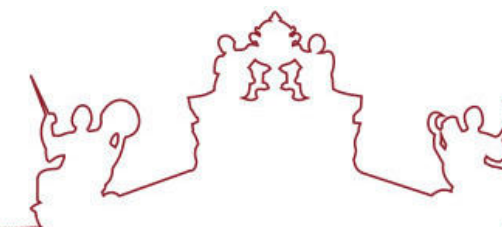
Dissertação

**Ermidas do concelho de Portel: um contributo histórico,
arquitetónico e fotográfico**

Raquel de Jesus Dias Mendes

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno

Évora 2022



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | João Rocha (Universidade de Évora)

Vogais | Manuel Francisco Patrocínio (Universidade de Évora) (Arguente)
Maria do Céu Tereno (Universidade de Évora) (Orientador)



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Escola de Artes | Departamento de Arquitetura
Mestrado Integrado em Arquitetura

ERMIDAS DO CONCELHO DE PORTEL
um contributo histórico, arquitetónico e fotográfico

HERMITAGES OF PORTEL'S MUNICIPALITY
a historical, architectural and photographic contribution

30722 Raquel de Jesus Dias Mendes
Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

ORIENTAÇÃO
Professora Doutora Maria do Céu Simões Tereno

Évora 2022

*“(...) Portel querido Portel
Terra da minha Paixão
Quem me dera poder dar-lhe
Vida alma e coração (...)”*

(Gusmão & Rosado, 2005, p. 5)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais. Aos meus queridos irmãos.

AGRADECIMENTOS

À minha família. Aos meus amigos.
À Professora Doutora Maria do Céu Tereno.
A todos aqueles que contribuíram para a
realização desta Dissertação de Mestrado.

Muito obrigada.

ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

etc. - et cetera
fig. - figura
km - quilómetro(s)
km² - quilómetro(s) quadrado(s)
m - metro(s)
N. Sra. - Nossa Senhora
S. - São, Santo(a)
séc(s). - século(s)

APA - American Psychological Association
CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal
CIGeoE - Centro de Informação Geoespacial do Exército
CM - Caminho Municipal
DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC - Direção Geral do Património Cultural
DGT - Direção Geral do Território
EM - Estrada Municipal
EN - Estrada Nacional
GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMC - Instituto dos Museus e da Conservação
IP - Itinerário Principal
IPA - Inventário do Património Arquitetónico
IPPC - Instituto Português do Património Cultural
LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDM - Plano Diretor Municipal
RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

OBSERVAÇÕES

A presente Dissertação de Mestrado foi escrita em conformidade com o novo Acordo Ortográfico (aprovado em 2009, em Portugal) e estruturada segundo a Norma APA, 7ª Edição. Todos os elementos gráficos deste documento foram (re)produzidos pela autora com base em interpretações provenientes no decorrer de todo o trabalho de investigação.

HERMITAGES OF PORTEL’S MUNICIPALITY

A HISTORICAL, ARCHITECTURAL AND PHOTOGRAPHIC CONTRIBUTION

ABSTRACT

The focus of this Master’s Thesis was the study and the architectural representation of ten hermitages in the municipality of Portel, from a perspective that sought to recover their legacy over time and put forward proposals to safeguard and value them, in order to transmit to younger and future generations what still remains of this important religious architectural heritage, practically forgotten and in degradation.

The hermitages are characterised by their uniqueness as small constructions that are usually located at potential strategic and rather privileged points in the territory of the municipality of Portel, being located in a rural context - places where nature expresses itself more - and close to villages.

The creation of a route will allow us to recognise the importance that these buildings once had and to project a social responsibility into the future, which will in turn spark new uses for the hermitages in the municipality of Portel.

KEY-WORDS

Portel, Hermitage, Memory, Heritage, Religious Architecture

ERMIDAS DO CONCELHO DE PORTEL

UM CONTRIBUTO HISTÓRICO, ARQUITETÓNICO E FOTOGRÁFICO

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado teve como propósito o estudo e a representação arquitetónica das dez ermidas do concelho de Portel, perante um olhar que procurou recuperar o seu legado no tempo e avançar com propostas para a sua salvaguarda e valorização, a fim de poder transmitir às gerações mais novas e vindouras o que ainda perdura deste importante património arquitetónico religioso, praticamente esquecido e em degradação.

As ermidas são caracterizadas pela sua singularidade enquanto pequenas construções que normalmente se situam em potenciais pontos estratégicos e bastante privilegiados no território do concelho de Portel, encontrando-se localizadas num contexto rural - sítios onde a natureza se expressa mais – e na proximidade dos povoados.

A criação de uma rota permitirá (re)conhecer a importância que estes edifícios tiveram outrora e projetar no futuro uma responsabilidade social, que será facilitadora para a reinvenção de uma nova função para as ermidas do concelho de Portel.

PALAVRAS-CHAVE

Portel, Ermida, Memória, Património, Arquitetura Religiosa

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	001
ESTADO DE ARTE	003
METODOLOGIA	007

01 A MEMÓRIA DO LUGAR	
ESPIRITUALIDADE, RELIGIOSIDADE E RELIGIÃO	015
SAGRADO E PROFANO	017
ESPAÇO, IDENTIDADE E MEMÓRIA	019
A IDENTIDADE DO LUGAR	025
O PATRIMÓNIO	033

02 O CONCELHO DE PORTEL	
O ALENTEJO	041
ANÁLISE MORFOLÓGICA DO CONCELHO	045
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	063
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	065
PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO	087

03 AS ERMIDAS	
ERMIDAS DO CONCELHO DE PORTEL	103
INVENTARIAÇÃO DAS ERMIDAS	109
ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA GIESTEIRA	111
ERMIDA DE SÃO FARAÚSTO	123
ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO	135
ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE	145
ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SERRA	155
ERMIDA DE SANTA CATARINA	167
ERMIDA DE SÃO BENTO	177
ERMIDA DE SÃO BRÁS E SANTO AMARO	187
ERMIDA DE SÃO LOURENÇO DOS OLIVAIS	197
ERMIDA DE SÃO PEDRO	207

04 ENTRE MEMÓRIA E CRIAÇÃO	
ANÁLISE DAS ERMIDAS DO CONCELHO DE PORTEL	219
A RELAÇÃO DAS ERMIDAS COM OS PERCURSOS	227
CONTRIBUTO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO	229
PERCORRER O TERRITÓRIO: UMA PROPOSTA DE ROTA	245

CONCLUSÃO	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271
ÍNDICE DE FIGURAS	281
GLOSSÁRIO	291
ANEXOS	293

INTRODUÇÃO

A Dissertação de Mestrado incide sobre o tema das *Ermidas do concelho de Portel*, importante património arquitetónico religioso que marcou o perfil da história do concelho, durante vários séculos, e que ao longo do tempo têm perdido a sua importância, o seu valor e o seu interesse, contribuindo para a degradação ou até mesmo para o desaparecimento destes espaços religiosos e, consequentemente, o apagar das memórias de um povo.

O tema apresentado surgiu durante o ano letivo 2015/2016 na unidade curricular de Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico, sob a orientação da Professora Doutora Arquiteta Maria do Céu Tereno, tendo sido realizado um trabalho académico, uma monografia escrita, pretendendo dar-lhe continuidade através da realização de uma dissertação em contexto do Mestrado Integrado em Arquitetura.

A escolha do tema deve-se, em parte, à ausência de informação e documentação (escrita e gráfica) sobre estes edifícios religiosos, à falta de atualização dos elementos existentes, bem como ao interesse pessoal pelo lugar e património em questão. Por outro lado, o acervo religioso existente no concelho de Portel, a importância da história e do significado deste tipo de edifícios, a falta de conhecimento sobre a sua existência e o facto de a maioria destes espaços se encontrarem em mau estado de conservação, substanciam a importância e o interesse da pesquisa denominada *Ermidas do concelho de Portel: um contributo histórico, arquitetónico e fotográfico*. Assim, a pertinência desta investigação fundamenta-se na inventariação e no registo, através do qual se pretende a divulgação, a valorização e a salvaguarda deste património, um conhecimento em risco de se perder.

A existência de várias publicações sobre a arquitetura religiosa, que colocam em evidência um elevado número de património religioso, reforça a ideia de que é um tema extenso e abordado por diferentes autores (C. Azevedo, 2000; Bancroft, 1991; Clemente & A. Ferreira, 2000; J. Correia, 1991; Eliade, 1992, 2004; A. Ferreira, 2000; Holm & Bowker, 1999; A. Rodrigues & A. Jorge, 2000). Todavia, a reduzida e dispersa informação disponível sobre as ermidas permite constatar que este tema não tem sido alvo de estudo sistemático, principalmente no âmbito da arquitetura (Anexo 1).

A arquitetura, na qualidade de disciplina, área de conhecimento científico, profissão e objeto de cultura valoriza o património como testemunho da riqueza cultural (por exemplo, de originalidade, de continuidade e de grandeza) que apresenta o homem, o lugar e determinada época através da memória e da identidade. O seu caráter rememorativo e valor histórico realçam os atributos de um povo, nas perceções e nas experiências das pessoas, e representa um exemplo para a arquitetura popular portuguesa (Antunes, 1980; Prista, 2015).



Figura 001. Arquitetura Religiosa, 1940-1960. Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

Assim, esta investigação pretende explorar o conjunto das ermidas do concelho de Portel como uma herança “viva” do património cultural, arquitetónico e religioso, intermediário do passado e do presente, procurando desconstruir os vários conceitos que se relacionam com a memória (individual e coletiva) enquanto contributo para a continuidade do valor do lugar, alinhando-se com o objeto de estudo e a responsabilidade social de salvaguardar o património e a identidade cultural de um povo.

Ao longo do trabalho de investigação são apresentados alguns conceitos essenciais à compreensão do tema específico e, também, algumas questões que podem ser respondidas com a realização desta investigação (Anexo 2). Desta forma, a Dissertação de Mestrado procura responder à seguinte questão:

Que significados históricos, arquitetónicos e religiosos incorporam as ermidas na identidade e na memória de um lugar?

Neste sentido, para dar resposta à questão de partida, é necessário, antes de mais, formalizar os seguintes objetivos específicos:

- compreender a importância e o significado das ermidas para a população;
- aferir a relação entre as ermidas e a paisagem em que estão inseridas;
- aprofundar o conhecimento geográfico, histórico e arquitetónico sobre o território do concelho de Portel;
- identificar, localizar e caracterizar as ermidas do concelho de Portel;
- registar as ermidas do concelho de Portel (de forma histórica, arquitetónica e fotográfica).

A presente dissertação organiza-se, essencialmente, em quatro partes. Na primeira parte são apresentados alguns conceitos para uma melhor aproximação ao tema de todo o trabalho de investigação. Em seguida, a segunda parte é constituída por uma contextualização e caracterização do lugar – o concelho de Portel. Na terceira parte é introduzido o objeto de estudo, especificamente as ermidas, através de informação histórica, arquitetónica e fotográfica. Por último, na quarta parte, são apresentados os resultados da investigação, a análise e a interpretação dos dados recolhidos, incluindo uma base de recomendações que permitem a definição de estratégias de salvaguarda e valorização do património arquitetónico religioso estudado nesta dissertação de mestrado.

ESTADO DE ARTE

Desde a sua génese até à atualidade, a arquitetura religiosa apoia-se num elevado conjunto patrimonial, sobretudo em edifícios de funções sagradas que mencionam a relação do homem com o transcendente e apesar de serem espaços dedicados ao culto, também representam poder e identidade, continuam a influenciar a sociedade através dos bens materiais e imateriais (C. Azevedo, 2000; M. Correia, 2008).

O património religioso representa um importante testemunho acerca do valor da identidade (por exemplo, cultural, social e individual) de uma sociedade, que segundo Martins (2019) apresenta “(...) um acervo riquíssimo na Europa e no Mundo, que deve ser estudado, protegido e salvaguardado – tendo em mente a memória das diferentes pessoas, comunidades e culturas que fizeram de um culto parte importante da sua vida.” (p.13).

Em Portugal, encontra-se um conjunto considerável de património religioso, principalmente as igrejas, as capelas e as ermidas que se encontram disseminadas por todo o país. A importância do património religioso advém do elevado número de edifícios religiosos, templos e lugares sagrados de domínio cultural, os quais representam a história da arte portuguesa que ao longo do tempo se tem vindo a desvanecer. Infelizmente, nem todo o património tem sobrevivido à passagem do tempo (M. Correia, 2008; Martins, 2019).

A ermida é um edifício religioso com uma estrutura simples de reduzidas dimensões que assume a função de templo, localiza-se nos lugares mais remotos de cada povoação, também designado por sítio isolado ou em ermo – vocábulo de origem da palavra ermida. A nível nacional, as ermidas representam construções de determinadas épocas que retratam os costumes e as crenças dos vários povos que a elas se deslocaram e se deslocam em busca de conforto e auxílio espiritual. Exemplo de monumento com grande significado e história a elas associadas e que necessitam de atenção, encontrando-se a maioria em ruínas (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; C. Azevedo, 2000; Penteado, 2000; Pinto, 2007).

Num determinado momento da História, nomeadamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, as sociedades sentiram necessidade de construir estes edifícios de índole religiosa para prestar devoção a um santo. A origem deste tipo de edifícios interliga-se com as várias crenças, devoções e atividades de culto religioso, sendo construções de elevada preciosidade com características da arquitetura tradicional e rural (Penteado, 2000; Resende, 2011).

Deste modo, assumem-se como exemplos da identidade cultural e representativos da herança patrimonial (religiosa e simbólica), cujas características únicas se observam através da forma, da escala, da materialidade e da luz. Estes edifícios religiosos expressam espaços e processos construtivos simples, isto é, com nave, capela-mor e por vezes uma sacristia, mostrando uma pureza e simplicidade geométrica nos vários elementos, objetos arquitetónicos e artísticos, que ainda se conseguem observar na atualidade (Penteado, 2000; Pinto, 2007; Prista, 2015).

A literatura científica assume um papel fundamental no desenvolvimento deste trabalho, reunindo informação escrita, desenhada e fotográfica (antiga e atual) que proporciona uma melhor compreensão e aproximação ao tema, assim como na resposta aos objetivos inicialmente formulados. Deste modo, foi realizado um mapeamento em vários acervos bibliográficos, mencionando, aqui, a informação de maior relevo para o tema. A restante informação encontra-se na parte do trabalho dedicada às referências bibliográficas.

Das investigações consultadas, destacam-se a Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa denominada *Fervor&Devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro. Séculos XVI a XVIII* (de Nuno Resende), que contribui para um melhor entendimento do significado de ermida; e a Dissertação de Mestrado em Arquitetura intitulada *Ermidas do Litoral Algarvio, casos de estudo* (de Sandra Pereira), que explora o património arquitetónico religioso algarvio, especificamente as ermidas, contribuindo para a análise deste tipo de edifícios e para a sua divulgação, valorização e salvaguarda.

PARTE 01 | A MEMÓRIA DO LUGAR

Esta parte tem como ponto de partida as definições de alguns conceitos, entre os quais, a identidade, a memória, o lugar e o património. Através destas definições pretende-se uma melhor compreensão do conceito de ermida e uma contextualização do lugar e do património, evidenciados ao longo de toda a dissertação de mestrado.

Relativamente à arquitetura religiosa, para uma maior aproximação à sua semântica, destacam-se os livros *História Religiosa de Portugal* (C. Azevedo, 2000; Clemente & A. Ferreira, 2000; A. Ferreira, 2000; A. Rodrigues & A. Jorge, 2000); *O Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões* (Eliade, 1992); e *Tratado da História das Religiões* (Eliade, 2004). Os documentos e o pensamento de Eliade (1992, 2004) contribuíram também para um melhor entendimento dos conceitos de sagrado e de profano, nas dimensões do espaço e do tempo.

Sobre a identidade e a memória, salienta-se a monografia *Collective Memory and Cultural Identity* (Assmann & Czaplicka, 1995). A identidade do lugar, explorada por diversos autores, tem como referência *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture* (Norberg-Schulz, 1980); *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência* (Tuan, 1983); *A modernidade Superada: Arquitectura, Arte e Pensamento do século XX* (Montaner, 1997); e *Construir, Habitar, Pensar* (Heidegger, 2001). Para a definição de ermida foram também consultadas as obras *As Origens do Sagrado* (Bancroft, 1991) e *Lugares Sagrados* (Holm & Bowker, 1999).

Foram ainda analisadas cartas, convenções, princípios e recomendações internacionais de conservação e salvaguarda do património, relativamente às definições de identidade, memória e património. Para um maior domínio destes conceitos foram essenciais os livros *A Alegoria do Património* (Choay, 2008); *Património Cultural Imaterial: Convenção da Unesco e seus Contextos* (Cabral, 2011); e *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção* (Lopes & M. Correia, 2014). De acordo com Choay (2008), os locais de grande culto religioso são considerados testemunhos de um passado de vários séculos, construindo uma imagem da identidade humana através da aglomeração de vestígios e conquistas.



Figura 002. *O Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões* (Eliade, 1992).
Figura 003. *A Alegoria do Património* (Choay, 2008).
Figura 004. *Portel. Roteiro do Concelho: História – Património – Paisagem* (F. Almeida, 2008).
Figura 005. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora (Zona Sul): Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa* (Espanca, 1978).
Figura 006. *Relação Histórica da Nobre Vila de Portel* (Patalim, 1992).
Figura 007. *Roteiro da Rota do Fresco* (Sousa, 2003).

PARTE 02 | O CONCELHO DE PORTEL

O reconhecimento do território é fundamental enquanto elemento de estudo. Assim, a análise do concelho de Portel baseou-se na experiência do lugar e, principalmente, na monografia *Portel. Roteiro do Concelho: História – Património – Paisagem* (F. Almeida, 2008), que apresenta uma contextualização e caracterização do concelho e das suas freguesias, ou seja, dá-nos a conhecer a história, o património e a paisagem de todas as terras de Portel.

PARTE 03 | AS ERMIDAS

Na aproximação ao objeto de estudo foi também essencial a experiência do lugar como uma alternativa de conhecimento que permite uma leitura e análise mais aproximada da realidade existente. Apesar de existir alguma informação teórica sobre cada uma das ermidas, a maioria referente a documentação histórica, esta encontra-se dispersa em várias fontes de informação. Contudo, no mapeamento realizado verificou-se que apenas duas ermidas possuem registos gráficos, enquanto que as restantes oito não possuem essa informação.

Relativamente à terceira parte, para além da leitura do lugar, foi necessária a análise da informação constante no *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora (Zona Sul): Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa* (Espanca, 1978), contributo histórico mais completo e desenvolvido, assumindo-se, assim, como um instrumento indispensável para o desenvolvimento desta parte do trabalho. A referida monografia apresenta uma investigação de referência sobre o património artístico do concelho de Portel, onde o autor assinala a importância destes edifícios no território português.

Neste sentido, também foram consultadas outras obras, como por exemplo, *Relação Histórica da Nobre Vila de Portel* (Patalim, 1992); *O concelho de Portel e as Memórias Paroquiais de 1758* (Bravo, 1995); e *Memória do Património de Portel Villa* (M. Padeira & F. Padeira, 2005), que apresenta um guia das riquezas artísticas de Portel, à semelhança da informação que consta no *Inventário Artístico de Portugal* (Espanca, 1978). Segundo Sameiro (2005), o livro referido anteriormente convida a contemplar “(...) os locais privilegiados onde o espírito artístico pairou e a admirar os encantos dos nossos monumentos, a maior parte ignoradas da maioria dos portelenses, que não sabe onde encontrá-los.” (p. 9).

PARTE 04 | ENTRE MEMÓRIA E CRIAÇÃO

Nesta última parte, considerou-se relevante consultar informação sobre percursos, bem como estratégias de salvaguarda, proteção e valorização do património, nomeadamente do património arquitetónico religioso estudado no decorrer de toda a investigação. Deste modo, foram analisados os livros *Roteiro da Rota do Fresco* (Sousa, 2003); *Walkscapes – O Caminhar como Prática Estética* (Careri, 2013); e *Construir na Ruína: entre a reconstrução e a reabilitação* (P. Alarcão, 2019).

METODOLOGIA

A metodologia da presente investigação, numa primeira abordagem, assenta num processo incessante de pesquisa, consulta e recolha bibliográfica existente nas mais variadas fontes de informação, por exemplo, livros, revistas, jornais, artigos científicos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado. Numa fase inicial, também foi importante a informação proveniente de conversas informais e as visitas aos vários locais.

Para além do trabalho de pesquisa e recolha bibliográfica, a dissertação de mestrado pretende dar continuidade a investigações anteriores, complementar a informação existente, escrita e desenhada, com o que se considera estar em falta e, também, refletir sobre alguns conceitos, como por exemplo, a identidade, a memória, o lugar e o património, no âmbito do estudo das ermidas e, principalmente, das ermidas do concelho de Portel.

A fim de encontrar uma melhor estratégia de trabalho foram definidas como amostra, isto é, objeto de estudo desta investigação, as ermidas do concelho de Portel, santuários isolados que se encontram distantes das povoações, no meio da natureza e em locais de grande domínio paisagístico (Bravo, 1995; Penteado, 2000; Pinto, 2007). A amostra deste estudo é constituída por dez ermidas, tendo sido realizada a sua delimitação através dos seguintes critérios de inclusão/exclusão: (i) integrar a categoria de ermida, (ii) estar num lugar afastado da população e (iii) pertencer ao concelho de Portel.

Através da recolha bibliográfica, verificou-se que não existe uma base de dados atualizada sobre as ermidas do concelho de Portel e apesar de ter sido realizado um mapeamento exaustivo, é possível que ainda existam ermidas que não foram analisadas neste trabalho.

De salientar que foram produzidos novos elementos que atualizam os existentes e contribuem para uma melhor compreensão do lugar e do objeto de estudo, as ermidas do concelho de Portel, com o intuito de preservar, proteger, beneficiar e transmitir a informação nas melhores condições às gerações futuras.

A Dissertação de Mestrado, de carácter exploratório, identifica-se como uma investigação qualitativa ou interpretativa, pois apresenta os dados da pesquisa e determina as várias opções para responder ao problema da investigação (Coutinho, 2015; Groat & Wang, 2013; Walliman, 2018). Deste modo, a metodologia adotada também pretende “(...) dar informação sobre os procedimentos gerais usados na pesquisa empírica, os instrumentos utilizados e relatar a maneira como os dados foram recolhidos.” (Coutinho, 2015, p. 254).

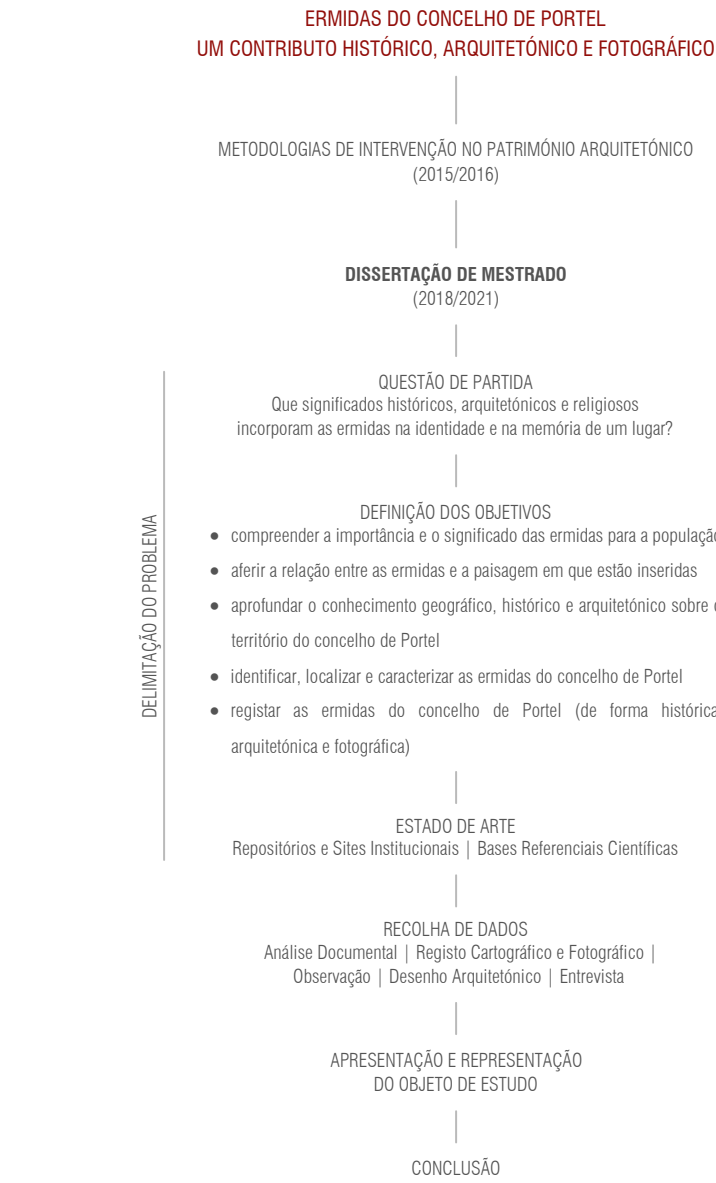


Figura 008. Plano de Investigação.
Adaptado de A. Correia e Mesquita (2014) e Coutinho (2015).

Após a definição de uma metodologia para o trabalho de investigação procedeu-se à recolha dos dados através de diversos procedimentos. Como principais ferramentas para alcançar os objetivos de toda a investigação, destacam-se: a análise documental, o registo cartográfico e fotográfico, a observação, o desenho arquitetónico e, por fim, a entrevista.

ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental pretende reunir a informação do que já foi escrito sobre o tema da investigação na área do conhecimento em questão ou em áreas próximas através da seleção, da consulta e da interpretação de elementos escritos, desenhados e fotografados para fundamentar todo o trabalho. Relativamente às várias fontes e recursos de informação, foram mapeadas as fontes primárias, secundárias e terciárias, pretendendo identificar e localizar os trabalhos mais significativos relacionados com o problema da investigação (A. Correia & Mesquita, 2014; Coutinho, 2015).

As fontes primárias descrevem os resultados da investigação através de artigos originais, relatórios de investigação, teses, dissertações, entre outros (A. Correia & Mesquita, 2014). No entanto, também as fotografias e as imprescindíveis visitas ao território do trabalho de investigação são consideradas um exemplo de fonte primária. Por outro lado, as fontes secundárias, produzidas a partir de fontes primárias, auxiliam na consolidação do trabalho de investigação e permitem uma visão geral do tema (ou próximo dele) através da consulta dos catálogos das bibliotecas, por exemplo, da pesquisa de trabalhos académicos, nacionais e internacionais, em catálogos e/ou repositórios online (Coutinho, 2015).

Assim, numa primeira instância, pretende-se conhecer os trabalhos realizados sobre o tema da dissertação de mestrado através do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) para encontrar e compreender o que já foi escrito sobre o mesmo. De uma forma sistemática, a segunda instância resume-se na identificação, localização e análise de documentos históricos, cartográficos e arquitetónicos que contêm informação escrita e/ou desenhada relacionada com a investigação. A pesquisa e a consulta de documentação foi realizada em diversas bibliotecas, arquivos, repositórios institucionais e bases referenciais científicas (como por exemplo, Elsevier, Taylor e Francis, Springer, Sage, Wiley), entre outros. Por fim, a recolha de toda a informação serviu de auxílio na estrutura do trabalho e, também, nos diversos objetivos propostos para este trabalho de investigação.

REGISTO CARTOGRÁFICO E FOTOGRÁFICO

Na área da arquitetura, o registo gráfico é um elemento de trabalho e uma das mais importantes ferramentas utilizadas pelos estudantes e profissionais, tem um papel fundamental no desenvolvimento técnico e/ou científico com base em informação gráfica e textual (Ching, 2017; Cunha, 2010). Deste modo, a Dissertação de Mestrado pretende reunir o máximo de informação e completar o que se considerou estar em falta, de forma gráfica e sistemática.

CARTOGRAFIA

De um modo geral, a cartografia é uma representação gráfica da superfície terrestre apresentada sob a forma de mapas, cartas, plantas, fotografias aéreas, etc. (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001). Neste contexto, a sua consulta e interpretação permitem a compreensão de todo território da investigação, no entanto, na falta de alguma informação necessária para a elaboração do registo cartográfico foram produzidos pela autora elementos gráficos/visuais através da cartografia existente e, também, do trabalho de campo.

FOTOGRAFIA

Hoje em dia, a tecnologia está presente em grande parte da nossa vida, por isso, procura-se aproveitar da melhor forma possível os meios disponíveis, por exemplo, a fotografia, como objeto e fonte, que representa um testemunho de memória, contribuindo para o conhecimento de lugares onde se podem encontrar algumas singularidades que estão prestes a desaparecer, como é o caso de algumas das ermidas do concelho de Portel (Kossov, 2007).

Assim, pretende-se registar fotograficamente o território da investigação, o concelho de Portel, e o objeto de estudo escolhido, as ermidas, através da máquina fotográfica e drone, de forma a retratar o estado atual destes edifícios religiosos na perspetiva de contribuir para a sua divulgação, valorização e salvaguarda.

OBSERVAÇÃO

A observação é um elemento determinante para a pesquisa, fundamentada pelo que se vê e ouve, uma vez que “(...) consegue documentar atividades, comportamentos e características físicas (...)” (Coutinho, 2015, p. 136). De acordo com o arquiteto Siza Vieira (1998), “o exercício da observação é prioritário para um arquitecto. Quanto mais observamos, tanto mais clara surgirá a essência do objecto. E esta consolidar-se-á como conhecimento vago, instintivo.” (p. 135).

Para este trabalho de investigação, a observação é uma ferramenta fundamental no reconhecimento do lugar e do património estudado nesta dissertação de mestrado. Desta forma, foram efetuadas várias deslocações, em diversos momentos do trabalho, permitindo uma leitura mais aproximada do território e do objeto de estudo.

DESENHO ARQUITETÓNICO

O desenho, como meio de expressão, é um dos principais instrumentos de comunicação em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, a arquitetura. O desenho arquitetónico, especialização do desenho técnico, meio tradicional de desenho e de representação gráfica em arquitetura, é a representação de um objeto ou de uma estrutura, o mais próximo da realidade, através da sua forma e das suas dimensões (Ching, 2017; Cunha, 2010).

Através de desenhos (planta, corte e alçado) e esquemas, pretende-se registar graficamente as ermidas do concelho de Portel, baseando-se na interpretação de alguns documentos históricos, cartográficos e fotográficos e, também, no levantamento do objeto de estudo realizado a partir de uma investigação *in situ*. Deste modo, visto não existir atualmente quase nenhum registo gráfico destes edifícios, para a sua representação recorreu-se ao desenho assistido por computador através do AutoCad, contribuindo, assim, para o entendimento e o reconhecimento dos vários espaços religiosos, principalmente em termos arquitetónicos.

ENTREVISTA

A entrevista prevê uma interação entre o investigador e o entrevistado, à semelhança do questionário possibilita adquirir alguma informação através de questões que são colocadas pelo investigador ao entrevistado e que podem ser conduzidas pessoalmente, por telefone ou pela internet (Coutinho, 2015).

Dadas as características do trabalho, nomeadamente de índole exploratório, pretende-se utilizar o tipo de entrevista semiestruturada, também conhecida como entrevista semiaberta ou semidirigida, possibilitando ao entrevistado uma maior liberdade para se expressar sobre o tema proposto (Coutinho, 2015; Groat & Wang, 2013; Walliman, 2018).

Como ferramenta de recolha de dados, a entrevista tem como principal objetivo promover a salvaguarda e a valorização do património arquitetónico religioso estudado ao longo do trabalho de investigação, incidindo o olhar sobre as ermidas do concelho de Portel. Para a realização da entrevista e análise do seu conteúdo, foi previamente elaborado um pequeno guião que serve de eixo orientador no desenvolvimento da entrevista (Anexo 3).

Assim, a entrevista tem como informador-chave a Doutora Catarina Valença Gonçalves, fundadora e diretora de uma empresa especializada em projetos de revitalização patrimonial, como por exemplo, a Rota do Fresco que agrega municípios alentejanos, entre os quais, o concelho de Portel. O Projeto Rota do Fresco, iniciado em 1999, apresenta uma seleção de exemplares de pintura mural das igrejas, capelas e ermidas dos concelhos atualmente envolvidos, com o intuito de ser um instrumento e um incentivo de salvaguarda, de melhor conhecimento do património arquitetónico religioso no nosso país e, em particular, na região do Alentejo (Sousa, 2003).

01

A MEMÓRIA DO LUGAR

Nesta parte do trabalho de investigação apresenta-se a definição de alguns conceitos que são recorrentes e preponderantes para uma melhor contextualização e aproximação ao tema da dissertação de mestrado, o património arquitetónico religioso. Pretende-se, numa primeira parte, a definição dos conceitos mais gerais, como por exemplo, a identidade, a memória, o lugar e o património (também no âmbito religioso). Através destas definições procura-se perceber o que é considerado um lugar sagrado para, mais tarde, conseguir alcançar o conceito de ermida. Assim, o estudo, o enquadramento, a reflexão e a síntese dos diversos conceitos referidos anteriormente permitem uma melhor compreensão do objeto de estudo, as ermidas do concelho de Portel.

ESPIRITUALIDADE, RELIGIOSIDADE E RELIGIÃO

Espiritualidade, religiosidade e religião, de um modo geral, são conceitos utilizados de forma pouco clara e distinta, por isso, é imprescindível a compreensão dos mesmos através das suas diferenças e relações. São palavras com significados diferentes, apesar de também serem interpretadas como conceitos inerentes, uma vez que se complementam e remetem para a relação das pessoas com o transcendente, na procura do significado de vida (N. Gomes et al., 2014).

ESPIRITUALIDADE

s. f. (Do lat. spiritualitas) Qualidade do que é imaterial, espiritual. = Imaterialidade. ≠ Materialidade.

A espiritualidade está associada à religião e é descrita como uma qualidade que transcende toda a materialidade. É caracterizada pela intimidade do ser humano com algo maior, permite uma visão mais ampla, mais aberta das coisas, sendo considerada a sutileza do transcendente (Teixeira et al., 2004).

A vida do ser humano é contínua e, por vezes, uma incessante procura de respostas. O homem, coloca várias questões sobre o significado de vida e a razão de viver, procura dar-lhe sentido e aprofundar a sua existência. Apesar disso, o ser humano está em constante evolução, encontrando-se sempre em mudança interior e exterior (Boff, 2001). De acordo com Lama (2000), a espiritualidade está relacionada com as qualidades do ser humano que trazem alguma felicidade para o próprio e para os outros. Contudo, a espiritualidade também pode estar relacionada com o sagrado ou o transcendente, dimensão peculiar, experiência transcendente, na tentativa de dar sentido e encontrar uma resposta nas mais profundas questões sobre a vida. Segundo Boff (2001), a questão fundamental do ser humano é a da procura do sentido da vida através de algumas perguntas existenciais, por exemplo, *De onde vim? Para onde vou? Qual é o sentido da minha vida? Qual a finalidade do viver e do morrer?*

RELIGIOSIDADE

s. f. (Do lat. religiositas) Qualidade do que professa uma religião; característica de quem é religioso.

A religiosidade, expressão da própria espiritualidade, é definida como uma característica direcionada a uma determinada religião, diferenciando-a do conceito de espiritualidade (N. Gomes et al., 2014). É o modo de refletir e de atuar sobre a vida religiosa, a busca da transcendência, para que o ser humano vivencie a sua própria espiritualidade. Deste modo, a religiosidade é a dimensão na qual o ser humano acredita, persegue e pratica uma religião, ou seja, experiencia o sentido espiritual e transcendente da vida (Teixeira et al., 2004). Por outro lado, este conceito compreende alguns fatores emocionais, como por exemplo, comportamentos, pensamentos e emoções, associados a crenças ou valores de domínio religioso (frequência a cultos de adoração, oração, meditação, entre outros) para facilitar a proximidade com o transcendente (N. Gomes et al., 2014; Teixeira et al., 2004).



Figura 009. Esquema dos descritores utilizados na investigação.
Elaborado pela autora.

RELIGIÃO

s. f. *(Do lat. religio) Crença na existência de um poder superior, do qual o homem depende. Sistema estruturado de doutrinas, crenças, regras e práticas de uma determinada comunidade que instituem um determinado tipo de relação com um poder superior, sobre-humano. = Confissão. Culto prestado à divindade. Tudo o que for considerado sagrado, digno de maior respeito.*

A religião é uma palavra constituída pela conjugação “re” + “ligare”, traduz-se através do prefixo *re* (outra vez, intensificador da palavra que o sucede) e do verbo *ligare* (ligar, unir), que significa ligar novamente o homem ao que era considerado divino. Este conceito é um elemento de expressão individual e coletiva, também conhecido como uma das dimensões mais importantes e significativas da experiência humana, pela qual o ser humano tem a sua fé religiosa (Teixeira et al., 2004).

Todas as definições do conceito de religião estão representadas por um conjunto de símbolos e relacionadas com as manifestações de culto, de ritos e de diversas formas de expressão religiosa. Portanto, todas as religiões têm a sua mística e espiritualidade, colaboram com o divino, o sagrado e o espiritual (Teixeira et al., 2004).

Segundo Durkheim (2000), na religião há “(...) algo de eterno; é o culto, a fé.” (p. 232). A fé, sentimento subjetivo que muda de pessoa para pessoa, é um constructo profundo e presente na vida do ser humano, por conseguinte, é um conceito de difícil explicação. De acordo com Teixeira et al. (2004), também a fé religiosa contempla a relação entre o indivíduo e o divino.

Atualmente, a religião continua a ser parte integrante da vida do Homem, princípio onde muitas pessoas procuram o sentido para a sua vida.

SAGRADO E PROFANO

Assumindo Eliade (1992, 2004) como grande referência para a definição de sagrado e de profano, onde se encontram as principais características que distinguem e definem os mesmos, existem também outros autores que, nas suas diversas obras, fazem referência ao sagrado e ao profano (cf. Caillois, 1988; Durkheim, 2000; Otto, 1992).

A religião remete-nos para a relação entre o sagrado e o profano, visto que a vida não acontece somente na dimensão do sagrado, ocorre também na dimensão do profano, o qual é íntimo e inevitável (Caillois, 1988; Durkheim, 2000; Eliade, 1992; Otto, 1992). Assim, sagrado e profano constituem a essência da religião e são conceitos com diferentes significados, apesar de estarem interligados e se complementarem um ao outro.

De acordo com Eliade (1992), o sagrado e o profano “(...) constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história.” (p. 14). Por último, segundo Durkheim (2000), não existe exemplo de oposição tão particular e absoluto como é o que existe entre o sagrado e o profano.

SAGRADO

s. m. *(Do lat. sacratus) Que é relativo a um domínio interdito, inviolável e que suscita a veneração por oposição a profano; que se refere à divindade ou ao seu culto. O que é do domínio religioso. ≠ Profano.*

Sagrado, elemento importante para a história das religiões, é parte integrante do ser humano e tem características que o diferenciam do profano. De acordo com Otto (1992), o sagrado é uma categoria que só existe no domínio religioso, apesar de estar também presente noutros domínios, como por exemplo, na ética. Numa das suas obras, Otto (1992) faz a distinção entre o racional e o irracional, elementos importantes para a definição deste conceito, onde refere que o sagrado “(...) no sentido completo da palavra, é, portanto, para nós uma categoria composta. As partes que a compõem são, por um lado, os seus sentimentos racionais e, por outro, os seus elementos irracionais. Considerada em cada uma destas duas partes, ela é uma categoria puramente a priori.” (p. 149).

Para Caillois (1988), o sagrado é um elemento fundamental de toda a vida religiosa e “(...) pertence como uma propriedade estável ou efémera a certas coisas (os instrumentos do culto), a certos seres (o rei, o padre), a certos espaços (o templo, a igreja, os lugares régios), a certos tempos (o domingo, o dia de Páscoa, o Natal, etc.).” (p. 20).

Eliade (1992) define sagrado como algo que se opõe ao profano. Este conceito é uma realidade assumida, como por exemplo, perfeita, delimitada, separada e provida de poderes sobrenaturais, superiores ao ser humano. O autor refere ainda que “o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano.” (p. 13).

ESPAÇO, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Os conceitos de espaço, de identidade e de memória estão intrinsecamente ligados e assumem um papel fundamental para o desenvolvimento de valores e de princípios que estão intrínsecos ao património arquitetónico, ou seja, ao determinar os valores dos objetos, dos monumentos e da cultura inerentes a um determinado lugar. A forte relação que existe entre os conceitos sustenta o passado, adaptando-se também ao presente e ao futuro, pela importância que estes representam para a comunidade (Cabral, 2011; Choay, 2008; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014).

ESPAÇO

s. m. (Do lat. spatium) Área, zona determinada, numa superfície de maiores ou menores dimensões.

A noção de espaço, muito familiar entre a comunidade científica, é complexa e confunde-se, por vezes, com a definição de lugar, apesar de o espaço estar muito ligado à ideia de área enquanto delimitação. Para encontrar uma melhor definição de espaço, foi necessário realizar um mapeamento em diferentes áreas do conhecimento (como por exemplo, arquitetura, geografia, filosofia, etc.) que se debruçaram sobre a sua conceptualização e, também, a sua perceção como base para a interação do homem (enquanto observador) com o ambiente. O espaço, como elemento imprescindível para a vida e para a história do ser humano, é visto como um objeto de conhecimento para alguns, para outros considerado como um meio de trabalho (Hartenthal & Ono, 2011; Lefebvre, 1991; Pinto, 2007; Rae, 2017).

Para Tuan (1983), a definição de espaço é mais abstrata que a definição de lugar e, por isso, este afirma que o espaço se transforma em lugar quando adquire definição e significado. De acordo com este geógrafo, o espaço construído pode aprimorar percepções e sensações no ser humano a partir da própria vivência, isto é, através da experiência adquirida pelos órgãos sensoriais e pelas várias emoções que respondem de forma distinta ao espaço e ao lugar. Tuan (1983) ainda refere que “o espaço arquitetónico – até uma simples choça rodeada por uma clareira – pode definir estas sensações e transformá-las em algo concreto.” (p. 114).

Segundo Lefebvre (1976), o espaço passou a ser abordado como “(...) o lócus da reprodução das relações sociais de produção.” (p. 30), ou seja, é definido como o resultado da ação humana, o que reflete a condição da sociedade. Na perspetiva deste filósofo, o espaço inclui todo o tipo de área social, materialização da existência humana que resulta das relações que os indivíduos estabelecem entre si, e entre estes e os elementos da natureza, transformando, assim, o espaço, o lugar e a paisagem.

Bachelard (1993), analisa o conceito de espaço através da casa, elemento mencionado várias vezes na sua obra, interpretado como um instrumento de análise e reconhecimento da alma humana. Para este autor, a casa é a principal referência de ser e estar.

Por fim, o sagrado manifesta-se sob a forma de hierofania no espaço. Este encontra-se também no homem profano, no seu inconsciente, expondo-se de forma simbólica e revelando-se em lugares, edifícios, monumentos, jardins, etc. (Eliade, 1992, 2004). Deste modo, para Rosendahl (2008), o sagrado “(...) afirma-se no lugar, no espaço, no território, na paisagem e na região. Ocorre no tempo cotidiano e no tempo sagrado.” (p. 11).

PROFANO

s. m. (Do lat. profānus) Que é estranho às coisas sagradas; que não pertence à religião. Que é contrário ao respeito que é devido à religião, às coisas sagradas. = Sacrílego.

Profano surge em oposição ao que é considerado sagrado. Assim sendo, quando nos referimos ao profano, este é equiparado ao mundo em que vivemos, visto como algo de vulgar e inferior em relação ao sagrado. Segundo Eliade (2004) e Rohden (1998), o profano pertence ao domínio do relativo, do não ser e da irreabilidade, daqueles que não se inserem nas vivências do sagrado e do mundo transcendente.

Este conceito também se refere à ausência, de centralidade e do reconhecimento do lugar, por isso, não está relacionado com o conforto de cada pessoa na e com a paisagem. Para Eliade (1992), o espaço profano é neutro e homogéneo. O profano, o desconhecido, com determinadas características não possui significados ou referências, no entanto, é difícil definir este conceito sem mencionar também o sagrado.

“Logicamente, é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas; e quando a casa se complica um pouco, quando tem um porão e um sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados. A eles regressamos durante toda a vida, em nossos devaneios. (...) Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém as personagens em seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer ‘suspender’ o voo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço.” (Bachelard, 1993, p. 202).

No contexto arquitetónico, o espaço pode ser considerado como ilimitado, invisível e intangível. A espacialidade encontra-se na interação dos elementos que delimitam, modelam e conformam o espaço, por exemplo, através da delimitação do vazio, na relação entre o corpo e o vazio, resultado de uma ação humana (Heidegger, 2001; Pinto, 2007; Zevi, 2009). O espaço arquitetónico depende de múltiplos fatores, tais como, “(...) da luz, da cor, da envolvente, dos corpos que o habitam, o atravessam e o usam, de elementos pictóricos, dos espelhamentos de diversas ordens.” (Gil, 2007, p. 7). É um espaço concebido, não necessariamente um espaço transformado, pela e para a ação humana (Leitão & Lacerda, 2016; Pinto, 2007).

No entanto, no contexto religioso, espaço é o conjunto de representações simbólicas que traduz a experiência humana vivida pelo homem através da manifestação de fé, nos vários espaços (Rae, 2017; Rosendahl, 2008). A dicotomia entre o sagrado e o profano está presente na organização e reconhecimento do espaço, por exemplo, as igrejas são consideradas elementos fundamentais para a compreensão da diferença entre estes dois conceitos. Assim, de acordo com Eliade (1992):

“(...) igreja faz parte de um espaço diferente da rua onde ela se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado.” (p. 19).

Para Rosendahl (2008), os espaços sagrados são considerados locais de elevado simbolismo através da manifestação do sagrado, que pode estar incluída num objeto, numa pessoa ou até em vários lugares. Segundo Eliade (1992) e Rosendahl (2008), o espaço sagrado proporciona ao homem vivenciar uma experiência diferente das vividas no seu quotidiano, possibilitando, assim, um contacto com o divino. O espaço sagrado não é vivenciado da mesma maneira que os outros pois possui características que o diferenciam do espaço profano, fazendo com que o homem religioso vivencie de forma diferente todos estes espaços. Estes autores, acrescentam ainda que os espaços profanos são caracterizados pela existência de elementos que não possuem sacralidade.

IDENTIDADE

s. f. (Do lat. identitas) Característica do que é igual ou semelhante; qualidade de idêntico. = Paridade, Semelhança, Similitude. ≠ Alteridade, Contraste, Diferença.

À semelhança do conceito de espaço, o conceito de identidade também é extenso e complexo, visto que é utilizado em diferentes contextos consoante as diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, a antropologia, a filosofia, a psicologia, a geografia, a arquitetura, entre outros. Assim, alguns autores diferenciam a palavra identidade, entre as quais, individual, coletiva, cultural, religiosa.

De modo geral, o conceito de identidade remete-nos para as características distintivas de uma pessoa ou de um determinado grupo, sendo a identidade individual definida como o conjunto de características pessoais que diferenciam os indivíduos. No entanto, as outras identidades são de definição mais flexível por serem determinadas através dos diversos contextos que contornam e influenciam o indivíduo. Portanto, a identidade cultural está relacionada com a forma como vemos o mundo exterior e como nos posicionamos em relação a este, adquirida pela vivência social de um indivíduo. A identidade religiosa sujeita a uma determinada temporalidade e espacialidade, representada por um indivíduo ou grupo, é condicionada pela materialidade histórica e memória coletiva, através da conservação dos valores sociais e religiosos (Cruz, 1993; Hall, 2006; D. Rodrigues, 2012; Torres, 2013).

De acordo com Cruz (1993), a identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo, determinam a ação dos indivíduos e pressupõem uma ligação a determinado grupo étnico, cultural, religioso, como percepção da diferença e da semelhança. A construção da identidade, individual ou coletiva, associada ao confronto do velho com o novo, transforma-se e (re)constrói-se com o passar do tempo. Deste modo, a sociedade constrói a sua identidade através do processo de interação e ligação ao passado, por exemplo, mitológico, histórico e, sobretudo, simbólico-religioso (D. Rodrigues, 2012).

Hall (2006), define a identidade como resultado da profunda e inevitável relação entre o indivíduo e a sociedade, interior e exterior, que associada aos vários grupos de referência permite ao indivíduo uma permanente reconstrução da sua identidade. Segundo este autor, as diferentes identidades são representações em constante renovação, narrativas que fazem sentido para os que com elas se identificam.

Por outro lado, o conceito de identidade, relacionado com a ideia de lugar, assume um conjunto de características que oferecem aos vários espaços as suas diferentes especificidades. Desta forma, o lugar possui uma identidade baseada na cultura, nas diferentes experiências no espaço, no tempo e na memória desses lugares vividos (Cabral, 2011; Choay, 2008).

A salvaguarda do património de uma comunidade está também associada ao conceito de identidade, “(...) uma vez que entendemos o património cultural como lócus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade.” (Pelegriini, 2007, p. 87). O património expressa a identidade histórica e as vivências de um povo, é considerado um elemento fundamental na construção da identidade social e cultural e, também, na própria materialização da identidade de um grupo ou sociedade (Choay, 2008; D. Rodrigues, 2012).

A identidade, referência orientadora da sociedade, reflete o investimento que um indivíduo ou grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória (Halbwachs, 1990; D. Rodrigues, 2012). Este conceito, em constante mudança pelos indivíduos ou pela comunidade, é conduzido de geração em geração, onde os valores transmitidos através do património concedem às sociedades o sentimento de identidade e de continuidade (Cabral, 2011). Assim, o conceito de identidade surge como “(...) o grau de identificação e solidariedade de que um indivíduo tem com o grupo a que pertence (...)” (Cabral, 2011, p. 30).

Por fim, na *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, encontram-se vários conceitos, entre os quais, o de identidade que “(...) entende-se como a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.” (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. 6).

MEMÓRIA

s. f. (Do lat. *memoria*) Capacidade de reter experiências passadas ou conhecimentos anteriormente adquiridos, que se manifesta através de hábitos ou lembranças.

O conceito de memória, idêntico aos conceitos referidos anteriormente, é complexo e de difícil definição devido ao facto de esta palavra ser utilizada em diferentes áreas de investigação. Ainda que de modo breve, a primeira definição de memória está relacionada com a capacidade de recordar o passado (Assmann & Czaplicka, 1995; Halbwachs, 1990; Hall, 2006; Pollak, 1989; Smith, 2006).

De acordo com Pollak (1989), a memória compreende a relação do homem com o passado, é uma “(...) operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar (...)” (p. 9). No entanto, Halbwachs (1990), numa das suas obras, distingue os vários tipos de memória, principalmente as memórias individual e coletiva, construídas e reproduzidas ao longo do tempo, organizadas sob a forma de uma recordação, conforme o passado. Segundo este autor, é na sociedade que as pessoas adquirem, recordam, reconhecem e localizam as suas memórias. De salientar que, para Halbwachs (1990), a memória religiosa obedece a três elementos: os lugares, as pessoas e os acontecimentos.

A memória individual, influenciada pela memória coletiva, é construída a partir da comunicação com os outros, das referências e lembranças de um determinado grupo, que formam uma imagem comum do passado (Assmann & Czaplicka, 1995). Assim, cada indivíduo constitui uma memória relacionada a um determinado grupo, que contribui para a identidade e formação da memória coletiva (Assmann & Czaplicka, 1995; Halbwachs, 1990).

A memória coletiva permite que os diferentes grupos da sociedade selecionem o que trazer para o presente, uma imagem do passado descrita como uma memória comum a todos os elementos do grupo (Assmann & Czaplicka, 1995). Esta contribui também para a identidade através das memórias partilhadas que fazem parte de uma comunidade com a qual os indivíduos se identificam (Halbwachs, 1990; Smith, 2006). Como a memória individual, a memória coletiva está constantemente a (re)construir-se, é transmitida e moldada no presente, pois recordar é um processo que conduz a outro tempo e, da mesma forma, para outro lugar (Assmann & Czaplicka, 1995; Halbwachs, 1990; Hornstein, 2011; Smith, 2006).

Para Assmann e Czaplicka (1995), a memória cultural é caracterizada pela distância temporal de uma comunidade, imagens de um passado distante que relacionam a memória (passado), a cultura e o grupo (sociedade). Esta memória refere-se às recordações, comportamentos e experiências de uma sociedade que podem ser guardadas ao longo das gerações. A memória cultural apresenta um conjunto de eventos do passado, permitindo que determinado grupo se organize nos diferentes espaços pelas figuras de memória, representadas através de textos, ritos, monumentos, comunicações, prática e observância, contribuindo para a identidade que está sujeita à cultura e época de uma sociedade (Assmann & Czaplicka, 1995).

Na perspetiva dos autores referidos anteriormente, a memória é um elemento que permite a representação do tempo, o passado no presente, resistindo, assim, ao esquecimento e permanecendo atual através dos diversos conhecimentos, hábitos ou lembranças. Deste modo, o passado é formado, (re)inventado e reconstruído pelo presente, por isso, proteger a memória significa preservar o passado, o presente e o futuro (Assmann & Czaplicka, 1995; Hornstein, 2011; Smith, 2006).

A memória é também um elemento importante na definição e, sobretudo, na conservação do património (Assmann & Czaplicka, 1995; Cabral, 2011; Lopes & M. Correia, 2014; Smith, 2006). A memória reforça a relação do ser humano com os diferentes espaços, esta conseguida através de estímulos e emoções que permitem, ao homem, construir os vários lugares que habita. Assim, a memória do lugar garante a continuidade dos espaços, utilizada como uma ferramenta fundamental na salvaguarda do património, permite identificar os elementos, as particularidades e as características que permanecem nos diferentes espaços e que têm uma relação que transcende o tempo presente (Assmann & Czaplicka, 1995).

A IDENTIDADE DO LUGAR

Numa abordagem conceitual, lugar (do latim *locatis* ‘de lugar’) significa uma parte ou porção de um determinado espaço, é sinónimo de espaço ocupado ou que pode ser ocupado por um indivíduo, assim como também pode representar um sítio, local, localidade, pequena povoação ou região (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001). O conceito de lugar compreende um conjunto de identidades particulares que, ao longo do tempo, têm sido alvo de diversas interpretações entre as diferentes áreas do conhecimento. Na área da arquitetura, a definição de lugar baseia-se na multidisciplinaridade, tendo como referência o conhecimento produzido por diferentes autores (cf. Frampton, 2016; Heidegger, 2001; Montaner, 1997; Norberg-Schulz, 1980; Tuan, 1983).

Contrariamente ao conceito de espaço (preposição abstrata e ilimitada), a noção de lugar apresenta um carácter concreto, empírico, existencial e articulado, definido por pequenos detalhes (Frampton, 2016; Heidegger, 2001; Montaner, 1997). Como conceitos profundamente relacionados, o espaço e o lugar adquirem um certo significado e valor pela presença da atividade do ser humano, física e/ou simbólica (Norberg-Schulz, 1980; Rae, 2017; Tuan, 1983). De acordo com Montaner (1997), lugar é definido “(...) por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos; é ambiental e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano.” (p. 31).

Tuan (1983) contribui para a compreensão de dois conceitos, espaço e lugar, definindo com maior precisão o lugar no contexto de espaço humanizado. Deste modo, o autor afirma que o lugar está associado a diversas simbologias, visto que o ser humano, desde a sua infância, faz associações de objetos e pessoas aos diferentes lugares, demonstrando, assim, as suas identidades e perceções em relação ao espaço, este caracterizado por aspetos históricos e culturais. Nesta perspetiva, “(...) lugar pode ser definido de diversas maneiras. Dentre elas, esta: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção.” (Tuan, 1983, p. 179).

O arquiteto, historiador e teórico Norberg-Schulz (1980) interpreta os trabalhos do filósofo Martin Heidegger, principalmente a obra *Construir, Habitar, Pensar*. O lugar de que fala este filósofo, por exemplo, concreto, existencial e humanizado, pressupõe a construção, o habitar do homem, para adquirir significado e sentido. Segundo Heidegger (2001), a essência do ser humano é a sua existência e o habitar não é um ato simples nem insubstancial, mas uma grande referência para as diversas relações entre o homem e o lugar.

Para estes dois autores, o lugar determina algo concreto e conhecido, um espaço do qual nos apropriamos, um lugar vivido. A visão de Norberg-Schulz (1980) contribuiu também para a definição de lugar como um elemento que exprime o *genius loci*, o espírito do lugar, ou seja, a ideia de que transmite vida às pessoas e aos lugares, referindo-se à sua essência. Assim, o lugar é mais do que uma localização geográfica ou mais do que um espaço simples, apresentado em diferentes escalas e constituído por elementos que transmitem diversos significados, isto é, o espaço que identifica alguma coisa ou que é criado para experienciar uma determinada história (Norberg-Schulz, 1980; Tuan, 1983).



Figura 010. Dos lugares de memória ao património: o homem e o lugar.
Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

De uma forma generalizada, o conceito de lugar é dotado de significados particulares e de relações humanas, afirmando-se como o espaço onde as pessoas desenvolvem a sua vida quotidiana (Heidegger, 2001; Tuan, 1983). A arquitetura compreende a forma como as pessoas vivem e se apropriam do lugar para se sentirem mais confortáveis. Portanto, na arquitetura, o lugar é o espaço ocupado, ou seja, o espaço habitado que, segundo Norberg-Schulz (1980), é caracterizado pelo sentimento de intimidade, de pertença e de conforto, uma vez que a palavra habitado acrescenta um novo elemento, o homem. Desta forma, a arquitetura transforma o lugar que, por sua vez, lhe traz valor e significado (Montaner, 1997).

O lugar situa-se no espaço e no tempo, está relacionado com a história e delimitado entre o passado, o presente e o futuro, ou seja, entre as memórias, experiências e expectativas. Por exemplo, as ruínas são consideradas lugares históricos, privilegiados e peculiares que suportam vários significados, podendo ser interpretadas como fragmentos e sinais do passado no presente (Hornstein, 2011; Rae, 2017).

Os lugares de memória são testemunhos de um outro tempo, construções que surgem para dar resposta ao sentimento de descontinuidade entre o passado e o presente, tornando o património como intermediário na sequência das transformações da sociedade (Abreu, 2005; Nora, 1984; Pelegrini, 2007). Para Nora (1984), estes lugares permitem estabelecer uma ligação entre a identidade, a memória e a história de uma comunidade, pois assumem uma estrutura que consolida três dimensões, como por exemplo, material, funcional e simbólica. À semelhança dos lugares de memória, os santuários também representam lugares que garantem o contacto entre dois tempos diferenciados, o passado que pode ser (re)construído e o presente (Hornstein, 2011; Rae, 2017).

A história, a memória e a tradição são algumas das características do lugar que definem a sua continuidade e identidade através das gerações. O lugar, enquanto ambiente natural e construído, é um só (Hornstein, 2011; Rae, 2017). Deste modo, a identidade do lugar (uma parte da identidade individual) é construída a partir de espaços de carácter único, particular e qualitativo, de vivência e de pertença, transformando e expondo o lugar para este obter alguma satisfação (Norberg-Schulz, 1980).

PAISAGEM

Ao longo do tempo, o conceito de paisagem foi sendo construído e ampliado, muitas foram as definições que surgiram e que continuam a surgir, resultado de um contínuo confronto entre a sociedade e o território. Atualmente, a noção de paisagem “está mais próxima de tudo aquilo que o nosso olhar consegue alcançar, implicando ambientes naturais (...) bem como construídos ou humanizados.” (Henriques, 2005, p. 12).

De forma genérica, paisagem (do francês *paysage*) significa extensão de terreno alcançada pelo campo de visão, é sinónimo de aspeto, panorama ou vista, também pode representar pintura, gravura, desenho, género pictórico ou literário que se caracteriza pela representação descritiva de cenários externos ou internos, evocativos de realidades naturais, construídas pelo homem ou de um estado de espírito (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001). A palavra paisagem teve origem tanto no termo latim *pagus* como no termo alemão *landschaft*, ambos utilizados para indicar a divisão administrativa ou religiosa de um determinado território, no entanto, expressam mais do que uma organização de espaço e apresentam as relações que o homem estabelece com o lugar (Carapinha, 2011; J. Ferreira, 2005).

A nível europeu, de acordo com a *Convenção Europeia da Paisagem*, elaborada em Florença a 20 de Outubro de 2000, a paisagem é definida como “(...) uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos.” (Decreto n.º 4/2005, p. 1018). Neste sentido, a nível nacional, a paisagem é entendida como um sistema complexo, dinâmico e multidisciplinar integrando várias dimensões que interagem e evoluem em conjunto, entre as quais, componentes físicas, fatores sociais e atividades estabelecidas pelo homem. O essencial da paisagem é a sua composição holística e integradora, determinando e sendo determinante em cada lugar, constituindo a expressão da identidade de um povo (Cancela d’Abreu, 2007; Cancela d’Abreu et al., 2004; Carapinha, 2006; Telles, 2005).

Materialmente, a paisagem é o resultado de vários processos que ocorrem num determinado lugar, tem por base a existência de alguns elementos definidores, são traços característicos que a individualizam e contribuem para o seu reconhecimento, destacando-se, assim, os aspetos naturais e os aspetos culturais. Por outro lado, culturalmente, a paisagem é motivo de constante observação através da harmonia do olhar (enquanto espaço de ação ou de contemplação) e das relações de valor funcional e estético entre os elementos que a constituem, relacionando-se com o espaço envolvente (Carapinha, 2005; J. Ferreira, 2005; Salgueiro, 2001).

Reconhecendo que o conceito de paisagem transparece a intervenção humana, direta ou indiretamente, o homem modela e contempla a natureza como resultado do trabalho de sucessivas gerações (Henriques, 2005; Telles, 2011). Deste modo, segundo Ribeiro e Lautensach (1987), a paisagem é um processo de acumulação de tempos, um compromisso com o passado e o futuro, constitui um dos suportes da memória coletiva que traduz a história de uma povoação e a forma de aproveitamento dos solos para fins produtivos de um determinado espaço geográfico, construindo, assim, a identidade cultural de um povo.

De facto, a paisagem encontra-se em permanente transformação, é portadora de significados e expressa os diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade, definindo um compromisso com a natureza do lugar, com a comunidade e com a sua cultura, nela estão objetivamente presentes o espaço, a matéria e o tempo (Carapinha, 2005; Rosendahl & Corrêa, 1998; Salema, 2015; Torres, 2013). Por excelência, a paisagem representa um sinal de presença humana e de vida, é o “(...) ponto de encontro entre o património material e imaterial, a humanidade e a natureza, a pessoa e o meio.” (Martins, 2012, p. 20).

Como uma identidade imprescindível à vida humana, a paisagem está carregada de elementos simbólicos que se baseiam na experiência e leitura do lugar, também é uma acumulação de tempos que se manifesta através de valores, crenças, mitos e utopias, isto é, uma dimensão simbólica no espaço e no tempo (Rosendahl & Corrêa, 1998; Torres, 2013).

No contexto religioso, o que faz uma paisagem adquirir os mais diversos valores e características tão peculiares é o significado e a simbologia que lhe é atribuída com base na influência da religião que remete para outra dimensão, totalmente sagrada. Os templos ou lugares sagrados (por exemplo, locais contemplativos, em ermo) apresentam um marco na paisagem com construções que assinalam o lugar e o preenchem de significados, principalmente religiosos. No interior destes espaços religiosos há também uma paisagem específica que inclui traços característicos enquanto suportes de uma linguagem simbólica. Assim sendo, a paisagem religiosa é, portanto, uma paisagem com elementos que remetem para a relação das pessoas com o sagrado (Eliade, 1992; Soares, 2014; Torres, 2013).

LUGAR SAGRADO

A natureza do lugar sagrado está associada aos templos que foram construídos como espaço simbólico (de devoção e de culto) e/ou foram selecionados pela natureza através de sítios que fazem apelo à transcendência, à referência ao divino, onde o homem reconheceu a permanente dimensão de espiritualidade ou algo de caráter simbólico (Bancroft, 1991; M. Correia, 2008; Holm & Bowker, 1999).

A relação entre o lugar e o sagrado tornou estes espaços especialmente significativos, carregados de muito simbolismo, interpretando, assim, o lugar sagrado como um lugar impregnado de significado que representa a história, a tradição e/ou a memória, no espaço e no tempo. Na procura do divino, o homem escolheu alguns lugares e construiu espaços onde lhes concedeu valor e significado, cuja materialidade ou imaterialidade (por exemplo, sítios e práticas) se encontram interligadas ao sagrado (M. Correia, 2008; Holm & Bowker, 1999; Rosendahl, 2008). Os lugares sagrados respondem às necessidades do ser humano, são capazes de despertar emoções (como por exemplo, os seus sentimentos, a sua identidade e a sua fé) que “(...) como qualquer experiência religiosa, é sentida de modo diferente por cada um de nós.” (M. Gomes & R. Gomes, 2008, p. 6).

No âmbito do Cristianismo, o lugar sagrado consegue funcionar simbolicamente como uma expressão de fé e de esperança. Assim, de acordo com Holm e Bowker (1999):

“Os Cristãos têm muitas espécies de lugares sagrados, incluindo cidades, territórios geográficos e igrejas. Alguns são centros de peregrinação, lugares onde se acredita terem acontecido milagres. A maior parte são actuais locais geográficos, como Jerusalém, Roma, ou a igreja local, mas outros, como o céu, pertencem ao domínio da crença, da imaginação e da esperança. É muito fácil discutir lugares sagrados que podem estar localizados em mapas antigos ou modernos, mas é muito mais difícil falar sobre aqueles ‘lugares’ que muitas vezes são descritos como se existissem de uma forma física, mas que pertencem essencialmente ao mundo da fé e, evidentemente, não podem ser visitados.” (p. 43).

Na perspetiva de Eliade (1992, 2004), estes lugares são considerados o ponto de encontro entre o Céu e a Terra. São também sítios de hierofania, manifestação ou revelação do sagrado, frequentemente associados às crenças nas várias características atribuídas aos santos, como mediadores de Deus. Em diferentes religiões, os lugares sagrados representam o centro do universo ou o suporte entre o mundo da vida quotidiana e a essência do divino (Bancroft, 1991; Eliade, 1992; Holm & Bowker, 1999). Para Eliade (1992), “encontramos por toda a parte o simbolismo do Centro do Mundo, e é ele que, na maior parte dos casos, nos permite entender o comportamento religioso em relação ao espaço em que se vive.” (p. 25).

A deslocação aos lugares sagrados, lugar construído que apresenta uma simbologia distinta, está muitas vezes relacionada com a prática de peregrinação para benefício espiritual e para prestar homenagem. Neste sentido, a peregrinação (do latim *peregrinatio*) consiste na deslocação a um lugar sagrado, ou seja, ação ou resultado de peregrinar como forma de devoção ou promessa. A peregrinação é ainda definida como sinónimo de romagem, é a saída dos indivíduos, geralmente em grupo, de um lugar para o outro e/ou a deslocação a algum lugar santo (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; Rosendahl, 1995, 1996; Vilaça, 2008). De acordo com Rosendahl (1996), a deslocação aos lugares sagrados representa uma demonstração de fé e “envolve assim, espaço e tempo, fixos – os lugares sagrados – e fluxos – a peregrinação.” (p. 3).



Figura 011. Deslocação a um lugar sagrado. Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

Na verdade, a ideia de um lugar sagrado pode variar dependendo das circunstâncias e do contexto, evidenciando os templos que assumem uma posição isolada, em ermo, caracterizados pela simplicidade da forma e das dimensões dos seus espaços, definindo um eixo que une simbolicamente o Céu e a Terra. Isto é, o ponto de contacto entre a eternidade e o tempo, o ponto de proximidade entre Deus e a humanidade, o lugar de transição entre o mundo imaterial (transcendente) e material (Eliade, 1992; Rae, 2017; Rosendahl, 1996).

A atmosfera, vivenciada nos lugares sagrados, deve-se ao resultado de um espaço com significado distintivo e particular dos edifícios religiosos, concebida para veneração com uma conotação própria (divina) através da conjugação dos elementos naturais com a arquitetura (numa relação de integração e de materialidade) e do permanente contacto entre o Homem e a Natureza (Eliade, 1992; Holm & Bowker, 1999; Rae, 2017). No caso das ermidas, ou muitas vezes capelas, é apresentado o seu carácter simbólico e a referência da importância do sagrado, estabelecendo, assim, uma relação entre a identidade do lugar e a identidade dos indivíduos (Rosendahl, 2008).

ERMIDA

Segundo a Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (2001), no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, ermida (do latim *eremita*, ‘solitário’) significa pequena igreja, capela ou templo edificado fora dos núcleos urbanos, em locais mais distantes e despovoados, isolados, em ermo. Por oposição, capela (do latim *cappella*, ‘capa’) significa edifício religioso de reduzidas dimensões, espaço público ou privado, em que geralmente há apenas um altar, isolado ou anexado a uma igreja, convento, casa nobre, palácio, colégio ou hospital destinado ao culto religioso.

Da análise realizada à literatura, verifica-se que não existe apenas uma definição de ermida, por isso, C. Azevedo (2000) refere que “há autores para quem ermida é um pequeno templo, de espaço único, geralmente situado em local ‘ermo’, isolado, fora dos povoados. Para outros a sua origem aponta para o espaço de oração criado pelos ermitas (...)” (p. 154).

O conceito de ermida confunde-se, por vezes, com o de capela, sendo que a principal diferença entre estes dois conceitos é, essencialmente, a sua localização. Deste modo, as ermidas distinguem-se das outras construções religiosas enquanto elemento de espiritualidade, arte e identidade de função exclusivamente religiosa e militar/territorial, marcadas pela história, tradição e/ou memória coletiva que liga o Homem e a Natureza (C. Azevedo, 2000; Eliade, 1992; Pinto, 2007).

São pequenas construções que surgiram da necessidade de construir um lugar dedicado ao culto religioso e que, normalmente, se encontram localizadas em pontos estratégicos em torno dos povoamentos, como por exemplo, em linhas de festo (pontos de maior cota), cumes, caminhos antigos, cursos ou nascentes de água, afloramentos rochosos ou possíveis vestígios arqueológicos (C. Azevedo, 2000; Bancroft, 1991; Ferro, 2014; Guadalupe, 2000; Holm & Bowker, 1999; Nascimento et al., 2018; Pinto, 2007; Rae, 2017; Resende, 2011).

A origem das ermidas remonta aos primeiros tempos do cristianismo, resultando, em certos casos, do reaproveitamento dos antigos templos sagrados de outras religiões, no entanto, estes pequenos templos de adoração também surgiram a partir da disseminação das enfermidades e das pragas, entre os séculos XV e XVIII (C. Azevedo, 2000; Holm & Bowker, 1999; Resende, 2011). A construção, destes locais de veneração, verificou-se principalmente ao longo do século XVII, uma vez que “a difícil conjuntura política (...) e as dificuldades económicas da época seguinte, resultantes do longo esforço de guerra desenvolvido nas lutas da Restauração, explicam a razão da localização e proliferação destes simples e reduzidos espaços de culto.” (C. Azevedo, 2000, p. 157).

Por sua vez, a maioria das ermidas são dedicadas à veneração dos santos, pois com a introdução e a instalação de algumas ordens monásticas ao longo dos séculos XII e XIII, muitas foram as que prestaram honra e respeito aos vários santos e padroeiros protetores, que tinham e têm uma grande devoção popular. De acordo com C. Azevedo (2000), estas pequenas construções “(...) são sempre locais de culto público e por vezes são chamadas ‘capelinhas’, principalmente as dos cimos dos montes, onde todos os anos se celebra a festa dedicada ao orago (...)” (p. 155).

Do ponto de vista arquitetónico, as ermidas são estruturas simples de pequena ou média dimensão com uma única nave, geralmente acompanhadas apenas de um altar, no entanto, algumas possuem ainda uma torre sineira ou um nártex (galilé ou espécie de alpendre colunado). Estes pequenos templos acompanharam o desenvolvimento da vida social e económica das populações, permitiam transcender o mundo profano através da posição e dimensão dos espaços, bem como da sua presença física e simbólica que marca e irradia o lugar a que pertencem (C. Azevedo, 2000; Guadalupe, 2000; Pinto, 2007; Resende, 2011).

A simplicidade destas construções clarifica a presença de uma única entrada no edifício, maioritariamente, encontrada na fachada principal no lado oposto do altar. Em algumas ocasiões, a entrada é antecedida por um nártex que nem sempre fez parte da inicial estrutura arquitetónica do edifício, sendo assim reconhecido o seu acrescento como solução para albergar um maior número de peregrinos (C. Azevedo, 2000; Resende, 2011).

MONERE. MONUMENTUM
MONUMENTO
KUNSTHISTORISCHE DENKMAL
MONUMENTO HISTÓRICO
HERITAGE
PATRIMÓNIO

Figura 012. Evolução da palavra património.
Adaptado de Choay (2008, 2011).

O PATRIMÓNIO

Ao longo do tempo, o conceito de património evoluiu e foi adquirindo diversos significados, no entanto, de acordo com a *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, o património “(...) é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.” (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. 5).

Atualmente, a palavra património passou a fazer parte do quotidiano, sendo cada vez mais utilizada em larga e diversificada escala, não apenas por estudiosos mas também pela comunidade em geral (Cabral, 2011; Choay, 2008; Smith, 2006). Para Choay (2008), a origem desta palavra encontra-se “(...) ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.” (p. 11).

Do ponto de vista etimológico, o conceito de património (do latim *patrimonium*) representa o conjunto dos bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados, constituindo, assim, uma herança coletiva, ou seja, um legado comum que tem valor significativo para a sociedade, a qual assume uma responsabilidade de proteção e valorização pela sua importância cultural (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; Barranha, 2016; Cabral, 2011; Choay, 2008; Ramos, 2003; Smith, 2006). Neste sentido, o conceito está intimamente ligado à herança transmitida pelos antepassados, referindo-se ao conjunto de bens herdados ou adquiridos em experiências e memórias do passado, isto é, “(...) herança que vem obviamente de trás, do que nos precedeu e que justifica aquilo que somos.” (Ramos, 2003, p. 12).

Depois de realizada uma breve resenha sobre património, apresenta-se a ideia de Choay (2008) que esclarece também a origem e a definição de algumas palavras associadas ao conceito de património, bem como a sua relação com a história, a memória e o tempo, entre as quais se destacam: monumento, antiguidade e monumento histórico, que no século XIX foram substituídas pelo vocábulo património. Deste modo, segundo a última autora, monumento é definido como “(...) qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.” (p. 17). A *Carta de Veneza* acrescenta que “os povos tornam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade colectiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade.” (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964, p. 1).

No mesmo sentido, Smith (2006) também explora a origem de alguns conceitos relacionados com o património, questionando o seu significado atual e os seus valores imateriais. Para Smith (2006), o património é visto como um processo cultural em constante transformação, uma vez que é um testemunho de criação e de (re)construção da memória que não é somente materialidade, mas também contempla as memórias, as emoções e as sensações, completando o significado de património e adaptando uma comunidade numa ação contínua.

Por sua vez, o património na qualidade de portador de memórias, valores, costumes, saberes e vivências, faz recordar o passado, expressa a identidade histórica e as vivências de um povo (Choay, 2008). A transmissão dos valores é assegurada pela continuidade do património que é transmitido para usufruto das gerações futuras, suscita nas comunidades um sentimento de identidade e de autenticidade, promove o respeito pelo património e a necessidade de o manter e preservar (Cabral, 2011; Choay, 2008; Lopes, 2012). Assim, o património é considerado um conceito de difícil definição devido à sua permeabilidade com outros conceitos (por exemplo, a identidade, a memória ou a cultura) que estão interligados e proporcionam ao património um sentido de ação, poder e operação (Smith, 2006).

A memória permite guardar, conservar e preservar lembranças, por isso, é associada ao conceito de património como elemento de salvaguarda que prevê a participação e a colaboração da comunidade. O registo da memória é importante para reconhecer os acontecimentos do passado e conservar as informações que nos são importantes preservar, tanto na memória individual como na coletiva (Pelegrini, 2007). No entanto, a memória ao preservar informações contribui para que o passado não seja totalmente esquecido pois “preservando e valorizando o património (...) preservamos memórias, identidades e diversidades culturais.” (Ramos, 2003, p. 23). Neste contexto, o património é visto como um intermediário do passado e do presente, sendo o passado recuperado através do papel da memória. Assim, o passado é um ponto de união entre dois momentos temporais diferentes, é sinónimo de antiguidade e de continuidade. Segundo Barranha (2016), “(...) usamos o património de ontem para construirmos o património de amanhã, porque a cultura é, por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento.” (p. 26).

Nesta perspetiva, o património relevante para a cultura de um povo, de uma região ou até mesmo de toda a humanidade é o legado cultural com valor material ou imaterial, sendo que “no património material, o mais importante são as coisas; no património imaterial, o principal são as pessoas.” (Cabral, 2011, p. 16).

A *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, cujos princípios são baseados na *Carta de Veneza*, define este património em três categorias: os monumentos, os conjuntos históricos e os sítios ou locais de interesse (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 1972). No entanto, de acordo com a *Convenção de Faro*, o património cultural:

“(...) constitui um conjunto de recursos herdados do passado, que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo.” (Conselho da Europa, 2005, pp. 6648-6649).

Deste modo, o património cultural pode ser definido como o conjunto de bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio e característica determinante, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e para a construção da identidade de um grupo (Cabral, 2011; Lei n.º 107/2001). Este conceito compreende os bens culturais, nomeadamente os monumentos, as obras de arte, os manuscritos, os livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, refletindo, assim, valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade que representam um pouco da identidade e da memória de uma sociedade (Barranha, 2016; Cabral, 2011; Choay, 2011; Pelegrini, 2007; Ramos, 2003; Smith, 2006).

A importância deste património, transmitido de geração em geração, assenta em razões históricas num perfil entre o passado, o presente e o futuro, contribuindo para a noção de continuidade da identidade de um povo, associado aos contextos sociais, culturais, económicos e políticos que condicionam uma sociedade (V. Jorge, 2005; Lopes & M. Correia, 2014; Ramos, 2003).

No que se refere ao património arquitetónico, este é considerado uma expressão de riqueza e de cultura, ou seja, uma herança comum de todos os povos, à semelhança da definição de património (Barranha, 2016; Conselho da Europa, 1975; Lopes, 2012). A *Carta Europeia do Património Architectónico* confirma a noção de património, que é constituído “(...) não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.” (Conselho da Europa, 1975, p. 2).

O património arquitetónico, de insubstituível valor espiritual, cultural, social e económico, entende-se como:

“(…) o conjunto das estruturas físicas (os edifícios ou estruturas construídas e seus componentes, os núcleos urbanos e seus componentes, as paisagens e seus componentes) às quais determinado indivíduo, comunidade ou organização reconhece, num dado momento histórico, interesse cultural e ou civilizacional, independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique: valor arquitetónico (artístico, construtivo, funcional), valores histórico e documental, valores simbólico e identitário.” (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana & Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010, p. 8).

No âmbito do património religioso, o homem escolheu alguns lugares onde o transcendente, o espírito e o sagrado se manifestam de diversas formas, refugiando-se, assim, na sua essência, na memória e na identidade de uma sociedade. Deste modo, existem lugares de culto, obras arquitetónicas e paisagens sacralizadas (por exemplo, locais de peregrinação e romaria) circunscritas de símbolos e significados que representam, valorizam e transmitem a importância do simbólico e do transcendente na relevante aproximação entre o homem e a natureza, salvaguardando uma certa identidade cultural, histórica ou artística (Conde, 2014; Eliade, 1992; Rae, 2017; Rosendahl, 2008).

O património religioso compreende os monumentos, os objetos e os elementos imateriais, expressando um conjunto de bens culturais que representam uma parte essencial da cultura de um povo, isto é, testemunhos da identidade e da tradição de inúmeras gerações de religiosos (Conde, 2014; Conferência Episcopal Alemã & Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 1994). Neste contexto, distinguem-se os espaços, os edifícios ou os lugares de índole religiosa, como por exemplo, as igrejas, as capelas, as ermidas, os locais de culto, os mosteiros, os conventos, entre outros. Por outro lado, o património religioso também inclui os objetos sagrados, as obras de arte (por exemplo, as imagens, as pinturas, os vitrais), os livros, os documentos, entre outros. No que concerne aos bens imateriais, este engloba os diversos e principais testemunhos de cariz religioso, entre os quais, as tradições, as orações, os rituais, as cerimónias, a música e as festividades (Conde, 2014; Conferência Episcopal Portuguesa, 2005).

É ainda importante salientar que o património arquitetónico religioso nasce com o propósito de devoção e de prece, é uma herança cultural e particularmente espiritual que colabora para manter e preservar a identidade individual, social e cultural de uma sociedade referente ao seu passado, vivido no presente e que será transmitido no futuro (Conferência Episcopal Alemã & Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 1994).



Figura 013. Património Arquitetónico Religioso, nas décadas de 40 a 60.
Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

02 O CONCELHO DE PORTEL

Na segunda parte, realiza-se uma aproximação ao território do trabalho de investigação, sendo, por isso, fundamental a caracterização do concelho de Portel – a sua história, o seu património e a sua paisagem. Esta análise promove a informação necessária para a compreensão do lugar, permite alargar o conhecimento e ser um instrumento de apoio através de documentação histórica, gráfica e fotográfica.

Através de uma análise geral do concelho, pretende-se um melhor conhecimento da sua história, tradição, memória e vivências, proporcionando “(...) um olhar sobre o nosso passado histórico e cultural, herança que está presente na paisagem, nos monumentos e nos usos e costumes das gentes de Portel.” (Patinho, 2008, p. 7).

O reconhecimento do lugar tem em vista a perceção, a compreensão e a valorização do espaço através de uma análise morfológica (acompanhada de uma nota explicativa), na qual são apresentados vários elementos gráficos a fim de compreender a importância do desenho e da implantação estratégica do objeto de estudo (as ermidas), no território, nas paisagens e nos lugares do concelho de Portel.

“O Alentejo não é só planície obstinada, a praia imensa dos trigais morrendo ao longe no céu – único mar que se avista. Não é só o grande espaço liso, o ar sem asas, sem vento, o silêncio de convento, a terra seca de fontes. Tem montes, o Alentejo; tem rios, correndo para outros rios; tem barrancos que são menos que os rios – caminhos de água de inverno, feridas secas de estio, bordejadas de loendros; tem um rio grande, o Guadiana, direito descendo ao mar, povoado de moinhos onde, junto com o grão, se moía pobreza e solidão; jazem hoje abandonados. O Alentejo tem árvores: nem só sobreiros a arder; grupos altos de eucaliptos, mais altos por serem breves, assistem nos ‘montes’ brancos; o vento que se neles prende, nas franças da cor do bronze, move os ramos num segredo. O Alentejo tem flores na Primavera, malmequeres, urzes, estevas, rosmaninho e mil giestas rindo à beira dos caminhos. Não tem só herdades, o Alentejo, mas aldeias de casas brancas, erguidas com simples, evidente, rigorosa geometria, casas rasteiras de um só piso, com largas barras de cor enquadrando a caiação; casas por igual repetidas, com escuros postigos a que raramente alguém assoma, enormes chaminés na frontaria, verdes parreiras ensombrando as portas dos quintais. O Alentejo tem música, nem só chocalhos de gado ou guizalhar das carroças; tem música feita de vozes, que ninguém canta sozinho e que dispensa a tocata.”

(J. Alarcão, 1998, pp. 5-6)



Figura 014. Alentejo e os campos de cereal. Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

O ALENTEJO

A região do Alentejo, uma região de encantos únicos situada no Sul de Portugal, corresponde a quase um terço de Portugal Continental e apresenta uma área vasta, severa e monótona, com uma paisagem particular que ao longo de séculos o homem soube construir. De acordo com os critérios populacionais, administrativos e geográficos, o Alentejo é uma região inserida na NUTS II e divide-se em cinco sub-regiões: Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. O Alentejo Central corresponde ao distrito de Évora, composto por 14 concelhos com cerca de 170 000 habitantes em 7 400 km², segundo os Censos de 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2012).

No Alentejo, a paisagem caracteriza-se pelos diversos aspetos físicos do território. A sua transformação e a sua permanência resultam da relação do homem com o lugar, isto é, da sua atividade, das suas construções, das memórias e vivências associadas ao passado, à história e ao património. Assim, a paisagem alentejana é “(...) de uma grande sobriedade de linhas: a planície – a peneplanície – aberta em campos de cereal e pousio, a perder de vista, e montados de sobreiros e azinheiros verde-escuros contra um céu límpido e brilhante, implacável para quem tem de andar ao ar livre, porque no Alentejo não há sombra, senão a que cai do céu.” (Oliveira & Galhano, 1992, p. 157).

Com uma expressão espacial significativa, conferindo uma certa singularidade, o Alentejo é admirado pelo seu valor natural, paisagístico e ambiental, pela qualidade do seu património e pela sua beleza cénica, uma vez que “(...) o contraste é impressionante entre as serranias que, pelo norte, barram o horizonte próximo e o planalto a que não se vê o fim: sobre ele, as manchas de verdura vão-se tornando cada vez mais desbotadas, indecisas e distantes. Na verdade, é o Alentejo que se anuncia.” (Ribeiro, 1993, p. 184).

Entre o céu, a terra e o mar, entre a planície e o montado, entre o solo e o subsolo, entre a fauna e a flora diversificadas, rico e enriquecido por artes e engenhos humanos, assim é o Alentejo, terra de tradições preservadas com uma história marcada pelo património e pela cultura que lhe conferem identidade e autenticidade (Cancela d’Abreu et al., 2004; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2020; Ribeiro, 1993).

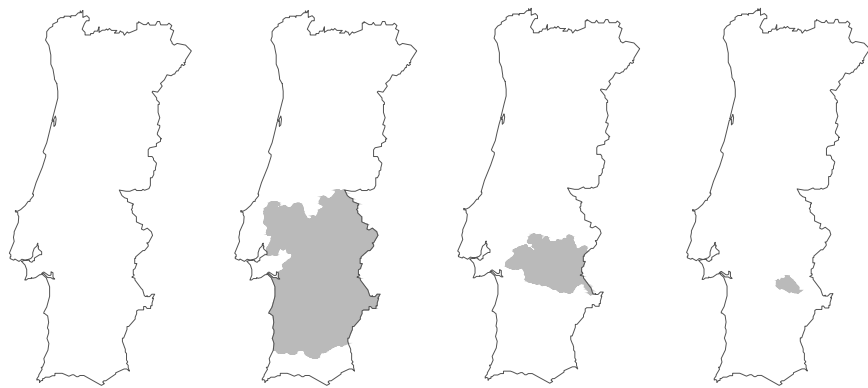


Figura 015. NUTS I, Portugal Continental; NUTS II, Alentejo; NUTS III, Alentejo Central; e Concelho de Portel. Adaptado de Direção Geral do Território, CAOP (versão de 2020).

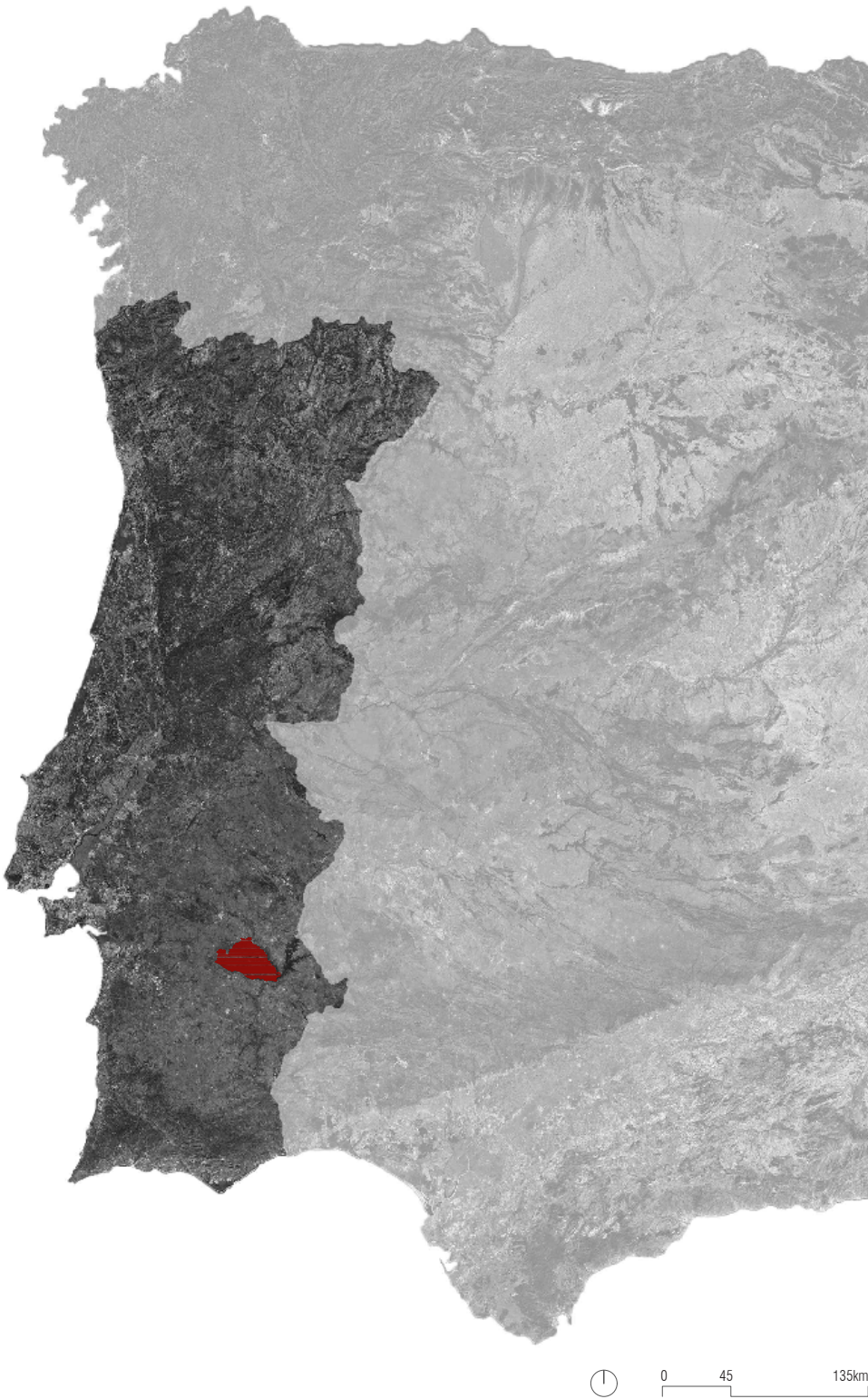


Figura 016. Ortofotomapa de Portugal Continental com a localização do concelho de Portel. Adaptado de Google Earth (2020).



Figura 017. Mapa esquemático do concelho de Portel.
Adaptado de Câmara Municipal de Portel (2018).

ANÁLISE MORFOLÓGICA DO CONCELHO

Numa perspetiva morfológica e identitária do espaço, a análise do território da presente investigação procura reunir e compreender as principais particularidades do concelho de Portel (e das ermidas), contribuindo, assim, para a leitura e a interpretação dos vários elementos que caracterizam o lugar (intensificando a relação entre a paisagem e o património).

A uma escala global, a região do Alentejo é marcada pela agricultura, pastagens e sistemas agroflorestais, caracterizando-se como uma paisagem agrícola, por exemplo: com um relevo pouco acentuado, com pouca amplitude e ondulado; os solos férteis; paisagem com múltiplos afloramentos rochosos de granito e amontoados de rochas; os campos abertos e extensos; povoamento concentrado, apesar de os montes constituírem um povoamento disperso (Cancela d’Abreu et al., 2004; Oliveira & Galhano, 1992; Ribeiro, 1993).

No concelho de Portel, observa-se um território numa extensa peneplanície, representado por um relevo ligeiramente ondulado e com algumas acentuadas elevações que não excedem os 400 m de altitude, à exceção da Serra de Portel. Com dois importantes cursos de água (Guadiana e Sado), inúmeras reservas hídricas (entre as quais, Alvito e Odivelas), bem como o maior lago artificial da Europa (Alqueva), o território possui ótimas condições para a prática agrícola e grande interesse turístico (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Câmara Municipal de Portel, 2018).

Uma outra particularidade deste território é a natureza revestida de bosques de grande riqueza florística e faunística. A paisagem deste concelho é caracterizada pelas suas habitações, herdades, montes, searas e pastagens, pontuada por extensas áreas de montado de sobre e azinho, vinha e olival (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018; Lecoq, 2000).

Deste modo, enquanto ferramenta de apoio à análise, instrumento de trabalho e de apresentação no desenvolvimento desta investigação, foram produzidos alguns elementos gráficos que esboçam as diferentes singularidades do concelho de Portel, isto é, plantas síntese sobre a topografia, a hidrografia, a geologia, a estrutura urbana e a estrutura viária.

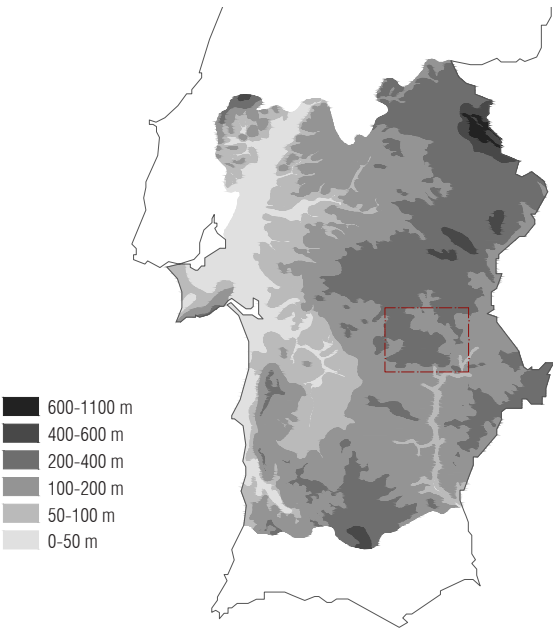


Figura 018. Esquema representativo da altimetria, região do Alentejo.
Adaptado de EPIC WebGIS Portugal.

TOPOGRAFIA

A topografia é a descrição da morfologia de um lugar, apresenta as particularidades, as formas e os valores que a paisagem e o território representam para o homem. No entanto, topografia é também uma *topofilia*, pois evidencia os vínculos afetivos entre o ser humano e o meio ambiente (Tuan, 1980). Posto isto, a planta gráfica que se segue (fig. 019) representa a topografia do concelho de Portel, tendo como base as folhas 472, 480, 481, 482, 489, 490, 491, 500 e 501 da Carta Militar de Portugal, à escala 1:25 000, produzidas pelo Serviço Cartográfico do Exército ou CIGeoE (Direção Geral do Território, 2021).

O concelho de Portel não tem um relevo muito acidentado, nem abundância de vales profundos e escavados, apesar de a sua altimetria variar entre os 75 m junto à Albufeira de Alqueva na União das freguesias de Amieira e Alqueva e ultrapassar os 400 m de altitude no ponto mais alto da freguesia de Portel, em São Pedro (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018). De um modo geral, evidencia o contraste entre duas zonas de relevo acentuado numa topografia relativamente suave e plana, expressão da extensa superfície que caracteriza a peneplanície alentejana (Ribeiro, 1993). De facto, o concelho caracteriza-se por integrar um importante acidente geográfico que marca a transição entre as duas grandes zonas do Alentejo, cuja escarpa de falha da Vidigueira divide o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo através de um desnível superior a 150 m, posicionando a Serra de Portel a Norte com cotas altimétricas mais elevadas que a peneplanície (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Câmara Municipal de Portel, 2018; Janeiro, 2017; Lecoq, 2000).

Na Serra de Portel, observam-se as bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana, incluindo a Ribeira de Odivelas (Oriola), a Ribeira da Pecena (Monte do Trigo) e o Rio Degebe (União das freguesias de Amieira e Alqueva), que delimitam a fronteira nascente e poente do concelho de Portel. Com uma cota máxima, próxima dos 450 m de altitude, a Serra de Portel é formada por algumas elevações que se alongam na direção nascente-poente, destacando-se a de São Bartolomeu do Outeiro (364 m), a de São Pedro (422 m) e muitas outras que se localizam a Norte da vila de Portel, como por exemplo, a de Santa Catarina e a de Nossa Senhora da Saúde, com 375 e 350 m respetivamente (F. Almeida, 2008; Janeiro, 2017; Lecoq, 2000).

A Albufeira de Alqueva está inserida na peneplanície do Alto Alentejo, representa uma superfície pouco acidentada onde dominam os declives suaves e planos, desenvolvendo-se, assim, por extensas áreas e a altitudes próximas dos 200 m devido às fases de aplanamento do Maciço Antigo (Maciço Hespérico ou Ibérico). Os declives mais acentuados e os vales encaixados, a Nordeste e Sudeste do concelho, estão associados a zonas fortemente dissecadas pela erosão, principalmente, pelo encaixe profundo provocado pelo trabalho dos cursos de água (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018).

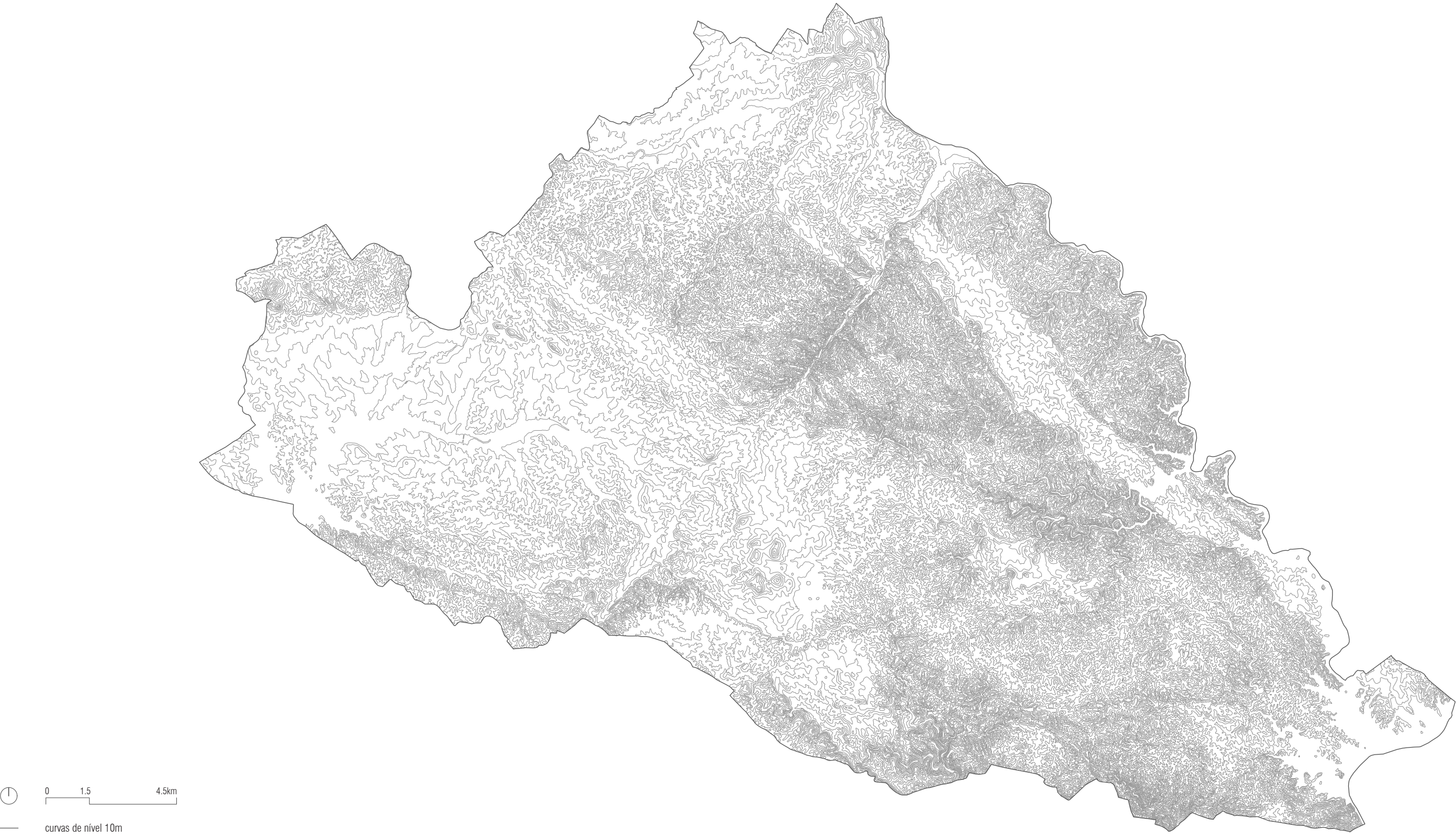


Figura 019. Mapa da Topografia do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército.



Figura 020. Esquema representativo das bacias hidrográficas, região do Alentejo.
Adaptado de EPIC WebGIS Portugal.

HIDROGRAFIA

A rede hidrográfica do concelho de Portel caracteriza-se por uma grande diversidade de elementos hidrológicos, nomeadamente, albufeiras e cursos de água tributários (afluentes e subafluentes), entre os quais, a Albufeira de Alqueva, a Albufeira de Alvito, o Rio Degebe, o Rio Guadiana, a Ribeira de Odivelas e a Ribeira da Pecena (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018; Janeiro, 2017). No que se refere à caracterização e análise da rede hidrográfica, foi utilizada a informação disponível nas folhas da Carta Militar de Portugal referentes ao território da investigação. Assim, a próxima planta (fig. 021) representa a hidrografia do concelho de Portel, na qual são apresentadas as linhas de água principais e secundárias (Direção Geral do Território, 2021).

Ao nível das albufeiras, importa referenciar a Albufeira de Alvito e a Albufeira de Alqueva que se encontram nas bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana, construídas em 1977 e 2002, respetivamente. São dois grandes projetos hídricos que delimitam o concelho de Portel, destacando-se na região Sudoeste do concelho a Albufeira de Alvito e a Sudeste a Albufeira de Alqueva (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Lima, 1992). A Albufeira de Alqueva situa-se no troço principal do Rio Guadiana, constituindo o maior lago artificial da Europa, ocupa uma área de 250 km² e o perímetro das suas margens atinge mais de 1 100 km, estendendo-se ao longo dos concelhos de Moura, Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Alandroal (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Janeiro, 2017; Lecoq, 2000).

Os cursos de água encontram-se dispersos por todo o concelho e pertencem também às bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana, à semelhança das albufeiras referidas anteriormente. No interior da Serra de Portel, identifica-se uma zona de terras baixas irrigadas por numerosos cursos de água que interrompem a planície. Em geral, a rede de cursos de água tem um caráter sazonal, marcada por diversas massas de água públicas e privadas que assumem grande importância para a retenção, armazenamento e disponibilidade de água ao longo de todo o ano (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018).

Em determinadas situações, a ação humana pode influenciar o regime dos rios (variação do caudal ao longo do ano), como acontece com a construção de algumas barragens que têm como objetivo regularizar os caudais, reter a água nas albufeiras e evitar as cheias. Por sua vez, a construção da Barragem de Alqueva foi um grande empreendimento para a região do Alentejo, assumindo-se como potenciador do desenvolvimento desta região nos mais diversos domínios, entre os quais, climatérico, económico, social e cultural (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Janeiro, 2017; Lecoq, 2000).



Figura 021. Mapa da Hidrografia do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército.

GEOLOGIA

Em termos geológicos, a região do concelho de Portel é bastante variada, uma vez que possui representações de séries cristalofílicas azoicas, depósitos de detritos grosseiros e calcários e, também, outras formações do substrato hercínico, nomeadamente, as rochas intrusivas e eruptivas (Carvalhosa, 1967). Deste modo, em conjunto com algumas referências bibliográficas e cartográficas disponíveis sobre esta região, a área representada na seguinte planta (fig. 023) abrange as folhas 40-B, 40-C, 40-D e 43-B da Carta Geológica de Portugal, produzidas pelos Serviços Geológicos de Portugal (Direção Geral do Território, 2021).

Do complexo cristalofílico, fazem parte os micaxistos, as rochas verdes e algumas unidades de rochas quartzo-feldspáticas que ocupam quase toda a área deste concelho. As rochas verdes estão representadas na zona de Portel por diversas faixas, sendo a mais importante a que se estende desde Monte do Trigo até ao limite do concelho, atravessando a aldeia de Amieira. As rochas quartzo-feldspáticas encontram-se entre Portel e Vera Cruz, como exceção surge S. B. do Outeiro que também é constituída por estas rochas. Existem ainda alguns afloramentos quartzíticos na zona entre Portel e Vera Cruz (Carvalhosa, 1967).

A vila de Portel está situada sobre formações do complexo cristalofílico. A ocidente surgem os xistos luzentes, metaliditos e metagrauvaques (série negra), representando, assim, alguns dos terrenos mais antigos da região. A série negra contém xistos e quartzitos que se estendem por uma área em direção ao maciço granítico de S. B. do Outeiro (Carvalhosa, 1967).

Nos terrenos desta região, observam-se algumas características da unidade geológica mais antiga e também aquela que abrange maior área do território português (o Maciço Antigo, onde está incluída a Zona de Ossa Morena), sendo constituída por rochas eruptivas e metassedimentares, isto é, rochas cristalinas (granito) e metamórficas (xistos) intercaladas com quartzitos. Os seus solos são férteis, leves e muito arenosos, ricos em barros e outros minerais de origem granítica (Carvalhosa, 1967). Para além de incorporar o elemento morfológico fundamental do relevo do Alentejo (peneplanície), esta área também inclui a Serra de Portel, relevo tectónico cuja escarpa de falha da Vidigueira a põe em contacto com a peneplanície alentejana (F. Almeida, 2008). A Serra de Portel é um maciço montanhoso de origem xisto-grauvática que contém formações pré-câmbricas, encontrando-se associadas a xistos luzentes e vulcanitos ácidos, onde predominam os calcários cristalinos e os xistos metamórficos com bastante riqueza mineral associada (Carvalhosa, 1967).

Nas margens e terrenos que envolvem a Albufeira de Alqueva, observam-se as rochas mais duras, tais como quartzitos e outras rochas siliciosas, os xistos impermeáveis, as rochas verdes e os granitos. Segundo Carvalhosa (1967), os xistos impermeáveis (pouco resistentes à erosão linear) permitem a formação de vales abruptos e linhas de água encaixadas, enquanto as rochas verdes encontram-se situadas em terrenos baixos e vales largos, são mais brandas e modificam-se com maior facilidade. Na Ribeira da Pecena (Monte do Trigo) e na Ribeira de Odivelas (Oriola) observam-se depósitos de detritos grosseiros e calcários, constituídos por aluviões que incluem cascalhos, areias e matérias argilosas (Carvalhosa, 1967).

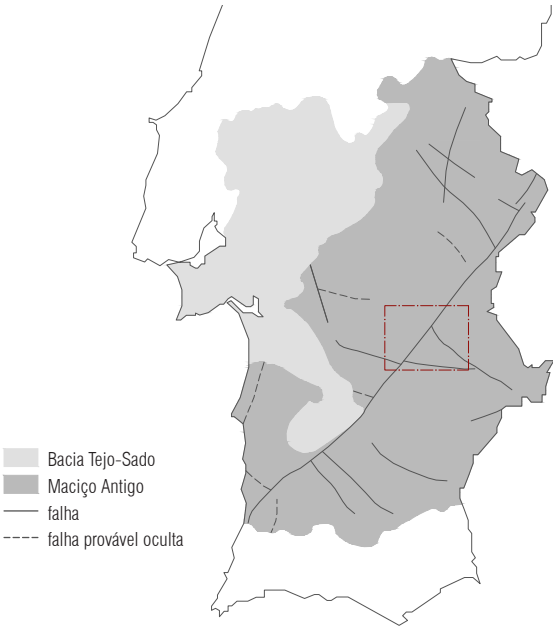


Figura 022. Esquema representativo das unidades geológicas, região do Alentejo. Adaptado de Carta Geológica de Portugal, LNEG (2020).



Figura 023. Mapa da Geologia do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Geológica de Portugal, escala 1:50 000, Serviços Geológicos de Portugal.

ESTRUTURA URBANA E VIÁRIA

A análise morfológica e funcional de determinado espaço permite identificar a sua estrutura urbana e viária, representando a forma como a sociedade se organiza e reproduz no território, nas paisagens e nos lugares. Deste modo, a planta que se segue (fig. 025) representa a estrutura urbana e viária do concelho de Portel (Direção Geral do Território, 2021).

Na região do Alentejo, verifica-se a relevância de dois tipos de construção – a habitação urbana e a habitação rural. Isto é, por um lado, o conjunto habitacional que está inserido no aglomerado urbano e que agrega a maior parte da população e, por outro, a construção isolada, os montes que promoviam a fixação da população empregada nas grandes propriedades de funções agrícolas, através das suas características particulares (Antunes, 1980; Oliveira & Galhano, 1992; Prista, 2015; Ribeiro, 1993).

No que concerne ao concelho de Portel, a estrutura urbana concelhia assenta em oito aglomerados populacionais, entre os quais se destaca a vila de Portel, onde se concentra cerca de 40% da população residente no concelho. Esta freguesia é a que apresenta maior número de habitantes devido à sua dinâmica populacional e económica, articulando-se com as restantes freguesias através das principais estradas e caminhos que compõem a estrutura viária do concelho de Portel (Aviso n.º 8303/2016; Câmara Municipal de Portel, 2018).

A sua estrutura urbana caracteriza-se a partir dos principais elementos e funções existentes, apresentando um tecido heterogéneo de forma linear, regular e dispersa, relacionado com épocas de expansão distintas. Por sua vez, a forma do seu aglomerado é tipicamente alentejana, de povoamento concentrado, embora apresente alguns sinais de expansão periférica. À medida que nos afastamos dos aglomerados urbanos, verifica-se a presença de habitações, herdades e montes que pontuam o território. Isto é, zonas rurais com predominância de lugares de pequena dimensão numa determinada área, distanciadas das vilas e aldeias, adaptando-se às características do território, da paisagem e das principais vias. Neste sentido, destacam-se algumas peças arquitetónicas de natureza religiosa que são pontos de referência no território, originando uma série de perspetivas visuais que se desdobram sobre a paisagem do concelho de Portel (F. Almeida, 2008; Pinto, 2007).

Relativamente à estrutura viária, o concelho é constituído por diferentes eixos de transportes e comunicações, tais como estradas, caminhos e trilhos (tipologia mais efémera), garantindo a sua relação com todo o território. Os seus principais acessos são assegurados pelo IP2 que atravessa o concelho de Norte a Sul; pela EN255 na ligação a Viana do Alentejo e a Moura, cruzando o concelho de Este a Oeste; e por algumas estradas municipais que não são mais do que antigos caminhos rurais alcatroados, proporcionando o melhor meio de desfrutar a paisagem caracterizada de montado, searas, vinhas e olivais. O concelho complementa-se com outros caminhos no seu interior que retratam um conjunto de acessos entre as suas freguesias, os espaços de habitação, exploração agrícola e carácter religioso, tendo alguns pouca capacidade viária pois foram traçados em zonas de difícil mobilidade, dirigidos a locais específicos do concelho e da Serra de Portel (F. Almeida, 2008; Janeiro, 2017).



Figura 024. Esquema representativo dos distritos e das estradas, região do Alentejo. Adaptado de EPIC WebGIS Portugal.

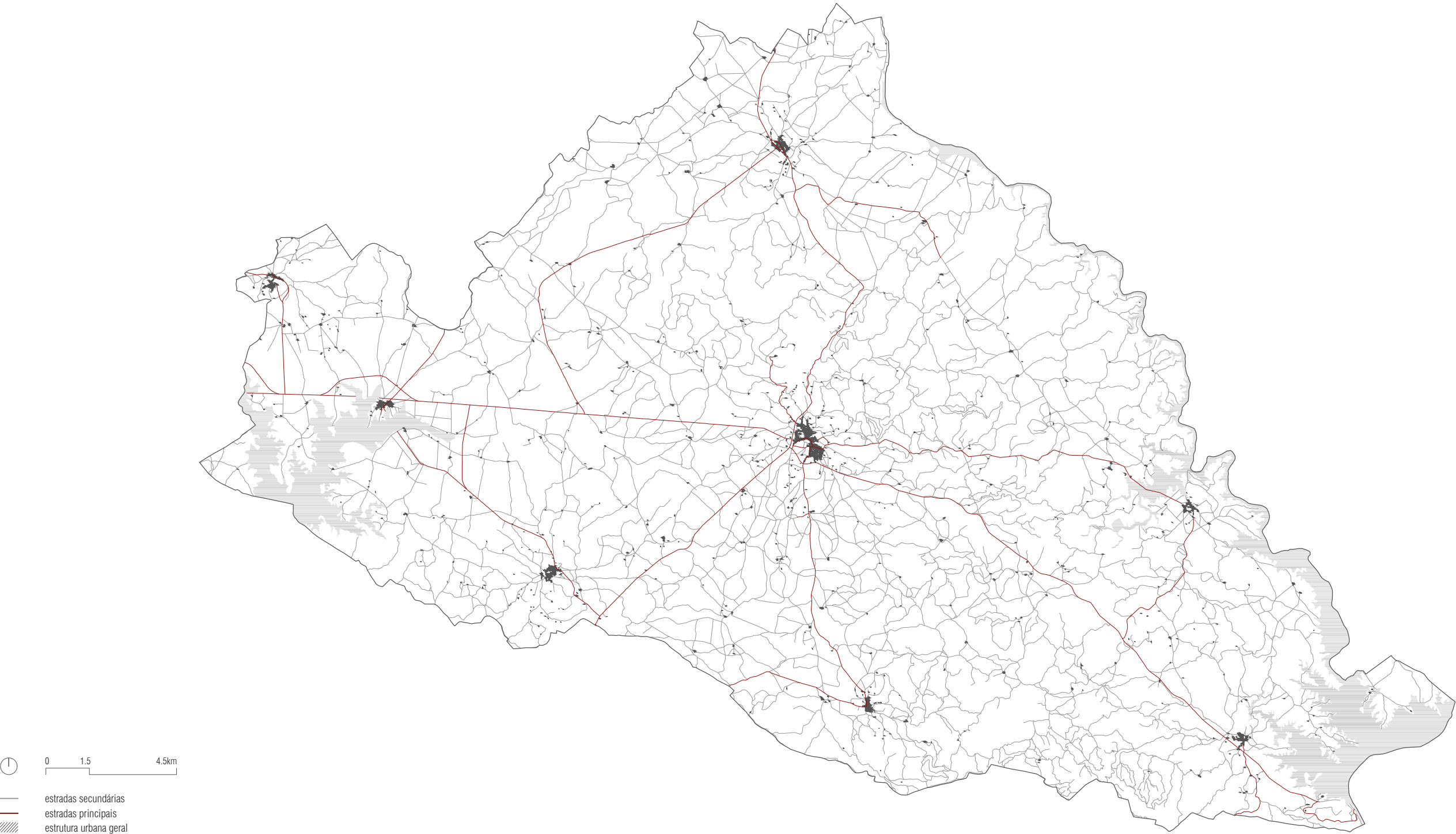


Figura 025. Mapa da Estrutura Urbana e Viária do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército.

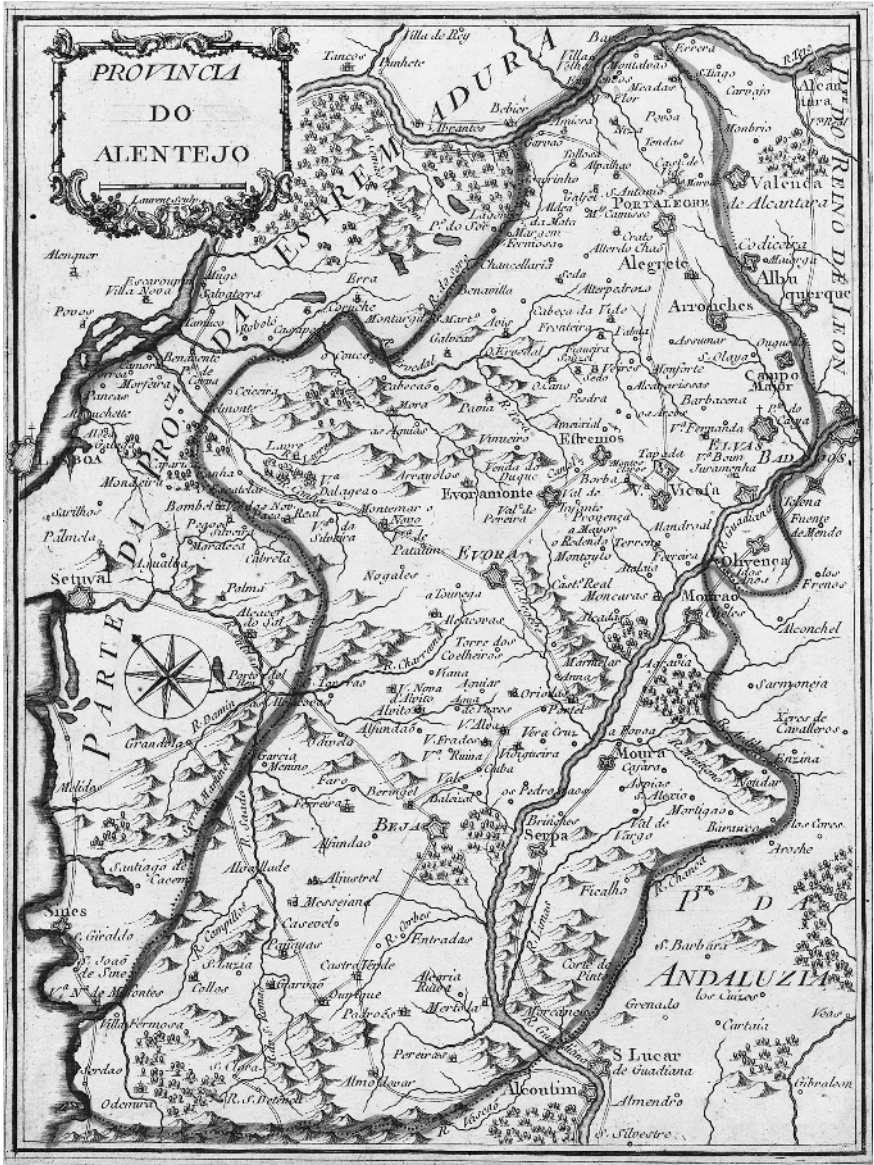


Figura 026. Mapa geográfico da Província do Alentejo.
Arquivo Municipal de Portel.

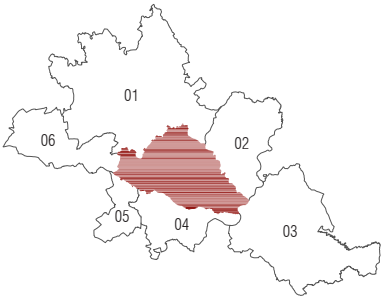


Figura 027. Limites do concelho de Portel.
Adaptado de Câmara Municipal de Portel (2018).

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Geograficamente, o concelho de Portel está situado na região do Alentejo (NUTS II) e na sub-região do Alentejo Central (NUTS III), mais especificamente na zona de transição entre o Alto e o Baixo Alentejo. Localizado no distrito de Évora, a Sul, encontra-se equidistante das cidades de Évora e de Beja, sendo a sua ligação efetuada através do principal acesso viário da região (o IP2) que percorre e une o concelho de Portel às capitais de distrito referidas anteriormente (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018).

Os limites físicos do concelho de Portel são: a Norte, o concelho de Évora (01); a Este, o concelho de Reguengos de Monsaraz (02); a Sudeste, o concelho de Moura (03); a Sul, o concelho de Vidigueira (04); a Sudoeste, o concelho de Cuba (05); e a Oeste, o concelho de Viana do Alentejo (06). Após a reorganização administrativa de 2013, o concelho ficou constituído e subdividido por seis freguesias: Monte do Trigo, Portel, Santana, Vera Cruz, União das freguesias de Amieira e Alqueva e União das freguesias de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola. O concelho ocupa uma área superior a 600 km² e tem cerca de 6 428 habitantes, segundo os Censos de 2011 (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018; Instituto Nacional de Estatística, 2012; Lei n.º 11-A/2013).

A estrutura da paisagem em que se insere este concelho é caracterizada por zonas florestais e agrícolas, sobressaindo os elementos arbóreos (por exemplo, sobreiro, azinheira, oliveira, pinheiro bravo, pinheiro manso e eucalipto) e o mato. Na Serra de Portel, podemos observar uma variada e riquíssima flora com floresta de folhosas verdes dominadas por “(...) azinhais e sobreirais que, associados ao medronheiro, ao folhado, à murta, ao rosmaninho, ao alecrim ou à esteva, compõem uma colorida e aromática paisagem.” (Lecoq, 2000, p. 4). Assim, em termos paisagísticos, o concelho apresenta lugares de grande interesse que exploram os recantos da serra e apreciam a beleza da paisagem, permitindo visualizar diversos panoramas estendidos por toda a região do concelho de Portel (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Câmara Municipal de Portel, 2018; Lecoq, 2000).

A Serra de Portel representa grande quantidade de mancha na paisagem dominada pelo montado, espécie de floresta criada pelo homem. O montado é constituído, maioritariamente, por sobreiros, azinheiras e oliveiras, desempenhando um papel importante pelo seu ambiente paisagístico e pelo domínio económico local. Consoante a espécie arbórea e a utilização do solo, o montado fornece algumas atividades tradicionais, produtos e serviços de valor económico: a cortiça, a madeira, a lenha e o carvão, a bolota, a colheita de cogumelos (cilarcas), a exploração cerealífera, a produção de mel e azeite, a criação de gado, a pecuária, a caça e o turismo (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Janeiro, 2017; Lecoq, 2000; Pena, 1996).

O concelho é um lugar de encantos, história e tradições, retrata uma grande beleza natural evidenciada pelo contraste das suas paisagens, segundo o binómio terra e água (a Serra de Portel e as albufeiras de Alvito e Alqueva). A geografia, a história e o património transparecem a importância deste território ao longo do tempo, pois este apresenta um vasto e precioso património natural, histórico e cultural, marcas de um passado valioso que continuam presentes nas freguesias do concelho (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Lima, 1992).

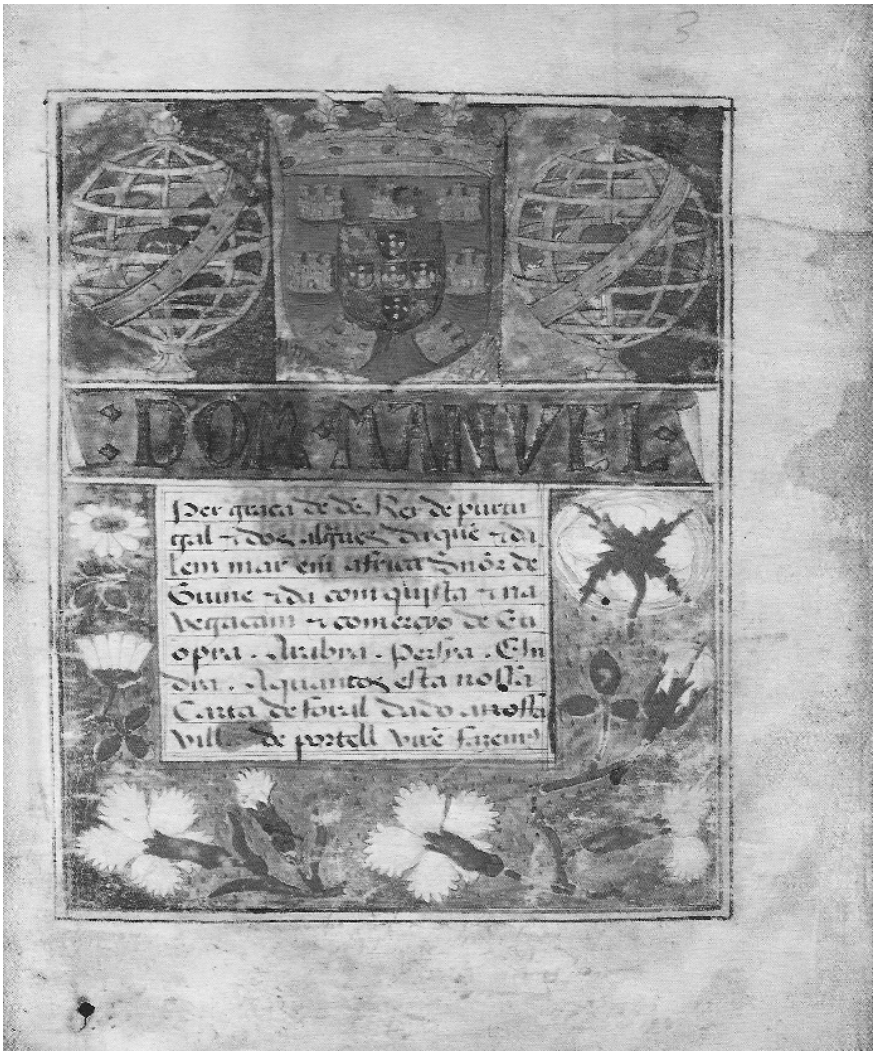


Figura 028. Foral Manuelino da vila de Portel, datado de 1510.
Forais de Portel e Oriola (Pagará et al., 2013, p. 93).

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Na segunda metade do século XIII, a maioria dos concelhos alentejanos formaram-se a partir de cartas de foral, documento que estabelecia e regulava a administração, deveres, limites e privilégios (a pessoas ou instituições). Os forais conduziram à constituição de novos aglomerados criando as condições necessárias à fixação das populações, foram concedidos a povoações já existentes e a outras que se ergueram, como por exemplo, o concelho de Portel (Janeiro, 2017; Pagará et al., 2013).

No ano de 1257, D. Afonso III sugeriu ao concelho de Évora que fossem doadas as terras do concelho de Portel a D. João Peres de Aboim. De acordo com Bravo (1995), o território cedido correspondia a uma extensa área da Serra de Portel, entre a linha do Rio Degebe e as terras baixas da Corte de Odivelas. Assim sendo, a génese do concelho de Portel remonta ao século XIII e está intimamente ligado a D. João Peres de Aboim, o primeiro senhor de Portel, também conhecido por D. João de Portel (F. Almeida, 2008; P. Azevedo, 2003; Bravo, 1996; Câmara Municipal de Portel, 2021; Janeiro, 2017; Pagará, 2010).

Em 1262, D. João Peres de Aboim, a sua mulher e o seu filho, outorgaram uma Carta Foral para estabelecer os direitos e as obrigações dos moradores da Vila e Castelo de Portel, assim como dos seus futuros habitantes. Após a morte de D. João de Aboim, o senhorio de Portel, D. Dinis integrou o concelho na propriedade da Coroa, no ano de 1301. Consolidada a independência nacional, após a decisiva vitória de Aljubarrota, em 1385, foram doadas as terras de Portel a D. Nuno Álvares Pereira como recompensa dos serviços prestados a D. João I, passando a estar integrada no património da Casa de Bragança. Entretanto, com alguns acontecimentos de ordem política, militar e religiosa, D. Manuel I renovou o Foral de Portel, denominado Foral Manuelino de Portel, datado de 1510 (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Maneta, 1999; Pagará et al., 2013).

No século XVIII, o concelho de Portel era composto pelas freguesias de Alqueva, Amieira, Atalaia, Monte do Trigo, Santana, São João Baptista de Odivelas, Santa Maria de Alagoa e Vera Cruz. A área do concelho resulta de um longo processo histórico que, em meados do século XIX, foi ampliada com a integração do extinto concelho de Oriola. Com a reforma administrativa de 1836, o antigo concelho de Oriola foi suprimido e as povoações de Oriola e São Bartolomeu do Outeiro foram integradas no concelho de Portel. Mais tarde, em 1966, as freguesias de Atalaia e São João Baptista de Odivelas foram extintas e introduzidas nas freguesias de Monte do Trigo e Portel, respetivamente (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Pagará, 2010; Pagará et al., 2013).



Figura 029. Monumento megalítico, Anta da Torrejona (Amieira).
Arquivo Municipal de Portel.

Deste modo, o concelho era constituído por oito freguesias, nomeadamente, Alqueva, Amieira, Monte do Trigo, Oriola, Portel, Santana, São Bartolomeu do Outeiro e Vera Cruz. No entanto, com a reorganização administrativa do território, foi estabelecida a agregação das antigas freguesias de Amieira e Alqueva e de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola. Atualmente, o município de Portel está repartido em seis freguesias (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2018; Lei n.º 11-A/2013).

O concelho de Portel exibe uma série de ocupações passadas do homem sobre o seu território, particularmente no que toca à existência de algumas civilizações antigas, anteriores ao período de D. João Peres de Aboim. O território foi ocupado por diversos povos, em diferentes períodos temporais e circunstâncias: desde os fenícios, aos romanos e muçulmanos (F. Almeida, 2008; Janeiro, 2017). Através do seu património e de outros elementos de grande interesse, observam-se marcas e construções fruto das suas apropriações (umas que permaneceram e outras que desapareceram), realçando a arte rupestre que se encontra nas freguesias de Monte do Trigo, São Bartolomeu do Outeiro e Santana e, também, os monumentos sepulcrais da época megalítica, dos quais se destacam as antas da Torrejona, próximo do Rio Degebe, na freguesia de Amieira (F. Almeida, 2008).

O território do concelho de Portel teve uma forte ocupação romana, árabe e moçárabe. No que concerne à ocupação romana, apresenta uma riqueza expressa nas heranças históricas e arqueológicas. A ocupação medieval é perceptível através da presença de alguns vestígios que dão continuidade à época romana, entre os quais, o sítio dos Mosteiros na freguesia de São Bartolomeu do Outeiro e o Mosteiro de Marmelar na freguesia de Vera Cruz. Relativamente à ocupação árabe, encontram-se alguns monumentos na freguesia de Portel: a cerca em taipa que envolve o Castelo e a Vila Velha e a ermida de Nossa Senhora da Serra, edifício inspirado pela arquitetura religiosa desta época (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978).

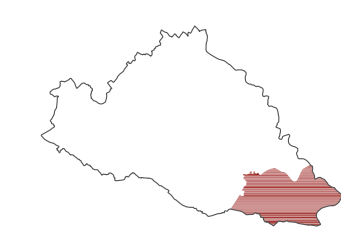


Figura 031. Localização freguesia de Alqueva.
Elaborado pela autora.

ALQUEVA

“Povoação situada a 19 km da sede do concelho, o início da estrada que corre na direcção sudeste permite (também à partida, mas sobretudo na viagem de regresso) uma visão de conjunto do agregado urbano de Portel, onde, para além do castelo, se destaca a massa do Convento de S. Francisco. Depois, a estrada corre a espaços com vista para extensos olivais implantados em zonas de algum relevo. A certo ponto, um leteiro anuncia um parque de merendas. Sobre o lado esquerdo levanta-se a povoação de Alqueva, enquanto que a estrada segue, por alguns quilómetros, na direcção do paredão que barra a saída às águas da albufeira.”

(F. Almeida, 2008, p. 99)

A freguesia de Alqueva está situada a 19 km da sede do concelho (a vila de Portel), ocupa uma área de 79,20 km² e tem cerca de 329 habitantes, segundo os Censos de 2011. A toponímia de Alqueva está, eventualmente, relacionada com aspetos resultantes da relação entre os grupos humanos e a prática agrária (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Instituto Nacional de Estatística, 2012).

A referência mais antiga desta freguesia encontra-se num documento do tempo do rei D. Afonso III, datado de 1226, dirigido a D. João Peres de Aboim (Espanca, 1978). Em 1262, a freguesia de Alqueva surge associada à designação sagrada de São Lourenço, num documento sobre os rendimentos das igrejas de Portel (P. Azevedo, 2003; Bravo, 1995).

Alqueva, com uma identidade particular, encontra-se na proximidade do Rio Guadiana e tem como principais atividades económicas, a agricultura, a criação de gado, a serralharia civil, o comércio e o turismo (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995). Esta freguesia persiste em manter a identidade cultural através do seu património, destacando: os edifícios religiosos, os vestígios de sepulturas megalíticas, o marco geodésico, o marco da Pena Ventosa, as pocilgas das Barraqueiras, o Outeiro dos Castelos, a Barragem de Alqueva e o Museu do Medronho. A Barragem de Alqueva, tem origem no nome desta aldeia ribeirinha, foi construída com o objetivo de desenvolver a agricultura e de produzir energia elétrica (F. Almeida, 2008).

O orago de Alqueva é São Lourenço. Em termos de edifícios religiosos, encontram-se a Igreja de São Lourenço (século XVIII) e a Capela de Santo António (século XVII), implantada no ponto mais alto da aldeia e visualmente aberta sobre a Barragem de Alqueva, local privilegiado de romagem e devoção (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978).



Figura 030. Freguesia de Alqueva (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

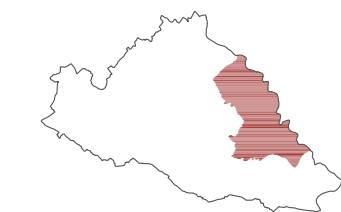


Figura 033. Localização freguesia de Amieira.
Elaborado pela autora.

AMIEIRA

“Localizada a 14 km de Portel, a Amieira atinge-se por uma estrada que, a partir da vila, segue na direcção de nascente. Marginada por um regolho do Rio Degebe e do seu afluente, a Ribeira da Amieira, uma interessante vista perspectiva da povoação é aquela que se alcança de um ponto elevado da estrada que liga a aldeia à vila Portel-Alqueva. Antes de mais, impõem-se ao olhar do visitante o Campo de Futebol e, sobretudo, a Praça de Touros, sendo esta última a única estrutura do género existente em todo o concelho.”

(F. Almeida, 2008, p. 103)

A freguesia de Amieira encontra-se situada a 14 km da vila de Portel, sede do concelho, ocupa uma área de 98,36 km² e tem cerca de 362 habitantes, de acordo com os Censos de 2011. A origem toponímica desta freguesia está associada a um nome de uma árvore ribeirinha (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Instituto Nacional de Estatística, 2012).

Nos primeiros documentos medievais, este lugar aparece mencionado como “Amieira de Moura”. No ano de 1263, nos documentos de D. João Peres de Aboim, encontram-se referências a Amieira como “Amieira de Moura”, no registo a propósito da aquisição de algumas terras (F. Almeida, 2008; P. Azevedo, 2003; Espanca, 1978; Pagará, 2010). Ainda em meados do século XIII, a freguesia de Amieira não passava de um conjunto de herdades e montes, chamada de “Aldeia dos Barbudos”, onde posteriormente surgiu a atual aldeia. Mais tarde, no início do século XVIII, esta freguesia foi também designada como Nossa Senhora da Amieira (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Patalim, 1992).

Amieira localiza-se na proximidade do Rio Degebe, afluente do Guadiana, que atravessa toda a freguesia e afirma uma identidade cultural através do seu património: edifícios religiosos, vestígios arqueológicos (sepulturas megalíticas, construções arcaicas de pocilgas e moinhos) e Amieira Marina. Das principais atividades económicas, destacam-se a agricultura, a pastorícia, a indústria de queijos, chouriço e mel, o comércio e o turismo (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978).

O orago desta freguesia é Nossa Senhora das Neves. Em termos de edifícios religiosos, encontram-se a Igreja de Nossa Senhora das Neves (século XVI), a Capela de Santo António do Monte da Figueira (século XIX), a Capela de São Romão (século XVII) e, ainda, a Ermida de Nossa Senhora da Giesteira (século XVII), situada em local alto na Herdade dos Pernes (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010; Patalim, 1992).



Figura 032. Freguesia de Amieira (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

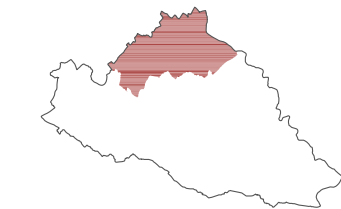


Figura 035. Localização de Monte do Trigo.
Elaborado pela autora.

MONTE DO TRIGO

“A povoação sede da freguesia dista 12 km da vila de Portel e é, ainda hoje, considerada como uma das mais ricas de todo o concelho. O Itinerário Principal nº 2 (IP2) que liga, nomeadamente, as cidades de Évora e de Beja, segue, entre Monte de Trigo e Portel, praticamente o mesmo curso que a antiga estrada que, por isso mesmo, lhe corre paralela, fazendo também caminho pela Serra de Portel, cruzando igualmente as ribeiras da Azambuja e de Pecenas e a passagem do Furadouro. Já junto à sede de concelho, as duas ermidas de S. Pedro de Portel parecem vigiar os viajantes do alto do seu monte.”
(F. Almeida, 2008, p. 108)

A freguesia de Monte do Trigo situa-se a 12 km da sede do concelho (a vila de Portel), ocupa uma área de 107,01 km² e tem cerca de 1 240 habitantes, segundo os Censos de 2011. A origem do nome desta freguesia está relacionada com as colheitas de cereais que aquelas terras produziam, principalmente o trigo (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Instituto Nacional de Estatística, 2012).

O território da atual freguesia remonta ao período de D. João de Aboim, pois no ano de 1265 adquiriu várias terras de Monte do Trigo através da doação feita por D. Afonso III (Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010). Ainda no século XIII, em 1283, D. Dinis autorizou a troca da herdade de Monte do Trigo pela vila de Alvito, ficando na propriedade do Mosteiro da Trindade de Santarém. Mais tarde, no século XV, parte deste reguengo de Monte do Trigo (lugar pertencente ao património real) foi doado por D. João II à Condessa de Faro (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978). Entretanto, no ano de 1966, à freguesia de Monte do Trigo foi anexada a antiga freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Atalaia, de origem medieval e constituída somente por herdades (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995).

Monte do Trigo, considerada a aldeia mais rica do concelho de Portel, localiza-se no lado Norte da Serra de Portel. É caracterizada pelos diversos traçados viários e pela presença da Ribeira da Pecena, afluente do Rio Degebe, tendo como principais atividades económicas, a agricultura e a criação de gado (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995).

Em termos de edifícios religiosos, encontram-se a Igreja de São Julião (século XX) e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Atalaia (século XVI). A freguesia tem como orago São Julião (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010).



Figura 034. Freguesia de Monte do Trigo (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

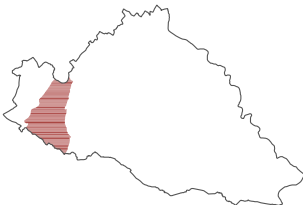


Figura 037. Localização freguesia de Oriola.
Elaborado pela autora.

ORIOLA

“A vila de Oriola situa-se a uma distância de 11 km da sede de concelho. Está em ligação com ela por meio de uma estrada, com orientação nascente-poente, completamente traçada em linha recta, e que atravessa uma boa parte da zona baixa da Serra de Portel, enquadrada, em ambos os lados, pelos seus contrafortes. Anteriormente, o caminho que, um pouco mais a sul, ligava as duas povoações passava junto das capelas de S. João e de S. Fraústo, antes de alcançar Oriola. Esta, sede de um concelho medieval, viria perder tal estatuto administrativo e seria integrada no município de Portel, no decorrer do século XIX.”

(F. Almeida, 2008, p. 114)

A freguesia de Oriola, situada a 11 km da sede do concelho (a vila de Portel), ocupa uma área de 36,21 km² e tem cerca de 400 habitantes, segundo os Censos de 2011. A origem toponímica de Oriola encontra-se, provavelmente, associada a eventual passagem de uma via romana que saía de *Ebora* até território espanhol (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Instituto Nacional de Estatística, 2012; Leal, 1875).

Oriola é uma vila muito antiga, particularmente rica em vestígios histórico-arqueológicos, entre os quais, a Basílica do Sítio dos Mosteiros e São Faraústo, também equidistantes de São Bartolomeu do Outeiro. Esta vila foi doada pelo Concelho de Évora a João Moniz, clérigo e tesoureiro de D. Afonso III, em 1259. No entanto, no ano de 1282, recebeu o Foral de D. Dinis, documento em que o rei decidiu alterar o nome de “Corte de Odivelas” para o atual nome da povoação, agora designada Oriola. Mais tarde, em 1516, recebeu novo Foral outorgado por D. Manuel I. Entretanto, em 1653, D. Luís Lobo da Silveira, 7º Barão de Alvito, foi o 1º Conde de Oriola por concessão do rei D. João IV (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Janeiro, 2017; Leal, 1875; Pagará et al., 2013).

Esta freguesia foi vila e sede de concelho até 1836. O antigo concelho medieval de Oriola tinha duas povoações: a de Nossa Senhora de Benalbergue e a de São Bartolomeu do Outeiro ou de Oriola de Cima. A primitiva povoação, Nossa Senhora de Benalbergue, situava-se nos terrenos da Herdade da Represa, atualmente chamada Herdade das Torres, perto da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, onde são visíveis alguns vestígios de ocupação romana (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978).

A vila de Oriola encontra-se próxima da Ribeira de Odivelas, nas margens da Barragem de Alvito/Albergaria dos Fusos, destacando-se pela sua estrutura urbana e arquitetura popular, nomeadamente, as ruas largas acompanhadas de casas baixas, de um só piso, fachadas alinhadas e caiadas de branco. Tem como atividades económicas, a agricultura e a indústria de queijos e enchidos (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995).

Em termos de edifícios religiosos, encontram-se a Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Benalbergue (século XVI), a Igreja Nova de Nossa Senhora da Assunção (século XX), a Capela de São Lourenço (século XVI) e a Ermida de São Faraústo (século XVI/XVII). O orago de Oriola é Nossa Senhora da Assunção (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Leal, 1875).



Figura 036. Freguesia de Oriola (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.



Figura 038. Freguesia de Portel (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

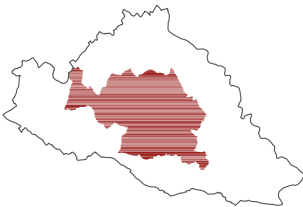


Figura 039. Localização freguesia de Portel.
Elaborado pela autora.

PORTEL

“Fora do perímetro urbano, a Freguesia de Portel conserva, em matéria de património construído, um elevado número de edifícios, na sua quase totalidade edifícios de carácter religioso. São templos que albergam figuras de santos, entidades protectoras, algumas dominando territórios sob a sua ‘guarda’, outras garantindo a segurança de caminhos, outras ainda como que vigiando a entrada das povoações, como a desaparecida Capela de S. Sebastião (também dedicada a S. Luís), o santo protector do mal da peste, ou a consagrada a S. Lázaro, advogado contra o mal da lepra.”

(F. Almeida, 2008, p. 93)

A freguesia de Portel, sede do município de Portel, ocupa uma área de 156,40 km² e tem cerca de 2 661 habitantes, segundo os Censos de 2011. O topónimo Portel está associado a lugares estratégicos, ponto de passagem viário, porta pequena ou passagem estreita. No entanto, importa ainda assinalar que, Portel só passa a existir com o Foral de 1262 (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Instituto Nacional de Estatística, 2012).

No início do século XIII, o rei D. Afonso III ordenou ao Concelho de Évora a atribuição das terras de Portel a D. João Peres de Aboim, para a construção de castelo e fortaleza. Nos documentos de D. João de Aboim, Portel é descrito como um povoado antigo, aparece referido como “Portel Mafomade” e também como “Portel Novo”. No ano de 1262, D. João Peres de Aboim, a sua esposa D. Marinha Afonso e o seu filho D. Pedro Eanes concederam uma Carta de Foral aos habitantes de Portel, atribuindo os foros e os costumes da cidade de Évora. Mais tarde, com a morte de D. João de Aboim, a sua herança, a vila de Portel, foi partilhada pelos seus dois filhos, D. Pedro Eanes e D. Maria Eanes. Portel foi propriedade da família de Aboim até 1301 (F. Almeida, 2008; P. Azevedo, 2003; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Janeiro, 2017; Pagará et al., 2013).

No reinado de D. Dinis, a vila, o castelo e o senhorio de Portel foram introduzidos nos domínios da Coroa, por troca com as vilas de Evoramonte e Mafra. Em 1385, a vila de Portel foi doada a D. Nuno Álvares Pereira por D. João I. Mais tarde, em 1422, D. Nuno Álvares Pereira cedeu a vila ao seu neto, D. Fernando, passando esta a estar integrada no património da Casa de Bragança (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pagará, 2010). Entretanto, no ano de 1966, foi anexada à freguesia de Portel, a antiga de São João Baptista de Odivelas (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978).

A vila de Portel nasceu, praticamente, com D. João Peres de Aboim (conhecido por D. João de Portel) e desenvolveu-se à volta de um conjunto fortificado, assente num elevado outeiro, o qual é composto pelo próprio castelo e por uma cerca exterior, estrutura de defesa que tinha como objetivo proteger os habitantes da vila, principalmente os da Vila Velha (isto é, a povoação primitiva). Esta freguesia apresenta uma identidade cultural de grande interesse, sublinhando a existência de inúmeros monumentos e locais turísticos/patrimoniais: castelo medieval e amuralhamento da vila, conventos, igrejas, capelas, ermidas, malha urbana, várias casas apalaçadas e brasonadas, entre outros (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2021; Espanca, 1978).

Portel tem como orago a Nossa Senhora da Alagoa. A freguesia é caracterizada por um conjunto significativo de edifícios impregnados de valores históricos e culturais, onde se destaca o património arquitetónico religioso. Deste modo, enquanto edifícios de carácter religioso, encontram-se o Convento de São Francisco dos Capuchos da Piedade (século XVI), também conhecido como Convento dos Capuchos ou ainda Convento de Santo António de Portel; a Igreja (do Hospital) do Espírito Santo (século XVI); a Igreja da Santa Casa da Misericórdia (século XVII), antiga Ermida de São Romão Abade; a Igreja de Nossa Senhora do Socorro (século XVII), pertecente ao antigo Convento de São Paulo; a Igreja Matriz ou de Nossa Senhora da Lagoa (século XVIII); a Igreja de São João Baptista de Odivelas (século XVI); a Igreja de São Pedro (século XVI); a Capela de Santo António (século XVI), no interior totalmente decorada com azulejos característicos da segunda metade do século XVII; a Capela de São Vicente (século XVI); a Capela de Nossa Senhora da Conceição (século XX); a Ermida de Nossa Senhora da Consolação (século XVI), antigamente denominada de São Lázaro; a Ermida de Nossa Senhora da Saúde (século XVI); a Ermida de Nossa Senhora da Serra (século XVII); a Ermida de Santa Catarina (século XVI); a Ermida de São Bento (século XVII); a Ermida de São Brás e Santo Amaro (século XVI); a Ermida de São Lourenço dos Olivais (século XVII); e a Ermida de São Pedro (século XVII), situada no ponto mais alto da Serra de Portel (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Câmara Municipal de Portel, 2021; Espanca, 1978; Pagará, 2010; Patalim, 1992).

De salientar que existiram ainda as ermidas de Santo Estevão, São Luís (século XVI, anteriormente designada Ermida de São Sebastião) e São Tiago, mas ao longo do tempo este património (edifício e memórias de um povo) foi destruído (Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010; Patalim, 1992).



Figura 040. Vila de Portel (zona Oeste), vista a partir do Castelo.
Fotografia da autora.



Figura 042. Localização freguesia de Santana.
Elaborado pela autora.

SANTANA

“Tal como acontece em relação a Monte do Trigo, a partir de Portel, de que encontra separada por 12 km, a aldeia de Santana alcança-se pelo Itinerário Principal nº 2 (IP2), ou pela antiga estrada que lhe corre paralela. A perspectiva que se alcança, quando se percorre o caminho que de Portel leva a Santana, tem fundamentalmente como ponto limite a correnteza do braço sul da Serra de Portel, ou, se se preferir, as suas alturas, mais conhecidas por Serra do Mendro (412 m.), em que Santana, e mais precisamente a sua reduzida Aldeia de Cima, se apresenta como antecâmara para quem para lá viaja, vindo de norte.”

(F. Almeida, 2008, p. 125)

A freguesia de Santana encontra-se situada a 12 km da sede do concelho, ocupa uma área de 41,89 km² e tem cerca de 542 habitantes, de acordo com os Censos de 2011. A origem toponímica de Santana deriva de uma designação de carácter religioso e também do nome sagrado da padroeira Santa Ana (F. Almeida, 2008; P. Azevedo, 2003; Instituto Nacional de Estatística, 2012; Patalim, 1992).

Santana é, certamente, uma freguesia de fundação medieval, apesar da sua proximidade com a freguesia de Oriola, povoação de ocupação romana. Os territórios de Santana e da antiga freguesia de São João Baptista de Odivelas faziam parte de uma coutada de azinhal e sobreiral da antiga Corte de Odivelas, que também era designada como Coutada de Odivelas ou Coutada de Santa Ana. Assim sendo, o território destas duas freguesias correspondia ao medieval “lugar de Odivelas” (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Patalim, 1992).

A aldeia de Santana insere-se na Serra do Mendro e é caracterizada pela sua planície, pelos campos de searas e olivais e, ainda, pela presença de herdades ou quintas, designadas também de “hortas”. Das principais atividades económicas, destacam-se a agricultura (o cultivo de trigo, centeio e cevada), o fabrico de carvão vegetal e a tiragem de cortiça (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995).

O orago desta freguesia é Santa Ana e, em termos de edifícios religiosos, encontra-se a Igreja de Santana, século XVII (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978).



Figura 041. Freguesia de Santana (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

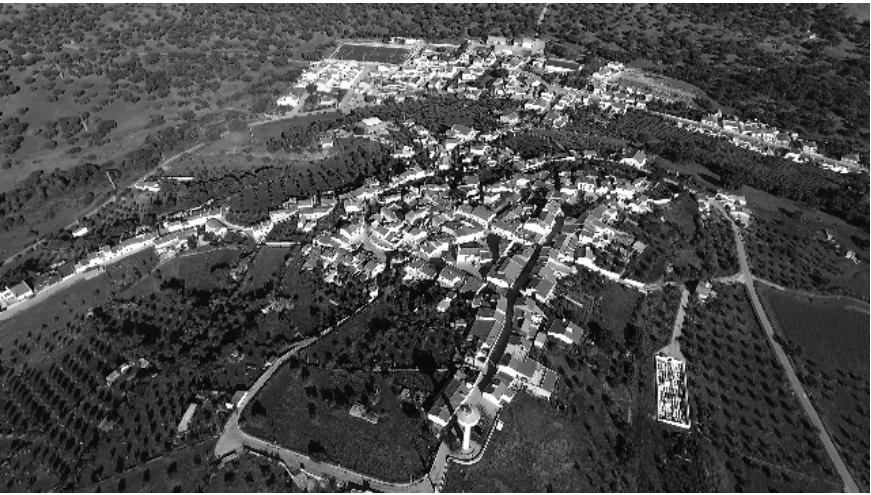
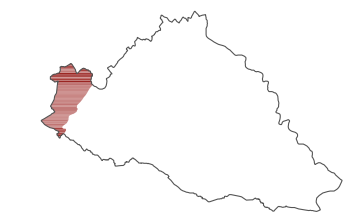


Figura 043. Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

SÃO BARTOLOMEU DO OUTEIRO

“A aldeia de S. Bartolomeu do Outeiro está separada da vila sede do concelho numa distância de 19 km. Alcança-se S. Bartolomeu, a partir de Portel, pela mesma estrada que leva a Oriola e segue em direcção a Viana do Alentejo, uma estrada traçada em linha recta. Um desvio em ângulo recto em direcção a norte leva-nos a S. Bartolomeu do Outeiro, povoação que já íamos claramente divisando pelo caminho, assente no topo do monte quase cónico que se destaca claramente na paisagem.”

(F. Almeida, 2008, p. 131)

A freguesia de São Bartolomeu do Outeiro está situada a 19 km da vila de Portel, sede do concelho, ocupa uma área de 37,49 km² e tem cerca de 436 habitantes, segundo os Censos de 2011. A toponímia de São Bartolomeu do Outeiro está relacionada com o nome de um sítio pedregoso, monte ou local de nascimento de uma ribeira (F. Almeida, 2008; Instituto Nacional de Estatística, 2012).

De acordo com Bravo (1995) e Espanca (1978), a povoação de São Bartolomeu do Outeiro já existia em 1319, sendo referida como Outeiro das Oriolas ou Oriola de Cima, pertencente à antiga Vila de Oriola e ao Barão de Alvito. Em meados do século XVIII, o outeiro de São Bartolomeu era denominado de Serra de Alpedreira ou Serra de Alpedrede. Na primeira metade do século XIX (no ano de 1836), esta freguesia pertencia ao antigo concelho de Oriola, tendo sido extinta e anexada ao concelho de Portel (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978).

São Bartolomeu do Outeiro encontra-se num dos pontos mais altos da Serra de Portel e tem como principais atividades económicas, a agricultura e a criação de gado. No alto do Outeiro, esta aldeia proporciona magníficos pontos de vista na admirável paisagem alentejana rica em vestígios histórico-arqueológicos, principalmente, as vilas, os antigos traçados viários e a Albufeira de Alvito (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Pagará, 2010).

Em termos de edifícios religiosos, encontra-se nesta freguesia a Igreja de São Bartolomeu do Outeiro (século XV). O orago é São Bartolomeu (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010).



Figura 046. Localização freguesia de Vera Cruz.
Elaborado pela autora.

VERA CRUZ

“É de 10 km a distância que separa Portel de Vera Cruz, percorridos por uma estrada que corre em direcção a sul. À vista, o olival vai dar lugar ao montado; agora algum pinhal; raros campos de cereais. Pelo meio fica uma tapada, à beira do caminho, onde convivem veados e avestruzes. Para a direita avista-se a capelinha isolada de S. Lourenço. Depois, para a esquerda, num curto desvio de rota, chega-se a Vale Boim, sítio marcado por uma torre medieval lacerada, por uma paisagem de velhos sobreiros; num extenso tanque de espalдар, bicas de pedra fazem correr a água. De novo na estrada, agora é outra vez o montado, os olivais,... Até que ressalta o verdejar das hortas, a servir de pano de fundo ao perfil imponente da antiga igreja conventual.”

(F. Almeida, 2008, p. 140)

A freguesia de Vera Cruz situa-se a 10 km da sede do concelho (a vila de Portel), ocupa uma área de 44,58 km² e tem cerca de 458 habitantes, segundo os Censos de 2011. O topónimo da freguesia está relacionado com o antigo monumento visigótico, o Mosteiro de São Pedro de Marmelar. Em documentos do século XIII, tinha a designação de Marmelar ou de Vera Cruz de Marmelar, conhecida também como o lugar de São Pedro de Marmelar (F. Almeida, 2008; P. Azevedo, 2003; Instituto Nacional de Estatística, 2012; Leal, 1875).

Vera Cruz é uma povoação histórica muito antiga, recebeu a primeira Carta de Foral no ano de 1194. Em 1262, recebeu a segunda doada por D. João de Aboim e em 1510, a terceira concedida por D. Manuel (Espanca, 1978). A existência do Mosteiro de Marmelar esteve na origem da doação feita pelo Concelho de Évora a D. João de Aboim. Na segunda metade do século XIII (em 1258), D. João de Aboim concedeu o território de Marmelar, para instalarem os monges e fundarem um novo mosteiro, à Ordem de S. João do Hospital, que também era conhecida por Ordem de Malta, da qual era mestre o prior Afonso Pires Farinha (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Janeiro, 2017; Leal, 1875; Pagará, 2010; Pagará et al., 2006).

A aldeia desenvolveu-se a partir da Igreja e do Paço do Mosteiro, caracteriza-se pela sua relação com a natureza, o local de implantação e as tradições religiosas, tendo como principais atividades económicas, a agricultura e a criação de gado (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Leal, 1875; Pagará, 2010). Em relação ao património, a Igreja de Vera Cruz é o edifício mais importante desta freguesia, a qual integra a relíquia do Santo Lenho (fragmento da verdadeira Cruz de Cristo) e também a sepultura de D. João de Aboim. Para além do forte património religioso, destacam-se dois lagares de azeite (pertencentes à Ordem de S. João do Hospital e a propriedade particular) e a Fonte Santa, que está associada a um milagre advindo da chegada da relíquia do Santo Lenho ao Mosteiro (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Pagará et al., 2006; Patalim, 1992).

O orago é o Santo Lenho. Em termos de edifícios religiosos, encontram-se a Igreja do antigo Mosteiro de S. Pedro de Marmelar (século VI-XVII) e a Capela de Santo António (século XVI). Nesta freguesia existiu ainda a Ermida de São Sebastião (século XVI) que no decorrer do tempo foi destruída. Atualmente, encontra-se implantado no local o edifício da Junta de Freguesia (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010; Patalim, 1992).



Figura 045. Freguesia de Vera Cruz (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.



Figura 047. Castelo de Portel, vista a partir do seu interior.
Fotografia da autora.



Figura 048. Tentativa de reconstituição do conjunto fortificado de Portel, séculos XV e XVI.
O Castelo de Portel (Borrela, 1995, p. 1).

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

No que se refere ao património, o concelho de Portel apresenta um diversificado leque de riquezas históricas e locais de grande beleza, um acervo muito significativo de património histórico, cultural, artístico e paisagístico. O conhecimento, a divulgação e a valorização do património permite identificar os bens preciosos do concelho, representam a memória e a identidade do povo portelense e merecem ser contemplados, cuja ruína ou destruição assistimos continuamente (F. Almeida, 2008; Câmara Municipal de Portel, 2021).

O monumento mais marcante do concelho é o conjunto amuralhado da vila de Portel, constituído por dois elementos construtivos fortificados: o Castelo que apresenta um desenho arquitetónico de planta octogonal e que se situa num elevado outeiro; e a cerca, construída em taipa, que se encontra em redor da colina e da Vila Velha. O Castelo de Portel é um monumento exemplar de arquitetura militar, do século XIII-XVI, fundado por D. João Peres de Aboim e reformado pelo arquiteto Francisco de Arruda. Por conseguinte, através do seu interesse histórico, arqueológico e arquitetónico, foi classificado como Monumento Nacional e, atualmente, é propriedade da Fundação da Casa de Bragança (F. Almeida, 2008; Borrela, 1995; Espanca, 1978; Janeiro, 2017; M. Padeira & F. Padeira, 2005).

Ao nível da arquitetura civil, observa-se um conjunto de edifícios residenciais datados dos séculos XVI-XVII, nomeadamente grandes casas de famílias nobres que foram edificadas durante os séculos XVIII e XIX, entre as quais, a Casa Nobre da família Gil Borja de Meneses, hoje lar da Santa Casa da Misericórdia de Portel (Espanca, 1978).

Em relação à arquitetura religiosa, o concelho de Portel conta com um conjunto considerável de edifícios, sendo que alguns se encontram isolados, fora do contexto urbano, enquanto que outros estão integrados nas povoações (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Lima, 1992; Pagará, 2010). No entanto, no património histórico, arquitetónico e religioso, destaca-se o templo mais significativo do concelho, a Igreja de Vera Cruz com origem no antigo Mosteiro de S. Pedro de Marmelar: santuário medieval datado dos séculos VI-VII e que detém a relíquia do Santo Lenho (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará et al., 2006).

Em termos paisagísticos, o concelho apresenta uma paisagem bastante ampla e diversificada, cujo território se desdobra pela serra, pela planície, pelas terras baixas cercadas de cerros e pelas grandes extensões de água das albufeiras de Alvito e de Alqueva, permitindo apreciar de uma forma diferente grande parte do seu património histórico, cultural e natural. Nos locais mais elevados, descobrem-se pontos de observação que possibilitam alcançar uma vista magnífica sobre grande parte desta região, os amplos horizontes das zonas envolventes e, em especial, o património religioso do concelho de Portel (F. Almeida, 2008).

PATRIMÓNIO RELIGIOSO

No concelho de Portel, a arquitetura religiosa representa um vasto e riquíssimo espólio cuja cronologia da construção varia entre o período visigótico (século V ao VIII) e o século XX, a Igreja do antigo Mosteiro de Vera Cruz de Marmelar e a Igreja de São Julião de Monte do Trigo, respetivamente. Quanto ao património religioso, testemunho histórico e fator identitário do concelho, destacam-se os conventos, as igrejas, as capelas e as ermidas (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Lima, 1992; Pagará, 2010).

Os conventos são considerados obras de arte que se disseminaram em todo o território nacional pelas ordens religiosas. Assim, apresentam-se os que se instalaram na freguesia de Portel: o Convento dos Capuchos e o Convento de São Paulo, ambos fundados pelos duques de Bragança, pertencentes à Ordem Franciscana e Paulista. Em 1834, a extinção das ordens religiosas provocou consequências a nível social, económico e cultural, por exemplo, a expulsão dos frades dos conventos, conduzindo ao seu abandono e transformando grande parte destes antigos edifícios em ruínas (Bravo, 1995; Espanca, 1978).

A maioria das igrejas foram construídas entre os séculos XIII e XV, seguindo-se algumas adaptações não só a nível arquitetónico, mas também a nível artístico, entre os séculos XVI e XVII, tal como são exemplo as igrejas paroquiais de São Lourenço (Alqueva), Nossa Senhora das Neves (Amieira), Nossa Senhora da Assunção da Atalaia (Monte do Trigo), Nossa Senhora da Assunção de Benalbergue (Oriola), São João Baptista de Odívelas (Portel), Santana e São Bartolomeu do Outeiro (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Pagará, 2010).

A partir do século XVI, o concelho é beneficiado de espaços dedicados à assistência religiosa e social. Reconhece-se a existência de numerosas capelas e ermidas, templos isolados ou integrados nas povoações, que estão associadas a determinados santos protetores, tornando-se muitos destes edifícios importantes espaços de romaria e peregrinação (Bravo, 1995; Pagará, 2010). Nos locais mais elevados, surgem também algumas ermidas que se encontram nos cabeços da Serra de Portel e proporcionam admiráveis paisagens, propícias ao encontro entre o homem e o sagrado (F. Almeida, 2008; Janeiro, 2017; Penteado, 2000).

Os santuários rurais, também denominados de ermidas isoladas, foram implantados nos arredores dos povoados (em harmonia com a natureza), sendo considerados lugares de devoção popular, de afirmação e demonstração da fé, cuja veneração aos santos se encontra presente na vida religiosa das populações (Bravo, 1995; Penteado, 2000; Pinto, 2007). Estes pequenos templos, de geometria singela, apresentam características de grande simplicidade segundo processos construtivos locais: as alvenarias com uma constituição mista de taipa, tijolo e pedra (aparelhada ou irregular), por vezes com materiais reutilizados de construções próximas, de caráter político, militar e religioso. Estes edifícios transparecem uma tipologia arquitetónica dominante: de planta longitudinal, como as ermidas de Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora da Serra, Santa Catarina, São Bento, São Brás e Santo Amaro; de planta centralizada quadrada, nomeadamente a ermida de São Faraústo; e de planta centralizada circular, destacando-se as ermidas de Nossa Senhora da Giesteira, São Lourenço dos Olivais e São Pedro (F. Almeida, 2008; Pagará, 2010; Patalim, 1992; Pinto, 2007).



Figura 049. Igreja do Convento dos Capuchos de Portel, 1982.
Fotografia de Direção Geral do Património Cultural (SIPA FOTO.00161952).

EDIFÍCIOS RELIGIOSOS NO CONCELHO DE PORTEL

FREGUESIA DE ALQUEVA

- 01 IGREJA DE SÃO LOURENÇO
- 02 CAPELA DE SANTO ANTÓNIO

FREGUESIA DE AMIEIRA

- 03 IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES
- 04 CAPELA DE SANTO ANTÓNIO DO MONTE DA FIGUEIRA
- 05 CAPELA DE SÃO ROMÃO
- 06 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA GIESTEIRA

FREGUESIA DE MONTE DO TRIGO

- 07 IGREJA DE SÃO JULIÃO
- 08 IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DA ATALAIA

FREGUESIA DE ORIOLA

- 09 IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE BENALBERGUE
- 10 IGREJA NOVA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO
- 11 CAPELA DE SÃO LOURENÇO
- 12 ERMIDA DE SÃO FARAÚSTO

FREGUESIA DE PORTEL

- 13 CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DOS CAPUCHOS DA PIEDADE
- 14 IGREJA DO ESPÍRITO SANTO
- 15 IGREJA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
- 16 IGREJA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

- 17 IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LAGOA
- 18 IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE ODIVELAS
- 19 IGREJA DE SÃO PEDRO
- 20 CAPELA DE SANTO ANTÓNIO
- 21 CAPELA DE SÃO VICENTE
- 22 CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- 23 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO
- 24 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE
- 25 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SERRA
- 26 ERMIDA DE SANTA CATARINA
- 27 ERMIDA DE SÃO BENTO
- 28 ERMIDA DE SÃO BRÁS E SANTO AMARO
- 29 ERMIDA DE SÃO LOURENÇO DOS OLIVAIS
- 30 ERMIDA DE SÃO PEDRO

FREGUESIA DE SANTANA

- 31 IGREJA DE SANTANA

FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU DO OUTEIRO

- 32 IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU DO OUTEIRO

FREGUESIA DE VERA CRUZ

- 33 IGREJA DE VERA CRUZ
- 34 CAPELA DE SANTO ANTÓNIO

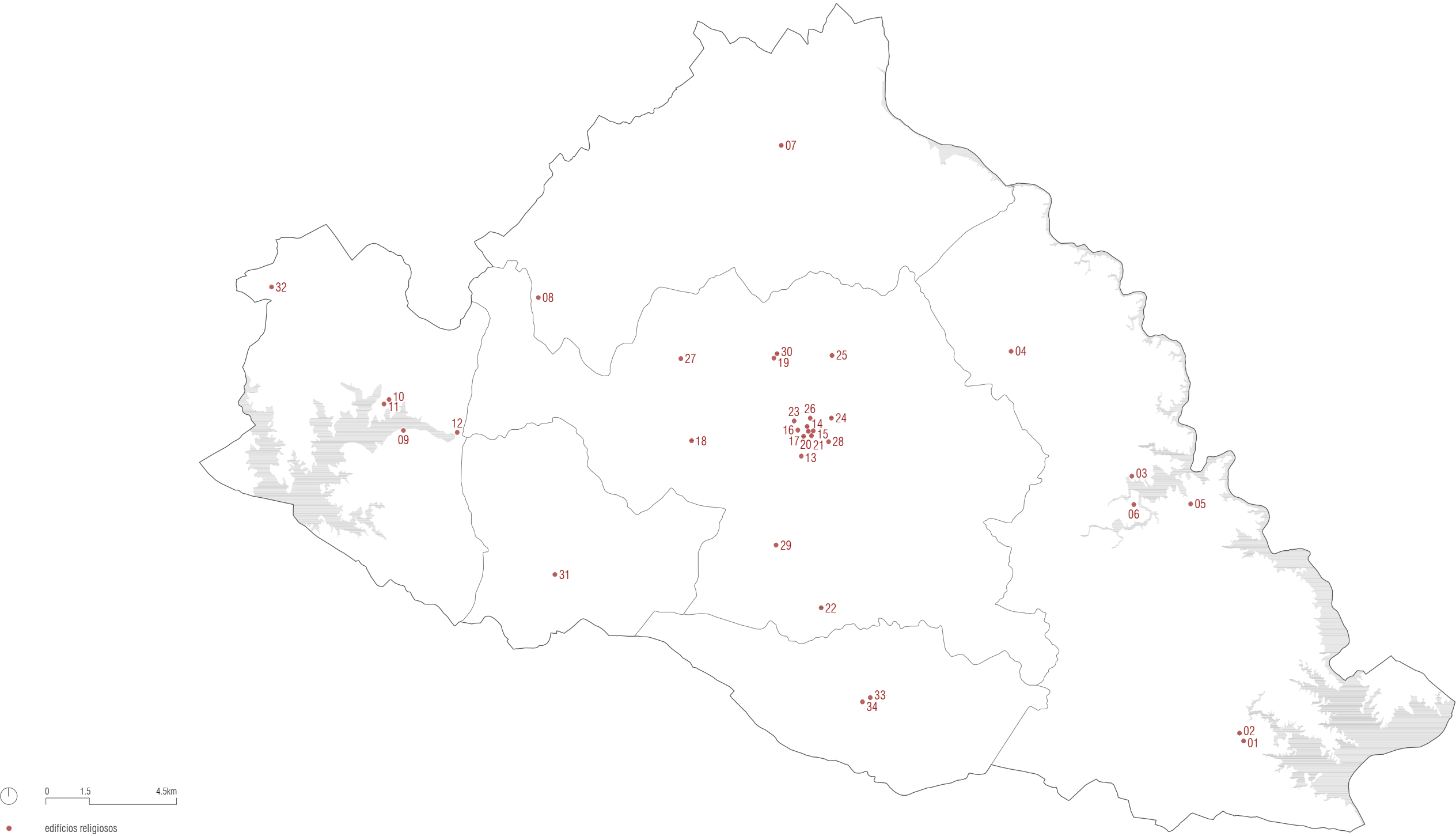


Figura 050. Mapa com a identificação dos edifícios religiosos existentes no concelho de Portel.
Elaborado pela autora.

IGREJA DE SÃO LOURENÇO (01)
Século XVIII
Largo da Igreja
GPS: 38°12'57.83"N, 7°32'17.68"W



Fig. 051. Igreja de São Lourenço.
Fotografia da autora.

CAPELA DE SANTO ANTÓNIO (02)
Século XVII
Rua de Santo António
GPS: 38°13'6.34"N, 7°32'23.13"W



Fig. 052. Capela de Santo António.
Fotografia da autora.

IGREJA DE N. SRA. DAS NEVES (03)
Século XVI
EM 538
GPS: 38°17'44.42"N, 7°34'50.14"W



Fig. 053. Igreja de N. Sra. das Neves.
Fotografia da autora.

IGREJA DE SÃO JULIÃO (07)
Século XX
Largo da Igreja
GPS: 38°23'45.96"N, 7°42'48.69"W



Fig. 057. Igreja de São Julião.
Fotografia da autora.

IGREJA DE N. SRA. DA ASSUNÇÃO (08)
Século XVI
Estrada da Atalaia (CM 1119)
GPS: 38°21'1.96"N, 7°48'25.09"W



Fig. 058. Igreja da Sra. da Assunção.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038136).

IGREJA DE N. SRA. DA ASSUNÇÃO (09)
Século XVI
Herdade das Torres
GPS: 38°18'40.71"N, 7°51'29.85"W



Fig. 059. Igreja de N. Sra. da Assunção.
Fotografia da autora.

CAPELA DE SANTO ANTÓNIO (04)
Século XIX
Monte da Figueira
GPS: 38°20'00.58"N, 7°37'32.85"W



Fig. 054. Capela de Santo António.
Fotografia de Herdade do Peral.

CAPELA DE SÃO ROMÃO (05)
Século XVII
Rua de São Romão
GPS: 38°17'14.46"N, 7°33'29.05"W



Fig. 055. Capela de São Romão.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE N. SRA. DA GIESTEIRA (06)
Século XVII
Herdade dos Pernes
GPS: 38°17'14.34"N, 7°34'46.05"W



Fig. 056. Ermida de N. Sra. da Giesteira.
Fotografia de Nuno Cortes.

IGREJA NOVA DE ORIOLA (10)
Século XX
Rua da Cabrita
GPS: 38°19'10.44"N, 7°51'50.14"W



Fig. 060. Igreja Nova de Oriola.
Fotografia da autora.

CAPELA DE SÃO LOURENÇO (11)
Século XVI
Largo de São Lourenço
GPS: 38°19'8.30"N, 7°51'57.25"W



Fig. 061. Capela de São Lourenço.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE SÃO FARAÚSTO (12)
Século XVI/XVII
Monte das Covas
GPS: 38°18'35.20"N, 7°50'17.00"W



Fig. 062. Ermida de São Faraústo.
Fotografia da autora.

CONVENTO DOS CAPUCHOS
Século XVI
Travessa do Convento dos Capuchos
GPS: 38°18'10.05"N, 7°42'21.94"W

IGREJA DO ESPÍRITO SANTO
Século XVI
Rua do Espírito Santo
GPS: 38°18'38.60"N, 7°42'15.81"W

IGREJA DA MISERICÓRDIA
Século XVII
Praça D. Nuno Álvares Pereira
GPS: 38°18'35.39"N, 7°42'9.65"W

IGREJA DE SÃO PEDRO
Século XVI
Serra de Portel
GPS: 38°19'56.94"N, 7°42'57.49"W

CAPELA DE SANTO ANTÓNIO
Século XVI
Praça D. Nuno Álvares Pereira
GPS: 38°18'36.40"N, 7°42'10.82"W

CAPELA DE SÃO VICENTE
Século XVI
Castelo de Portel
GPS: 38°18'32.23"N, 7°42'10.50"W



Fig. 063. Convento dos Capuchos.
Fotografia da autora.



Fig. 064. Igreja do Espírito Santo.
Fotografia da autora.



Fig. 065. Igreja da Misericórdia.
Fotografia da autora.



Fig. 069. Igreja de São Pedro.
Fotografia da autora.



Fig. 070. Capela de Santo António.
Fotografia da autora.



Fig. 071. Capela de São Vicente.
Fotografia da autora.

IGREJA DE N. SRA. DO SOCORRO
Século XVII
Rua de São Paulo
GPS: 38°18'36.13"N, 7°42'26.66"W

IGREJA DE N. SRA. DA LAGOA
Século XVIII
Largo da Matriz
GPS: 38°18'31.26"N, 7°42'17.35"W

IGREJA DE S. JOÃO BAPTISTA
Século XVI
Monte de S. João
GPS: 38°18'26.75"N, 7°44'53.78"W

CAPELA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO
Século XX
Monte da Chaminé
GPS: 38°15'23.72"N, 7°41'55.09"W

ERMIDA DE N. SRA. DA CONSOLAÇÃO
Século XVI
Rua da Consolação
GPS: 38°18'46.52"N, 7°42'32.80"W

ERMIDA DE N. SRA. DA SAÚDE
Século XVI
Herdade da Senhora da Saúde
GPS: 38°18'50.03"N, 7°41'41.24"W



Fig. 066. Igreja de N. Sra. do Socorro.
Fotografia da autora.



Fig. 067. Igreja de N. Sra. da Lagoa.
Fotografia da autora.



Fig. 068. Igreja de S. João Baptista.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026461).



Fig. 072. Capela de N. Sra. da Conceição.
Fotografia de Rita Alamada.



Fig. 073. Ermida de N. Sra. da Consolação.
Fotografia da autora.



Fig. 074. Ermida de N. Sra. da Saúde.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE N. SRA. DA SERRA (25)
Século XVII
Herdade da Serra
GPS: 38°19'57.38"N, 7°41'40.47"W



Fig. 075. Ermita de N. Sra. da Serra.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE SANTA CATARINA (26)
Século XVI
Rua dos Moinhos
GPS: 38°18'49.32"N, 7°42'10.90"W



Fig. 076. Ermita de Santa Catarina.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE SÃO BENTO (27)
Século XVII
Herdade de Matraque
GPS: 38°19'55.25"N, 7°45'09.22"W



Fig. 077. Ermita de São Bento.
Fotografia da autora.

IGREJA DE SANTANA (31)
Século XVII
Largo da Igreja
GPS: 38°16'1.63"N, 7°48'2.59"W



Fig. 081. Igreja de Santana.
Fotografia da autora.

IGREJA DE S. B. DO OUTEIRO (32)
Século XV
Largo da Igreja
GPS: 38°21'13.59"N, 7°54'31.53"W



Fig. 082. Igreja de S. B. do Outeiro.
Fotografia da autora.

IGREJA DE VERA CRUZ (33)
Século VI-XVII
Largo da Igreja
GPS: 38°13'45.15"N, 7°40'50.94"W



Fig. 083. Igreja de Vera Cruz.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE SÃO BRÁS (28)
Século XVI
Estrada do Cemitério
GPS: 38°18'23.87"N, 7°41'45.82"W



Fig. 078. Ermita de São Brás.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE SÃO LOURENÇO (29)
Século XVII
Herdade da Quintinha
GPS: 38°16'33.55"N, 7°42'58.05"W



Fig. 079. Ermita de São Lourenço.
Fotografia da autora.

ERMIDA DE SÃO PEDRO (30)
Século XVII
Serra de Portel
GPS: 38°19'57.60"N, 7°42'56.10"W



Fig. 080. Ermita de São Pedro.
Fotografia da autora.

CAPELA DE SANTO ANTÓNIO (34)
Século XVI
Rua da Vidigueira
GPS: 38°13'42.21"N, 7°40'59.69"W



Fig. 084. Capela de Santo António.
Fotografia da autora.

03 AS ERMIDAS

Na terceira parte, apresenta-se o enfoque principal desta investigação, as ermidas do concelho de Portel. Estes pequenos templos caracterizam-se pela elevada importância dos seus elementos arquitetónicos, pelo seu valor (seja ele material ou imaterial) e reconhecido interesse que marcaram a história do concelho. Relativamente ao estado de conservação, os edifícios apresentam diferentes sinais de degradação, isto é, alguns deles em ruínas e outros já reabilitados. Assim, o conjunto de ermidas é composto por um total de dez edifícios que se encontram dispersos pelo território do concelho de Portel.

Para além do mapeamento de fontes primárias e secundárias, assente em elementos escritos e/ou desenhados, as ermidas são apresentadas de forma sistemática através de fichas de informação fundamentadas em alguns dos parâmetros definidos pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), que se referem a um conjunto de dados acerca da sua designação, localização, caracterização, enquadramento, descrição e, ainda, documentação gráfica e fotográfica (antiga e atual), os quais contribuem para uma melhor compreensão do lugar e do objeto de estudo.

“(…) O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar.”

(Saramago, 2018, p. 28)

ERMIDAS DO CONCELHO DE PORTEL

FREGUESIA DE AMIEIRA

01 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA GIESTEIRA

FREGUESIA DE ORIOLA

02 ERMIDA DE SÃO FARAÚSTO

FREGUESIA DE PORTEL

03 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO

04 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE

05 ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SERRA

06 ERMIDA DE SANTA CATARINA

07 ERMIDA DE SÃO BENTO

08 ERMIDA DE SÃO BRÁS E SANTO AMARO

09 ERMIDA DE SÃO LOURENÇO DOS OLIVAIS

10 ERMIDA DE SÃO PEDRO

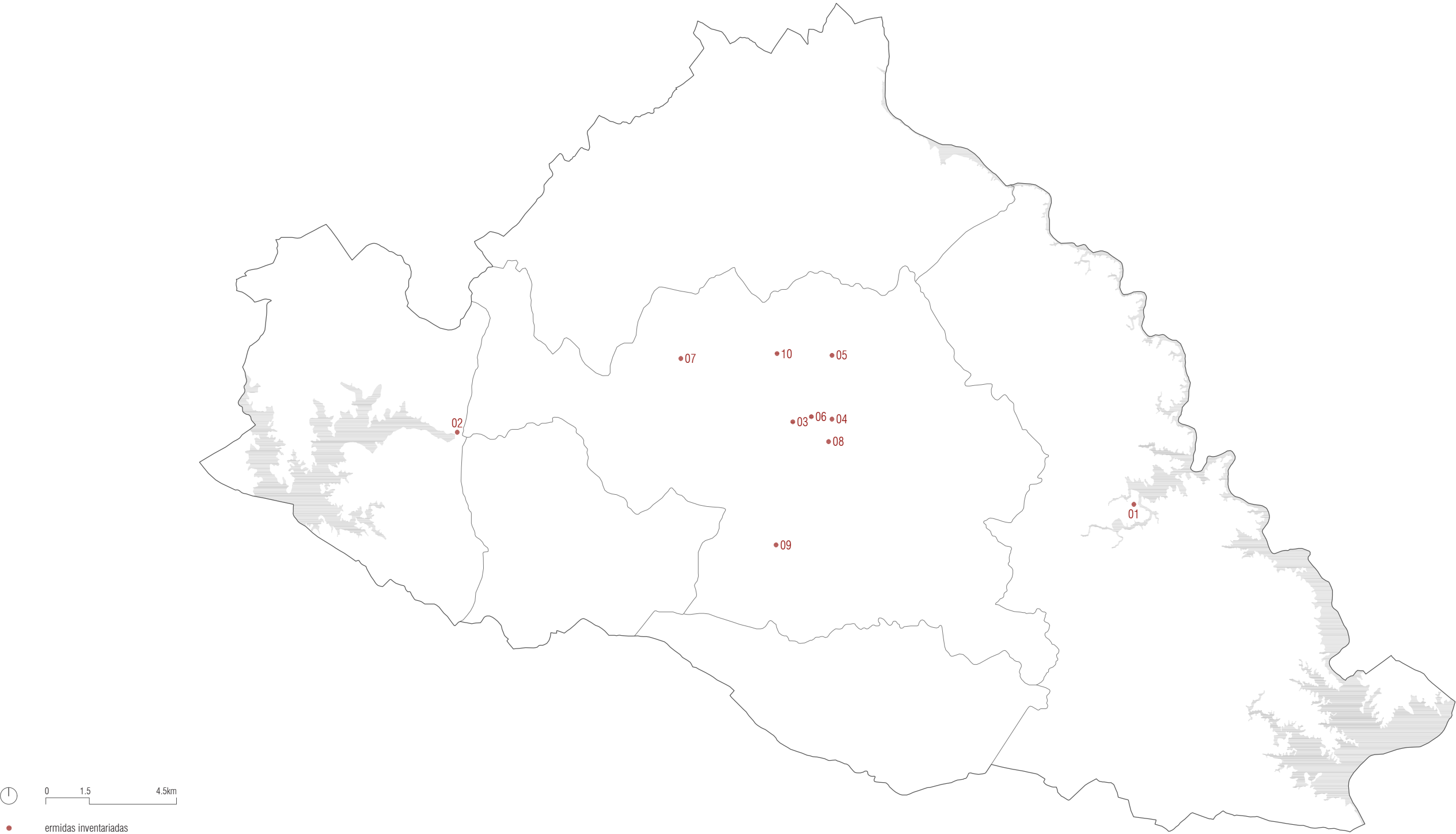


Figura 085. Mapa com a identificação das ermidas do concelho de Portel.
Elaborado pela autora.



Fig. 086. Ermita de N. Sra. da Giesteira.
Fotografia de Nuno Cortes.



Fig. 087. Ermita de São Faraústo.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 090. Ermita de N. Sra. da Serra.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 091. Ermita de Santa Catarina.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 092. Ermita de São Bento.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 088. Ermita de N. Sra. da Consolação.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 089. Ermita de N. Sra. da Saúde.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 093. Ermita de São Brás e Santo Amaro.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 094. Ermita de São Lourenço dos Olivais.
Fotografia de Paulo Lopes.



Fig. 095. Ermita de São Pedro.
Fotografia de Paulo Lopes.

INVENTARIAÇÃO DAS ERMIDAS

Para a inventariação das ermidas, foi elaborada uma ficha de inventário que documenta o património arquitetónico estudado neste trabalho. Este registo padronizado, decorrente do trabalho de campo, pretende constituir-se como uma ferramenta de apoio para a caracterização das ermidas, da mesma maneira que pretende ser um contributo na promoção da salvaguarda, valorização e divulgação do património.

Deste modo, a ficha de inventário tem como referência a base de dados do Inventário do Património Arquitetónico (IPA), tratando-se de um recurso de informação assente na identificação, localização e caracterização dos edifícios religiosos. De acordo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (2010), o conjunto de critérios estabelecidos para inventariar são:

DESIGNAÇÃO: nome atribuído a cada objeto arquitetónico.

LOCALIZAÇÃO: posição geográfica do objeto arquitetónico, incluindo informação sobre a freguesia, a herdade e/ou o monte onde está inserido o edifício, segundo os dados recolhidos de cartas militares, ortofotomapas, Google Earth, etc.

DATA DE CONSTRUÇÃO: período de construção, remodelação ou utilização do objeto arquitetónico, auxiliada de uma pequena cronologia baseada na bibliografia consultada.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: avaliação geral dos elementos estruturais e funcionais do objeto arquitetónico, a partir da informação obtida tanto na bibliografia consultada como nos levantamentos *in situ*.

BOM: o edifício não apresenta sinais de degradação, os elementos estruturais e funcionais estão em bom estado de conservação (intactos), sendo observável a ação da sua utilização e manutenção.

MAU: o edifício apresenta alguns sinais de degradação, os elementos estruturais e funcionais estão em mau estado de conservação (degradados), pretendendo-se a sua recuperação, o seu restauro.

EM RUÍNA: o edifício apresenta um avançado estado de degradação nos seus elementos estruturais e funcionais, perdendo a capacidade de desempenho da sua função por colapso total ou parcial.

UTILIZAÇÃO INICIAL: função inicial do objeto arquitetónico, para a qual foi construído.

UTILIZAÇÃO ATUAL: função atual do objeto arquitetónico, pode ser diferente da original.

PROPRIEDADE: pública ou privada, com registo do proprietário do objeto arquitetónico ou da propriedade em que o mesmo se insere.

PROTEÇÃO: registo dos atributos jurídicos que influenciam a utilização, gestão e intervenção no objeto arquitetónico, com informação recolhida na base de dados da DGPC (base de dados do IGESPAR/base de dados SIPA) e no PDM da Câmara Municipal de Portel.

ENQUADRAMENTO: aproximação ao objeto arquitetónico, descrição da envolvente e das suas relações com os núcleos urbanos, herdades, montes, ribeiras, vegetação, etc. Tem como base a informação de cartas militares, ortofotomapas e, ainda, a informação obtida nas várias deslocações ao edifício e ao meio envolvente.

DESCRIÇÃO: caracterização do objeto arquitetónico, aproximação ao exterior e ao interior do edifício, através da informação adquirida na bibliografia, cartografia, levantamentos *in situ* e material fotográfico (antigo e atual).

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA E FOTOGRÁFICA: registo gráfico e fotográfico representativo do objeto arquitetónico, partindo do geral para o particular, desde a escala urbana ao pormenor, baseado na bibliografia consultada e nos levantamentos *in situ*.



Figura 096. Esquema inventariação das ermidas.
Elaborado pela autora.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA GIESTEIRA



Figura 097. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira (fotografia aérea).
Fotografia de Nuno Cortes.

“Fundada pouco antes de 1624 pelo P. Gonçalo da Costa, prior curado da freguesia, está erecta no cômodo mais elevado da Herdade de Pernes, em sítio dominador de paisagem triste, severa mas grandiosa, envolvida por cercado eremítico de olivedo e azinhal.
Dista c.^a de 400 metros da paroquial – na linha do sul – e encontra-se, ao presente, em ruína grave e quase irreparável.”

(Espanca, 1978, p. 241)

DESIGNAÇÃO: Ermida de Nossa Senhora da Giesteira

NÚMERO IPA: PT040709020012

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Amieira (Nossa Senhora das Neves)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Amieira

38º17’14.34”N, 7º34’46.05”W | Herdade dos Pernes

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVII

- 1624 – construção da ermida de Nossa Senhora da Giesteira
 - execução das pinturas murais por artistas do Ciclo Eborense
- 1995 – edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95
- 2019 – restauro da ermida pelo Baixa Atelier de Arquitectura

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Cultural

PROPRIEDADE: Privada (pessoa singular: Luiz Simões)

PROTEÇÃO: Inexistente



Figura 098. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, antes de ser recuperada.
Fotografia da autora.

ENQUADRAMENTO: A ermida de Nossa Senhora da Giesteira situa-se a uma distância de aproximadamente 2 km da aldeia de Amieira, em que o acesso é feito por estrada de terra batida, acedida previamente pela EM 538. Em contexto rural, localiza-se em terrenos de utilização agroflorestal e encontra-se erguida sobre vestígios de um povoado da pré-história. Está implantada num local alto e isolado, rodeada de vegetação e com grande domínio visual de toda a sua paisagem envolvente: os terrenos da Herdade dos Pernes, a ribeira e a aldeia de Amieira (Amendoeira, 1999; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

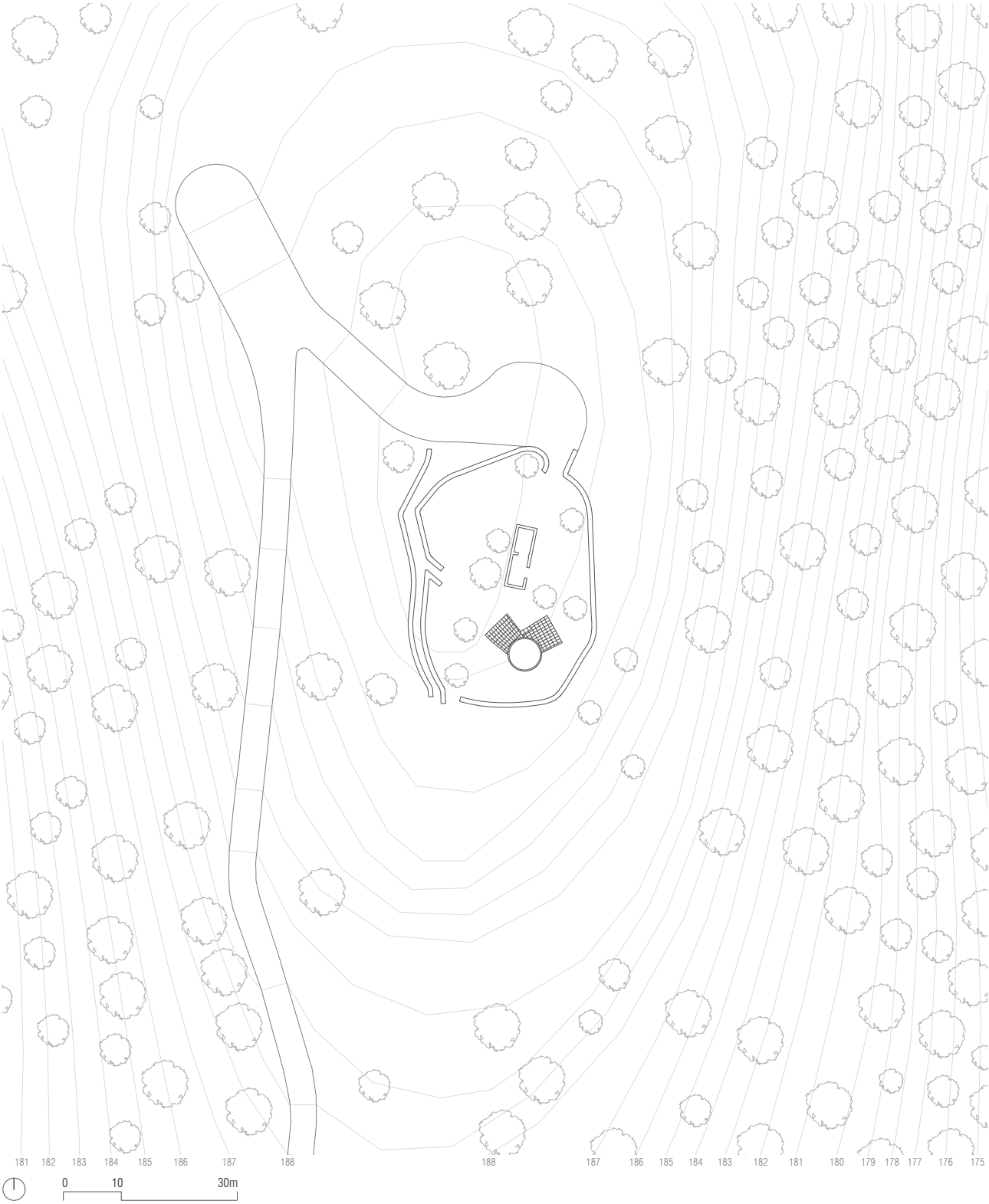
DESCRIÇÃO: Esta ermida encontra-se totalmente recuperada. Antes do seu restauro, o edifício apresentava um avançado estado de deterioração, quase irreparável, verificando-se uma série de anomalias nos seus elementos, sobretudo, a existência de fendas profundas e a ausência de cobertura no nártex (Bravo, 1995; Espanca, 1978).

De planta longitudinal, apresenta uma estrutura de paredes maciças, compactas e pouco iluminadas, em alvenaria mista de pedra e tijolo. Com um único vão de acesso ao seu interior, o edifício é constituído por três espaços diferentes: o nártex (ou galilé) quadrangular, a nave circular e a sacristia retangular (Amendoeira, 1999).

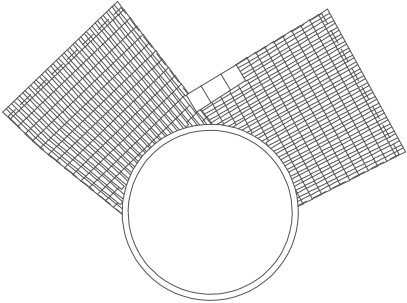
A fachada principal está orientada a Oeste, composta por uma galeria coberta de três arcadas redondas e por um portal simples de acesso à nave, ou seja, ao espaço de planta centralizada circular. A fachada Norte é formada pela sacristia que se encontra adossada ao corpo da nave, sobre a qual está o campanário. As coberturas são apresentadas de forma diferenciada, isto é, em cúpula no volume da nave e em telhado de uma água (cobertura de uma superfície) nos volumes do nártex e da sacristia, sendo maioritariamente constituídas por telha, à exceção da cobertura da nave (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978).

No seu interior, podemos observar a sacristia com o teto em abóbada de berço e a nave com o teto em cúpula, totalmente revestida de pinturas murais historiadas “(...) por quadros sacros, onde ainda, com dificuldade, se identificam os painéis do BAPTISMO DE JESUS e S. FRANCISCO RECEBENDO OS ESTIGMAS.” (Espanca, 1978, p. 241).

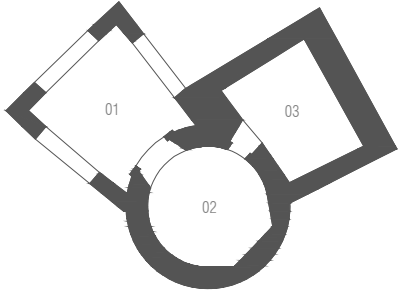
Atualmente, na Capela de São Romão (situada no centro da aldeia de Amieira) encontra-se a imagem da Nossa Senhora da Giesteira, associada a antigos rituais de fertilidade e gestação feminina, sobretudo para que as mães tivessem leite para amamentar os seus filhos (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978).



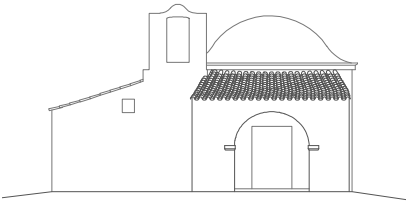
DIMENSÕES
(01) Nártex: 14,49 m²
(02) Nave: (diâmetro 3,90 m) 12,75 m²
(03) Sacristia: 11,57 m²



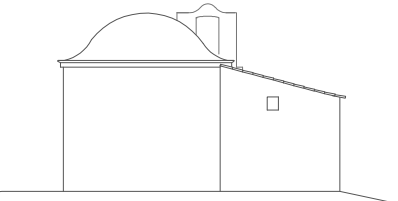
Planta de Cobertura



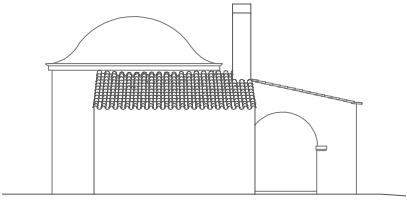
Planta



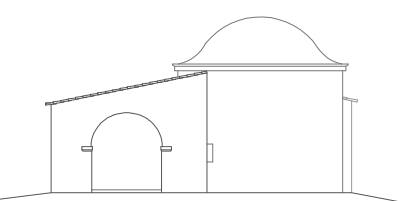
Alçado Principal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito



Figura 099. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, planta de localização e enquadramento.
Adaptado de Baixa Atelier de Arquitectura.

Figura 100, 101, 102, 103, 104 e 105. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, levantamento esquemático.
Adaptado de Baixa Atelier de Arquitectura.



Fig. 106. Vista Nordeste.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026517), 1999.



Fig. 107. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026515), 1999.



Fig. 108. Alçado Posterior.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026509), 1999.



Fig. 109. Alçado Lateral Direito.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026510), 1999.



Fig. 110. Pormenor da Porta.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026513), 1999.



Fig. 111. Altar e Nicho.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026514), 1999.



Fig. 112. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 113. Volume da Sacristia.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 114. Nártex (ou Galilé).
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 115. Arco de volta perfeita, no Nártex.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 116. Vão de acesso à Sacristia.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 117. Pormenor da parede da Sacristia.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 118. Interior da Nave.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 119. Pintura na cúpula da Nave.
Fotografia da autora, 2016.

As fotografias mostram o avançado estado de degradação em que a **Ermida de Nossa Senhora da Giesteira** se encontrava antes de ser totalmente recuperada.



Fig. 120. Volume da Nave.
Fotografia de Baixa Atelier de Arquitectura, 2018.



Fig. 121. Cobertura.
Fotografia de Baixa Atelier de Arquitectura, 2018.



Fig. 122. Reparação de fissuras.
Fotografia de Baixa Atelier de Arquitectura, 2018.



Fig. 123. Consolidação das paredes exteriores.
Fotografia de Baixa Atelier de Arquitectura, 2018.



Fig. 124. Pavimento.
Fotografia de Baixa Atelier de Arquitectura, 2018.



Fig. 125. Reparação e consolidação.
Fotografia de Baixa Atelier de Arquitectura, 2018.



Fig. 126. Cúpula da Nave.
Fotografia de Baixa Atelier de Arquitectura, 2018.

As fotografias mostram o processo de recuperação da **Ermida de Nossa Senhora da Giesteira**, como por exemplo, os trabalhos preparatórios e de limpeza.

As fotografias mostram o estado atual da ermida, após a conclusão das obras de restauro pelo Baixa Atelier de Arquitectura.



Fig. 127. Campanário, com sino.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.



Fig. 128. Fachada Principal, a Noroeste.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.



Fig. 129. Fachada Posterior, a Sudeste.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.



Fig. 130. Porta de acesso ao interior.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.



Fig. 131. Nartéx, arco e estrutura de madeira.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.



Fig. 132. Detalhe da pintura mural.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.

ERMIDA DE SÃO FARAÚSTO



Figura 133. Ermida de São Faraústo (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Da velha ermida de S. Fausto, mártir das grandes perseguições imperiais romanas contra o cristianismo e advogado contra as maleitas – na expressão popular – já existente em meados do séc. XVIII e mais tarde consagrada a N.ª S.ª DOS REMÉDIOS, subsiste um pequeno edifício profundamente restaurado no nosso tempo.

Encontra-se situado em local ameno da margem direita da ribeira de Odivelas, no Monte das Covas, a c.ª de 5 km de distância da antiga sede de freguesia, alcançando-se pela Est. Nac. 384 e através de mau caminho particular da Herdade de Val de Figueiras.”

(Espanca, 1978, p. 255)

DESIGNAÇÃO: Ermida de São Faraústo

NÚMERO IPA: PT040709040014

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Oriola (Nossa Senhora da Assunção)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Oriola

38º18’35.20”N, 7º50’17.00”W | Monte das Covas

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVI/XVII

século XVII, 1ª metade – provável construção da ermida, dedicada a São Fausto
– execução das pinturas murais por solicitação de Luís Martins, antigo proprietário daquelas terras

século XVIII – consagração da ermida a Nossa Senhora dos Remédios

século XXI – consolidação e recuperação da ermida pelo atual proprietário

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Cultural

PROPRIEDADE: Privada (pessoa singular: Ricardo Freixial)

PROTEÇÃO: Inexistente



Figura 134. Ermita de São Faraústo, antes de ser recuperada.
Fotografia de Augusto Brázio.

ENQUADRAMENTO: A ermida de São Faraústo está situada a cerca de 5 km da povoação de Oriola, cujo acesso é feito pela EN 384 (sentido Portel-Oriola) e pela EM 531. Esta pequena edificação encontra-se implantada sobre um sítio arqueológico datável da época romana, fica nas imediações do Monte das Covas, o qual pertence à Herdade de Vale Figueira. Localiza-se na margem direita da Ribeira de Odivelas, num lugar isolado e de suave declive (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Bravo, 1995; Espanca, 1978).

DESCRIÇÃO: A ermida de São Faraústo, também denominada de São Fausto ou de Nossa Senhora dos Remédios, provavelmente, era dedicada ao culto do santo protetor contra as febres palustres, que eram muito frequentes na zona. Atualmente, encontra-se totalmente restaurada, por ação do proprietário do terreno, sem contar com a decoração a fresco que cobre integralmente a abóbada da capela-mor (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Sousa, 2003).

Antes da sua recuperação, o edifício apresentava sinais de degradação acentuada, como por exemplo, a existência de vegetação no seu interior, cobertura destelhada na nave, algumas paredes destruídas e outras sem revestimento. No entanto, em 2018, foram realizadas obras que permitiram consolidar a capela-mor, assim como reconstruir a nave e a sacristia (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Sousa, 2003).

De planta longitudinal, a ermida é constituída por nave retangular, capela-mor quadrangular e sacristia retangular. Com a fachada principal voltada a Oeste, a qual possui a única abertura para o seu interior, observa-se um portal simples de verga reta, rematado por frontão triangular decorado por pequenos pedestais e cruz axial. As restantes fachadas são cegas, sem quaisquer aberturas de janelas ou portas, sendo que a fachada Sul tem a sacristia adossada (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978).

No interior do edifício, a nave e a capela-mor encontram-se separadas por arco triunfal e ligeiro degrau no pavimento. A nave é coberta por uma estrutura de madeira visível e a capela-mor por uma abóbada de cruzaria (ou abóbada nervurada), revestida de pinturas murais com frescos de feição popular. No exterior, a cobertura tem uma configuração homogénea, em telhado de duas águas. As paredes aparentam ter uma construção em alvenaria de pedra argamassada, rebocada e caiada, à exceção das paredes da sacristia que foram (re)construídas em taipa (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Espanca, 1978).

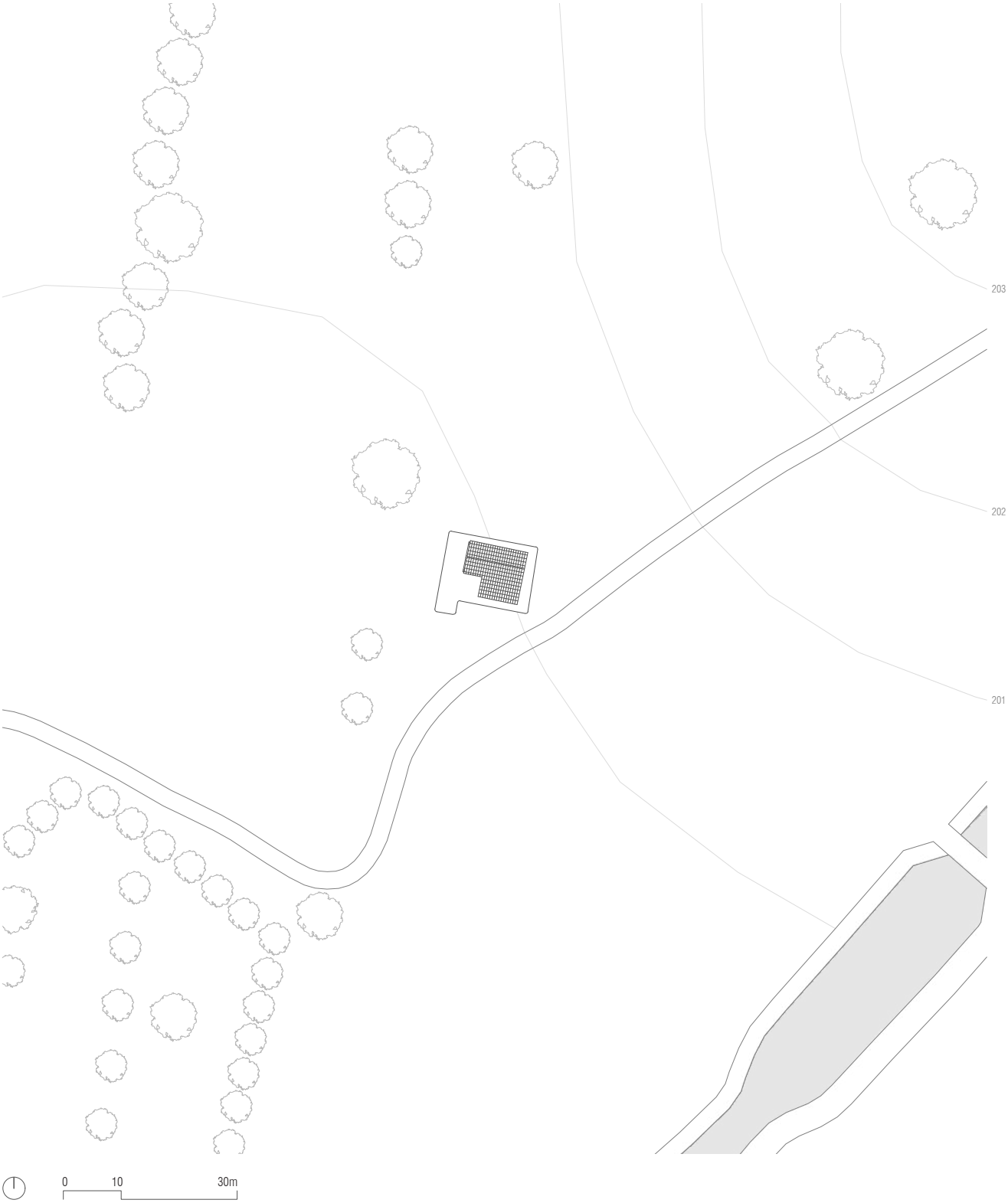


Figura 135. Ermita de São Faraústo, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

DIMENSÕES
(01) Nave: 18,15 m²
(02) Capela-mor: 15,77 m²
(03) Sacristia: 16,16 m²

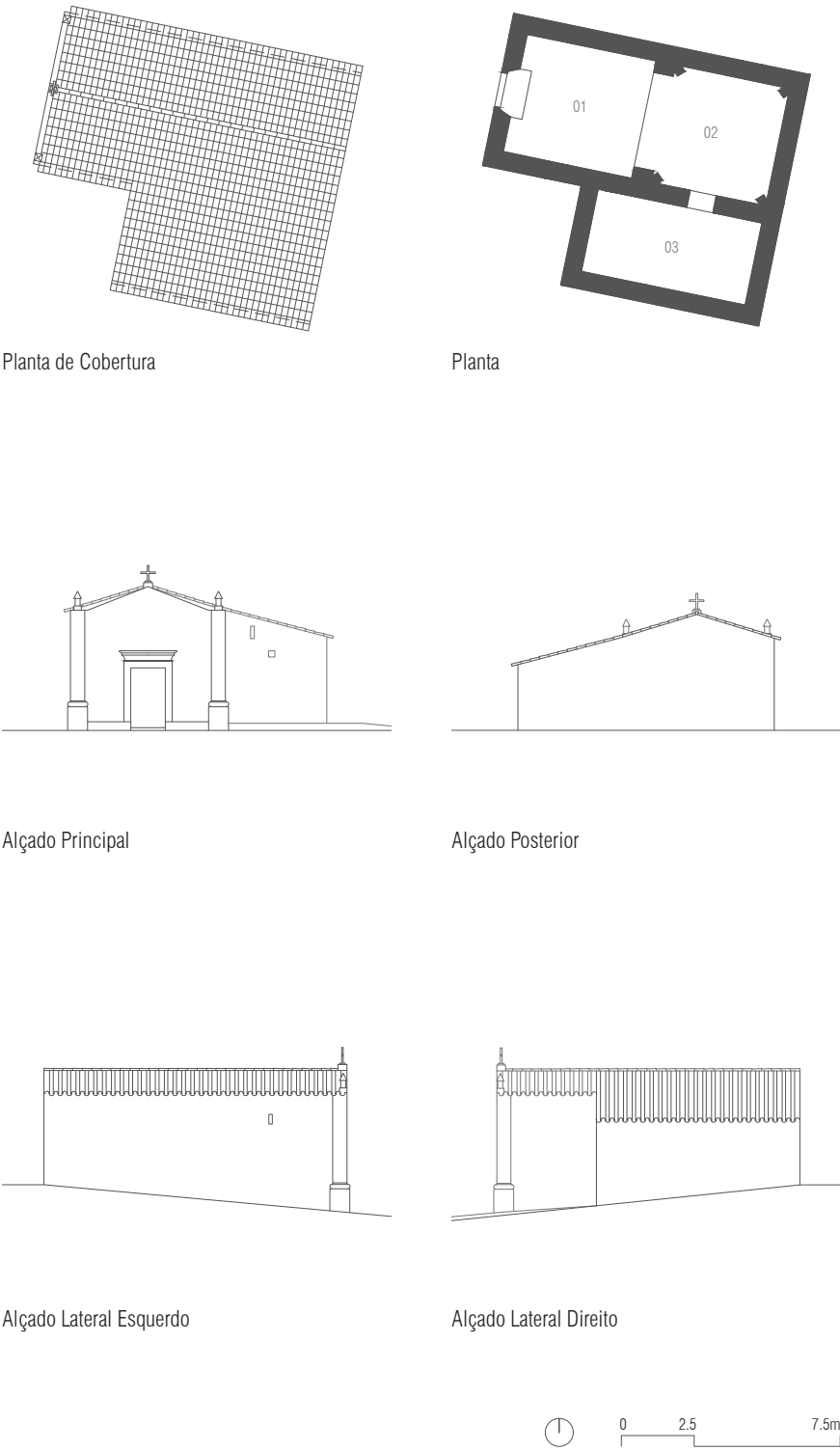


Figura 136, 137, 138, 139, 140 e 141. Ermita de São Faraústo, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 142. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026497), 1999.



Fig. 143. Alçado Posterior.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026506), 1999.



Fig. 144. Alçado Lateral Esquerdo.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026505), 1999.



Fig. 145. Alçado Lateral Direito.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026498), 1999.



Fig. 146. Capela-mor.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026507), 1999.



Fig. 147. Altar e Pinturas Murais.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026508), 1999.

As fotografias mostram o avançado estado de degradação em que a **Ermida de São Faraústo** se encontrava antes de ser recuperada.

As fotografias mostram o seu processo de recuperação, principalmente a (re)construção das paredes da sacristia em taipa.



Fig. 148. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 149. Colocação e reparação do telhado.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 150. Enchimento dos taipais de madeira.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 151. Compactação da terra.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 152. Sacristia.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 153. Paredes da Sacristia em taipa.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 154. Nave, estrutura do telhado.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 155. Estrutura de madeira visível.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.



Fig. 156. Fachada Principal, a Oeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 157. Volume da Sacristia.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 158. Vista Nordeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 159. Vista Sudeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 160. Porta de acesso.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 161. Nave e Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.

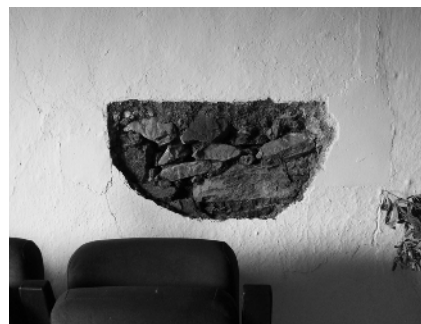


Fig. 162. Pormenor na parede da Nave.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 163. Pormenor da Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 164. Altar e Nicho.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 165. Detalhe da pintura mural.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 166. Sacristia, a Oeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 167. Vão de acesso à Sacristia.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 168. Sacristia, a Este.
Fotografia da autora, 2021.

As fotografias mostram o estado atual da **Ermida de São Faraústo**, após as obras de consolidação e recuperação, por ação do proprietário do terreno.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO



Figura 169. Ermida de Nossa Senhora da Consolação (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Situada nas imediações da vila, na berma da estrada que antigamente se dirigia para Évora, através das terras da Armada e do Campo de Mira, e ainda do caminho vicinal para a ermida de S. Pedro, desconhece-se a data da fundação que, nas origens parece recuar a meados do séc. XVI. Julga-se que teve anexa, nos seus primórdios, uma gafaria consagrada a S. Lázaro, administrada pela Irmandade de Santo André.

No ano de 1817 já acusava alguma ruína, mas o seu encerramento verificou-se a partir de 10 de Maio de 1919, data em que, por Portaria n.º 1776, do Ministério da Justiça e dos Cultos, foi desafectada e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação das Igrejas do Estado.”

(Espanca, 1978, p. 226)

DESIGNAÇÃO: Ermida de Nossa Senhora da Consolação

NÚMERO IPA: PT040709050006

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel

38º18’46.52”N, 7º42’32.80”W | na continuação da Rua da Consolação

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVI

1817 – a ermida já apresentava sinais de degradação
1919 – foi desafetada e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação das Igrejas do Estado, por Portaria nº 1776 do Ministério da Justiça e dos Cultos
1995 – edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Em ruína

UTILIZAÇÃO INICIAL: Saúde

UTILIZAÇÃO ATUAL: Devoluto

PROPRIEDADE: Privada (Igreja Católica)

PROTEÇÃO: Inexistente

ENQUADRAMENTO: A ermida de Nossa Senhora da Consolação localiza-se nas redondezas da vila de Portel, a Norte e a cerca de 800 m do seu centro. Seguindo a estrada com o mesmo nome, fica situada junto a uma bifurcação de dois caminhos muito importantes, a antiga estrada de Portel-Évora e o caminho para a ermida de S. Pedro. O edifício foi construído em local fértil, isolado e em destaque por estar num terreno de suave inclinação (F. Almeida, 2008; Branco & C. Nunes, 1994; Patalim, 1992).

DESCRIÇÃO: Inicialmente sob a invocação de São Lázaro, a ermida de Nossa Senhora da Consolação era primitivamente dedicada ao padroeiro dos enfermos e dos desamparados, referindo-se ao santo protetor dos leprosos e advogado contra o mal da lepra. Neste sentido, julga-se que esta ermida fornecia assistência religiosa aos leprosos, uma vez que lhe estava anexa uma gafaria (leprosaria) administrada pela Irmandade de Santo André, instituição destinada a prestar apoio em situações de necessidade, nomeadamente de doença, pobreza ou morte (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Patalim, 1992; Pombinho Júnior, 1959).

De planta longitudinal, o edifício é constituído por um conjunto de volumes articulados entre si: o nártex retangular, a nave também retangular, a capela-mor quadrangular e ainda a pequena sacristia quadrangular. A fachada principal está orientada a Sul, apresenta frontão triangular e em cima campanário sem sino. De uma entrada, então obstruída por enchimento com tijolo maciço, é antecedida por nártex, alpendre de abóbada redonda composto por arco de volta perfeita e colunas de mármore. As restantes fachadas são cegas, muito simples, sendo que a fachada Este está rodeada por pequeno muro e contém acesso ao interior deste edifício (F. Almeida, 2008; Branco & C. Nunes, 1994; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

No seu interior, houve painéis de azulejos que retratavam episódios da Vida de Cristo, dos quais subsistem alguns fragmentos. O nártex possui teto em abóbada de berço, enquanto que a capela-mor e a sacristia possuem teto em cúpula (Branco & C. Nunes, 1994; Espanca, 1978; Pombinho Júnior, 1959). À semelhança do nártex, a nave era coberta por abóbada totalmente revestida de pinturas murais “(...) emolduradas com grandes quadros, de temática sacra, de que subsistem, maltratadas por recobrimento posterior de cal branca, as representações da VIRGEM, S. JOÃO BAPTISTA e SANTO AGOSTINHO (?), nos alçados, e no tímpano posterior da empena, pela vasta cena da COROAÇÃO DA IMACULADA.” (Espanca, 1978, p. 227). Em relação ao exterior, o edifício apresenta uma tipologia construtiva de paredes mistas, em alvenaria de pedra e tijolo. As coberturas são maioritariamente constituídas por telha, sendo visível o nártex em telhado de duas águas, a nave sem telhado (antes, também de duas águas), a capela-mor e a sacristia em telhado de quatro águas de linhas radiadas para cobrir as cúpulas (Branco & C. Nunes, 1994; Espanca, 1978).

Atualmente, a ermida está abandonada e em avançado estado de degradação. Observa-se um edifício muito arruinado e de evidente deterioração dos seus elementos, sobretudo: sem telhado; com fissuras nas paredes e algumas expostas, sem reboco; também sem pavimento; e o interior invadido por vegetação. No entanto, uma das razões que contribuiu para a sua degradação galopante foi a queda parcial do telhado da nave, permanecendo a céu aberto (F. Almeida, 2008; Branco & C. Nunes, 1994; Espanca, 1978).



Figura 170. Ermida de Nossa Senhora da Consolação, situação em Setembro de 2019. Fotografia da autora.

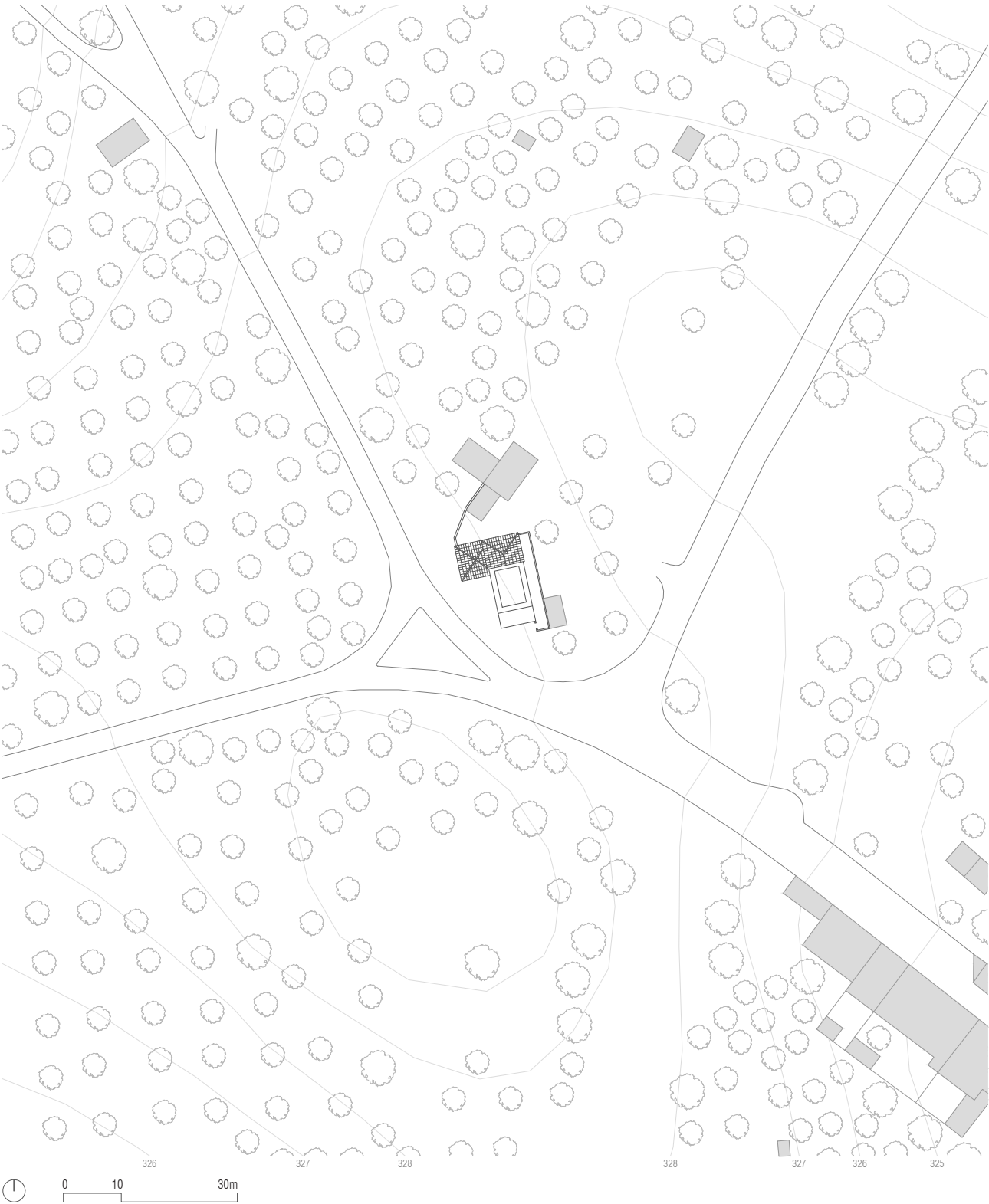


Figura 171. Ermita de Nossa Senhora da Consolação, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

DIMENSÕES
(01) Nártex: 9,42 m²
(02) Nave: 27,07 m²
(03) Capela-mor: 16,58 m²
(04) Sacristia: 15,21 m²

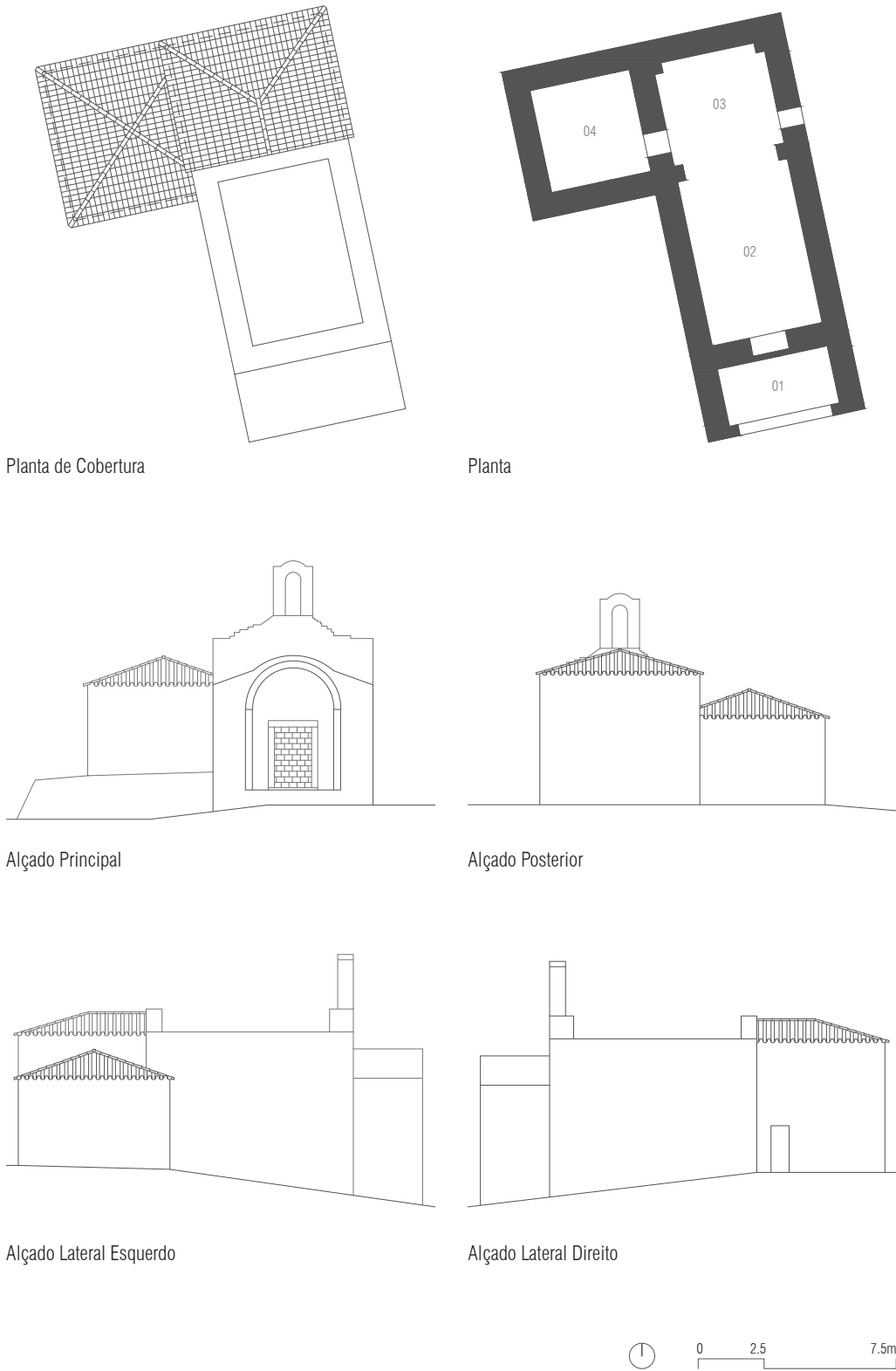


Figura 172, 173, 174, 175, 176 e 177. Ermita de Nossa Senhora da Consolação, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 178. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00161949), 1964.



Fig. 179. Pormenor da porta de acesso, a Sul.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00161951), 1964.



Fig. 180. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 181. Vista Noroeste.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 182. Vista Sudeste.
Arquivo Municipal de Portel, 1994.



Fig. 183. Alçado Lateral Direito.
Arquivo Municipal de Portel, 1994.



Fig. 184. Campanário, sem sino.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 185. Pormenor do Nártex.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 186. Nártex, cobertura.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 187. Nártex, paredes laterais.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 188. Porta de acesso, a Este.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 189. Interior da Nave.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 190. Parede fundeira da Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 191. Vão de acesso à Sacristia.
Fotografia da autora, 2021.

As fotografias mostram o estado em que se encontra a **Ermida de Nossa Senhora da Consolação**, abandonada e em avançado estado de degradação.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE



Figura 192. Ermida de Nossa Senhora da Saúde (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Desconhecemos a data da fundação do templete, mas os elementos construtivos da capela-mor, do tipo cupular, denunciavam as características dominantes na zona rural do termo alto-alentejo durante o reinado dos dois primeiros Filipes de Portugal. Teve anexa, em tempos recuados, segundo Pinho Leal e Silva Carvalho, uma albergaria de peregrinos e enfermos. Profanada há muitos anos, serviu de habitação particular e hoje encontra-se completamente arruinada. Construída em ponto elevado do cabeço a que deu o seu nome, a 500 metros ao oriente da vila, domina uma panorâmica de admirável grandiosidade – além da povoação –, os santuários de S. Pedro, Santa Catarina e S. Lourenço dos Olivais.”

(Espanca, 1978, p. 228)

DESIGNAÇÃO: Ermida de Nossa Senhora da Saúde

NÚMERO IPA: PT040709050030

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel

38º18’50.03”N, 7º41’41.24”W | Herdade da Senhora da Saúde

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVI

- século XX – a ermida já se encontrava abandonada e em ruínas
- foi adaptada a edifício de habitação, conduzindo ao entaipamento de alguns vãos e do arco triunfal
- edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Em ruína

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Devoluto

PROPRIEDADE: Privada (pessoa singular: herdeiros de Álvaro Duarte)

PROTEÇÃO: Inexistente



Figura 193. Ermita de Nossa Senhora da Saúde, situação em Abril de 2016.
Fotografia da autora.

ENQUADRAMENTO: A ermida de Nossa Senhora da Saúde está situada a pouca distância da vila de Portel, fica na parte Este e sensivelmente a 500 m, alcançando-se por uma estrada municipal seguida de um caminho particular de terra batida (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Patalim, 1992). Este templo tem junto um moinho de vento e está implantado no ponto mais alto de um monte da Herdade da Senhora da Saúde, o cabeçaço que deu o nome à ermida (Patalim, 1992; Pombinho Júnior, 1959).

Numa zona rural, encontra-se isolada e rodeada de imensa vegetação, possuindo uma magnífica paisagem marcada pela vila de Portel e pelas ermidas de São Pedro, Santa Catarina e São Lourenço dos Olivais (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978).

DESCRIÇÃO: Esta ermida encontra-se abandonada, chegando ao estado de ruína com o desaparecimento do telhado e consequentemente as paredes que restam em muito mau estado de conservação. A vegetação rasteira que encobre o edifício também se reflete no estado de degradação do seu interior: atualmente sem telhado, sem pavimento e com grandes fissuras em toda a sua estrutura (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999).

De planta longitudinal simples, observa-se uma construção em alvenaria mista de pedra e tijolo, na qual ainda estão algumas zonas rebocadas e/ou caiadas. À semelhança das outras ermidas, também esta tem poucos vãos. A fachada principal encontra-se virada a Noroeste, rasgada por vão em arco abatido e remate em empena que era interrompida por um campanário com sino, hoje desaparecidos (Patalim, 1992). A fachada Sudeste apresenta grande abertura de perfil irregular, enquanto a fachada Nordeste exhibe vão de porta, provavelmente de acesso à sacristia que foi demolida (Amendoeira, 1999).

A antiga edificação religiosa dispunha de nártex, nave, capela-mor e sacristia. A nave de planta retangular era abobadada e tinha telhado de duas águas. Os seus alçados ainda mostram dois arcos cegos, rasgados por nichos, que eram decorados por pinturas murais. A capela-mor de planta quadrangular era coberta por cúpula de meia laranja assente sobre pendentes. Presentemente, o espaço é apenas diferenciado entre a nave e a capela-mor, pois as restantes áreas desapareceram (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Espanca, 1978).

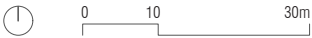
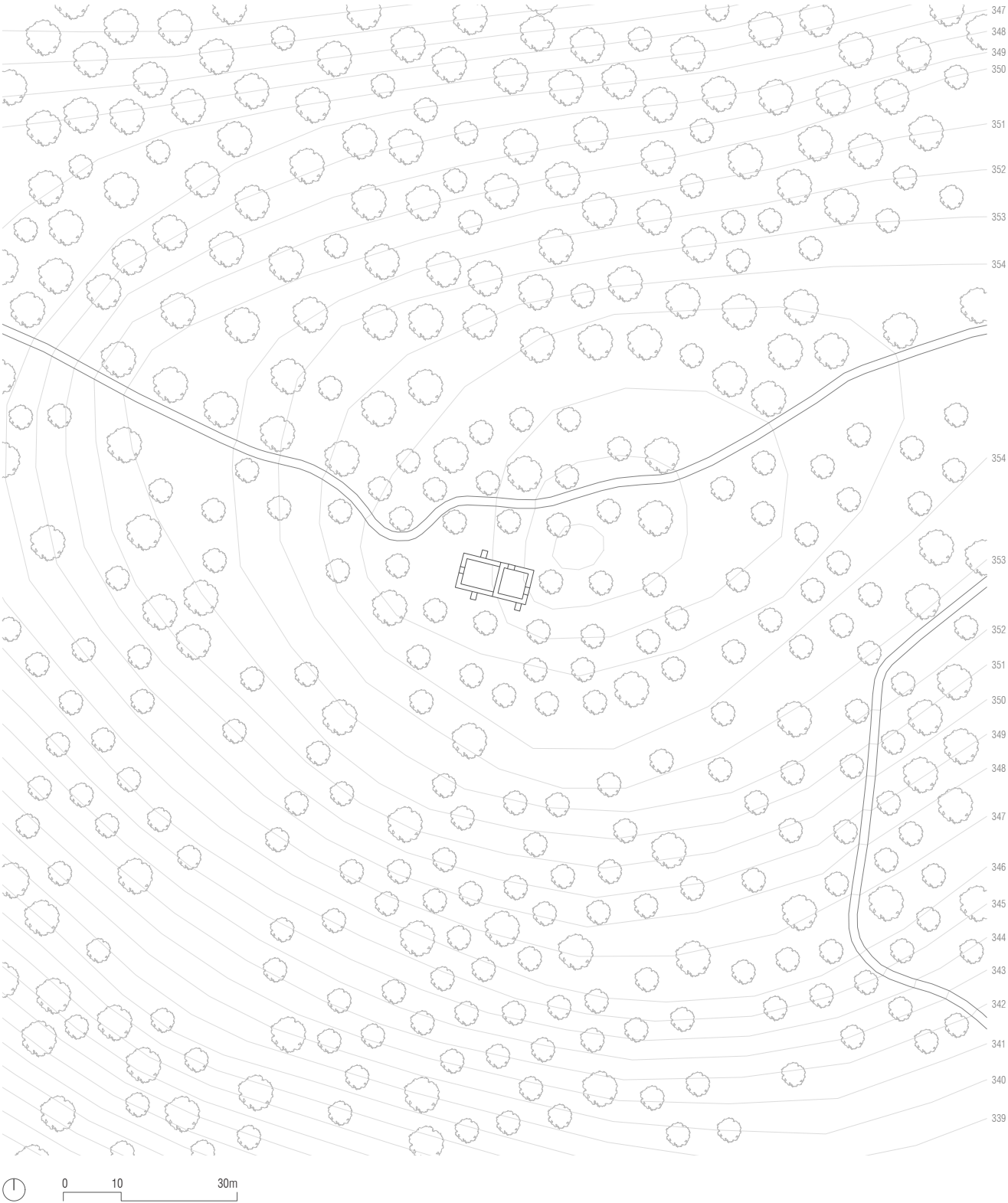
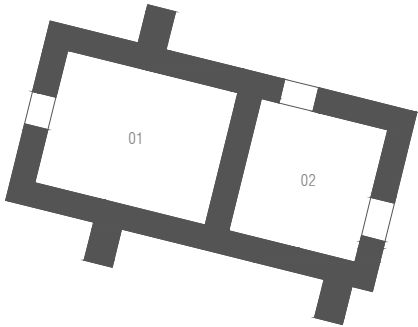
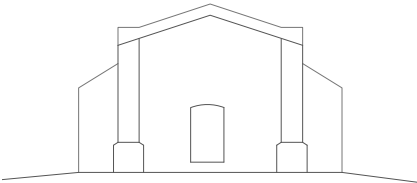


Figura 194. Ermida de Nossa Senhora da Saúde, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

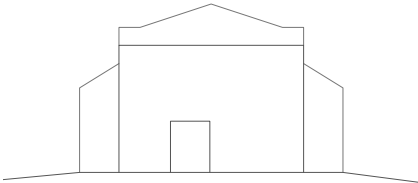
DIMENSÕES
(01) Nave: 26,10 m²
(02) Capela-mor: 19,35 m²



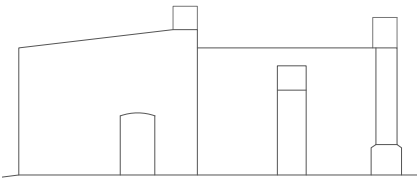
Planta



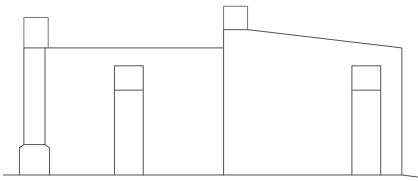
Alçado Principal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito

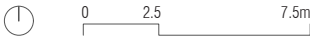


Figura 195, 196, 197, 198 e 199. Ermida de Nossa Senhora da Saúde, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 200. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145841), 1999.



Fig. 201. Alçado Posterior.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145839), 1999.

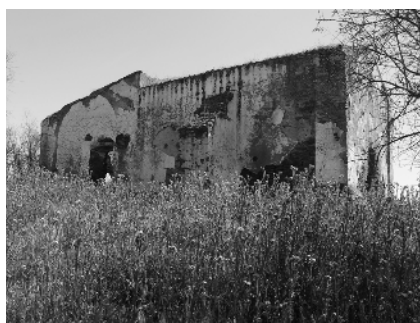


Fig. 202. Vista Noroeste.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 203. Vista Sudeste.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 204. Vão de acesso à Nave.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145847), 1999.



Fig. 205. Paredes interiores da Nave.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 206. Parede fundeira da Nave.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 207. Alçado interior esquerdo da Nave.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 208. Alçado interior direito da Nave.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 209. Vão de acesso à Sacristia (demolida).
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145836), 1999.



Fig. 210. Interior da Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 211. Pormenor da parede da Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.

As fotografias mostram o estado em que se encontra a **Ermida de Nossa Senhora da Saúde**, fortemente degradada e abandonada.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA SERRA



Figura 212. Ermida de Nossa Senhora da Serra (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Alcandorada em mamoa elevada e combinando a silhueta alvinitente de caio com os templetes de S. PEDRO, os seus fundamentos remontam aos alvares do séc. XVII e deveram-se a voto piedoso de dona rica, lavradora da herdade da Serra, que estando viúva e sem descendentes directos solicitou esta mercê a D. Teodósio II, duque de Bragança e donatário da vila. Construída em local roqueiro, a c.ª de 2 km de distância, alcança-se pela Est. Nac. 18. (Troço Portel-Monte Trigo).”

(Espanca, 1978, p. 228)

DESIGNAÇÃO: Ermida de Nossa Senhora da Serra

NÚMERO IPA: PT040709050015

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel

38º19’57.38”N, 7º41’40.47”W | Herdade da Serra

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVII

século XVII, 1ª metade – construção da ermida por solicitação de uma lavradora da Herdade da Serra
século XIX, 2ª metade – foi adaptada a habitação, com respetivos anexos de apoio à atividade agrícola
século XX – edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Em ruína

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Devoluto

PROPRIEDADE: Privada (pessoa singular: Filipe Nunes)

PROTEÇÃO: Inexistente



Figura 213. Ermita de Nossa Senhora da Serra, o caminho de acesso à ermida e o próprio templo.
Fotografia da autora.

ENQUADRAMENTO: A ermida de Nossa Senhora da Serra situa-se num outeiro da Serra de Portel e a uma distância de 3 km da povoação (sede de concelho). O acesso pode ser feito a partir da antiga estrada Portel-Monte do Trigo ou da mesma estrada que vai para a ermida de Nossa Senhora da Saúde, percorrendo um caminho de terra batida e seguindo em direção ao Moinho da Lebre e à Herdade Vale de Cabras, até alcançar a ermida (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Leal, 1875; Pombinho Júnior, 1959).

Num contexto rural e relativamente isolada, em terras de utilização florestal, encontra-se rodeada por alguma vegetação e com vista panorâmica sobre a paisagem envolvente: parte da planície que se estende a Norte da Serra e a ermida de São Pedro (Amendoeira, 1999; Patalim, 1992).

DESCRIÇÃO: Por uma questão de segurança, apenas foi possível registar, por observação e por imagem, a parte exterior da ermida de Nossa Senhora da Serra, pelo que a descrição do seu interior é realizada com recurso a análise documental e bibliográfica.

A ermida foi construída por solicitação de uma velha e rica lavradora da Herdade da Serra. Sem descendentes, nomeou para seu herdeiro D. Teodósio II, duque de Bragança e donatário da vila de Portel, com a obrigação de mandar edificar no lugar por ela indicado um santuário onde fosse louvada a pequena imagem da Virgem, que a própria tinha no seu oratório (Bravo, 1995; Espanca, 1978; Leal, 1875; Pombinho Júnior, 1959).

Segundo Amendoeira (1999) e Espanca (1978), o templo era composto por nártex, comprida nave, capela-mor e sacristia adossada ao alçado lateral esquerdo. Tinha residência para o ermitão e aposentos destinados aos romeiros que ali se deslocavam no dia da Santíssima Trindade (Bravo, 1995; Patalim, 1992).



Figura 214. Ermita de Nossa Senhora da Serra, fachada principal, situação em Maio de 2016.
Fotografia da autora.

De planta longitudinal, o edifício apresenta uma estrutura de paredes maciças em alvenaria de pedra e tijolo, a maioria ainda rebocada e caiada, à exceção das construções anexas que foram construídas em taipa. A sua cobertura, o que resistiu ao passar do tempo, é apresentada de forma homogénea, em telhado de duas águas com a superfície exterior e convexa da cúpula da capela-mor exposta. As fachadas são muito simples, apesar de algumas apresentarem pequenas aberturas de janelas ou portas (Amendoeira, 1999).

A fachada principal encontra-se orientada a Oeste, era constituída por alpendre de três arcadas redondas (hoje, obstruídas por enchimento com tijolo maciço) e rematada por frontão triangular, sobre o qual está o campanário sem sino. A fachada Norte tinha uma porta com pequenas aberturas de iluminação sobre o vão de entrada, com acesso ao conjunto das edificações anexas de carácter habitacional e de apoio à atividade agrícola. A Sul, a fachada apresenta uma pequena abertura de iluminação e uma janela protegida por grade de ferro, no corpo da capela-mor, enquanto a fachada Este tem porta e janela simples (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

No interior, observa-se a ausência do telhado na área que constitui o corpo do nártex e em algumas zonas das construções anexas. À semelhança do nártex, a nave é de planta retangular e ainda está coberta por abóbada de berço, enquanto a capela-mor e a sacristia são de planta quadrangular e possuem teto em cúpula assente sobre pendentes (Amendoeira, 1999; Pagará, 2010). De acordo com Bravo (1995) e Patalim (1992), o espaço da pequena capela-mor era decorado com azulejos até ao friso da abóbada.

Atualmente, a ermida encontra-se descaracterizada, abandonada e em ruína. No local, observam-se ainda alguns elementos do edifício de função religiosa, bem como das suas construções anexas de exploração agrícola. De salientar que esta ermida representa uma tipologia característica do período árabe, nomeadamente, oratórios muçulmanos, cubas ou morabitos que foram transformados em pequenas capelas ou ermidas de romaria, sinalizando a paisagem no Alentejo (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978).

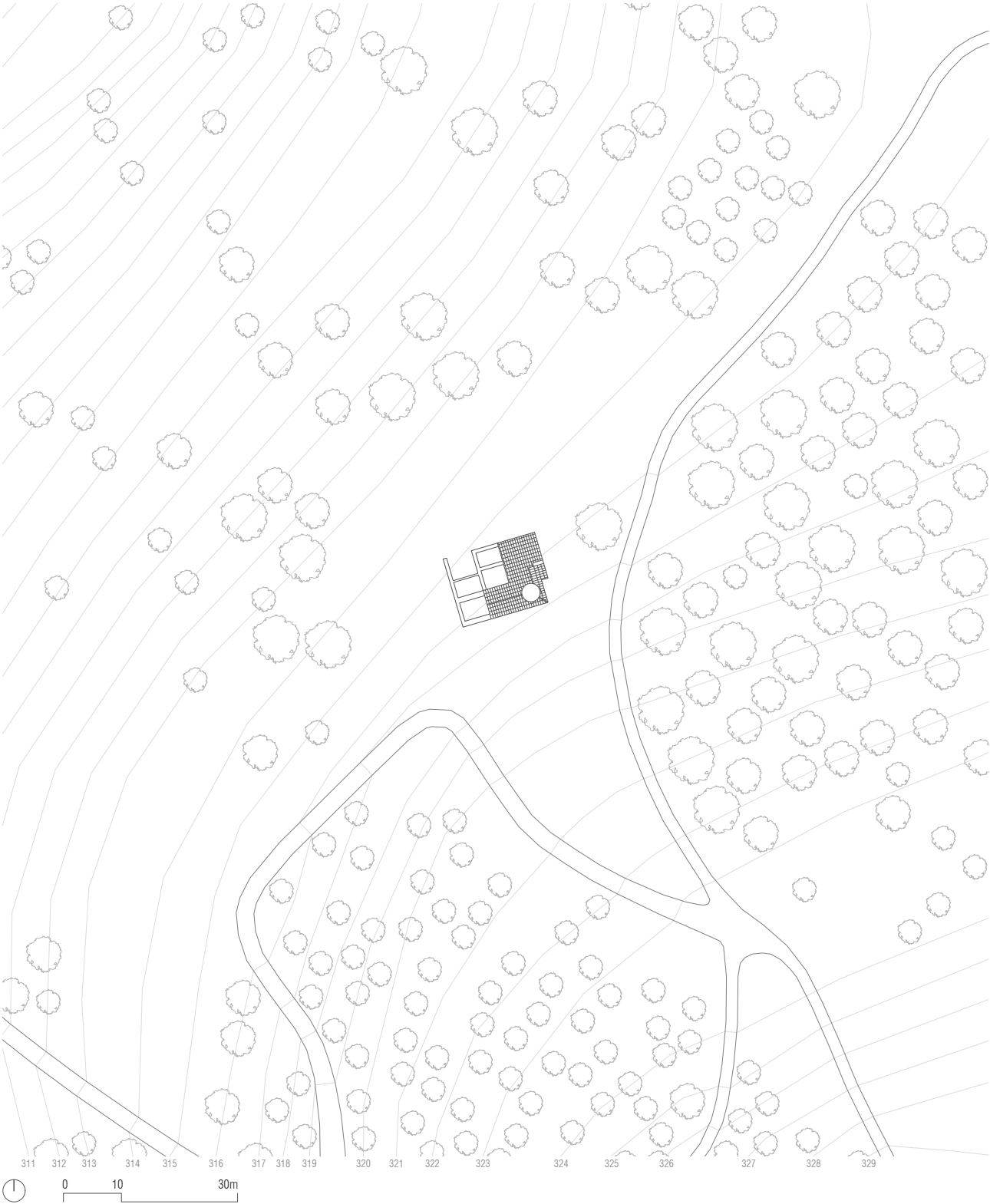
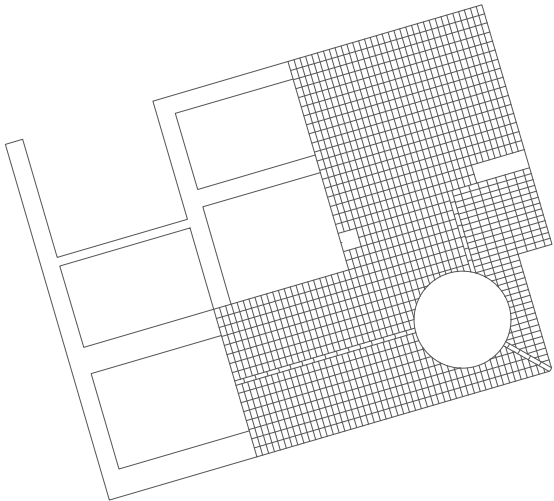
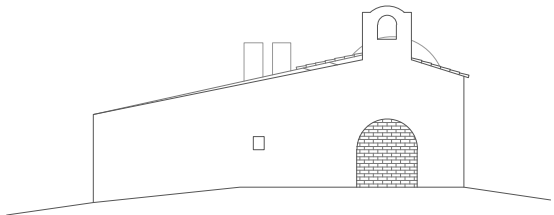


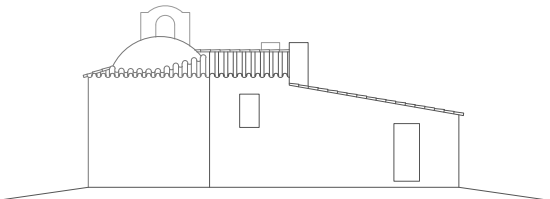
Figura 215. Ermita de Nossa Senhora da Serra, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.



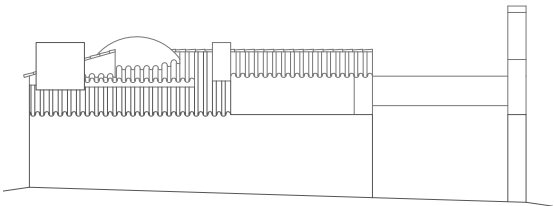
Planta de Cobertura



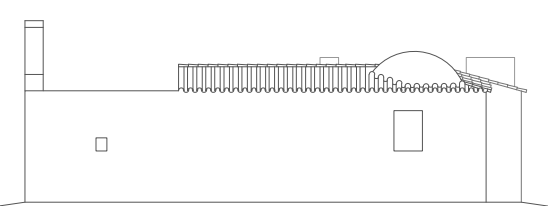
Alçado Principal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito



Figura 216, 217, 218, 219 e 220. Ermita de Nossa Senhora da Serra, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 221. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038123), 1999.



Fig. 222. Alçado Posterior.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038121), 1999.

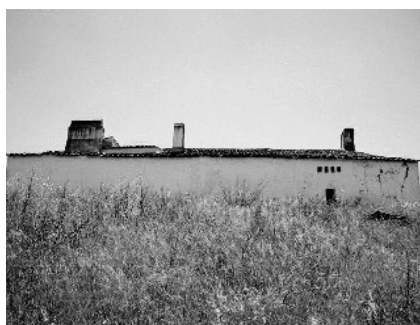


Fig. 223. Alçado Lateral Esquerdo.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038124), 1999.



Fig. 224. Alçado Lateral Direito.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038122), 1999.



Fig. 225. Interior da Ermida.
Arquivo Municipal de Portel, 1999.



Fig. 226. Nicho.
Arquivo Municipal de Portel, 1999.

As fotografias mostram o avançado estado de degradação em que se encontra a **Ermida de Nossa Senhora da Serra**.



Fig. 227. Aproximação à Ermida.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 228. Cúpula da Capela-mor.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 229. Vista Sudoeste.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 230. Porta de acesso, obstruída.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 231. Vista Sudeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 232. Vista Nordeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 233. Sacristia.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038127), 1999.

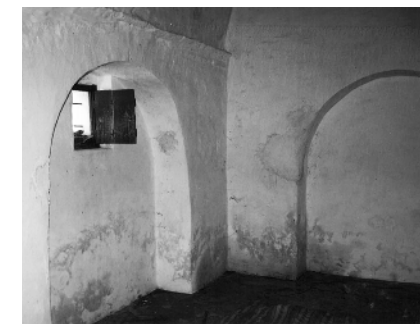


Fig. 234. Nártex (hoje, sem cobertura).
Arquivo Municipal de Portel, 1999.

ERMIDA DE SANTA CATARINA



Figura 235. Ermida de Santa Catarina (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“A pouco mais de 500 metros ao norte da vila, num ponto sobranceiro ao Castelo, sobre o qual se desdobra imponente vista, foi fundada esta ermida. Desconhecem-se as vicissitudes da sua construção, que talvez remonte a meados do séc. XVI. A atestar esta ancianidade existem os cunhais exteriores da capela-mor, formados por torrinhas cilíndricas, angulares, e a que faltam os coruchéus, do modelo corrente em santuários ruralistas da Província do Alentejo nos reinados de D. Manuel e D. João III. Estes botaréus foram parcialmente reforçados como consequência do terramoto de 1755. Desafectada do serviço religioso através da Portaria n.º 1776, de 10 de Maio de 1919, referendada pelo Ministério da Justiça e dos Cultos, que a integrou nos bens da Lei da Separação, a sua ruína acentuou-se no ano de 1941, com o desmoronamento da abóbada da nave e ulteriormente foram caindo os restantes membros do edifício. Hoje, apenas subsistem de pé a parte fundeira do santuário, cujo tecto era fechado por nervagem da Renascença, e a sacristia, aberta na face norte e que, ao presente se está adaptando a capela pública através do esforço generoso e expontâneo da população da terra. O corpo da nave, espaçoso e de planta rectangular, com cobertura de meio canhão, de alvenaria, era rasgado, lateralmente, por três arcadas cegas, destinadas a altares e teve os tramos, em grande extensão, incluindo o presbitério, revistidos de composições murais, de figuras sacras, ornatos e temas geometrizantes – estes mais recentes. Possuía também, alpendre de três arcos plenos e portada de mármore branco, esculpida, nas jambas e lintel, por almofadas do gosto seiscentista. Tinha as seguintes dimensões gerais, exteriores: comp. 14,60 x 6,70 m.”
(Espanca, 1978, pp. 227-228)

DESIGNAÇÃO: Ermida de Santa Catarina

NÚMERO IPA: Sem registo na DGPC

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel

38º18’49.32”N, 7º42’10.90”W | na continuação da Rua dos Moinhos

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVI

- 1919 – foi desafetada e entregue à Comissão Central de Execução da Lei da Separação das Igrejas do Estado, por Portaria nº 1776 do Ministério da Justiça e dos Cultos
- 1941 – a ermida já apresentava sinais de degradação, acentuando-se com o desabamento ocorrido na abóbada da nave e, posteriormente, o desaparecimento dos restantes elementos constituintes do edifício
- 1995 – edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Em ruína

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Devoluto

PROPRIEDADE: Privada (Igreja Católica)

PROTEÇÃO: Inexistente



Figura 236. Ermida de Santa Catarina, o templo primitivo.
Arquivo Municipal de Portel.

ENQUADRAMENTO: A ermida de Santa Catarina está situada nas imediações da vila de Portel, fica na parte Norte e a cerca de 500 m do seu centro, cujo acesso é feito pela Rua dos Moinhos. Numa zona sobranceira ao Castelo, ocupa um lugar de destaque e encontra-se próximo dos Moinhos de Santa Catarina, dois dos vários moinhos de vento que se situam dispersos pelos pontos altos da Serra de Portel (Espanca, 1978; Patalim, 1992; Pombinho Júnior, 1959). Destacando-se na paisagem, está implantada no topo de um cabeço e proporciona uma vista privilegiada sobre a vila, o seu Castelo e as ermidas de Nossa Senhora da Saúde, São Pedro e São Lourenço dos Olivais (F. Almeida, 2008).

DESCRIÇÃO: A primitiva ermida apresentava uma configuração longitudinal e dispunha de nártex, espaçosa nave e capela-mor com acesso à sacristia. Construída em alvenaria mista de pedra e tijolo, a antiga edificação religiosa estava orientada a Oeste com alpendre de três arcos plenos, campanário e portada de mármore branco (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

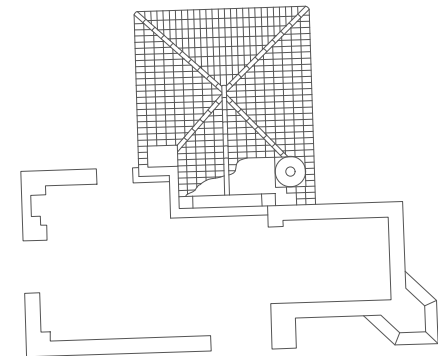
No seu interior, a nave de planta retangular era coberta por abóbada de berço e nas paredes laterais rasgavam-se três arcos cegos de cada lado (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978). De acordo com Pagará (2010), a capela-mor de planta quadrangular era coberta por cúpula assente sobre pendentes, revelando algumas semelhanças com as ermidas de Nossa Senhora da Saúde e Nossa Senhora da Serra.

Após vários episódios de recuperação, a ermida encontra-se abandonada e descaracterizada, tendo alcançado um acentuado estado de degradação com o desaparecimento do telhado da nave e consequentemente os restantes elementos do edifício. No local, ainda é possível observar alguns vestígios da antiga construção, como por exemplo, a parede fundeira da capela-mor (com cunhais exteriores) e a sacristia: atualmente é antecededida por pequeno espaço e está aberta na face Sul e Oeste, sobre ela está formado um novo campanário sem a presença de sino (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pombinho Júnior, 1959).

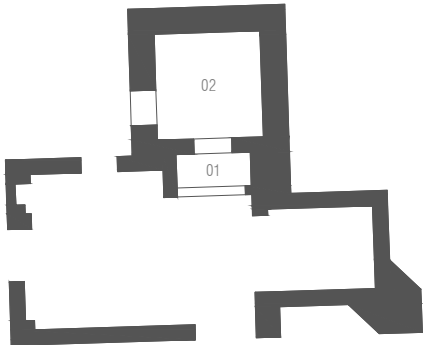


Figura 237. Ermida de Santa Catarina, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

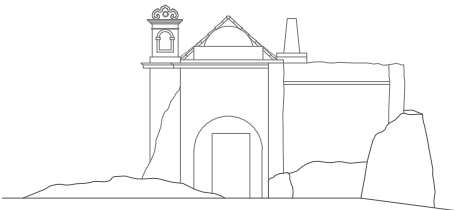
DIMENSÕES
(01) Nártex: 2,70 m²
(02) Nave: 12,25 m²



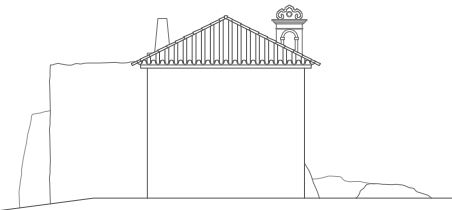
Planta de Cobertura



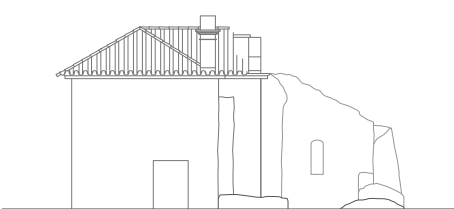
Planta



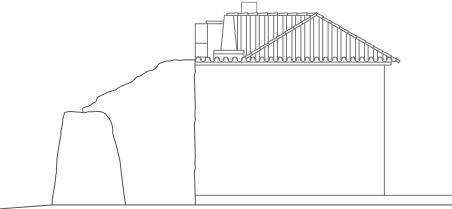
Alçado Principal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito

0 2.5 7.5m

Figura 238, 239, 240, 241, 242 e 243. Ermida de Santa Catarina, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 244. Alçado Principal.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 245. Alçado Posterior.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 246. Alçado Lateral Esquerdo.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 247. Alçado Lateral Direito.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 248. Vão de acesso (à antiga Sacristia).
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 249. Capela-mor (do primitivo templo).
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 250. Vista Sudoeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 251. Campanário, sem sino.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 252. Vista Sudeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 253. Arco de volta perfeita, no Nártex.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 254. Porta de entrada.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 255. Interior do templo.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 256. Pormenor do teto.
Fotografia da autora, 2021.

As fotografias mostram o estado em que se encontra a **Ermida de Santa Catarina**, abandonada, descaracterizada e em ruína.

ERMIDA DE SÃO BENTO



Figura 257. Ermida de São Bento (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Dependente, outrora, da extinta freguesia rural de S. João Baptista e situada na extensão máxima a c.^a de 6 km de distância da vila, alcança-se pela Est. Nac. 384 e através de 3,600 km por mau caminho. Encontra-se edificada num alto cerro, pelado de vegetação, da Herdade de Matraque, e esteve longos anos desafectada.

A sua silhueta, de recorte clássico das construções similares do aro concelhio, alva de caio e orientada para o nascente, domina, em solidão queimada pelo horizonte infinito, uma paisagem incolor, seca e dramática no estio.”

(Espanca, 1978, p. 229)

DESIGNAÇÃO: Ermida de São Bento

NÚMERO IPA: PT040709050036

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel

38º19'55.25"N, 7º45'09.22"W | Herdade de Matraque

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVII

- 1708 – a ermida é mencionada na *Corografia Portuguesa* do Padre António Carvalho da Costa
- 1730 – os devotos deslocavam-se a este templo para pedir ao seu orago que os impedisse de incorrerem no pecado da gula
- 1957 – ainda se encontrava ao culto, realizando-se obras de reparação no edifício
- 1959 – pertencia aos herdeiros do Sr. Luz Clara
- 1966 – passou a integrar a freguesia de Portel, com a extinção da freguesia de S. João Baptista de Odivelas
- 1978 – a imagem do santo padroeiro ainda subsistia no nicho da capela-mor
- 1995 – edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Mau

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Devoluto

PROPRIEDADE: Privada (Igreja Católica)

PROTEÇÃO: Inexistente

ENQUADRAMENTO: A ermida de São Bento fica distante da vila de Portel, a Noroeste e a uma distância aproximadamente de 6 km, em que o acesso é feito por um caminho particular de terra batida e pedra, acedido previamente pela estrada que vai para a ermida de Nossa Senhora da Consolação, desviando-se para Oeste (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pagará & Martins, 2001; Patalim, 1992).

O templo pertencia à antiga freguesia de S. João Baptista de Odivelas. Localizado na Herdade de Matraque, encontra-se perto de uma admirável fonte de água e nas imediações de alguns montes particulares, entre os quais, o Monte de São Bento e o Monte da Cavaleira (Espanca, 1978; Pagará & Martins, 2001; Patalim, 1992; Pombinho Júnior, 1959). Num ambiente rural, a ermida está edificada numa pequena elevação e isolada no meio da planície, da qual se observa toda a paisagem envolvente (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pagará & Martins, 2001; Patalim, 1992).

DESCRIÇÃO: De planta longitudinal simples, a ermida apresenta uma construção em alvenaria mista de pedra e tijolo, na qual ainda existem algumas zonas rebocadas e/ou caiadas. Com um único acesso ao seu interior, o edifício é constituído por dois espaços diferentes: uma nave de formato retangular e uma capela-mor quadrangular (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pagará & Martins, 2001).

A fachada principal está orientada a Nordeste, rasgada por portal de arco abatido encimado por óculo oval e rematada por frontão triangular com campanário sem sino. Esta fachada possui ainda dois bancos adossados à parede, um em cada lado do vão de entrada. As restantes fachadas do edifício são simples, sem vãos ou quaisquer outros elementos, sendo que a fachada Sudeste e Noroeste apresentam contrafortes no exterior (Espanca, 1978; Pagará & Martins, 2001; Patalim, 1992).

No interior, o espaço revela dois patamares distintos que se diferenciam apenas por um desnível no pavimento. A nave tem teto em abóbada de berço e apresenta arcos cegos nas suas paredes laterais. Antecedida por arco pleno, a capela-mor está coberta por abóbada em forma de barrete de clérigo, possuindo teto decorado com pinturas de composição geométrica. Em relação ao exterior, podemos observar coberturas distintas, sendo a cabeceira mais elevada que o corpo: em telhado de três águas e de duas águas, respetivamente (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pagará, 2010; Pagará & Martins, 2001).

Atualmente, a ermida encontra-se abandonada e em mau estado de conservação, em risco de ruína. O edifício já demonstra um conjunto significativo de patologias nos seus elementos, por exemplo, algumas paredes expostas, sem reboco; existência de fissuras nas paredes interiores, nomeadamente na abóbada da nave; inexistência de pavimento; e também ausência de porta, possibilitando atos de vandalização no seu interior (F. Almeida, 2008).



Figura 258. Ermita de São Bento, situação em Maio de 2016.
Fotografia da autora.

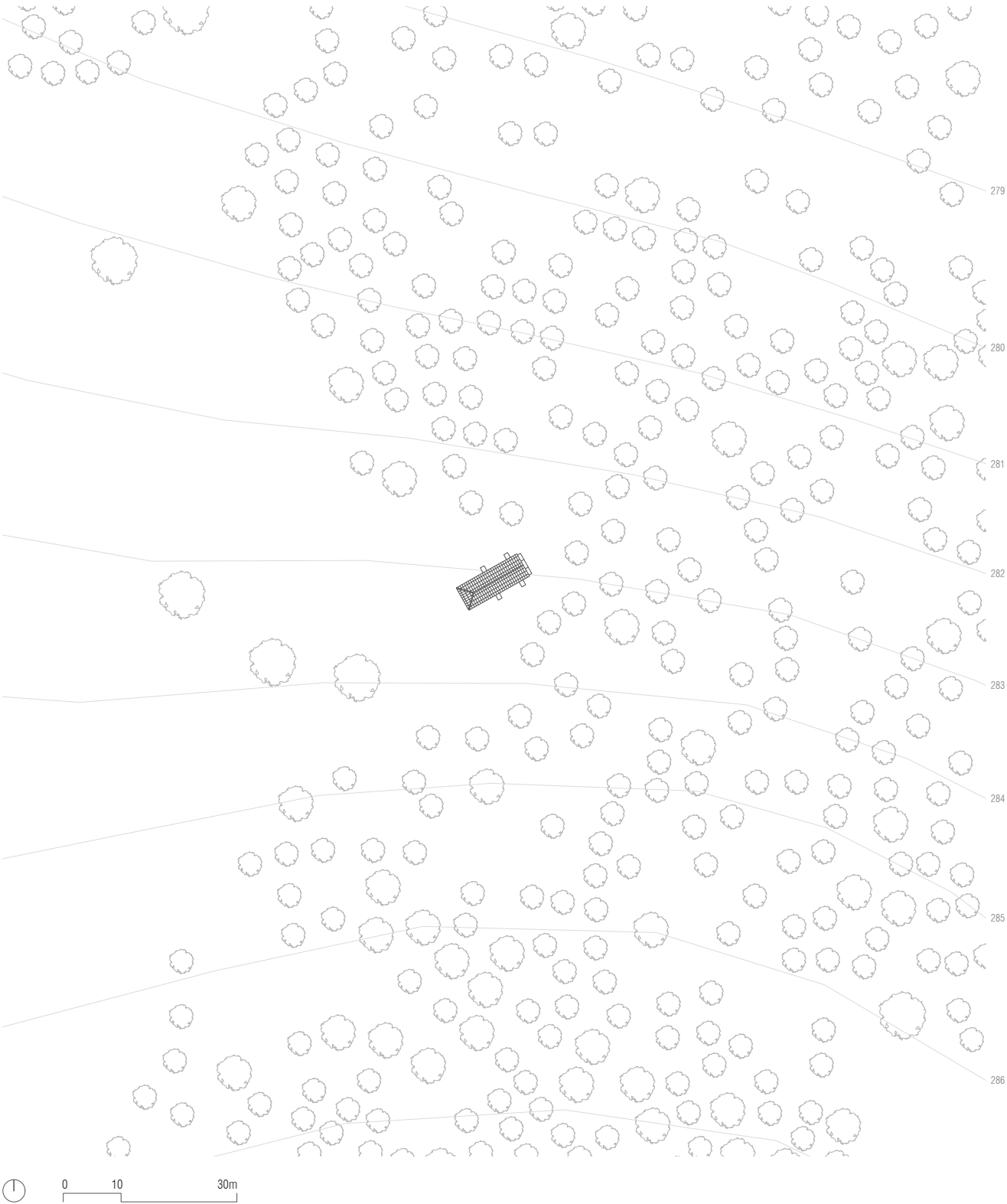
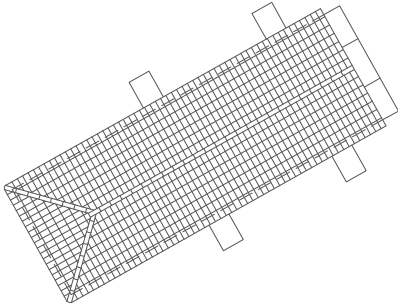
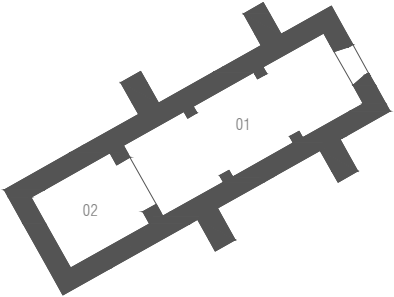


Figura 259. Ermida de São Bento, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

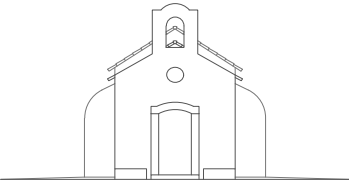
DIMENSÕES
(01) Nave: 20,02 m²
(02) Capela-mor: 8,04 m²



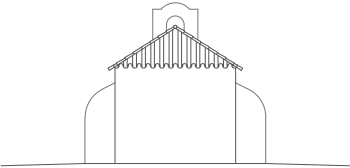
Planta de Cobertura



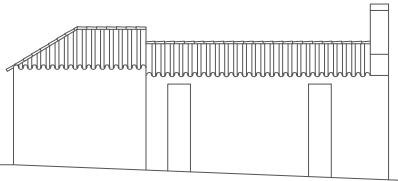
Planta



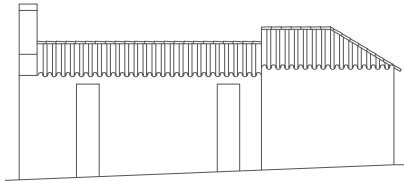
Alçado Principal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito



Figura 260, 261, 262, 263, 264 e 265. Ermida de São Bento, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 266. Alçado Principal.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 267. Alçado Posterior.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 268. Alçado Lateral Esquerdo.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 269. Alçado Lateral Direito.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 270. Porta de acesso ao interior.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 271. Campanário, sem sino.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 272. Fachada lateral, pequena fresta.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 273. Nave e Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 274. Pormenor da porta e da abóbada.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 275. Arcos cegos nas paredes laterais.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 276. Púlpito.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 277. Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 278. Altar e Nicho.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 279. Pinturas de composição geométrica.
Fotografia da autora, 2021.

As fotografias mostram o estado em que se encontra a **Ermida de São Bento**, em risco de ruína.

ERMIDA DE SÃO BRÁS E SANTO AMARO



Figura 280. Ermida de São Brás e Santo Amaro (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Situada nas imediações da vila e vizinha do caminho para a Amieira, é obra de fins do séc. XVI, pois já possuía irmandade constituída no ano de 1609 e foi, ao que julgamos, fundação da Câmara Municipal, a cujo património pertence. Serve de capela do Cemitério Público, inaugurado em 1853 e ampliado no ano de 1897.”

(Espanca, 1978, p. 224)

DESIGNAÇÃO: Ermida de São Brás e Santo Amaro

NÚMERO IPA: PT040709050010

PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)

LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel

38º18’23.87”N, 7º41’45.82”W | junto ao Cemitério Municipal

DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVI

- 1580 – construção da ermida de São Brás e Santo Amaro
- 1609 – já possuía irmandade própria
- 1853 – a ermida passou a ser usada como Capela Funerária do Cemitério
- 1995 – edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Cultural e Religiosa

PROPRIEDADE: Pública (Câmara Municipal)

PROTEÇÃO: Inexistente

ENQUADRAMENTO: A ermida de São Brás e Santo Amaro situa-se nos arredores da vila de Portel, fica na zona Este e aproximadamente a 900 m do centro da povoação, cujo acesso é feito pela estrada do Cemitério (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Patalim, 1992). O templo está integrado no conjunto do Cemitério de Portel, encontrando-se em ambiente periurbano, no perímetro da Vila Velha e próximo da estrada que vai para a Amieira (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Pombinho Júnior, 1959).

DESCRIÇÃO: A ermida foi construída sob a invocação de dois santos, na qual se encontra a imagem de São Brás e de Santo Amaro sobre o altar, sendo conhecida por estar associada ao culto do santo protetor contra os males da garganta e do advogado das doenças dos ossos, respetivamente (F. Almeida, 2008). De acordo com Patalim (1992), nas celebrações em honra dos seus padroeiros “(...) cuidam muito os seus devotos nestes dias em comerem e beberem (mas sem demasia) e em muitos bailes e danças festivamente: e a razão deve ser, porque um santo é advogado da garganta, e outro advogado das pernas, e entendem que até nisto os louvam e obsequiam.” (p. 97).

De planta longitudinal, é constituída por nave retangular, capela-mor também retangular e sacristia quadrangular. A edificação apresenta uma estrutura de paredes maciças em alvenaria de pedra, rebocada e caiada, observando-se contrafortes nos dois lados exteriores da nave (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Sousa, 2003).

A fachada principal do edifício encontra-se voltada a Oeste, é rasgada por um portal de moldura retilínea em mármore e rematada por frontão triangular com cruz axial. Esta fachada era ainda constituída por um alpendre de três arcadas, hoje desaparecido. A fachada Norte apresenta um pequeno vão de acesso ao exterior e tem a sacristia adossada, enquanto que a fachada Sul corresponde às construções anexas (Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

No interior, podemos observar a nave coberta por uma abóbada de berço, a capela-mor com teto em cúpula ovalada assente sobre pendentes e a sacristia com teto em cúpula hemisférica. O edifício destaca-se pelo conjunto de pinturas murais que decoram o seu interior, principalmente na zona da nave e estendendo-se para a capela-mor (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Pagará, 2010; Sousa, 2003). De acordo com Espanca (1978), trata-se de uma pintura com o propósito de adquirir “(...) um sentido decorativo mais enobrecido – embora de mãos dos mesmo anónimos artistas –, onde aparecem elementos humanos, anjos com albarradas, vasos e opulenta medalha axial, também elipsóide, figurada por serafim empunhando os símbolos do padroeiro – a mitra e o báculo episcopais.” (p. 225).

Em relação ao exterior, as coberturas do edifício são revestidas com telhas e apresentadas de forma diferenciada, sendo a da nave em telhado de duas águas, a da capela-mor em telhado de uma água e a da sacristia em telhado de quatro águas (Amendoeira, 1999).

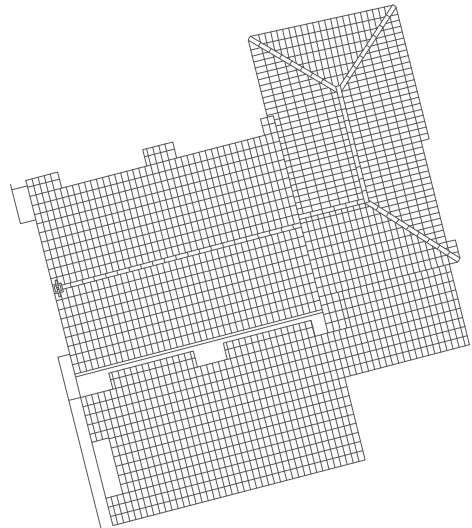


Figura 281. Ermida de São Brás e Santo Amaro, fachada principal, situação em Setembro de 2019. Fotografia da autora.

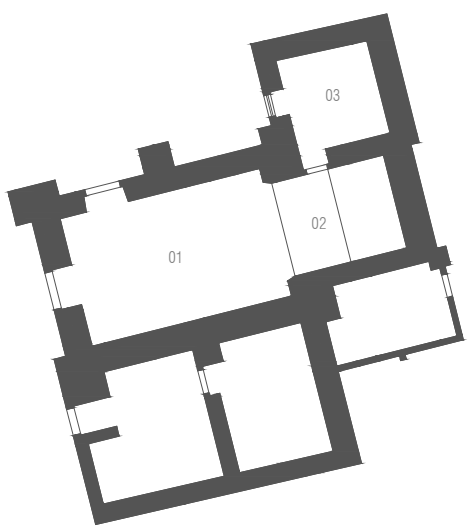


Figura 282. Ermida de São Brás e Santo Amaro, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

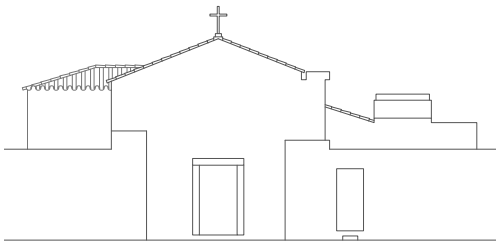
DIMENSÕES
(01) Nave: 30,40 m²
(02) Capela-mor: 12,04 m²
(03) Sacristia: 9,81 m²



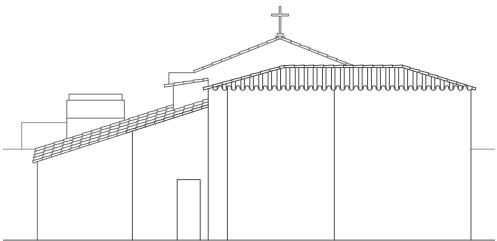
Planta de Cobertura



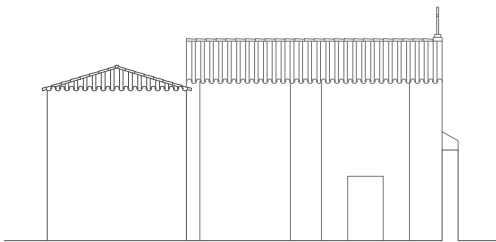
Planta



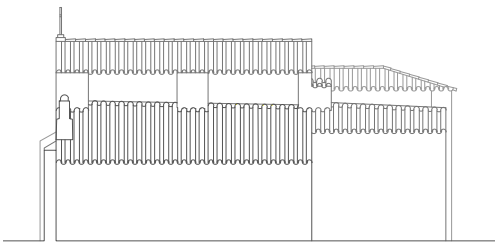
Alçado Principal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito

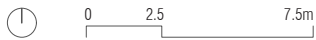


Figura 283, 284, 285, 286, 287 e 288. Ermida de São Brás e Santo Amaro, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 289. Alçado Principal.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 290. Alçado Posterior.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 291. Alçado Lateral Esquerdo.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026533), 1999.



Fig. 292. Alçado Lateral Direito.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026535), 1999.



Fig. 293. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026528), 1999.



Fig. 294. Vista Nordeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 295. Vista Noroeste.
Fotografia da autora, 2021.

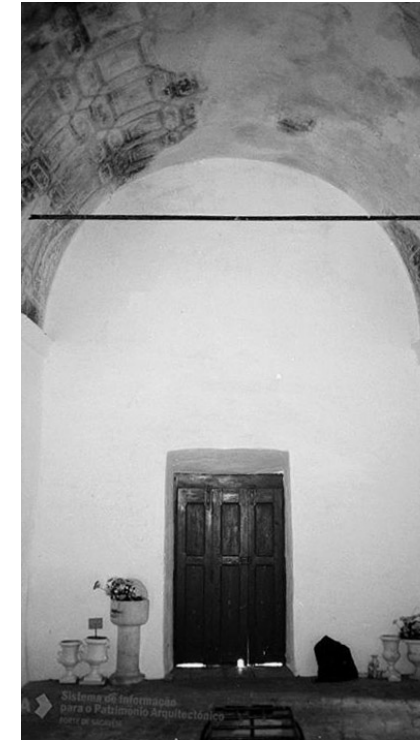


Fig. 296. Interior do templo.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026530), 1999.

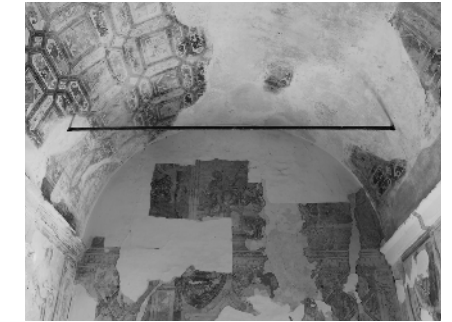


Fig. 297. Detalhe das pinturas murais.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 298. Altar e Nicho.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 299. Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 300. Vão de acesso à Sacristia.
Fotografia da autora, 2021.

As fotografias mostram o estado em que se encontra a **Ermida de São Brás e Santo Amaro**, mantendo-se em bom estado de conservação.

ERMIDA DE SÃO LOURENÇO DOS OLIVAIS



Figura 301. Ermita de São Lourenço dos Olivais (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Situada na herdade da Quintinha, a c.^a de 4 km de distância ao sudoeste da vila e alcançando-se pela Estrada de Vera Cruz, teve seus fundamentos históricos em data ignorada do séc. XVII, assim como se desconhece a origem e nomes de seus primitivos padroeiros.

Alcandorada em cerro roqueiro de pitoresca silhueta, donde se abarca uma panorâmica de invulgar beleza e graciosidade – sobretudo na mancha alvinitente do casario de Portel, coroado pelo austero castelo dionisino patinado pelos séculos –, é construção de planta cilíndrica cupular (hoje agulhada por marco geodésico), outrora recoberta por telhado de linhas imbricadas, acrescido com discreto alpendre voltado ao lado meridional.”

(Espanca, 1978, p. 227)

DESIGNAÇÃO: Ermida de São Loureço dos Olivais
NÚMERO IPA: PT040709050029
PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)
LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel
38º16’33.55”N, 7º42’58.05”W Herdade da Quintinha
DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVII
século XVII – construção da ermida no local onde, segundo a tradição, terá sido descoberta a imagem milagrosa de São Lourenço
século XVIII – construção de uma igreja junto da ermida que permitisse albergar os fiéis, da qual ainda são visíveis alguns vestígios
século XX – colocação de um marco geodésico sobre a cobertura da ermida – restauro da ermida pela Paróquia de Portel, incluindo a construção do nártex e a colocação da bancada de altar e peanhas
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom
UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa
UTILIZAÇÃO ATUAL: Cultural
PROPRIEDADE: Privada (pessoa singular: António Amaral)
PROTEÇÃO: Inexistente



Figura 302. Ermita de São Lourenço dos Olivais, antes de ser recuperada.
Arquivo Municipal de Portel.

ENQUADRAMENTO: A ermida de São Lourenço dos Olivais encontra-se afastada da vila de Portel, está situada na parte Sudoeste e a uma distância aproximadamente de 4 km da sede do concelho. O acesso é feito por um caminho de terra batida, acedido previamente pela antiga estrada Portel-Vidigueira (EN 531) ou pela estrada de Vera Cruz (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

Localizada na Herdade da Quintinha, esta pequena edificação destaca-se claramente na paisagem e encontra-se rodeada por uma densa e exuberante vegetação. Está enquadrada numa zona eminentemente rural, bastante isolada e inserida no cimo de um outeiro rochoso, com uma vista privilegiada sobre a área circundante: a vila de Portel, o seu Castelo e arredores, assim como as ermidas de Santa Catarina e São Pedro (Amendoeira, 1999; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Patalim, 1992; Pombinho Júnior, 1959).

DESCRIÇÃO: Segundo a tradição, a ermida foi construída no preciso lugar onde terá ocorrido a aparição da imagem de São Lourenço: santo a quem se acorria nos casos de sezões e quartãs (febres muito más). Era também conhecido como o santo da telha, pois existiam alguns fragmentos no local da ermida por causa da oferta de telhas para este curar febres (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995). Neste sentido, Patalim (1992) explica que qualquer devoto “(...) que padece sezões e quartãs, em lhe levando duas ou três telhas para a sua capela, já vem são e livre delas, como a experiência o tem mostrado muitas vezes.” (p. 87).

Atualmente, esta ermida encontra-se em bom estado de conservação, tendo a atenção e o cuidado do proprietário do terreno. De planta centralizada, trata-se de um edifício em alvenaria de pedra, rebocada e caiada. Com um único vão de acesso ao seu interior, o templo apresenta dois espaços de reduzidas dimensões e de grande simplicidade: o nártex retangular e a nave circular (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010).

A fachada principal está orientada a Sul, formada por um portal simples com moldura em mármore e por um alpendre com três arcos de volta perfeita, sobre o qual se encontra o campanário. No interior, o espaço revela igualmente grande simplicidade. É composto por um só corpo de pequenas dimensões com um vão de porta, mostrando uma construção de planta circular e teto em cúpula. Relativamente ao exterior da ermida, a cobertura é em forma de cúpula no volume da nave e possui marco geodésico no centro (F. Almeida, 2008; Amendoeira, 1999; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010).

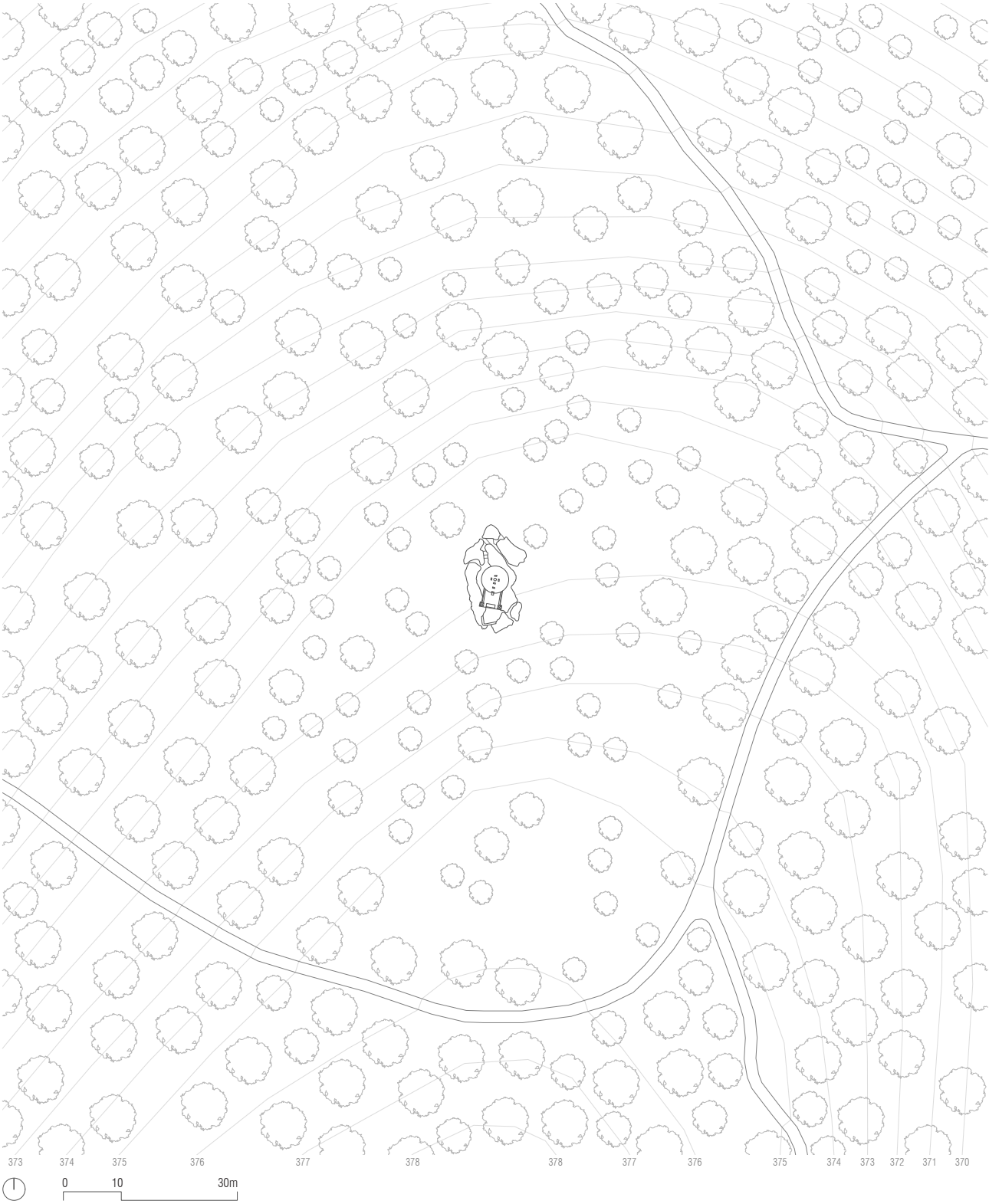


Figura 303. Ermida de São Lourenço dos Olivais, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

DIMENSÕES
(01) Nártex: 4,41 m²
(02) Nave: (diâmetro 3 m) 7,55 m²

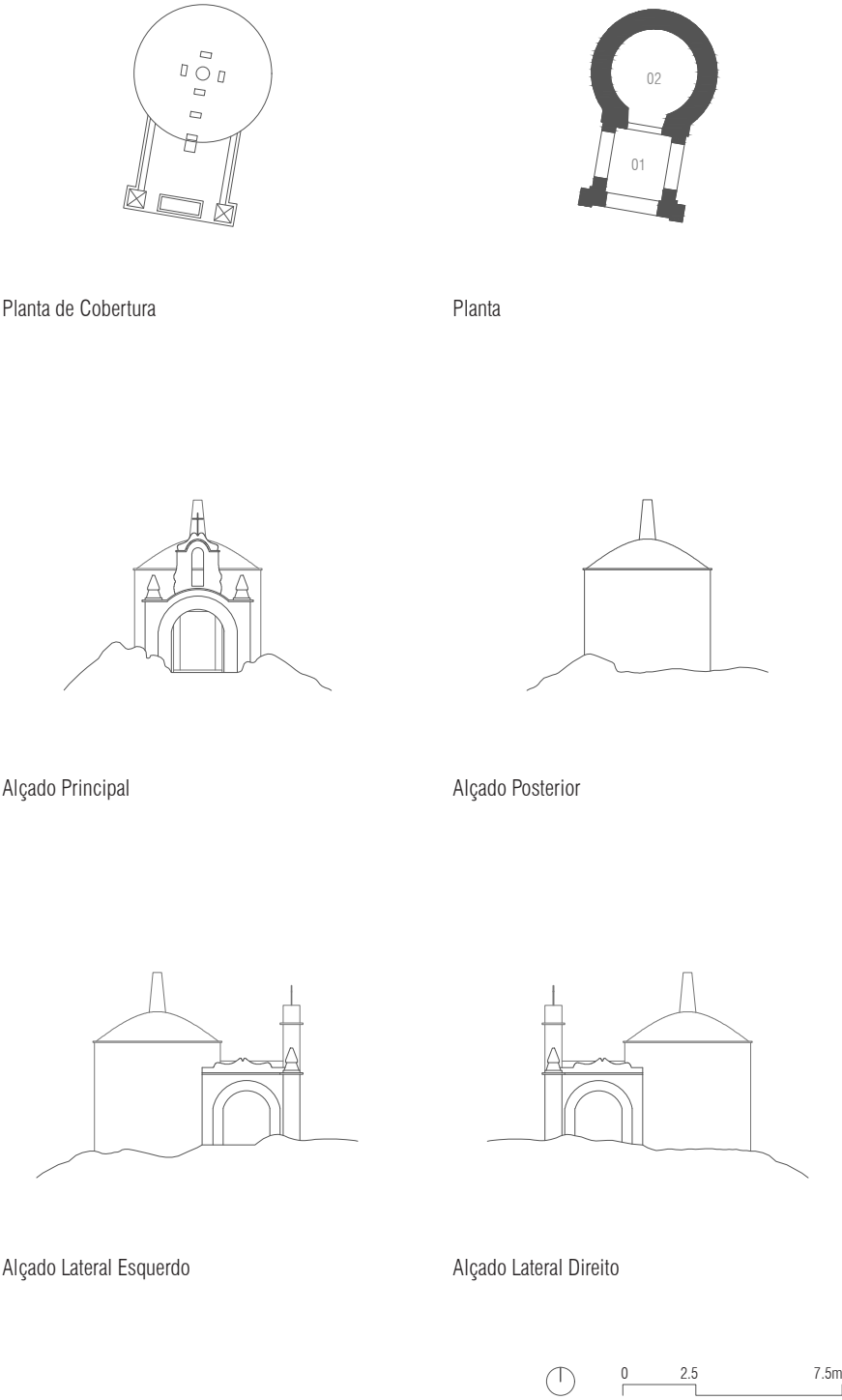


Figura 304, 305, 306, 307, 308 e 309. Ermida de São Lourenço dos Olivais, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



Fig. 310. Aspecto exterior da Ermida.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145818), 1999.



Fig. 311. Campanário, sem sino.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145816), 1999.

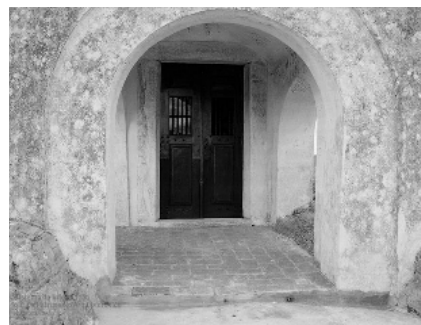


Fig. 312. Porta de acesso ao interior.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145815), 1999.



Fig. 313. Alçado Lateral Esquerdo.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145830), 1999.



Fig. 314. Alçado Lateral Direito.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145826), 1999.

As fotografias mostram o estado de degradação em que a **Ermida de São Lourenço dos Olivais** se encontrava antes de ser recuperada.



Fig. 315. Fachada Principal.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 316. Vista Sudeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 317. Vista Nordeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 318. Interior do templo.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 319. Nártex, arcos de volta perfeita.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 320. Vão de acesso à Nave.
Fotografia da autora, 2021.

As fotografias mostram o estado atual da ermida, encontrando-se em bom estado de conservação.

ERMIDA DE SÃO PEDRO



Figura 321. Ermita de São Pedro (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

“Não possuímos elementos escritos àcerca da fundação do primitivo templete do padroeiro da vila, embora se afirme que a confraria já existia no ano de 1500. Dois edifícios subsistem no alto da Serra de S. Pedro de Portel. O mais antigo – chamado da gruta e onde a tradição diz que apareceu a imagem do titular –, encontra-se alcandorado numa crista rochosa de agulhas musgados pelos milênios e é obra de 1624, como o comprova o cronograma escrito na verga da portada.”

(Espanca, 1978, p. 220)

DESIGNAÇÃO: Ermida de São Pedro
NÚMERO IPA: PT040709050011
PARÓQUIA: Arquidiocese de Évora, Paróquia de Portel (Nossa Senhora da Lagoa)
LOCALIZAÇÃO: Portugal, Évora, Portel, Portel
COORDENADAS: 38º19’57.60”N, 7º42’56.10”W no ponto mais alto da Serra de Portel
DATA DE CONSTRUÇÃO: Século XVII
CRONOLOGIA: 1500 – já existiam registos da Confraria de São Pedro – provável construção da primitiva ermida, segundo a tradição, no local onde apareceu a imagem escultórica de São Pedro 1624 – construção da atual ermida que veio substituir a primitiva 1668 – reconstrução da igreja, após o incêndio que destruiu o antigo templo que se encontrava junto da pequena ermida 1995 – edifício incluído no PDM de Portel ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 177/95 2011 – restauro da ermida pela empresa Alberto Castro Nunes & António Maria Braga, Arquitectos (com o apoio da Câmara Municipal de Portel)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

UTILIZAÇÃO INICIAL: Religiosa

UTILIZAÇÃO ATUAL: Cultural

PROPRIEDADE: Pública (Câmara Municipal)

PROTEÇÃO: Inexistente

ENQUADRAMENTO: A ermida de São Pedro fica situada num dos pontos mais altos da Serra de Portel (422 m), encontra-se na parte Noroeste e a uma distância aproximadamente de 4 km do centro da vila. O acesso é feito por uma estrada de alcatrão, acedida previamente pela estrada que vai para a ermida de Nossa Senhora da Consolação, desviando-se para Noroeste no cruzamento de dois caminhos (Bravo, 1995; Espanca, 1978; Patalim, 1992; Pombinho Júnior, 1959).

Num contexto rural e relativamente isolada, está implantada no topo de um cabeço da Serra e assente sobre um afloramento rochoso que se destaca na paisagem. Do seu pequeno adro murado, desfruta-se de uma surpreendente vista panorâmica sobre a paisagem envolvente e os amplos horizontes de montado, alcançando a Oriente parte da vila de Portel (o seu casario e o Castelo) e as ermidas de Nossa Senhora da Serra e de Santa Catarina (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Patalim, 1992; Pombinho Júnior, 1959).

DESCRIÇÃO: Também designada como ermida da Gruta, a pequena ermida em honra de São Pedro era reconhecida pelos milagres de cura e pelo caráter casamenteiro do santo (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; N. Nunes, 2014). De acordo com Patalim (1992), a devoção a este santo levou os mais crentes “(...) a cavar e levar terra deste lugar, e usando dela por medicina, tem usado o céu maravilhas, tirando sezões, quartãs e outras enfermidades.” (p. 70).

À semelhança de outros espaços religiosos (como por exemplo, a ermida de São Lourenço dos Olivais), também esta ermida teve a sua origem associada a uma antiga lenda, sendo assim construída no local onde terá ocorrido o aparecimento milagroso da imagem do seu padroeiro (Espanca, 1978; N. Nunes, 2014; Patalim, 1992).

De planta centralizada circular, o edifício compreende um único espaço de dimensões reduzidas. Trata-se de uma pequena edificação religiosa em alvenaria de pedra rebocada e caiada, que é alcançável apenas por uma íngreme e assinalada escadaria rasgada na própria rocha (F. Almeida, 2008; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Pagará, 2010).

A fachada principal encontra-se virada a Sudeste, composta por um portal de moldura retilínea em mármore e rematada por frontão decorado com volutas, enrolamentos e cruz de pedra. No interior, a ermida revela uma curiosa planta circular encimada por cúpula, tendo as paredes laterais com arcadas cegas. Relativamente ao exterior, está circundada com pilastras rematadas por pináculos piramidais e apresenta cobertura em telhado de linhas radiadas, sobre o qual já esteve um marco geodésico (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pagará, 2010).

Atualmente, o templo encontra-se totalmente recuperado e integrado no Centro de Interpretação da Natureza e do Montado. Está rodeado por outras construções (como por exemplo, as instalações do Centro e a Igreja de São Pedro) que no passado albergavam os fiéis que veneravam o padroeiro da vila de Portel e peregrinavam até à ermida. No entanto, é importante referir que antes das obras de restauro, o edifício apresentava alguns sinais de degradação (F. Almeida, 2008; N. Nunes, 2014; Patalim, 1992).



Figura 322. Ermida de São Pedro, antes de ser recuperada.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026524).

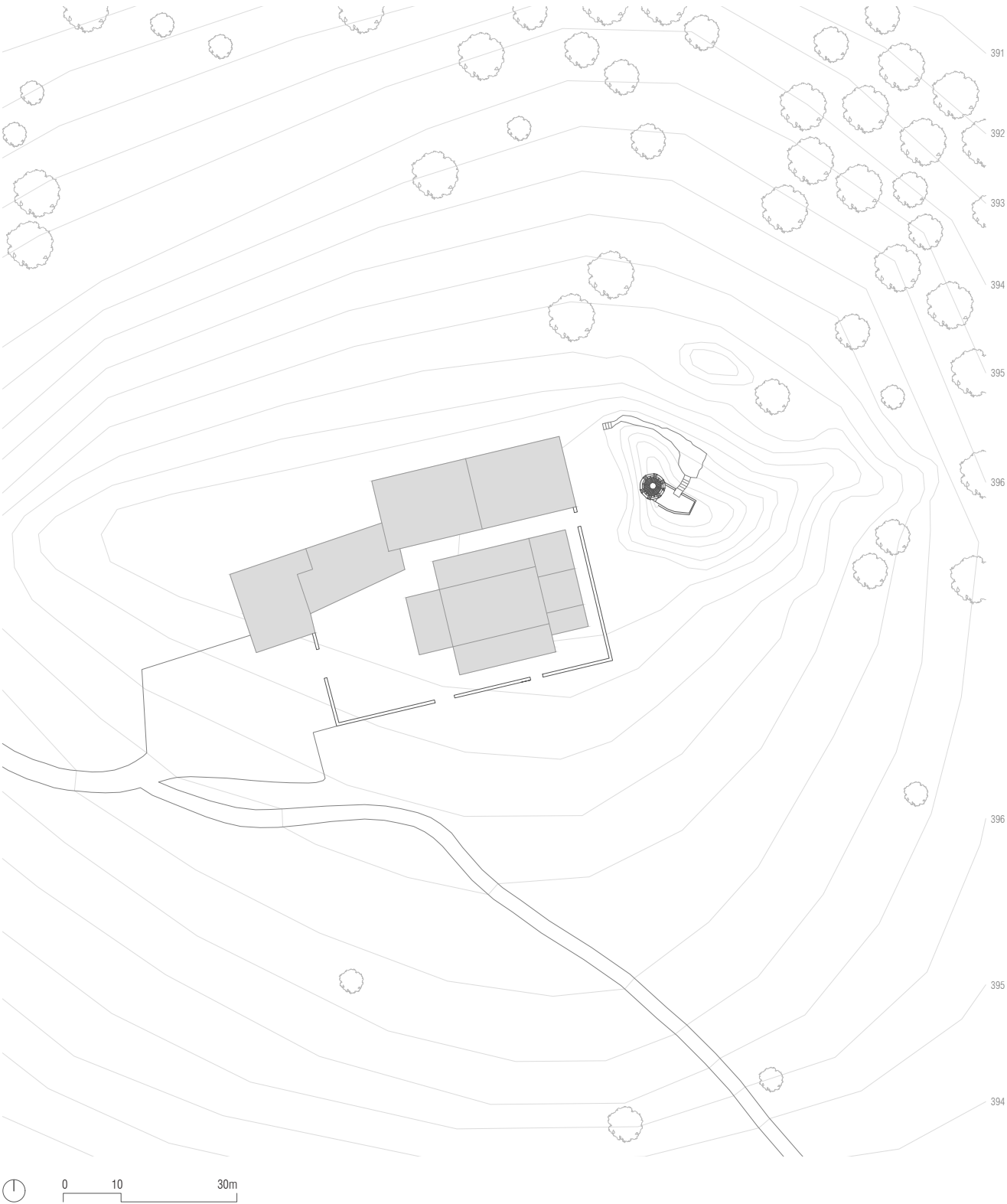
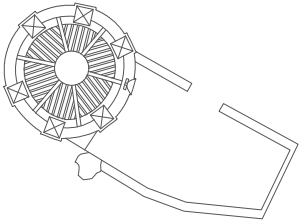
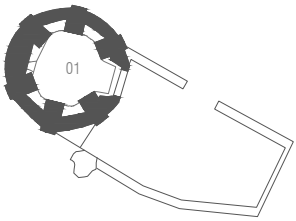


Figura 323. Ermida de São Pedro, planta de localização e enquadramento.
Adaptado de Câmara Municipal de Portel.

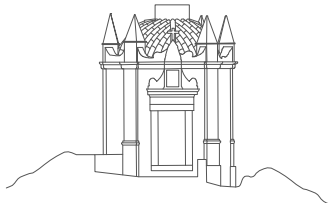
DIMENSÕES
(01) Nave: (diâmetro 2,40 m) 4,85 m²



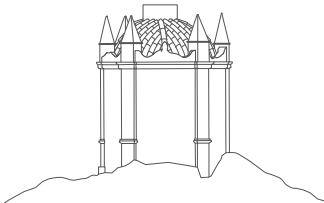
Planta de Cobertura



Planta



Alçado Principal



Alçado Posterior

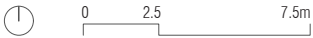


Figura 324, 325, 326 e 327. Ermida de São Pedro, levantamento esquemático.
Adaptado de Câmara Municipal de Portel.



Fig. 328. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia de Carlos Lopes, 2012.



Fig. 329. Aspeto interior, em mau estado.
Fotografia de Carlos Lopes, 2012.



Fig. 330. Detalhe do interior.
Fotografia da autora, 2016.



Fig. 331. Porta de acesso.
Fotografia de Carlos Lopes, 2012.



Fig. 332. Nicho.
Fotografia da autora, 2016.

As fotografias mostram o estado de degradação em que a **Ermida de São Pedro** se encontrava antes de ser recuperada.

As fotografias mostram o estado atual da ermida, após obras de restauro, mantendo-se em bom estado de conservação.



Fig. 333. Aproximação ao templo, pelo lado Oeste.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 334. Alçado Principal.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 335. Interior.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 336. Cúpula e arcadas cegas.
Fotografia da autora, 2021.



Fig. 337. Pormenor no pavimento.
Fotografia da autora, 2021.

04 ENTRE MEMÓRIA E CRIAÇÃO

Na quarta parte, expõe-se a análise e a interpretação do objeto de estudo desta investigação, as ermidas do concelho de Portel, com os conceitos que com ele se relacionam. De acordo com o levantamento dos dados históricos, arquitetónicos e fotográficos, pretende-se compreender a importância e o impacto das ermidas, enquanto exemplo de templo e de estrutura arquitetónica, com o propósito de demonstrar a relação harmoniosa entre o edifício, a paisagem e o percurso.

Por fim, apresentam-se algumas considerações sobre as formas de intervenção no património arquitetónico religioso estudado ao longo do trabalho. Deste modo, procura-se, aqui, lançar um olhar para a emergente salvaguarda da memória coletiva e da identidade cultural, elementos essenciais no reconhecimento do passado e na construção do presente e do futuro de um povo.



Figura 338. Ermida e Moinho de Santa Catarina.
Fotografia da autora.

ANÁLISE DAS ERMIDAS DO CONCELHO DE PORTEL

As ermidas do concelho de Portel apresentam características particulares que as diferenciam das outras construções religiosas existentes no município. São uma referência na história da arquitetura religiosa portuguesa, assim como uma importante herança histórica e arquitetónica, de conhecimento recomendado a todas as pessoas que visitem o concelho (F. Almeida, 2008; C. Azevedo, 2000; Bravo, 1995; M. Correia, 2008; Pinto, 2007).

No que diz respeito à designação, na sua generalidade, as ermidas são conhecidas pelo nome do orago a quem foram (são) dedicadas ou pelo nome do lugar em que se inserem (C. Almeida, 1984; C. Azevedo, 2000; Resende, 2011). No território de Portel, a partir do século XVI e durante o século XVII, foi “(...) multiplicada a ‘presença’ de santos protectores em todo o concelho com a fundação de inúmeras capelas e ermidas, tornando-se muitas delas importantes espaços de romaria e peregrinação.” (Pagará, 2010, p. 7).

De entre as formas de expressão da religiosidade popular mais significativas, destacam-se as festas e as romarias (a determinado lugar com um sentido sagrado pautado no culto a uma entidade) que estão intrinsecamente ligadas ao sagrado, nomeadamente a um acontecimento que se considera milagroso e associado a uma aparição (C. Almeida, 1984; Clemente & A. Ferreira, 2000; L. Gonçalves, 2014). Os locais de culto que se encontram isolados e distantes das povoações estão normalmente associados a milagres ou a lendas, o que originou a edificação das ermidas de Nossa Senhora da Giesteira, São Lourenço dos Olivais e São Pedro (C. Azevedo, 2000; Bravo, 1995; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

A ocorrência de festividades de motivação religiosa transparece as múltiplas vivências e experiências em torno dos templos, representando a essência dos pequenos espaços religiosos, isto é, o caminho e o sacrifício. São considerados lugares de encontro cultural, espaço de muitas pessoas, cada uma com a sua história de vida e/ou devoção aos santos padroeiros (C. Almeida, 1984; Clemente & A. Ferreira, 2000; L. Gonçalves, 2014). De acordo com C. Almeida (1984):

“As razões pelas quais se preferem, para vivências religiosas de romaria e promessas, as ermidas às igrejas paroquiais têm de ser poderosas, e serão múltiplas e complexas. Não é certamente porque as capelas possam responder melhor a novas devoções porque, se não é fácil mudar o patrono de freguesia, não é difícil acrescentar um altar lateral na igreja paroquial, como a prática bem mostra. Uma gama de razões diz respeito ao aspecto paisagístico do local eleito para implantação da capela, escolhido por ser ameno, por ser dominante ou por ser um espaço invulgar. Não é por acaso que nos sítios mais deslumbrantes, ou mais aprazíveis, encontramos sistematicamente ermidas.” (p. 78).

A localização destes templos está implícita no termo ermida, enquanto associado ao adjetivo ermo, revelando um local remoto e isolado, fora dos núcleos urbanos. Trata-se de monumentos inseridos num contexto muito específico, principalmente em lugares de enorme deslumbramento paisagístico que favorecem a devoção, o culto e o que se considera sagrado, de representatividade única (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; C. Almeida, 1984; C. Azevedo, 2000; Ferro, 2014; Nascimento et al., 2018).

Muitas vezes, as ermidas, caracterizadas pela sua altitude, foram construídas de forma estratégica e indicadora de respeito mútuo entre o Homem e a Natureza (C. Azevedo, 2000; Eliade, 1992; Pinto, 2007). Segundo Ferro (2014), os lugares altos “(...) são, em primeiro lugar, pontos em que a Terra está mais próxima do Céu, em segundo lugar, sítios de limites geográficos e cadastrais, em terceiro lugar, miradouros da paisagem envolvente.” (p. 69).

No concelho de Portel, o território e a paisagem estão profundamente marcados por uma série de construções paradas no tempo, as quais possibilitam isolamento e uma vasta panorâmica. De função religiosa e militar, estes locais de grande devoção e dedicação também estavam associados às singularidades geográficas, entre as quais, os cimos dos montes, a proximidade de cursos de água ou cruzamentos/pontos de contacto com o território envolvente (C. Almeida, 1984; C. Azevedo, 2000; Ferro, 2014; L. Gonçalves, 2014).

Das dez ermidas analisadas, verifica-se que algumas perderam o seu isolamento original por causa do crescimento urbano das povoações mais próximas destas pequenas construções arquitetónicas, tal como acontece na freguesia de Portel com as ermidas de Nossa Senhora da Consolação, Santa Catarina e São Brás (F. Almeida, 2008; Guadalupe, 2000; Nascimento et al., 2018).

A implantação da ermida de Nossa Senhora da Consolação, antigamente denominada ermida de São Lázaro, respondeu ao que era exigido para o fim a que se destinava, as chamadas gafarias ou leprosarias, encontrando-se hoje abandonada. Para evitar o risco de contágio e a repulsa da população, foi construída na periferia da vila de Portel, num local de passagem e próximo de dois caminhos muito importantes, acompanhando as rotas de peregrinação ou de comunicação entre os agregados urbanos, isto é, o caminho para a ermida de São Pedro e a antiga estrada de Évora, respetivamente (C. Azevedo, 2000; Espanca, 1978).

Quanto à sua orientação, a maioria das ermidas aqui estudadas respeita a orientação clássica dos edifícios religiosos, ou seja, uma orientação no sentido nascente-poente que é dada por um eixo imaginário alinhado com o altar virado para Este/Nascente e a porta principal para Oeste/Poente. No entanto, observam-se algumas construções que não apresentam esta orientação, tendo sido edificadas com a fachada principal voltada para Sul, Noroeste, Nordeste e Sudeste (C. Azevedo, 2000; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

Sobre a caracterização arquitetónica, através de desenhos e esquemas, torna-se evidente as semelhanças ao nível da planimetria, volumetria e organização espacial destas pequenas edificações, principalmente a proporção e a simplicidade da forma dos seus espaços. Em geral, as ermidas representam uma construção simples de pequena ou média dimensão, constituídas por nave, capela-mor e algumas ainda com sacristia, galilé ou campanário. No seu interior, muitas vezes despidas de decoração, apresentam apenas um altar que guarda a imagem dos santos a quem são dedicadas (C. Azevedo, 2000; Ferro, 2014; Guadalupe, 2000; Pinto, 2007; Resende, 2011). De acordo com C. Azevedo (2000):

“As reduzidas dimensões de alguns destes locais levaram em certos casos a que a entrada fosse precedida de um pórtico colunado ou de um nártex ou ainda a que todo o templo fosse circundado por uma galilé. Estas soluções permitiam albergar um maior número de devotos.” (p. 154).

A existência de um nártex adossado à fachada principal de uma ermida, em algumas ocasiões antecedido por adro ou por escadaria, justifica-se pela necessidade de prolongar o espaço de assistência para o exterior do templo, assumindo uma transição entre o domínio público e privado. É de salientar que a presença de um campanário está associada à localização destes edifícios, maioritariamente em contexto urbano ou periférico, tendo como principal objetivo assegurar o destaque visual (C. Azevedo, 2000; Resende, 2011). Deste modo, regista-se a presença de campanário em seis das dez ermidas existentes no concelho de Portel, sendo que apenas duas ermidas têm sino, enquanto as quatro restantes não.

A documentação e a inventariação do objeto de estudo desta investigação demonstra que as dez ermidas estudadas apresentam três tipologias arquitetónicas dominantes: (i) planta longitudinal com nave coberta por abóbada de berço e capela-mor coberta por cúpula assente sobre pendentes, tal como se verifica nas ermidas de Nossa Senhora da Consolação, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora da Serra, Santa Catarina e São Brás; (ii) planta centralizada de configuração circular e cobertura em cúpula, onde se destacam as ermidas de Nossa Senhora da Giesteira, São Lourenço dos Olivais e São Pedro; e (iii) planta centralizada de configuração quadrada, como por exemplo, a ermida de São Faraústo (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Pagará, 2010; Patalim, 1992).

Na análise diacrónica da construção destes pequenos templos, durante os séculos XVI e XVII, verificou-se a necessidade de construir um lugar dedicado às várias crenças, nomeadamente devoções e atividades de culto religioso. Enquanto exemplos de arquitetura tradicional e rural, revelam uma pureza e simplicidade nos seus elementos arquitetónicos e apresentam materiais e processos construtivos locais (C. Azevedo, 2000; Oliveira & Galhano, 1992; Pinto, 2007; Resende, 2011). Assim, os materiais utilizados nas ermidas do concelho de Portel foram, maioritariamente, alvenaria (em pedra, tijolo ou terra) nas paredes exteriores e interiores dos edifícios; telha nas suas coberturas; e tijoleira nos pavimentos.



Figura 339. Visita à Ermita de São Brás (integrada na Rota do Fresco).
Fotografia de Spira - revitalização patrimonial.

Desde o final do século XIX e início do século XX, com a extinção das ordens religiosas, muitos destes antigos edifícios religiosos acabaram abandonados e (quase) esquecidos por estarem situados em locais ermos. Posto isto, estas estruturas que são testemunho de um tempo e parte integrante da história, por um lado, continuam sujeitas a furto e vandalismo e, por outro, em vista de uma galopante degradação (C. Azevedo, 2000; Bravo, 1995; Clemente & A. Ferreira, 2000).

No decorrer do tempo, a perda de importância religiosa, o fim das festas e das romarias, o afastamento da população, a falta de vivência humana e o cessar do culto, assim como a falta de manutenção e de ações de salvaguarda, levaram ao lamentável estado atual a que chegaram alguns dos templos. É importante salientar que a presença humana foi o que garantiu a manutenção deste património de valor histórico, cultural e arquitetónico (C. Azevedo, 2000; Martins, 2019; Nascimento et al., 2018).

A ermida de São Pedro, assim como as suas construções anexas (residência para o ermitão, casas de apoio destinadas aos romeiros e, mais tarde, habitação para colónia de férias), é um dos exemplos de abandono e posterior recuperação, ou seja, com o término das festas e das romarias perdeu a função e o significado para o qual foi edificada. Hoje, encontra-se totalmente recuperada e integrada no Centro de Interpretação da Natureza e do Montado (F. Almeida, 2008; Espanca, 1978; Patalim, 1992).

A maior parte das ermidas do concelho de Portel, já há muito tempo desafetadas e por isso votadas ao abandono, encontram-se num avançado estado de degradação ou até mesmo em ruína. São exemplos as ermidas de Nossa Senhora da Consolação, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora da Serra e Santa Catarina (F. Almeida, 2008; Maneta, 1999). No entanto, a recuperação de algumas ermidas permitiu que pudessem funcionar como pontos de interesse e marcos de referência turístico-cultural, destacando-se, assim, as ermidas de Nossa Senhora da Giesteira, São Faraústo, São Brás e São Pedro (Sousa, 2003).

										
	ERMIDA N. SRA. DA GIESTEIRA	ERMIDA SÃO FARAÚSTO	ERMIDA N. SRA. DA CONSOLAÇÃO	ERMIDA N. SRA. DA SAÚDE	ERMIDA N. SRA. DA SERRA	ERMIDA SANTA CATARINA	ERMIDA SÃO BENTO	ERMIDA SÃO BRÁS	ERMIDA SÃO LOURENÇO	ERMIDA SÃO PEDRO
DATA DE CONSTRUÇÃO	Séc. XVII	Séc. XVI/XVII	Séc. XVI	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVII
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Bom	Bom	Em Ruína	Em Ruína	Em Ruína	Em Ruína	Mau	Bom	Bom	Bom
UTILIZAÇÃO ATUAL	Cultural	Cultural	Devoluto	Devoluto	Devoluto	Devoluto	Devoluto	Cultural e Religiosa	Cultural	Cultural
PROPRIEDADE	Privada	Privada	Privada	Privada	Privada	Privada	Privada	Pública	Privada	Pública
ACESSO	Bom	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Bom	Razoável	Bom	Razoável	Bom
TIPO DE PLANTA	Centralizada circular	Centralizada quadrangular	Longitudinal	Longitudinal	Longitudinal	Longitudinal	Longitudinal	Longitudinal	Centralizada circular	Centralizada circular
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	Nártex + Nave + Sacristia	Nave + Capela-mor + Sacristia	Nártex + Nave + Capela-mor + Sacristia	Nave + Capela-mor	Nártex + Nave + Capela-mor + Sacristia	Sacristia	Nave + Capela-mor	Nave + Capela-mor + Sacristia	Nártex + Nave	Nave
COBERTURA	Cúpula + Inclínada (Uma água)	Inclínada (Duas águas)	Inclínada (Várias águas)	(desconhecido)	Cúpula + Inclínada (Duas águas)	Inclínada (Quatro águas)	Inclínada (Várias águas)	Inclínada (Várias águas)	Cúpula	Cúpula
MATERIAIS	Alvenaria de pedra e tijolo	Alvenaria de pedra + Taipa	Alvenaria de pedra e tijolo	Alvenaria de pedra e tijolo	Alvenaria de pedra e tijolo	Alvenaria de pedra e tijolo	Alvenaria de pedra e tijolo	Alvenaria de pedra	Alvenaria de pedra	Alvenaria de pedra
ORIENTAÇÃO	O - E	O - E	S - N	NO - SE	O - E	O - E	NE - SO	O - E	S - N	SE - NO

Figura 340. Quadro Síntese das ermidas do concelho de Portel.
Elaborado pela autora.

A RELAÇÃO DAS ERMIDAS COM OS PERCURSOS

Mais do que um edifício isolado, importa compreender a relação das ermidas com o território, o lugar e a paisagem, uma vez que a implantação destas pequenas estruturas arquitetónicas privilegia os lugares ermos e isolados, quase sempre com visibilidade para as povoações mais próximas (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; C. Azevedo, 2000).

Estas construções marcam uma enorme presença no território, destacam-se por serem elementos de significativo interesse histórico, arquitetónico e patrimonial, relacionados com a prática de peregrinação em busca de conforto espiritual e associados ao conceito de sagrado. São considerados pontos de referência que unem simbolicamente a Terra e o Céu (elevam o Homem do terreno, aproximando-o do Céu), isto é, lugares de transição entre o mundo material e imaterial (espiritual) que possibilitam o contato com a Natureza e convidam a uma maior proximidade entre o Sagrado e o Humano (Eliade, 1992; Rae, 2017; Rosendahl, 1996).

Na verdade, a característica mais notável destes edifícios é a sua atratividade pelos lugares altos (e isolados) que compreendem uma série de significados, carregados de simbolismo, onde “a escolha dos montes sobranceiros às paróquias e às agras para a implantação de capelas resulta também de crenças, segundo as quais essas ermidas, brancas e dominantes, protegiam os campos e as povoações.” (C. Almeida, 1984, pp. 79-80). Deste modo, a maior parte das ermidas situa-se no cimo dos montes, onde a sua localização privilegiada permite desfrutar de uma paisagem bastante ampla e diversificada. Por exemplo, algumas das ermidas do concelho de Portel proporcionam admiráveis vistas panorâmicas dos lugares em que se inserem, ao mesmo tempo que pontuam a paisagem com a sua presença (F. Almeida, 2008; Eliade, 1992; Espírito Santo, 1990).

Neste contexto, os templos apresentam-se como parte integrante da paisagem e testemunhos visíveis do passado, cujas edificações se destacam pela sua monumentalidade, escala e permanência, como também pelo seu caráter simbólico. De um modo geral, a paisagem também apresenta elementos materiais e imateriais que acarretam uma simbologia e um significado obtidos ao longo do tempo, fruto da relação do ser humano com o meio ambiente. Aqui, a paisagem desempenha uma importante função na representação do sagrado, ressaltando a relação entre Deus e o Homem (Eliade, 1992; Ferro, 2014; Martins, 2012; Torres, 2013).

Com uma paisagem pontilhada de simples construções, o ato de caminhar e a relação que o ser humano estabelece com o lugar sagrado permite a apropriação e a vivência de um determinado espaço (com uma dupla conotação, material e simbólica). No âmbito do estudo das ermidas, o percurso entre a povoação e o templo era alvo de grande estima e consideração por parte dos crentes, onde os vários momentos da caminhada, sejam eles de movimento ou de pausa, representavam o agradecimento, o cumprimento da promessa, assim como uma manifestação de fé (Careri, 2013; Eliade, 1992; Penteado, 2000; Rosendahl, 2008).



Figura 341. A simplicidade do caminho, peregrinação e/ou eremitismo.
Fotografia de autor desconhecido.

No que se refere aos percursos relacionados com a espiritualidade, mencionam-se as rotas que definiam os traçados dos caminhos na paisagem, muitas vezes por onde os peregrinos se deslocavam, como forma de levar o indivíduo a uma introspeção (ou seja, a uma reflexão sobre o mundo e sobre si próprio) e ao encontro da perceção (sonora, visual e tátil) dos diferentes elementos naturais que vão surgindo ao longo do percurso (Careri, 2013; Penteado, 2000; D. Rodrigues, 2019; Torres, 2013).

Assim sendo, o percurso também constitui uma forma de comunicação e de interligação entre o homem, a arquitetura e a paisagem, reproduzindo elementos fundamentais e complementares de uma peregrinação, entre os quais, a saída do meio urbano, a caminhada e a chegada ao templo. Para os peregrinos de tempos remotos, o caminho era geralmente feito a pé pois não tinham outro modo de o fazer, por um lado, por inexistência de outros meios e, por outro, por motivos económicos (Bianchi, 2017; Careri, 2013; Penteado, 2000; D. Rodrigues, 2019). Neste sentido, tal como afirma o monge italiano Bianchi (2017), a peregrinação pode ser entendida como um percurso que se dirige a um lugar santo ou a um determinado santuário, para cumprir uma experiência de fé, tendo como objetivo a santificação do peregrino.

No concelho de Portel, os percursos que nos levam a conhecer as ermidas correspondem a antigos caminhos rurais que sobreviveram ao tempo, sendo que muitos deles por estarem mais próximos dos núcleos urbanos foram sujeitos a algumas alterações. Até alcançar as ermidas, apresenta-se um cenário bastante peculiar que revela o património cultural e natural, tornando este território um lugar mais aprazível e atrativo (F. Almeida, 2008; Janeiro, 2017; Lima, 1992). Contudo, não só desapareceram alguns troços de antigos caminhos, como também as fortes relações entre as pessoas e os lugares, perdendo-se um pouco da história, identidade e memória deste concelho.

Atualmente, é possível mencionar uma série de aspetos que dificultam a maioria dos percursos até alcançar as ermidas do concelho de Portel, tais como: alguns acessos serem limitativos, pois algumas parcelas do percurso original foram alteradas devido à apropriação de espaços pelos proprietários de terrenos confinados ao trajeto; a existência de alguns desníveis ou zonas mais difíceis; a ausência de sinalização no terreno; e, ainda, a falta de equipamento de apoio ao longo dos percursos.

CONTRIBUTO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO

Ao longo do tempo, a salvaguarda e valorização do património tem vindo a ser constante e a ganhar, cada vez mais, significativa relevância na sociedade. Sobre esta questão foram vários os autores que se dedicaram ao desenvolvimento de estudos e de discussões sobre a conservação e o restauro do património, como por exemplo, Viollet-le-Duc (1814-1879), John Ruskin (1819-1900), Camillo Boito (1836-1914), Alois Riegl (1858-1905), Cesare Brandi (1906-1988), temática alvo de diversas cartas, recomendações e convenções internacionais (Cabral, 2011; Choay, 2008, 2011; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014).

A conservação e o restauro, enquanto princípios referenciais para a salvaguarda do património, assumem-se como uma resposta para o perpetuar da memória coletiva e da identidade de um povo (V. Jorge, 2005; Lopes, 2012). De acordo com a *Carta de Veneza*, estes dois conceitos, profundamente relacionados com os monumentos, “(...) constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.” (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964, p. 1).

CONSERVAÇÃO

s. f. (Do lat. conservatio) Ato de conservar; Reparação ou prevenção de danos; Preservação.

Assim, entende-se por conservação o conjunto de ações destinadas a conservar, manter em bom estado, tornando possível a permanência de um dado elemento arquitetónico no tempo. Trata-se, portanto, de uma atitude fundamental na salvaguarda do património, com o intuito de estabelecer estratégias que possibilitem a prevenção e intervenção (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; Barranha, 2016; V. Jorge, 2005).

De acordo com a *Carta de Veneza*, “a conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos.” (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964, p. 2). A *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, refere que conservação “(...) é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.” (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. 6).

RESTAURO

s. m. (Do lat. restauro) Ato ou efeito de restaurar; Reparação; Restauração.

O restauro pode ser entendido como um conjunto de ações destinadas a restaurar, restabelecendo o estado inicial de um determinado objeto arquitetónico, em parte ou na íntegra (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; Barranha, 2016; V. Jorge, 2005). A *Carta de Veneza*, no seu artigo 9º, menciona o restauro como:

“(…) uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja pela antiguidade e pela autenticidade). O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição; numa reconstituição, qualquer trabalho complementar, que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitectónica (continuidade) e terá que acusar a data da intervenção (modernidade). O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.” (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964, pp. 2-3).

Segundo a *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, o restauro “(…) é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.” (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. 6).

Os primeiros registos sobre as normas específicas para a proteção do património surgiram nas grandes civilizações da Antiguidade Clássica, como Grécia e Roma. De facto, desde os tempos mais remotos, o homem sentiu necessidade de preservar os monumentos e objetos de arte do passado que deixaram de exercer as funções para que foram concebidos (Choay, 2008; Lopes & M. Correia, 2014).

Durante a Idade Média (entre os séculos V e XV), um grande número de monumentos e edifícios da Antiguidade Clássica foram objeto de interesse para a conservação, cuja prática foi impulsionada pelo clero, porém a indiferença para com estes edifícios antigos conduziu a que muitos fossem convertidos em pedreiras, ou então que fossem restaurados e descaracterizados (Choay, 2008).

Mais tarde, no Renascimento (século XIV ao XVII), aparece um renovado interesse pelo passado, uma vez que os edifícios e obras de arte da Antiguidade recuperaram o total reconhecimento pelo seu valor histórico e artístico. Neste período, nomeadamente na fase do *Quattrocento* (século XV), estabeleceu-se uma nova perspetiva de preservação do património, transformando os edifícios antigos em objetos de reflexão, contemplação e apreciação (Choay, 2008).

Contudo, foi durante o século XV e XVI que surgiram algumas das primeiras medidas sobre a importância da preservação e proteção do património, destacando-se o primeiro documento que tinha como objetivo preservar os edifícios da Antiguidade Clássica, isto é, a bula *Cum alman mostram urbem*, publicada em 1462 pelo Papa Pio II Piccolomini (Choay, 2008).

O século XVIII, assinalado pela Revolução Francesa, contribuiu para uma nova forma de compreender o património e a sua salvaguarda, tendo proporcionado a destruição e o vandalismo nos monumentos históricos. Após a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Industrial (1820-1840) desenvolveram-se as diversas teorias sobre a salvaguarda do património, dos monumentos históricos e das antiguidades em particular (Choay, 2008).

Ao longo dos séculos XIX e XX, o conhecimento da evolução das diferentes teorias sobre a conservação e o restauro dos monumentos históricos adaptou-se à contínua mudança da sociedade, assim como à medida dos progressos da história da arte. De modo gradual, foram então adotadas as disciplinas da conservação e do restauro dos monumentos históricos, defendidas por diferentes autores e com duas correntes distintas, a da conservação e a do restauro, uma defendida pelos ingleses (John Ruskin e William Morris) e a outra mais próxima dos franceses e italianos (Viollet-le-Duc, Camillo Boito, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi), respetivamente (Choay, 2008; Lopes & M. Correia, 2014).

VIOLLET-LE-DUC (1814-1879)

Foi um arquiteto francês, crítico, desenhador, escritor e ainda historiador de arte, ligado à arquitetura revivalista do século XIX e considerado um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico. O seu trabalho foi desenvolvido, particularmente, na área do restauro arquitetónico (em edifícios da Idade Média, como catedrais e castelos medievais), sendo que também ficou conhecido pelas suas obras escritas, destacando-se o *Dictionnaire raisonné de l'architecture française* (Viollet-le-Duc, 1867), onde expõe as suas ideias e conceitos sobre o restauro (Aguiar, 2002; Choay, 2008, 2011).

Viollet-le-Duc criou um campo de conhecimento arquitetónico, nomeadamente teorias e orientações na área do restauro que foram acompanhadas em toda a Europa, durante o século XIX e prologando-se até ao século XX. Contudo, as suas ideias vinham em sequência dos desenvolvimentos anteriores à sua época, tendo seguido desde cedo os trabalhos e estudos desenvolvidos pelos seus antecessores, Vitet e Merimée (Aguiar, 2002; Choay, 2008, 2011).

O Restauro Estilístico consistia na destruição de todos os acrescentos de épocas anteriores que não fizessem parte do projeto original de um monumento, cujo objetivo era restabelecer a sua situação original. Defendido por Viollet-le-Duc, este tipo de restauro era feito através de documentos e desenhos, ou na falta destes, através de regras de estilo da época de construção ou dos edifícios circundantes semelhantes (Choay, 2008, 2011). De acordo com Aguiar (2002), esta teoria e prática do restauro, tinha como objetivo a recuperação da função dos edifícios, pois o arquiteto francês “(...) sempre considerou primordial: a imprescindibilidade da reutilização funcional dos monumentos, atribuindo-lhes utilizações concretas enquanto arquiteturas. Os monumentos deveriam resolver funções de utilidade económica e social, (...)” (p. 41).

No entanto, surgiram muitos opositores a esta teoria de Viollet-le-Duc, visto que o processo utilizado “(...) provocava a perda, de forma definitiva, de grande parte do conteúdo documental e afectava a autenticidade testemunhal, assim como o valor evocativo e poético dos monumentos históricos.” (Aguiar, 2002, p. 42).

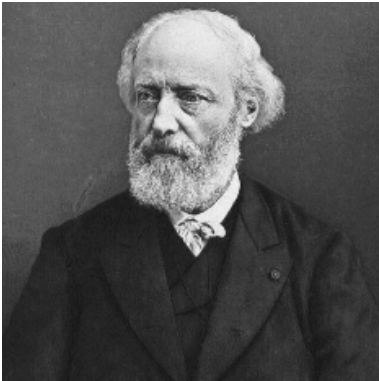


Fig. 342. Eugène Viollet-le-Duc.
Fotografia de Félix Nadar.

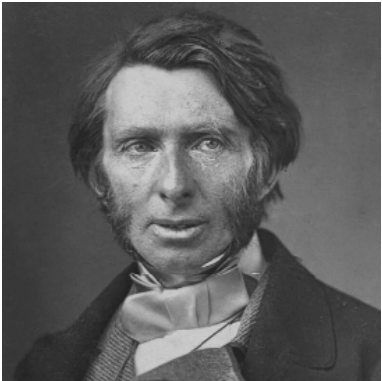


Fig. 343. John Ruskin.
Fotografia de National Portrait Gallery.

JOHN RUSKIN (1819-1900)

Foi um importante escritor inglês, crítico de arte, historiador e poeta, com uma enorme paixão pelo desenho e pela música. Foi também considerado um dos principais teóricos da preservação do património histórico do século XIX. As suas ideias adquiriram maior repercussão no ano de 1849, com a publicação de uma das suas obras escritas, *The seven lamps of architecture* (Ruskin, 1969), ilustrada com desenhos do autor e onde este descreve as suas teorias sobre conservação (Choay, 2008, 2011).

Em Inglaterra, no decorrer do mesmo período, surgiram outras correntes da teoria do restauro que contrariavam os estudos de Viollet-le-Duc. Estas ideias protagonizadas por John Ruskin e William Morris, defendiam a mínima intervenção ou reversibilidade nos monumentos históricos, independentemente do estado em que estes se encontravam, optando pela sua constante manutenção a fim de evitar um futuro restauro (Aguiar, 2002; Choay, 2008).

De acordo com Ruskin (1969), o restauro de um edifício compreendia a perda irreversível de grande parte do seu valor arquitetónico, nomeadamente a sua autenticidade e memória, na medida em que, para este autor, o destino de qualquer monumento histórico era precisamente a ruína. Neste sentido, John Ruskin defendeu ainda que os edifícios “(...) não nos pertencem. Eles pertencem, em parte, aos que os edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão.” (Ruskin, 1969, p. 201).

Assim, o Restauro Romântico consistia na valorização estética e simbólica da ruína, do edifício tal como se encontrava, onde “as marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência.” (Choay, 2008, p. 159). Defendido por Ruskin, este tipo de restauro conferia aos monumentos um carácter sagrado, afirmando-os como portadores de saber, de prazer e fazendo parte do quotidiano, assim como marcos referenciais de identidade e memória (Choay, 2008).

No final do século XIX e início do século XX, surgiu o Restauro Histórico e o Restauro Moderno (ou Restauro Filológico) representados pelos italianos Luca Beltrami e Camillo Boito, respetivamente. Estes autores acabaram por reunir as teorias de restauro referidas anteriormente (de Viollet-le-Duc e Ruskin), sendo que ambos “(...) procuram a verdade objectiva dos factos, diferente em cada obra de arte, e assentam na convicção de que cada monumento constitui um facto único e distinto, exigindo abordagens específicas em cada caso, (...)” (Aguiar, 2002, p. 44).

CAMILLO BOITO (1836-1914)

Foi um arquiteto, escritor e historiador de arte italiano, com grande destaque no panorama cultural do século XIX, uma vez que assumiu uma posição intermediária e moderada entre Viollet-le-Duc e Ruskin. Entre as suas principais obras, destaca-se *Os Restauradores* (Boito, 2002), apresentado na conferência realizada na Exposição de Turim em 1884, onde revela um conjunto de conceitos e princípios para a conservação e restauro dos monumentos, que evoluiu a partir das ideias divergentes de Viollet-le-Duc e Ruskin (Choay, 2008).

Defendido por Camillo Boito, o Restauro Moderno (ou Restauro Filológico) tinha como premissa dar maior ênfase ao valor histórico ou documental das obras, “(...) sem negar a importância do valor artístico, destacando o valor primordial do monumento enquanto testemunho e documento histórico.” (Aguiar, 2002, p. 46).

Este tipo de restauro pretendia uma conciliação entre as teorias de Viollet-le-Duc e Ruskin, sem comprometer a autenticidade histórica e arquitetónica dos monumentos (Aguiar, 2002; Choay, 2008). Camillo Boito, inspirado na teoria de Viollet-le-Duc, teve em consideração a prioridade do presente em relação ao passado, sublinhando que os edifícios não devem cair em desuso, em que “o restauro não deve ser praticado senão *in extremis*, quando todos os outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, reparações não expostas à vista) falharam.” (Choay, 2008, p. 168). Por outro lado, influenciado pelas ideias de Ruskin, o arquiteto italiano considerou importante a necessidade da conservação dos monumentos e da sua autenticidade, uma vez que “não se deve apenas preservar a pátina dos edifícios antigos, mas também os acrescentos sucessivos de que o tempo os carregou (...)” (Choay, 2008, p. 167).

De acordo com o estilo e a época dos edifícios, Camillo Boito estabeleceu três tipos de intervenção no património: o restauro arqueológico para as obras da Antiguidade Clássica, o restauro pictórico para as construções medievais e o restauro arquitetónico para os monumentos renascentistas (Choay, 2008).



Fig. 344. Camillo Boito.
Arquivos Alinari.



Fig. 345. Alois Riegl.
Acervo da Universidade de Viena.



Fig. 346. Cesare Brandi.
Fotografia de Gabriel Vaduva (FFMAAM).

Na primeira metade do século XX, com a evolução do Restauro Moderno (ou Restauro Filológico), surgiu o Restauro Científico de Gustavo Giovannoni, que compreendia uma nova metodologia de conservação para a continuidade da autenticidade dos monumentos, enquanto documentos históricos e obras de arte. Este autor também assumiu um papel preponderante na ampliação significativa do conceito de monumento, reconhecendo a importância da sua envolvente. Neste sentido, a evolução das teorias e práticas do restauro, decorrentes das ideias de Camillo Boito e Gustavo Giovannoni, marcaram a *Carta de Atenas* de 1931 (Aguiar, 2002; Choay, 2008, 2011).

ALOIS RIEGL (1858-1905)

Foi um escritor, filósofo e historiador de arte austríaco, responsável pela distinção entre os conceitos de monumento e monumento histórico. Em 1903, Alois Riegl apresentou a sua visão de preservação e valorização do património através da definição e atribuição de valores aos monumentos (Aguiar, 2002; Choay, 2008, 2011; Riegl, 2013). O seu contributo remeteu para duas categorias de valores, por exemplo, os valores rememorativos relacionados com o passado e a memória; e os valores contemporâneos referentes ao momento presente. Através dos diferentes valores atribuídos aos monumentos históricos, este autor demonstrou que os meios para a sua preservação dependem das mais variadas formas de receção, perceção e fruição dos monumentos, no contexto social e cultural em que se inserem (Aguiar, 2002; Choay, 2008).

CESARE BRANDI (1906-1988)

Foi um crítico e historiador de arte italiano, também considerado um dos principais nomes do restauro moderno. No ano de 1963, escreveu o livro *Teoria do Restauro* (Brandi, 2006), onde apresenta uma nova metodologia para a conservação das obras de arte, a qual é extensível aos monumentos, originando, assim, a ampliação e modernização do conceito de restauração (Aguiar, 2002; Brandi, 2006).

De acordo com Aguilar (2002), Cesare Brandi surge como um dos “(...) protagonistas de uma nova escola de pensamento da qual resultou (quase directamente) uma nova carta internacional de restauro, ainda hoje válida – a Carta de Veneza de 1964 – e uma nova carta italiana, a Carta del Restauro de 1972.” (p. 57).

Defendido por Cesare Brandi, o Restauro Crítico destaca os valores artísticos do património (e das obras de arte), os quais prevalecem sobre os valores históricos, resultado de uma revisão das teorias propostas por Camillo Boito e Gustavo Giovannoni. Este tipo de restauro pretendia o reconhecimento da obra de arte, cujo objetivo era a salvaguarda da sua autenticidade e identidade, assim como “(...) o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo.” (Brandi, 2006, p. 33).

Para além das diferentes teorias da conservação e do restauro, acima apresentadas, existem outros documentos relacionados com a promoção da salvaguarda do património histórico, artístico e cultural. Neste sentido, não faltam, por isso, “(...) normas e directivas internacionais, referendadas por organismos vocacionados para a preservação da identidade histórico-cultural, sobretudo pela UNESCO, pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS, entre outros, apelando todas para a preservação da herança natural e cultural da comunidade humana.” (V. Jorge, 2005, p. 39).

A evolução dos conceitos patrimoniais pode também ser entendida através de documentos produzidos com maior abundância a partir do século XX, após o caos instalado pela 1ª Grande Guerra (1914-1918). Ao longo da segunda metade do século XX e até à presente data, tem-se verificado um crescente interesse da sociedade relativamente à salvaguarda do património, como elemento essencial da identidade de um povo, fundamentado pelas diversas cartas, convenções e recomendações produzidas desde 1931 (Choay, 2008, 2011; Lopes & M. Correia, 2014).

CARTA DE ATENAS

A *Carta de Atenas* foi um dos primeiros documentos internacionais de atos normativos dedicados ao tema do património, e possivelmente o mais conhecido, com especial incidência sobre a problemática do restauro e da longevidade dos monumentos. Foi elaborada em Atenas no ano de 1931, como resultado do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (Barranha, 2016; Choay, 2011; Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações, 1931; Lopes & M. Correia, 2014).

De um modo geral, este documento, expressa os princípios gerais relativos à proteção dos monumentos, ressaltando a importância da manutenção regular e permanente, cujo objetivo era evitar a degradação (ou a destruição) dos edifícios, de forma a assegurar a conservação dos mesmos (Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações, 1931).

CARTA DE VENEZA

A *Carta de Veneza*, também conhecida por Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios, retrata um dos mais importantes documentos sobre a salvaguarda do património. Foi elaborada em Veneza no ano de 1964, como resultado do 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, organizado com o apoio da UNESCO, do Conselho da Europa, entre outros (Aguiar, 2002; Choay, 2011; Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964).

As propostas da *Carta de Veneza* estão relacionadas com as ideias do Restauro Crítico de Cesare Brandi e a releitura da *Carta de Atenas* de 1931, proporcionando a atualização e consolidação dos princípios orientadores da conservação e do restauro dos monumentos, que ainda hoje se revelam fundamentais (Aguiar, 2002; Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964).

O documento veio ampliar a definição de monumento histórico, que passou a englobar não só o objeto arquitetónico, mas também a sua envolvente. É ainda de salientar que a *Carta de Veneza* também menciona a responsabilidade da sociedade pela preservação e transmissão do património, na plenitude da sua autenticidade (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964; Lopes & M. Correia, 2014).

CARTA DE VILLA VIGONI

Em 1994, após o encontro promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, foi redigida a *Carta de Villa Vigoni* sobre a conservação do património histórico e artístico da Igreja (Conferência Episcopal Alemã & Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 1994; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014).

Os bens culturais da Igreja, enquanto expressão da identidade histórica ou tradicional, fundamentam e suportam uma parte significativa da herança cristã (responsabilidade da Igreja, da sociedade e do Estado), que marcou muitas gerações. O documento acrescenta ainda alguns princípios e orientações com o propósito de proteger um legado histórico, que deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações vindouras (Conferência Episcopal Alemã & Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 1994; Conferência Episcopal Portuguesa, 2005; V. Jorge, 2005).

CARTA DE CRACÓVIA

A *Carta de Cracóvia*, redigida em 2000, apresenta um conjunto de recomendações para a conservação e o restauro do património construído, seguindo os princípios e os conceitos já expostos nos documentos anteriores, principalmente na *Carta de Veneza* de 1964. O documento veio acrescentar novos conteúdos sobre a noção de conservação e a exigência da investigação, salientando as particularidades dos bens patrimoniais e assegurando uma maior sensibilidade para as questões do património e do seu significado (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014).

Em geral, a *Carta de Cracóvia* tem como objetivo principal a conservação do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, sendo esta feita com base em diferentes tipos de intervenções, entre os quais, “(...) a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação.” (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. 2).

Tal como os documentos anteriores, também este veio salientar o papel fundamental da comunidade no processo de identificação, gestão e preservação do património, assim como atualizar a definição de alguns conceitos, como por exemplo, monumento, autenticidade e identidade (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014).

Em Portugal, a consciencialização da importância da salvaguarda e divulgação do património desenvolveu-se a partir do século XVIII, com a publicação do *Alvará Régio de 20 de Agosto de 1721*, através do qual D. João V determinou a inventariação e a proteção dos monumentos antigos. Posteriormente, na segunda metade do século XIX, surgiram algumas associações que tinham como principal objetivo a defesa dos monumentos e das obras de arte. Foi o caso, por exemplo, da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, fundada em 1983 (V. Jorge, 2005; Lopes, 2012).

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, de um modo geral, muitos dos edifícios religiosos foram desocupados pelo clero e adquiridos pelo Estado (para fins militares e administrativos), contribuindo, assim, para a descontextualização e o desaparecimento deste património. Por exemplo, a ocupação dos edifícios para diferentes vivências, obrigaram à transformação e adaptação dos espaços, o que marcou irreversivelmente o seu destino, suscetíveis à progressiva degradação, destruição ou abandono (C. Azevedo, 2000; V. Jorge, 2005; Lopes, 2012).

Em 1901, foi instituído o Conselho dos Monumentos Nacionais e aprovado o *Decreto de 30 de Dezembro*, que estabeleceu as bases para a classificação dos bens patrimoniais que deveriam ser considerados monumentos nacionais, assentes em valores históricos, arqueológicos e artísticos. Mais tarde, em 1910, foi publicado um novo decreto de classificação de monumentos nacionais, evidenciando uma evolução ao nível das classificações, subdivididos por religiosos, militares e civis (Lopes, 2012).

No ano de 1929, foi criada a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), como forma de organizar as várias instituições responsáveis pela realização de intervenções de conservação e restauro nos edifícios e monumentos nacionais. A partir de 1974, as transformações políticas e sociais provocadas pela Revolução de 25 de Abril possibilitaram uma perspetiva diferente sobre o património, tendo sido criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980, com a responsabilidade pela coordenação das ações de salvaguarda e valorização do património cultural (Lopes, 2012).

A intensa atividade desenvolvida pela DGEMN, desde a consciencialização até à conservação e restauro dos edifícios e monumentos nacionais, promoveu a organização e a atualização do património arquitetónico, da mesma maneira que proporcionou a criação e o desenvolvimento do Inventário do Património Arquitetónico (IPA), tendo este sido disponibilizado ao público no ano de 1993. Nesta altura, em 1992, surgiu ainda o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), responsável pelas atribuições e competências do antigo IPPC, principalmente no processo de classificação e inventariação dos bens culturais existentes a nível nacional (Lopes, 2012).

Mais tarde, com a extinção da DGEMN, em 2007, a maior parte das suas competências foram integradas no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), em especial no que diz respeito a intervenções no património habitacional não classificado e ao desenvolvimento e gestão do Sistema de Informação para o Património (SIPA). No entanto, as competências e atribuições referentes ao património classificado ficaram na responsabilidade do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), a fim de assegurar a gestão e valorização do património cultural, nomeadamente arquitetónico e arqueológico (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana & Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010; Lopes, 2012).

Em 2011, foi também extinto o IGESPAR, na sequência do processo de fusão com o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), o que originou a atual Direção Geral do Património Cultural (DGPC), entidade responsável por um vasto acervo de informação e documentação sobre o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português, de modo a contribuir para a crescente sensibilização dos cidadãos sobre a importância da salvaguarda do património (Lopes, 2012).

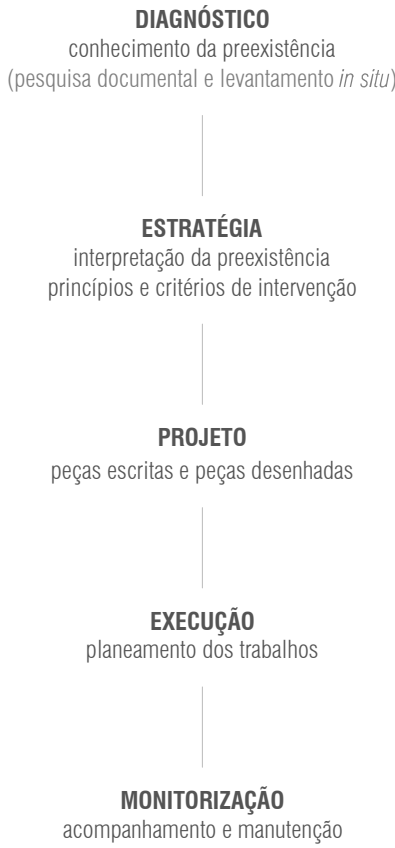


Figura 347. Esquema do processo de intervenção.
Adaptado de Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (2004), Freitas (2012) e J. Teixeira (2014).

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE INTERVENÇÃO ARQUITETÓNICA

É certo que as ermidas do concelho de Portel são reconhecidas como edifícios antigos detentores de grande importância histórica e cultural, não esquecendo de mencionar o impacto que estas pequenas construções tinham (e têm) no território, no lugar e na paisagem onde se inserem. Posto isto, estes pequenos monumentos, mas de grande valor simbólico, merecem que se olhe com outra atenção para a sua recuperação, com interesse em serem protegidos e exibidos (F. Almeida, 2008; Conferência Episcopal Alemã & Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, 1994; V. Jorge, 2005; Pinto, 2007).

Neste sentido, enquanto elementos de elevada preciosidade, torna-se fundamental o aprofundamento do interesse e do respeito pela sua preservação, ao salvaguardar a história, a identidade e a memória de uma comunidade específica, assim como ao assegurar a sua transmissão às gerações vindouras (Cabral, 2011; Choay, 2008; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014; Martins, 2019).

De acordo com a *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, verifica-se que “cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património”, sendo assim importante reconhecer a intervenção no património arquitetónico como um contributo para a sua salvaguarda e valorização (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. 1).

Como já foi referido anteriormente, a compreensão e a interpretação do objeto alvo de intervenção é necessária para a definição de uma metodologia que tem como principal objetivo a salvaguarda e a valorização do património, de forma a garantir a sua permanência e usufruto para presentes e futuras gerações (Cabral, 2011; Choay, 2008, 2011; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014).

Este processo de conhecimento e respeito pelo objeto arquitetónico deve incluir a análise documental (principalmente, a recolha de informação histórica); a observação (incluindo o estado de conservação, com identificação dos pontos de maior fragilidade); e o registo cartográfico, arquitetónico e fotográfico. No entanto, é importante referir que a metodologia de intervenção utilizada varia consoante o objeto arquitetónico e o espaço envolvente, tendo em consideração o respeito pelo seu valor (como por exemplo, histórico, arquitetónico e artístico) e significado (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000; Lopes & M. Correia, 2014).

Deste modo, a intervenção em edifícios antigos representa um processo complexo e moroso que implica um conjunto de aspetos resultantes da avaliação do seu estado de conservação, através da qual é possível determinar os objetivos e critérios técnicos a aplicar, respeitando a tipologia do edifício, os aspetos arquitetónicos do mesmo e o lugar onde se insere. É também importante referir que qualquer intervenção deve, acima de tudo, assegurar a autenticidade e a integridade do edifício, o que muitas vezes justifica a não intervenção ou a intervenção mínima no património arquitetónico (P. Alarcão, 2019; Choay, 2008; Conferência Internacional sobre Conservação, 2000; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014).

As intervenções em edifícios antigos devem reger-se pelo propósito de valorizar o património, com especial enfoque na preservação e no aproveitamento do que ainda perdura do objeto arquitetónico, assim como optar, sempre que possível, pela manutenção, reparação e uso dos materiais e técnicas tradicionais, com o intuito de garantir a continuidade material e imaterial do edifício (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000; Pinto, 2007).

De modo geral, algumas ermidas do concelho de Portel correm o risco de desaparecer devido ao avançado estado de degradação em que se encontram, decorrente de várias décadas de descuido (F. Almeida, 2008; Maneta, 1999). Apesar de alguns edifícios terem resistido à passagem do tempo, o estado de grande fragilidade a que chegaram por via do abandono, uso indevido ou vandalismo, reforça a importância de uma reflexão sobre este património, como recurso para o desenvolvimento de uma metodologia para a sua recuperação, muitas vezes através de obras de conservação e restauro, de preservação da ruína ou de readaptação do edifício a um novo uso, tornando-se, assim, visitável em todos os cenários (P. Alarcão, 2019; Choay, 2008; Lopes, 2012; Lopes & M. Correia, 2014; Pinto, 2007).

A recuperação da cobertura, das paredes, dos pavimentos, o restauro das pinturas murais, a limpeza do espaço envolvente e o aperfeiçoamento dos acessos são algumas das medidas mais importantes e efetivas a realizar na maioria destes edifícios, proporcionando a sua fruição pública. De salientar que o espaço envolvente de onde se usufrui de uma vista privilegiada é tão importante de preservar como a própria ermida, uma vez que se complementam (P. Alarcão, 2019; F. Almeida, 2008; Conferência Internacional sobre Conservação, 2000; Pinto, 2007).

De acordo com a análise e a interpretação do objeto de estudo desta investigação, e tendo como referência o conhecimento desenvolvido por diferentes autores (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 2004; Freitas, 2012; J. Teixeira, 2014), considerou-se pertinente enumerar algumas medidas, orientações e recomendações necessárias no que diz respeito à salvaguarda e valorização do património arquitetónico religioso em estudo:

(i) o conhecimento e a compreensão da preexistência, através da recolha de informação histórica, arquitetónica e artística (como por exemplo, designação, localização, enquadramento, descrição, etc.), tendo em vista identificar o estado de conservação do edifício e promover uma metodologia de intervenção mais adequada.

(ii) a preservação e valorização do (edificado) existente deve prevalecer em qualquer intervenção, aproveitando o máximo das características funcionais e construtivas do objeto arquitetónico, assim como, sempre que possível, primar pela utilização dos materiais e técnicas tradicionais.

(iii) o apoio de uma equipa multidisciplinar, com o objetivo de realizar uma avaliação do estado de conservação do objeto alvo de intervenção, evitando-se demolições e/ou alterações desnecessárias. Deste modo, a equipa de trabalho deve ser selecionada de acordo com o tipo e a escala do problema, sendo constituída, maioritariamente, por um historiador de arte, arquiteto, arqueólogo, engenheiro civil, conservador-restaurador de pintura mural, etc.

(iv) a melhoria das condições arquitetónicas, construtivas e funcionais, não sendo permitido que os resultados obtidos sejam de qualidade inferior à preexistência. A intervenção deve garantir o respeito pelo valor patrimonial, histórico e cultural do edifício, assegurando, assim, a sua autenticidade e integridade para as gerações futuras.

(v) a monitorização (acompanhamento e manutenção regular do edifício), enquanto exemplo de medida preventiva, permite controlar o estado de conservação do objeto arquitetónico e evitar o surgimento de anomalias, propondo atempadamente todas as medidas de intervenção adequadas.

(vi) o contributo de todos os atores do património (por exemplo, os proprietários, as várias entidades responsáveis pela sua preservação e a comunidade), a fim de construir uma rede que permita desenvolver uma metodologia de intervenção, evitando-se, assim, a degradação ou até mesmo o desaparecimento destes pequenos templos.

PERCORRER O TERRITÓRIO: UMA PROPOSTA DE ROTA

Nesta parte do trabalho de investigação, foi realizada uma entrevista à Doutora Catarina Valença Gonçalves, fundadora e diretora de uma empresa especializada em projetos de revitalização patrimonial, como por exemplo, a Rota do Fresco. Deste modo, no decorrer do texto, será apresentada a informação proveniente da entrevista na tentativa de justificar a pertinência da criação de uma rota para as ermidas do concelho de Portel.

A criação de uma rota pode apresentar múltiplos e diferentes ‘olhares’, que ao se alinharem como elementos inovadores, evidenciam a autenticidade e a singularidade de cada território, da sua cultura e do seu património, representando uma contribuição mais significativa para a noção de património e a sua conservação. Para além de toda a parte histórica inerente às localidades por onde passam, permite ainda o contacto com a natureza (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 2008).

Com a elaboração desta proposta de rota, pretende-se contribuir para o reconhecimento dos monumentos como um todo e do território que estes atravessam, sensibilizando, assim, a autarquia e o público em geral para o valor e a importância das ermidas do concelho de Portel. De acordo com C. V. Gonçalves (2021), as rotas são fundamentais para ajudar o visitante a ver uma história, uma narrativa associada ao património edificado. As rotas, roteiros ou itinerários são também uma das formas de trazer atualidade ou de aproximar o monumento do presente, conferindo-lhe um nível de estória que é perceptível a um leigo.

A importância da criação de uma rota assenta, essencialmente, no facto de se tratar de um itinerário cultural, que permite a (re)descoberta das ermidas do concelho de Portel através de uma maior divulgação do património arquitetónico religioso (e a sua consequente valorização). Assim como, a possibilidade de incentivar obras de conservação dos edifícios, através de uma parceria a desenvolver entre entidades locais, regionais e nacionais, públicas e privadas, responsáveis pela defesa dos bens culturais do concelho de Portel (Rosas et al., 2008). Este cenário foi reforçado também na entrevista, onde se refere que “(...) o facto de haver dinamização em torno de um monumento acaba por gerar oportunidades para a sua preservação (...)” (C. V. Gonçalves, 2021).

Foi a partir da riqueza e da singularidade dos pequenos templos que se encontra a génese do projeto da criação de uma rota para as ermidas do concelho de Portel, integrando elementos arquitetónicos que, no conjunto, procuram testemunhar o papel relevante que este património outrora desempenhou na história do concelho. Este itinerário cultural pode ser um modo de recordar e sentir a História e, ainda, um modo de viver na plenitude todas as adversidades que o lugar e o monumento isolado oferecem.

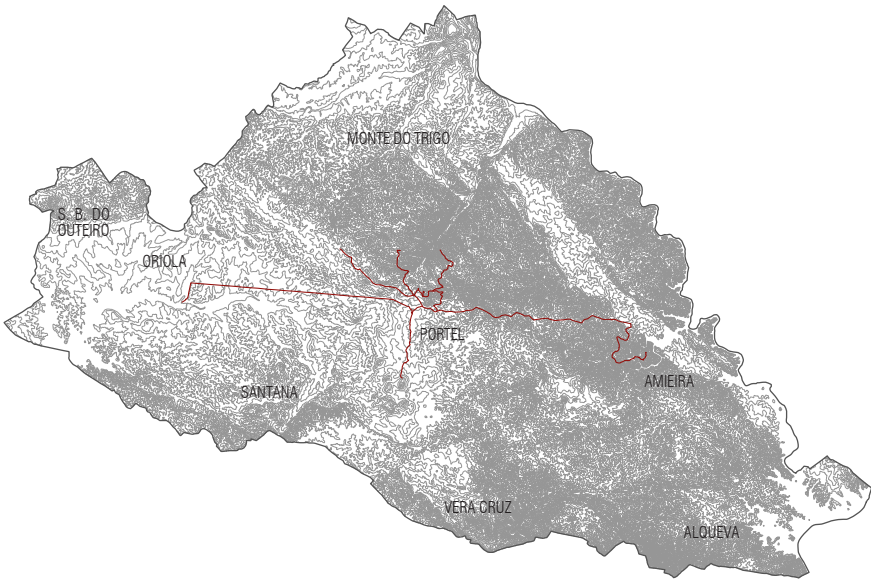


Figura 348. Mapa esquemático do percurso pelas ermidas do concelho de Portel. Elaborado pela autora.

Segundo C. V. Gonçalves (2021), para que estas construções religiosas possam materializar-se numa rota, além da sua utilização inicial, têm de demonstrar um conjunto de características particulares, como por exemplo, estarem inseridas numa deslumbrante paisagem, apresentarem materiais singulares e serem representativas de um determinado tempo.

Posto isto, a Rota reúne as 10 ermidas que, ao longo dos séculos XVI e XVII, formaram a paisagem do concelho de Portel: ermida de Nossa Senhora da Giesteira, em Amieira; ermida de São Faraústo, em Oriola; ermida de Nossa Senhora da Consolação, ermida de Nossa Senhora da Saúde, ermida de Nossa Senhora da Serra, ermida de Santa Catarina, ermida de São Bento, ermida de São Brás e Santo Amaro, ermida de São Lourenço dos Olivais e ermida de São Pedro, em Portel.

À semelhança de outras rotas com características idênticas, esta rota é uma proposta de valorização do património arquitetónico religioso (e da sua envolvente), que tem como objetivos (i) contribuir para a salvaguarda da memória e da identidade das ermidas que caíram no esquecimento da população, sendo algumas mesmo desconhecidas; (ii) interromper o seu estado de degradação, permitindo que as mesmas possam funcionar como pontos de interesse e marcos de referência turístico-culturais; (iii) reinventar novas funções a estas pequenas construções e ao seu espaço envolvente; (iv) promover e desenvolver o território do concelho de Portel.

Para cumprir estes objetivos, considera-se indispensável a cooperação e a colaboração entre as diferentes entidades, equipas técnicas, agentes locais, residentes e visitantes, que assumem um papel fundamental na conceção e no bom funcionamento de uma rota (Rosas et al., 2008). Segundo C. V. Gonçalves (2021), entre as várias medidas de ação, a aquisição de direito de uso dos terrenos é descrita como uma das tarefas mais complexas, mas, não obstante, na maioria resolve-se através de uma parceria a desenvolver entre as entidades e os proprietários dos terrenos. Esta realidade verifica-se noutros projetos semelhantes, onde parte do caminho percorrido é feita dentro de propriedades particulares, tal como acontece na Rota do Fresco (C. V. Gonçalves, 2021).

Sem propor novos troços, a proposta procura tirar partido das características do lugar e teve o cuidado de aproveitar diversos percursos já existentes, de antigos caminhos, que procuram proporcionar ao caminhante inúmeras possibilidades e alternativas de o percorrer, observar a paisagem e descobrir as pequenas construções religiosas. Deste modo, as ermidas funcionam como pontos de pausa e de contemplação no percurso proposto, com vistas dominantes sobre a envolvente.

O mapa da Rota (fig. 349) permite uma visualização da sua dimensão no território do concelho de Portel, com ênfase nos diversos caminhos e na localização dos elementos arquitetónicos, através da articulação de três percursos distintos, mas que se complementam. Os percursos são, essencialmente, classificados como fácil, moderado e difícil, tendo em conta diferentes parâmetros, nomeadamente, a distância, a duração, a proximidade com a povoação e as características do terreno (subidas e descidas).

O percurso proposto segue um traçado constituído por diferentes troços, maioritariamente formado por caminhos rurais e completado por uma estrada municipal, que retratam o melhor meio de acesso às ermidas e à paisagem que as envolve, permitindo, assim, que sejam percorridos e explorados a pé, de bicicleta e/ou de carro.

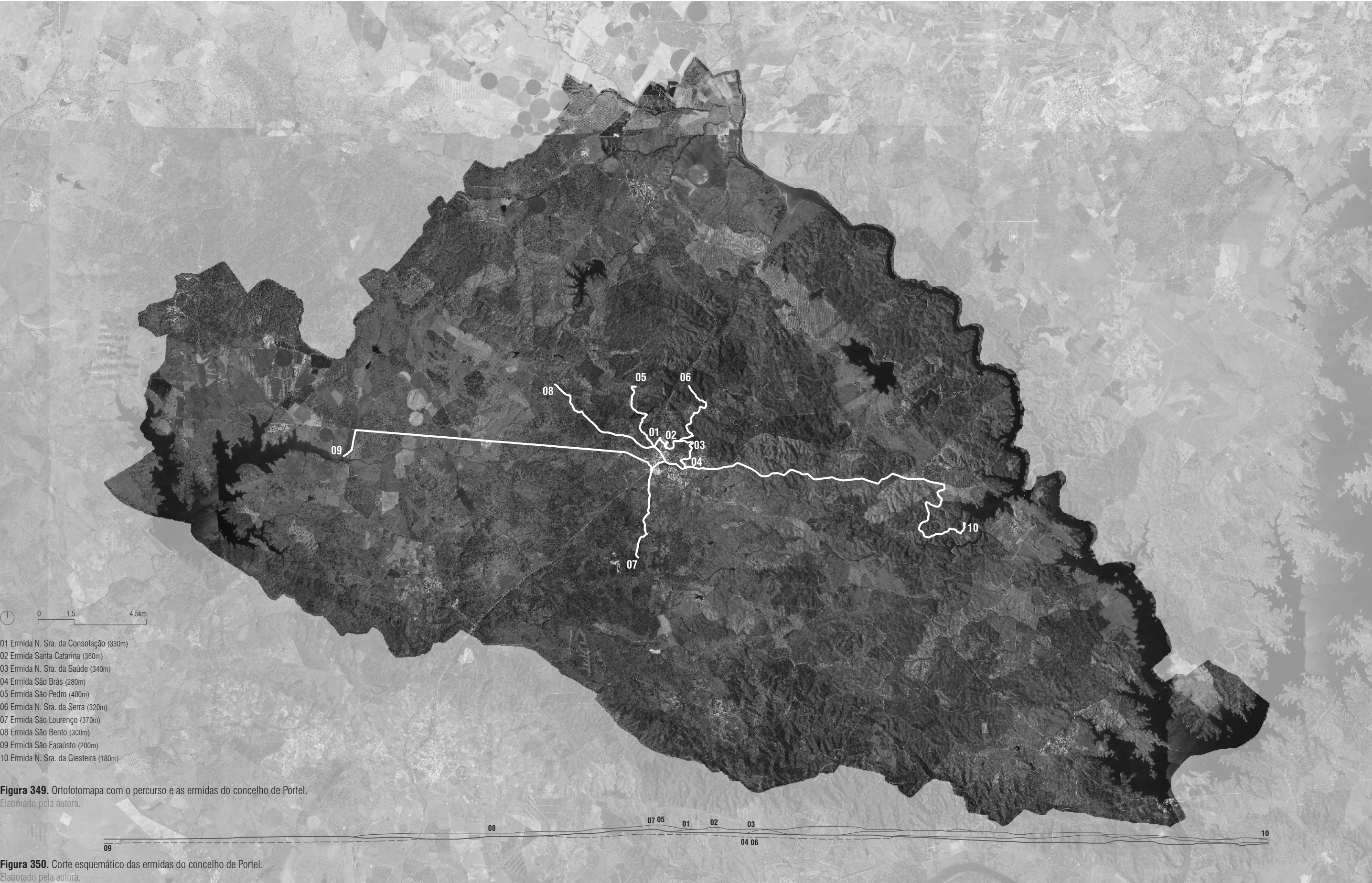
Para aproximar e dar a conhecer o património, e permitir a sua fruição, é imprescindível identificar (localizar), reconstituir e dotar de condições mínimas de circulação, informação e sinalética. A implementação de uma sinalética, nos diversos itinerários que constituem a rota, informa o caminhante sobre o percurso a ser seguido e os pontos de interesse com os quais contacta ao longo de todo o trajeto. É ainda importante a definição de uma sinalética interpretativa (isto é, painéis de informação geográfica, histórica e arquitetónica) na proximidade dos edifícios, tendo como finalidade a compreensão da rota e dos seus pontos de interesse (Rosas et al., 2008).

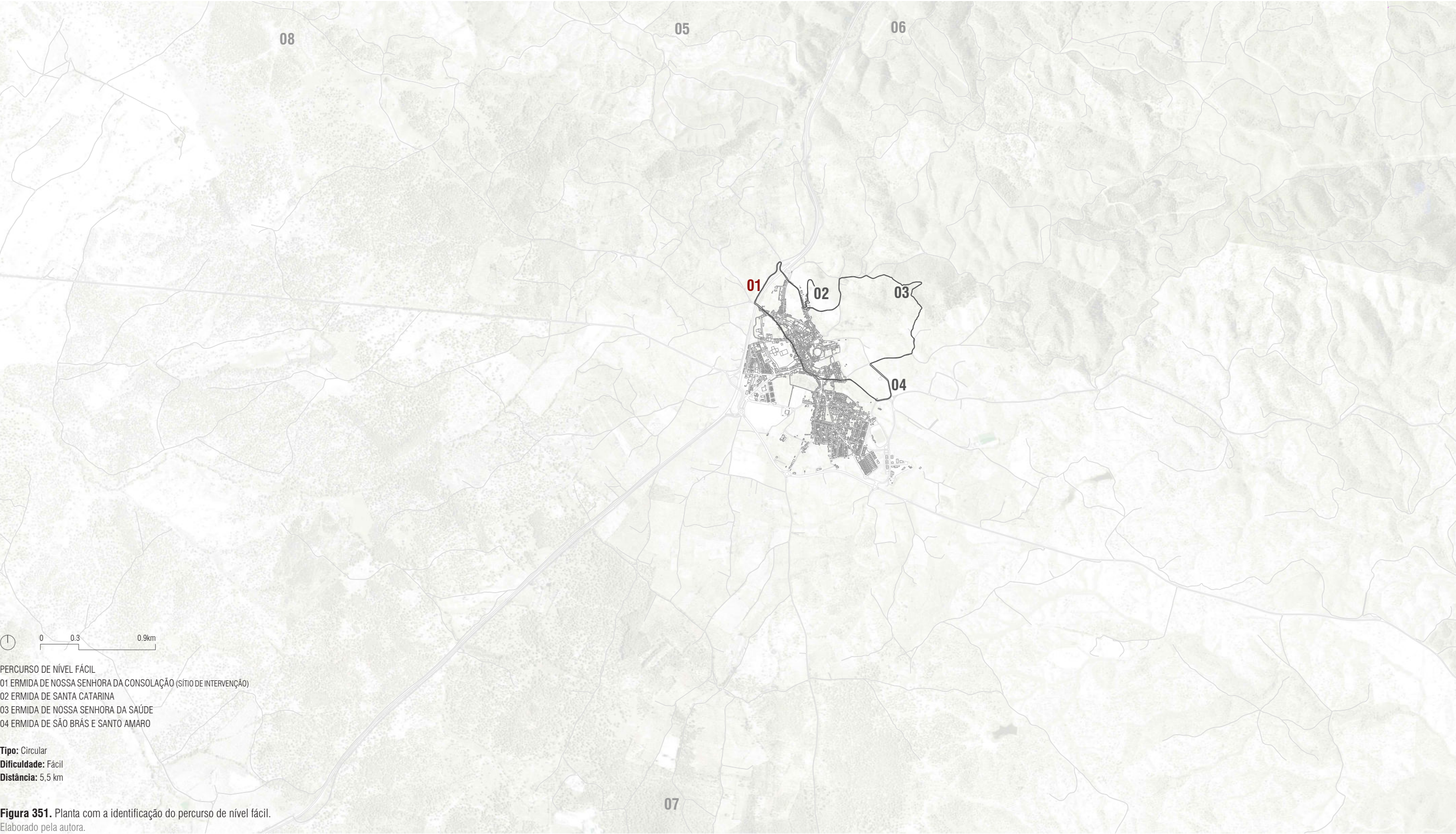
Torna-se igualmente essencial dotar o percurso de um ponto de apoio, com o qual o caminhante contacta no início/fim do percurso, no sentido de albergar um pequeno espaço expositivo e de apoio ao visitante, onde também se pode encontrar informações sobre a Rota.

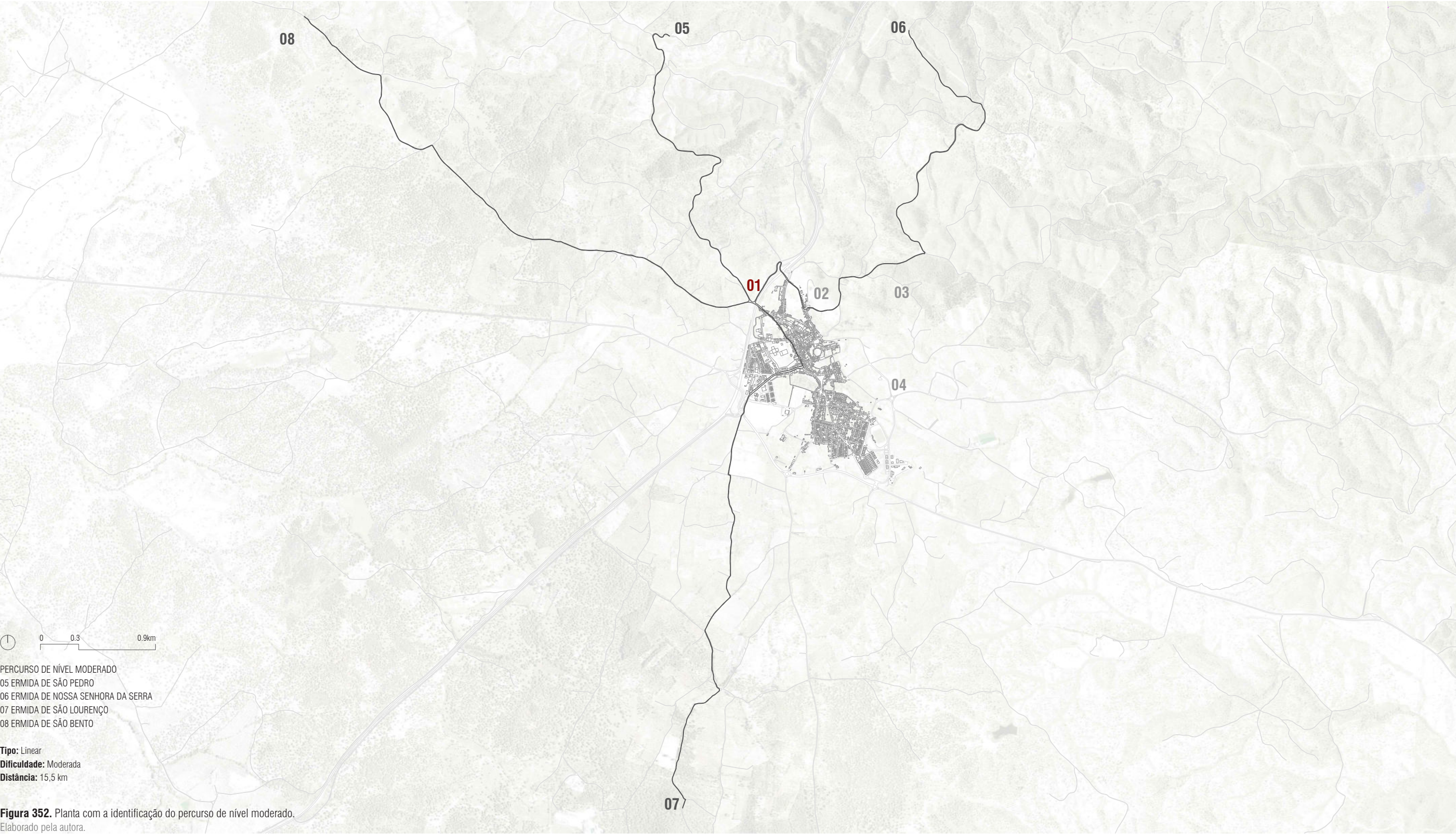
O percurso de nível fácil (fig. 351), circunda a zona Norte e Este da povoação de Portel, é composto pelas ermidas de Nossa Senhora da Consolação, Santa Catarina, Nossa Senhora da Saúde e São Brás. Este percurso, com uma extensão total de aproximadamente 5,5 km, não apresenta declives acentuados e as pequenas construções religiosas encontram-se próximas umas das outras.

O percurso de nível moderado (fig. 352), cujo traçado implica o retorno pelo mesmo caminho, é constituído pelas ermidas de São Pedro, Nossa Senhora da Serra, São Lourenço e São Bento. De uma forma geral, este percurso apresenta uma extensão total de aproximadamente 15,5 km e dispõe de declives mais acentuados, muitas vezes de forma sucessiva, sendo a distância entre os edifícios religiosos também maior.

O percurso de nível difícil (fig. 353), com uma extensão total de aproximadamente 27,5 km, apresenta grande distância por estrada municipal e depois por caminho de terra batida até alcançar as ermidas de Nossa Senhora da Giesteira e São Faraústo.







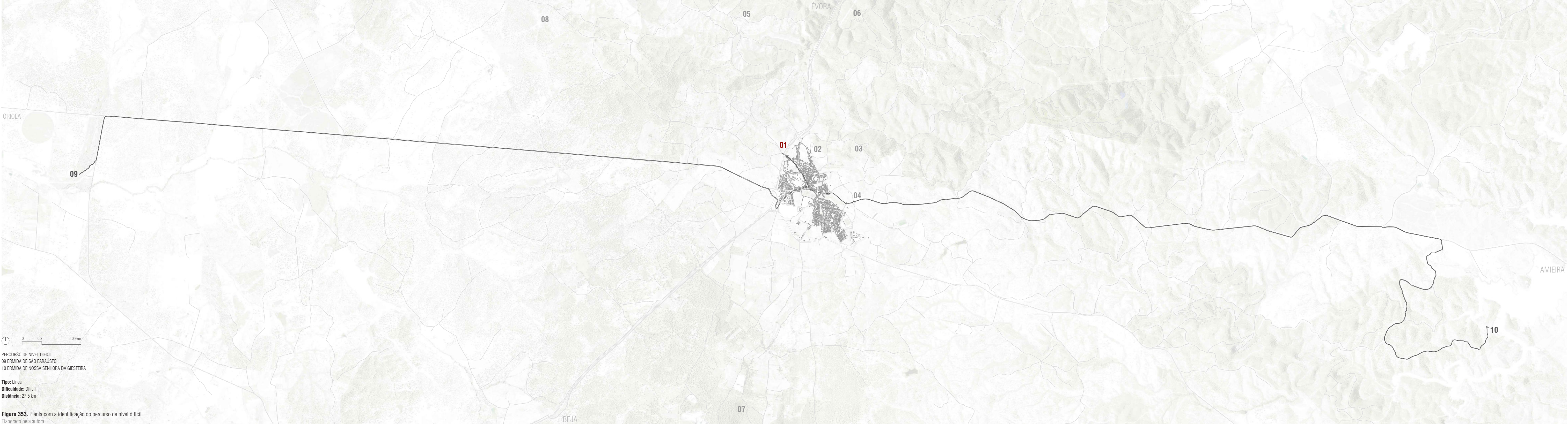


Figura 353. Planta com a identificação do percurso de nível difícil.
Elaborado pela autora.

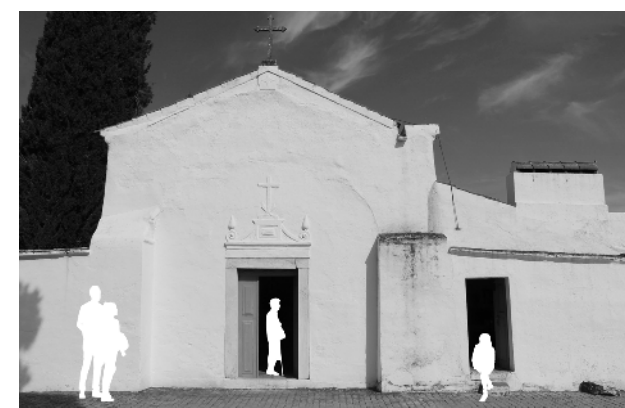


Figura 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360 e 361. A percepção das diferentes vivências do percurso e das ermidas do concelho de Portel.
Elaborado da autora.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO



Figura 362. O lugar de intervenção, revitalização do ambiente envolvente do templo.
Elaborado pela autora.



Figura 363. Planta de implantação.
Elaborado pela autora.

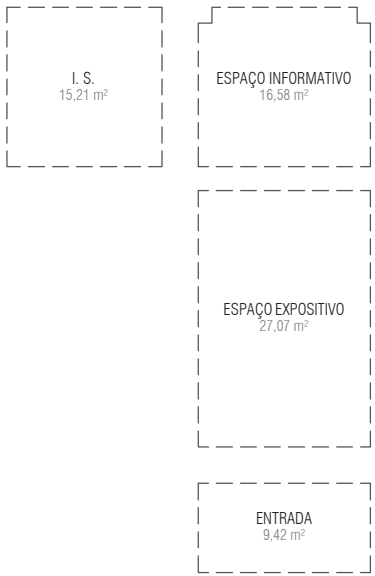


Fig. 364. Organograma do programa.
Elaborado pela autora.

Os percursos são elos de comunicação e de interligação entre as ermidas e as suas envolventes paisagísticas. Neste sentido, ao longo de todo o trajeto proposto, são vários os pontos de interesse que surgem como lugares estratégicos e que permitem contemplar cenários únicos e deslumbrantes.

A ermida de Nossa Senhora da Consolação, assinalada nos desenhos anteriores (fig. 351, 352 e 353), apresenta-se como o ponto estratégico para o acesso aos diferentes troços do percurso proposto. Este edifício marca e referencia o ponto de partida e chegada dos percursos, ao mesmo tempo que proporciona momentos de pausa e de transição, onde os visitantes/caminhantes podem encontrar todas as informações sobre a Rota.

Relativamente à ação que permite atribuir uma nova função à Ermida de Nossa Senhora da Consolação, optou-se por não alterar as características originais dos seus espaços. Assim, a estratégia assume uma atitude de preservação e de maior respeito pela ruína, mantendo, e mesmo reforçando, as suas características formais, materiais e técnicas, sem apagar a sua componente histórica, importante fator de memória e compreensão deste património.

A intervenção pretende tirar partido da condição atual da ermida, mantendo-a com os elementos que a caracterizam, o que permite perceber a sua forma e função primordial. A solução encontrada foi a criação de uma estrutura que redesenhasse e salvaguardasse o traçado original do edifício, integrando a sua construção atual, sem que a ruína desapareça e, ao mesmo tempo, que perdure no tempo.

A realização da limpeza do terreno que circunda o edifício, tem como objetivo assegurar e promover um bom enquadramento entre a ermida e a sua envolvente, permitindo, assim, possíveis intervenções paisagísticas. São também retirados os muros que se encontram junto à ermida, de forma a não obstruir o aspeto visual do edifício.

A presente proposta permite a abertura pública do edifício e a sua adaptação a uma nova função, que responde às necessidades do visitante e da própria Rota. O novo programa coloca o desafio de desenhar um espaço que funcione como elemento complementar no itinerário cultural para residentes e visitantes. Dada a proximidade da ermida à vila de Portel, o edifício compreende as funções de espaço de entrada, espaço expositivo, espaço informativo e instalações sanitárias.

A estrutura metálica tem a vantagem de reforçar estruturalmente a nave da ermida, com base no seu perímetro antigo, ao mesmo tempo que a protege da ação das intempéries, a fim de justificar a preservação da ruína e evitar o seu processo de arruinamento. Trata-se de uma estrutura sublime que não interfere abruptamente na leitura da construção inicial, tornando possível um novo ambiente no seu interior, que servirá para alavancar e dinamizar a ermida.

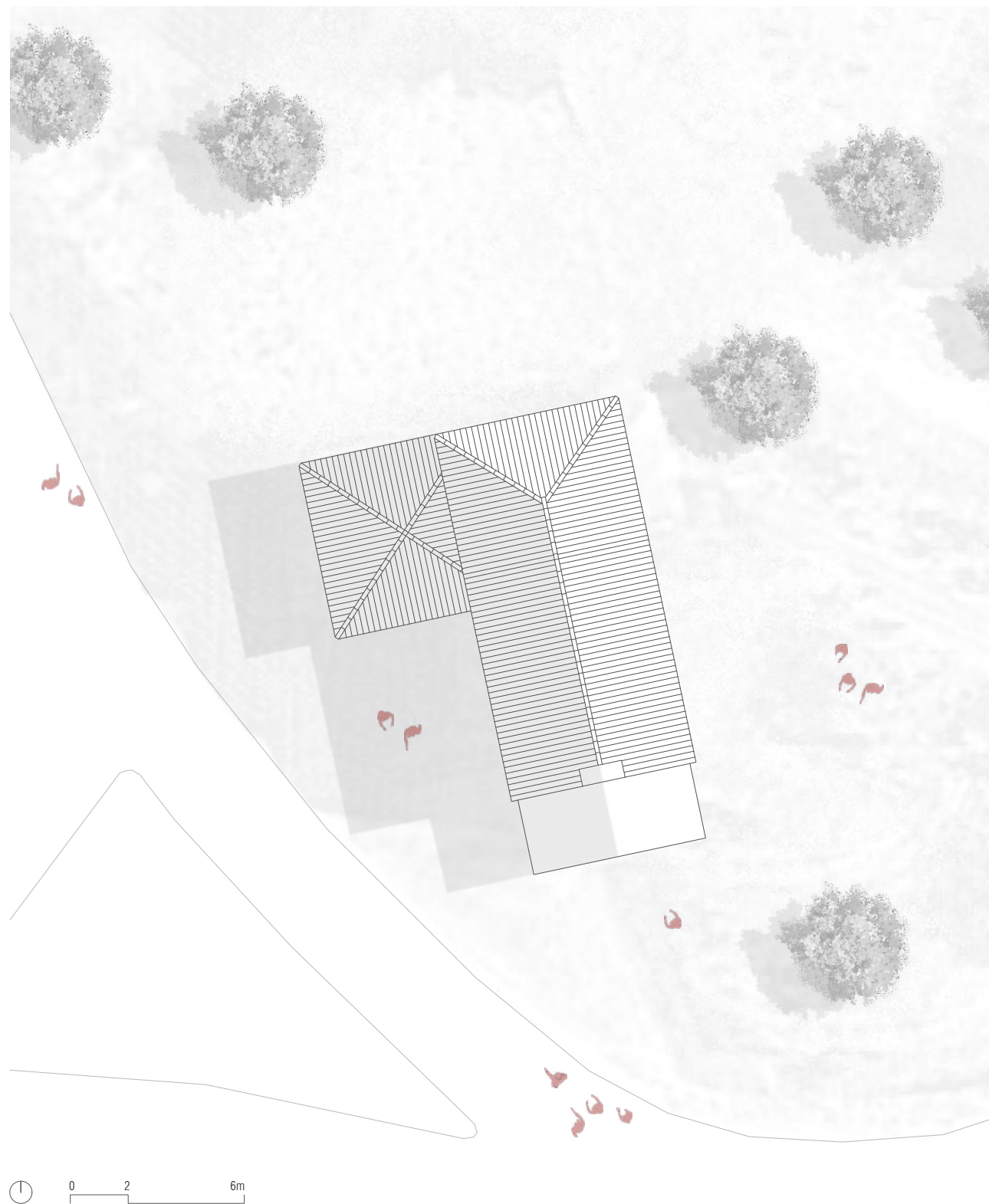
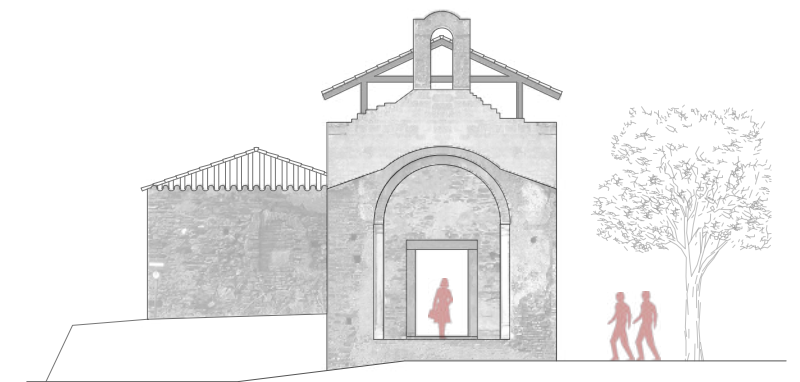
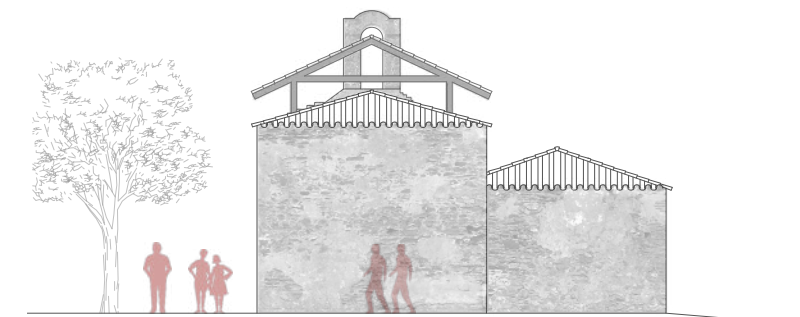


Figura 365. Planta de cobertura.
Elaborado pela autora.

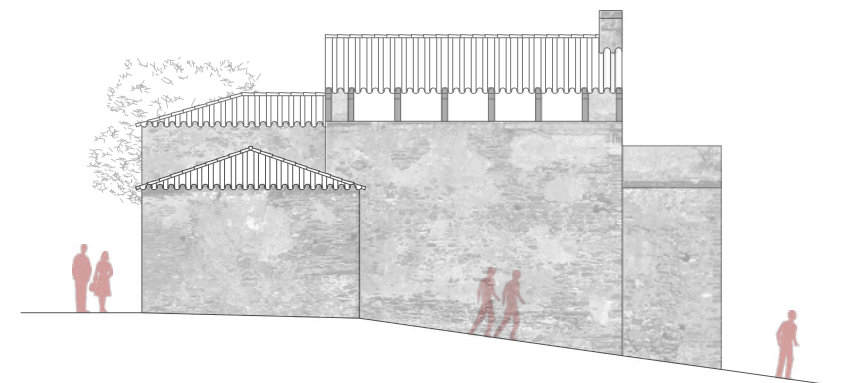
Alçado Principal



Alçado Posterior



Alçado Lateral Esquerdo



Alçado Lateral Direito

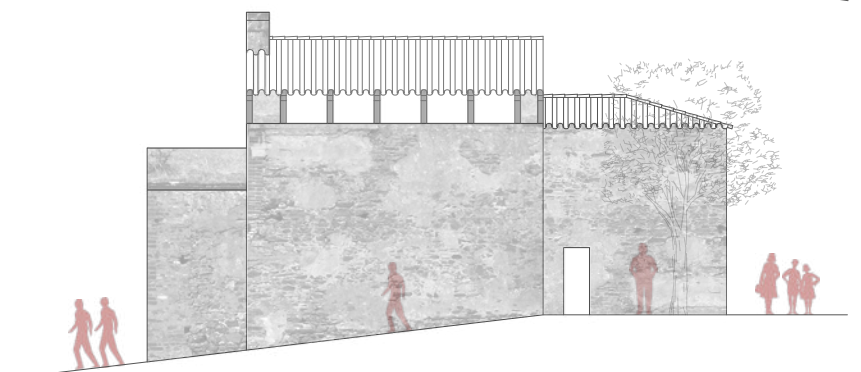
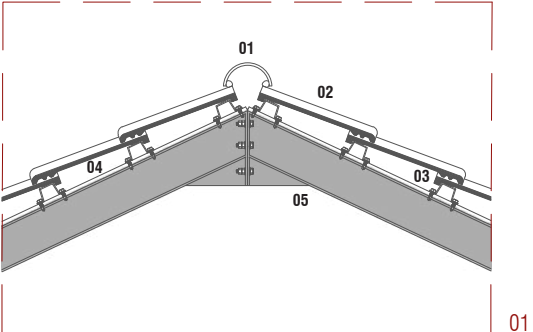
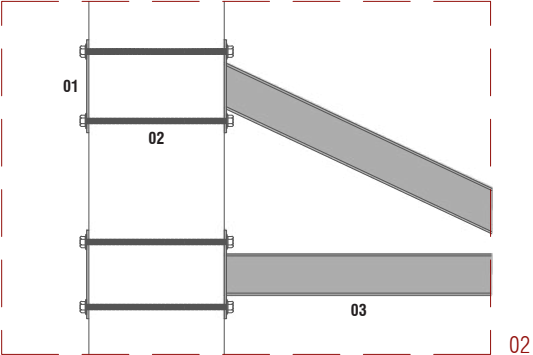


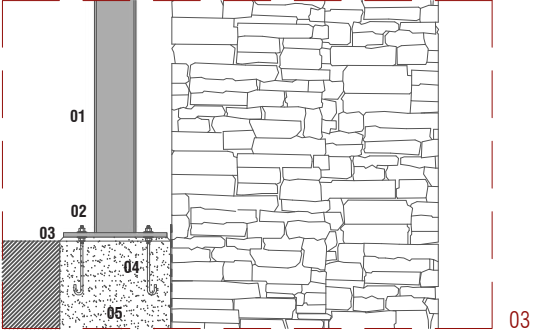
Figura 366, 367, 368 e 369. Alçados.
Elaborado pela autora.



01 Telhão 02 Telha 03 Ripa Metálica 04 Placa de OSB 9mm 05 Estrutura de Aço HEB 140mm



01 Chapa Metálica 02 Varão Roscado Galvanizado 20mm 03 Estrutura de Aço HEB 140mm



01 Estrutura de Aço HEB 140mm 02 Placa de Base 03 Argamassa de Assentamento 04 Chumbador 05 Fundação de Betão



Figura 372. Pormenores Construtivos. Elaborado pela autora.

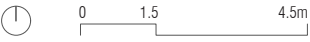


Figura 370. Axonometria (em Corte AB). Elaborado pela autora.

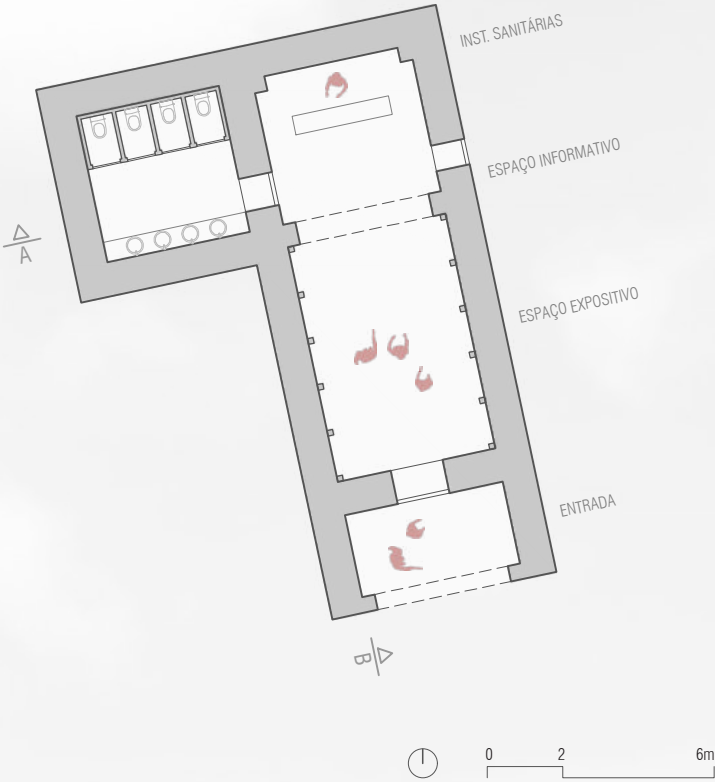


Figura 371. Planta de interior. Elaborado pela autora.

CONCLUSÃO

Evidenciando aquilo que tem sido referido ao longo de todo o trabalho de investigação, foi possível compreender que as ermidas do concelho de Portel são um importante património arquitetónico religioso, em risco de degradação ou desaparecimento. São edifícios de enorme valor histórico que marcaram profundamente as gerações passadas, encontrando-se abandonados e sem as dinâmicas religiosas que outrora desempenhavam.

O concelho de Portel está profundamente marcado por este riquíssimo património e por uma deslumbrante paisagem natural, características que fazem deste município um lugar aprazível e atrativo. Enquanto elementos definidores da história, da memória e da identidade de um povo, as ermidas do concelho de Portel são exemplos arquitetónicos de um rico e valioso passado, símbolos de uma herança histórica e cultural, que ainda hoje marcam uma enorme presença no território e na paisagem.

Tendo em consideração o objeto de estudo do trabalho, foram identificadas, localizadas e caracterizadas dez ermidas do concelho de Portel, todavia, devido à reduzida e dispersa informação, considera-se ser possível que existam edifícios que não tenham sido documentados na presente dissertação.

Numa fase inicial da investigação, conclui-se que as ermidas surgiram da necessidade de construir lugares repletos de significados e valores, que fazem apelo à transcendência, à referência ao divino, onde o homem reconheceu a permanente dimensão de espiritualidade ou algo de caráter simbólico. Apesar de estes lugares serem considerados o ponto de encontro entre o Céu e a Terra, um lugar de transição entre o mundo material e imaterial que possibilita o contato com a Natureza, eram também associados às crenças (nas várias características milagrosas atribuídas aos santos), devoções e atividades de culto religioso.

De facto, estes edifícios não eram apenas espaços destinados ao culto, mas também estruturas simples de reduzidas dimensões que representavam poder e identidade, onde os interesses religiosos e político-económicos aparecem, muitas vezes, associados à sua localização e explicam também a sua proliferação.

A escolha de lugares altos (e isolados) para a implantação de uma ermida está associada a uma série de significados, que se encontram carregados de simbolismo, sendo o cimo dos montes o mais representativo para a população, isto é, o ponto de encontro entre o terreno e o divino, levando o crente a estabelecer uma maior ligação com o objeto da sua devoção.

O seu posicionamento elevado assume uma visão estratégica e bastante privilegiada, que domina a paisagem e constitui um ponto de referência a quilómetros de distância. Não é por acaso que estas construções são tidas como um verdadeiro miradouro, afirmando a sua presença nos lugares em que estão inseridas e na imagem da envolvente paisagística e urbana a que pertencem.

Hoje, apesar de algumas ermidas manterem a sua génese, no que diz respeito ao seu enquadramento, outras perderam o seu isolamento original por causa do desenvolvimento urbano das povoações mais próximas, alterando, assim, a sua relação com a paisagem.

O conjunto das ermidas do concelho de Portel apresenta um desenho despojado e cariz vernacular, com características materiais e imateriais, que subsistem dos séculos XVI ao XVIII, e assumem-se como exemplos da arquitetura popular portuguesa, principalmente pela forte ligação com o território, pela forma como revelam e potencializam a paisagem e, ainda, pela materialidade e elementos construtivos que se mantêm desde a sua origem.

Entre o património arquitetónico religioso, podemos encontrar por todo o território do concelho de Portel verdadeiros tesouros artísticos, neste caso as ermidas, que são muitas vezes desconhecidos dos próprios portelenses. Os motivos do seu abandono são vários, mas uma das causas principais reside no facto de muitos destes templos se encontrarem vazios, sem utilização permanente ou manutenção.

Para que esta situação possa ser ultrapassada é fundamental uma maior atenção por parte das diversas entidades públicas e privadas responsáveis pela defesa dos bens culturais do concelho de Portel, sem a qual se corre o risco de continuar a assistir a uma lamentável degradação deste importante legado histórico. Caso não se concretize a revitalização deste património, o seu estado de conservação vai continuar a agravar-se, tal como tem vindo a acontecer, e o tempo encarregar-se-á de apagar a totalidade destes edifícios. É urgente que sejam criadas condições favoráveis à sua continuidade, de modo a fazer-se a sua transmissão às gerações seguintes.

A elaboração de um inventário atualizado sobre as ermidas do concelho de Portel, uma vez que até agora não eram providas deste tipo de documento, é uma ferramenta de trabalho imprescindível para elaborar estratégias de salvaguarda e valorização do património arquitetónico religioso. O levantamento histórico, arquitetónico e fotográfico evidencia o estado em que se encontram os edifícios, como consequência da passagem do tempo, sendo que o seu registo assume um valor documental que permitirá perdurar a sua imagem no tempo e aferir o caminho a percorrer para a sua recuperação.

A criação de uma rota para as ermidas do concelho de Portel tem como propósito projetar um novo caminho para a reinvenção de uma nova função para este importante património arquitetónico e cultural, assim como mobilizar recursos fundamentais para promover uma oferta turística na região. Por sua vez, para além de trazer de volta as pessoas aos sítios, a intervenção numa das ermidas procura estabelecer uma continuidade em relação ao passado e um passo em direção ao futuro.

A presente pesquisa coloca à disposição de todos os portelenses, e dos cidadãos em geral, uma fonte de informação sobre o passado, o presente e o futuro das ermidas do concelho de Portel, de forma a atribuir-lhe uma visibilidade que incentive o processo da sua recuperação. O levantamento e o registo justificam o estudo que lhe é devotado, na medida em que esta informação possa vir a ser utilizada para futuros trabalhos relacionados com o tema em questão. Urge, assim, promover a salvaguarda e valorização deste património, que merece ser contemplado e cuidado, sendo que o primeiro passo a dar no sentido de cumprir tal objetivo, foi o de efetuar o seu estudo em termos históricos, arquitetónicos e fotográficos.

Por fim, pretende-se que este trabalho assuma um papel relevante, pois, para além de um importante documento académico que sistematiza a informação sobre as dez ermidas do concelho de Portel, demonstra a transformação que estas sofreram ao longo do tempo. Ou seja, que este trabalho consiga transmitir e realçar a beleza dos monumentos que retrata, incentivando as pessoas a (re)conhecer o seu património e poder usufruir dele. Acima de tudo que torne estes edifícios mais perenes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A

Abreu, J. (2005). Arte pública e lugares de memória. *On the W@terfront*, 7, 48-66.

Academia das Ciências de Lisboa, & Fundação Calouste Gulbenkian. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Editorial Verbo.

Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Alarcão, J. (1998). S. Cucufate. In *Roteiros da Arqueologia Portuguesa* (Vol. 5). IPPAR.

Alarcão, P. (2019). *Construir na Ruína: entre a reconstituição e a reabilitação*. Edições Afrontamento.

Almeida, C. (1984). Religiosidade Popular e Ermidas. *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, 6, 75-83.

Almeida, F. (2008). *Portel. Roteiro do Concelho: História - Património - Paisagem*. Câmara Municipal de Portel.

Amendoeira, P. (1999). *Ermida de Nossa Senhora da Giesteira: Portugal, Évora, Portel, União das freguesias de Amieira e Alqueva [Atualizado por Paula Figueiredo, 2001]*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8893

Amendoeira, P. (1999). *Ermida de Nossa Senhora da Saúde: Portugal, Évora, Portel, Portel*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14004

Amendoeira, P. (1999). *Ermida de Nossa Senhora da Serra: Portugal, Évora, Portel, Portel [Atualizado por Paula Figueiredo, 2001]*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8892

Amendoeira, P. (1999). *Ermida de São Faraústo / Ermida de São Fausto / Ermida de Nossa Senhora dos Remédios: Portugal, Évora, Portel, União das freguesias de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola [Atualizado por Paula Figueiredo, 2001]*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8905

Amendoeira, P. (1999). *Ermida de São Lourenço dos Olivais: Portugal, Évora, Portel, Portel*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14001

Amendoeira, P. (1999). *Igreja de São Brás e Santo Amaro / Ermida de São Brás e Santo Amaro: Portugal, Évora, Portel, Portel*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8907

Antunes, A. (1980). *Arquitectura Popular em Portugal* (2nd ed.). Associação dos Arquitectos Portugueses.

Assmann, J., & Czaplicka, J. (1995). Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, 65, 125-133. <https://doi.org/10.2307/488538>

Aviso n.º 8303. (2016). [Alteração aos artigos 37.º, 41.º, 45.º, 48.º e 49.º do Regulamento do PDM de Portel]. *Diário Da República n.º 125, Série II de 1 de Julho*, 20461-20472. <https://dre.pt/application/conteudo/74848576>

Azevedo, C. (2000). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores.

Azevedo, C. (2000). Introdução geral. In C. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 1, pp. IX-XXVII). Círculo de Leitores.

Azevedo, P. (2003). *Livro dos Bens de D. João de Portel*. Colibri.

B

Bachelard, G. (1993). *A Poética do Espaço*. Martins Fontes.

Bancroft, A. (1991). *As Origens do Sagrado*. Editorial Estampa.

Barranha, H. (2016). *Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais*. IST Press e ICOMOS-Portugal.

Bianchi, E. (2017). Pellegrinaggio: un ritorno a Dio. *Monastero Di Bose*. <https://www.monasterodibose.it/fondatore/articoli/articoli-su-quotidiani/11939-pellegrinaggio-un-ritorno-a-dio>

Boff, L. (2001). *Espiritualidade: um caminho de transformação* (2nd ed.). Sextante.

Boito, C. (2002). *Os Restauradores*. Ateliê Editorial.

Borrela, L. (1995). *O Castelo de Portel*. Junta de Freguesia de Portel.

Branco, M., & Nunes, C. (1994). *Gafaria e Ermida de São Lázaro / Ermida de Nossa Senhora da Consolação: Portugal, Évora, Portel, Portel*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2869

Brandi, C. (2006). *Teoria do Restauro*. Orion.

Bravo, A. (1995). *O concelho de Portel e as Memórias Paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Portel.

Bravo, A. (1996). D. João Peres de Aboim e a fundação da Vila e Concelho de Portel. *Assumar, Boletim Municipal*, 2, 23-26.

C

Cabral, C. (2011). *Património Cultural Imaterial: Convenção da Unesco e seus Contextos*. Edições 70.

Caillois, R. (1988). *O homem e o sagrado*. Edições 70.

Câmara Municipal de Portel. (2018). *Plano Municipal de Defesa Da Floresta Contra Incêndios - Caderno I - Diagnóstico*. Câmara Municipal de Portel.

Câmara Municipal de Portel. (2021). *Municipe - Portel - História*. <https://www.cm-portel.pt/municipe/portel/historia/>

Cancela d'Abreu, A. (2007). Paisagem e Ordenamento do Território. *Inforgeo*, 73-77.

Cancela d'Abreu, A., Correia, T., & Oliveira, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Carapinha, A. (2005). Escrita na Paisagem. In *Escrita na paisagem: Festival de Performance e Artes da Terra* (pp. 8-10). Colecção B.

Carapinha, A. (2006). Paisagem - Vínculo Relacional. In *Inquérito à Arquitectura Moderna Portuguesa* (pp. 63-66). Ordem dos Arquitectos.

Carapinha, A. (2011). País enquanto Paisagem. *Revista Da Associação Portuguesa Dos Arquitectos Paisagistas*, 6, 21-25.

Careri, F. (2013). *Walkscapes - O Caminhar como Prática Estética*. Editorial Gustavo Gili.

Carvalhosa, A. (1967). *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000 e Notícia Explicativa da folha 40-D*. Serviços Geológicos de Portugal.

Ching, F. (2017). *Representação Gráfica em Arquitetura* (6th ed.). Bookman.

Choay, F. (2008). *A Alegoria do Património*. Edições 70.

Choay, F. (2011). *As questões do Património. Antologia para um combate*. Edições 70.

Clemente, M., & Ferreira, A. (2000). Introdução geral. In C. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 3, pp. 9-13). Círculo de Leitores.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. (2020). *Potencialidades Estratégicas*. <https://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/ra-87821>

Conde, A. (2014). O registo e a inventariação no património religioso. *O Registo. 2º Workshop Critérios de Avaliação de Impacte Ambiental*, 39-47.

Conferência Episcopal Alemã, & Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja. (1994). *Carta de Villa Vigoni sobre a Protecção dos Bens Culturais da Igreja*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadevillavigoni.pdf>

Conferência Episcopal Portuguesa. (2005). *Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja*. <https://www.bensculturais.com/documentos/2005-PrincipiosEOrientacoesSobreBensCulturaisDaIgrejaCEP.pdf>

Conferência Internacional sobre Conservação. (2000). *Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Conselho da Europa. (1975). *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

Conselho da Europa. (2005). *Convenção de Faro*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. (1964). *Carta de Veneza*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. (2004). *Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico*. ICOMOS.

Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. (2008). *Carta dos Itinerários Culturais*. ICOMOS.

Correia, A., & Mesquita, A. (2014). *Mestrados & Doutoramentos. Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência* (2nd ed.). Vida Económica - Editorial, SA.

Correia, J. (1991). *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão*. Editorial Presença.

Correia, M. (2008). Património Religioso e Lugares Sagrados. *Pedra & Cal*, 38, 2.

Coutinho, C. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática* (2nd ed.). Edições Almedina, S.A.

Cruz, R. (1993). Experiencias de la Identidad. *Revista Internacional de Filosofía Política*, 2, 63-74.

Cunha, L. (2010). *Desenho Técnico* (15th ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

D

Decreto n.º 4. (2005). [Aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000]. *Diário Da República n.º 31, Série I-A de 14 de Fevereiro*, 1017-1028. <https://dre.pt/application/conteudo/596314>

Direção Geral do Território. (2021). *Sistema Nacional de Informação Geográfica*. <https://snig.dgterritorio.gov.pt/>

Durkheim, É. (2000). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Martins Fontes.

E

Eliade, M. (1992). *O Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões*. Livros do Brasil.

Eliade, M. (2004). *Tratado de História das Religiões* (5th ed.). Asa.

Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações. (1931). *Carta de Atenas*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

Espanca, T. (1978). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora: Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*. Academia Nacional de Belas Artes.

Espírito Santo, M. (1990). *A Religião Popular Portuguesa*. Assírio & Alvim.

F

Ferreira, A. (2000). Introdução. In C. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 3, pp. 17-19). Círculo de Leitores.

Ferreira, J. (2005). Abertura. In *Escrita na paisagem: Festival de Performance e Artes da Terra* (pp. 4-7). Colecção B.

Ferro, L. (2014). Uma Paisagem Sagrada: as cubas da “kûra” de Beja. *Revista Santuários*, 1(2), 65-74.

Frampton, K. (2016). *História crítica de la arquitectura moderna*. Editorial Gustavo Gili.

Freitas, V. (2012). *Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. Ordem dos Engenheiros da Região Norte.

G

Gil, J. (2007). Prefácio. In *O Espaço Limite - Produção e Recepção em Arquitectura* (Vol. 2, pp. 7-11). ACD Editores.

Gomes, M., & Gomes, R. (2008). O Ribat al-Rihana de Ibn Qasi (Aljezur). Uma sacralidade efémera, em meados do séc. XII. *Pedra & Cal*, 38, 6-7.

Gomes, N., Farina, M., & Forno, C. (2014). Espiritualidade, Religiosidade e Religião: Reflexão de Conceitos em Artigos Psicológicos. *Revista de Psicologia Da IMED*, 6(2), 107-112.

Gonçalves, C. V. (2014). *[Entrevista a especialista da Rota do Fresco, via Zoom]*.

Gonçalves, L. (2014). Santuários: Cultura, Arte, Romaria, Peregrinações, Paisagens e Pessoas. *Revista Santuários*, 1(2), 13-15.

Groat, L., & Wang, D. (2013). *Architectural Research Methods* (2nd ed.). John Wiley & Sons.

Guadalupe, D. (2000). La arquitectura de las ermitas del siglo XVI en el municipio de La Laguna. *XIII Coloquio de Historia Canario-Americana*, 2833-2846.

Gusmão, L., & Rosado, N. (2005). *Cancioneiro. A cantar Portel*. Grupo Coral de Cantares Regionais de Portel.

H

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Edições Vértice.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11th ed.). DP&A.

Hartenthal, M., & Ono, M. (2011). O espaço percebido: em busca de uma definição conceitual. *Arquitetura Revista*, 7(1), 2-8.

Heidegger, M. (2001). *Construir, Habitar, Pensar*. La Oficina.

Henriques, M. (2005). Arte e Paisagem. In *Escrita na paisagem: Festival de Performance e Artes da Terra* (pp. 11-19). Colecção B.

Holm, J., & Bowker, J. (1999). *Lugares Sagrados*. Europa América.

Hornstein, S. (2011). *Losing Site: Architecture, Memory and Place*. Ashgate Publishing, Ltd.

I

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, & Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. (2010). *Património Arquitectónico - Geral [Kits património, nº1, versão 2.0]*. IHRU, IGESPAR. http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/KIT01.pdf

Instituto Nacional de Estatística, I. P. (2012). *Censos 2011: Resultados Definitivos - Portugal*. INE.

J

Janeiro, A. (2017). *O Portel Novo de D. João Peres de Aboim: Poderes, Militarização e Organização Social na Serra de Portel (1165-1301)*. Câmara Municipal de Portel.

Jorge, V. (2005). *Cultura e Património* (1st ed.). Edições Colibri.

K

Kossoy, B. (2007). *Os Tempos da Fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. Ateliê Editorial.

L

Lama, D. (2000). *Ética para o Novo Milénio*. Editorial Presença.

Leal, A. (1875). *Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias* (Vol. 5). Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

Lecoq, N. (2000). Paisagens de Portel. In *Portel. Guia, Turismo, Natureza*. (pp. 4-6). Câmara Municipal de Portel.

Lefebvre, H. (1976). *Espacio y política*. Península.

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Blackwell Publishing.

Lei n.º 107. (2001). [Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural]. *Diário Da República n.º 209, Série I-A de 8 de Setembro*, 5808-5829. <https://dre.pt/application/conteudo/629790>

Lei n.º 11-A. (2013). [Reorganização administrativa do território das freguesias]. *Diário Da República n.º 19, 1º Suplemento, Série I de 28 de Janeiro*, 552-(2) a 552-(147). <https://dre.pt/application/conteudo/373798>

Leitão, L., & Lacerda, N. (2016). O espaço na geografia e o espaço da arquitetura: reflexões epistemológicas. *Cadernos Metrópole*, 18(37), 803-822. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3709>

Lima, P. (1992). *Património de Portel: recenseamento preliminar (áreas rurais)*. (Vol. 1). Câmara Municipal de Portel.

Lopes, F. (2012). *Património Arquitetónico e Arqueológico. Noção e normas de proteção*. Caleidoscópio.

Lopes, F., & Correia, M. (2014). *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Protecção*. Caleidoscópio.

M

Maneta, L. (1999). Ensaio Monográfico sobre o Concelho de Portel. *Diário Do Sul*.

Martins, G. (2012). Património Cultural e Paisagem. *Revista Da Associação Portuguesa Dos Arquitectos Paisagistas*, 8, 20-23.

Martins, G. (2019). Memória religiosa e património cultural. *Observatório Da Cultura*, 24, 13-17.

Montaner, J. (1997). *A modernidade Superada: Arquitectura, Arte e Pensamento do século XX*. Editorial Gustavo Gili.

N

Nascimento, V., Pereira, F., Candeias, A., & Alves, A. (2018). Um projeto de salvaguarda integrada: estratégias de preservação e de comunicação de retábulos integrados em ermidas. *Conservar Património*, 27, 103-110. <https://doi.org/10.14568/cp2017041>

Nora, P. (1984). *Les lieux de mémoire*. Gallimard.

Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. Rizzoli.

Nunes, N. (2014). O santuário de S. Pedro em Portel: um exemplo de sincretismo religioso? *Revista Santuários*, 1(2), 145-149.

O

Oliveira, E., & Galhano, F. (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Dom Quixotte.

Organização das Nações Unidas para a Educação, C. e C. (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCultural-e-Natural.pdf>

Otto, R. (1992). *O sagrado*. Edições 70.

P

Padeira, M., & Padeira, F. (2005). *Memória do Património de Portel Villa*. Junta de Freguesia de Portel.

Pagará, A. (2010). O território de Portel. In M. Ramos (Ed.), *Arte Sacra no concelho de Portel: inventário artístico da Arquidiocese de Évora* (pp. 06-13). Fundação Eugénio de Almeida.

Pagará, A., Cosme, J., Varandas, J., Oliveira, L., Nunes, M., & Antunes, V. (2013). *Forais de Portel e Oriola*. Câmara Municipal de Portel.

Pagará, A., & Martins, C. (2001). *Ermida de São Bento: Portugal, Évora, Portel, Portel*. Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=16518

Pagará, A., Silva, N., & Serrão, V. (2006). *Igreja Vera Cruz de Marmelar*. Câmara Municipal de Portel.

Patalim, F. (1992). *Relação Histórica da Nobre Vila de Portel*. Junta de Freguesia de Portel.

Patinho, N. (2008). Prefácio. In *Portel. Roteiro do Concelho: História – Património – Paisagem* (p. 7). Câmara Municipal de Portel.

Pelegrini, S. (2007). O património cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Património e Memória*, 3(1), 87-100.

Pena, A. (1996). Região Alentejo. In *Roteiros da Natureza*. Temas e Debates.

Penteado, P. (2000). Peregrinações e Santuários. In C. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 2, pp. 346-359). Círculo de Leitores.

Pereira, S. (2016). *Ermidas do Litoral Algarvio, casos de estudo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Departamento de Arquitetura.

Pinto, J. (2007). *Arquitetura Portuguesa – A Imagem da Caixa* (Vol. 3). ACD Editores.

Pinto, J. (2007). *O Espaço Limite – Produção e Recepção em Arquitetura* (Vol. 2). ACD Editores.

Pollak, M. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.

Pombinho Júnior, J. (1959). *O Convento dos Capuchos de Portel e outras notícias da vila*. Minerva.

Prista, M. (2015). Architecture-building: Mobilising the lessons of the Survey Popular Architecture in Portugal. *The Journal of Architecture*, 20(5), 839-867. <https://doi.org/10.1080/13602365.2015.1095021>

R

Rae, M. (2017). *Architecture and Theology: The Art of Place*. Baylor University Press.

Ramos, M. (2003). *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*. Edições Colibri.

Resende, N. (2011). *Fervor & Devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro. Séculos XVI a XVIII*. (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

Ribeiro, O. (1993). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço das relações geográficas*. Edições João Sá da Costa.

Ribeiro, O., & Lautensach, H. (1987). *Geografia de Portugal*. Edições João Sá da Costa.

Riegl, A. (2013). *O Culto Moderno dos Monumentos*. Edições 70.

Rodrigues, A., & Jorge, A. (2000). Introdução. In C. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 1, pp. 1-10). Círculo de Leitores.

Rodrigues, D. (2012). Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Ubimuseum*, 1, 45-52.

Rodrigues, D. (2019). Caminhar com Fé: estudo sócio-antropológico de uma peregrinação ao Santuário de Fátima, Portugal. *Estudos de Religião*, 33(2), 181-196.

Rohden, C. (1998). *A camuflagem do sagrado e o mundo moderno à luz do pensamento de Mircea Eliade*. EDIPUCRS.

Rosas, L., Rocha, M., Santos, D., & Barros, M. (2008). *Rota do Românico do Vale do Sousa* (R. C. Machado (ed.)). Valsousa – Rota do Românico do Vale do Sousa.

Rosendahl, Z. (1995). Geografia e Religião: uma proposta. *Revista Espaço e Cultura*, 1, 45-74.

Rosendahl, Z. (1996). *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. EdUERJ.

Rosendahl, Z. (2008). A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo. *Geo-Working Papers*, 14, 5-14.

Rosendahl, Z., & Corrêa, R. (1998). *Paisagem, tempo e cultura*. EdUERJ.

Ruskin, J. (1969). *The seven lamps of architecture*. Everyman's Library.

S

Salema, R. (2015). Editorial AP. *Revista Da Associação Portuguesa Dos Arquitectos Paisagistas*, 11, 5. <http://www.apap.pt/ficheiros/text/18012016152919000000.pdf?scrh=775>

Salgueiro, T. B. (2001). Paisagem e Geografia. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 36(72), 37-53. <https://doi.org/https://doi.org/10.18055/Finis1620>

Sameiro, A. (2005). Prefácio. In *Memória do Património de Portel Villa* (pp. 9-10). Junta de Freguesia de Portel.

Saramago, J. (2018). *O Caderno*. Porto Editora.

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge.

Soares, R. (2014). Sagres – o Promontorium Sacrum: uma petrificada paisagem sagrada. *Revista Santuários*, 1(2), 189-197.

Sousa, C. (2003). *Roteiro da Rota do Fresco*. AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central.

T

Teixeira, E., Müller, M., & Silva, J. (2004). *Espiritualidade e Qualidade de Vida*. EDIPUCRS.

Teixeira, J. (2014). *Salvaguarda e valorização do edificado habitacional da cidade histórica. Metodologia de intervenção no sistema construtivo da casa burguesa do Porto*. (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura.

Telles, G. R. (2005). *A Utopia e os Pés na Terra*. Instituto Português de Museus.

Telles, G. R. (2011). Paisagem Território. *Revista Da Associação Portuguesa Dos Arquitectos Paisagistas*, 7, 28.

Torres, M. (2013). As paisagens da memória e a identidade religiosa. *RAEGA – O Espaço Geográfico Em Análise*, 27, 94-110. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5380/raega.v27i0>

Tuan, Y. F. (1980). *Topofília: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Difel – Difusão Editorial SA.

Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. Difel – Difusão Editorial SA.

V

Vieira, Á. S. (1998). *Imaginar a Evidência*. Edições 70.

Vilaça, H. (2008). Recomposições dos rituais contemporâneos: a peregrinação. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 17, 55-67.

Viollet-le-Duc, E. (1867). *Dictionnaire raisonné de l'architecture française*. A. Morel.

W

Walliman, N. (2018). *Research Methods: The Basics* (2nd ed.). Routledge.

Z

Zevi, B. (2009). *Saber Ver a Arquitetura*. Martins Fontes.

OUTRA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

M

Mattoso, J. (1988). *A escrita da história: teoria e métodos*. Editorial Estampa.

Mattoso, J. (1993). *O Essencial sobre a Cultura Medieval Portuguesa (Séculos XI a XIV)*. INCM – Imprensa Nacional Casa Moeda.

Mattoso, J., Belo, D., & Daveau, S. (1997). *Portugal: O Sabor da Terra*. Círculo de Leitores.

T

Torres, C. (1992). O Garb Al-Andaluz. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (Vol. 1). Círculo de Leitores

Torres, C. (1995). A arte islâmica no Ocidente Andaluz. In P. Pereira (Ed.), *História da Arte Portuguesa* (Vol. 1). Círculo de Leitores

ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Fig. 001. Arquitetura Religiosa, 1940-1960.
Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

ESTADO DE ARTE

Fig. 002. *O Sagrado e o Profano: a Essência das Religiões* (Eliade, 1992).
Fig. 003. *A Alegoria do Património* (Choay, 2008).
Fig. 004. *Portel. Roteiro do Concelho: História – Património – Paisagem* (F. Almeida, 2008).
Fig. 005. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora (Zona Sul): Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa* (Espanca, 1978).
Fig. 006. *Relação Histórica da Nobre Vila de Portel* (Patalim, 1992).
Fig. 007. *Roteiro da Rota do Fresco* (Sousa, 2003).

METODOLOGIA

Fig. 008. Plano de Investigação.
Adaptado de A. Correia e Mesquita (2014) e Coutinho (2015).

PARTE 01 | A MEMÓRIA DO LUGAR

Fig. 009. Esquema dos descritores utilizados na investigação.
Elaborado pela autora.
Fig. 010. Dos lugares de memória ao património: o homem e o lugar.
Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.
Fig. 011. Deslocação a um lugar sagrado.
Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.
Fig. 012. Evolução da palavra património.
Adaptado de Choay (2008, 2011).
Fig. 013. Património Arquitetónico Religioso, nas décadas de 40 a 60.
Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

PARTE 02 | O CONCELHO DE PORTEL

Fig. 014. Alentejo e os campos de cereal.
Arquivo Municipal de Lisboa, Fundo Artur Pastor.

Fig. 015. NUTS I, Portugal Continental; NUTS II, Alentejo; NUTS III, Alentejo Central; e Concelho de Portel.
Adaptado de Direção Geral do Território, CAOP (versão de 2020).
Fig. 016. Ortofotomapa de Portugal Continental com a localização do concelho de Portel.
Adaptado de Google Earth (2020).
Fig. 017. Mapa esquemático do concelho de Portel.
Adaptado de Câmara Municipal de Portel (2018).
Fig. 018. Esquema representativo da altimetria, região do Alentejo.
Adaptado de EPIC WebGIS Portugal.
Fig. 019. Mapa da Topografia do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército.
Fig. 020. Esquema representativo das bacias hidrográficas, região do Alentejo.
Adaptado de EPIC WebGIS Portugal.
Fig. 021. Mapa da Hidrografia do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército.
Fig. 022. Esquema representativo das unidades geológicas, região do Alentejo.
Adaptado de Carta Geológica de Portugal, LNEG (2020).
Fig. 023. Mapa da Geologia do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Geológica de Portugal, escala 1:50 000, Serviços Geológicos de Portugal.
Fig. 024. Esquema representativo dos distritos e das estradas, região do Alentejo.
Adaptado de EPIC WebGIS Portugal.
Fig. 025. Mapa da Estrutura Urbana e Viária do concelho de Portel.
Adaptado de Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército.
Fig. 026. Mapa geográfico da Província do Alentejo.
Arquivo Municipal de Portel.
Fig. 027. Limites do concelho de Portel.
Adaptado de Câmara Municipal de Portel (2018).

Fig. 028. Foral Manuelino da vila de Portel, datado de 1510. <i>Forais de Portel e Oriola</i> (Pagará et al., 2013, p. 93).	064
Fig. 029. Monumento megalítico, Anta da Torrejona (Amieira). Arquivo Municipal de Portel.	066
Fig. 030. Freguesia de Alqueva (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	068
Fig. 031. Localização freguesia de Alqueva. Elaborado pela autora.	069
Fig. 032. Freguesia de Amieira (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	070
Fig. 033. Localização freguesia de Amieira. Elaborado pela autora.	071
Fig. 034. Freguesia de Monte do Trigo (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	072
Fig. 035. Localização de Monte do Trigo. Elaborado pela autora.	073
Fig. 036. Freguesia de Oriola (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	074
Fig. 037. Localização freguesia de Oriola. Elaborado pela autora.	075
Fig. 038. Freguesia de Portel (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	076
Fig. 039. Localização freguesia de Portel. Elaborado pela autora.	077
Fig. 040. Vila de Portel (zona Oeste), vista a partir do Castelo. Fotografia da autora.	078
Fig. 041. Freguesia de Santana (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	080
Fig. 042. Localização freguesia de Santana. Elaborado pela autora.	081
Fig. 043. Freguesia de São Bartolomeu do Outeiro (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	082
Fig. 044. Localização de S. B. do Outeiro. Elaborado pela autora.	083
Fig. 045. Freguesia de Vera Cruz (fotografia aérea). Fotografia de Paulo Lopes.	084
Fig. 046. Localização freguesia de Vera Cruz. Elaborado pela autora.	085

Fig. 047. Castelo de Portel, vista a partir do seu interior. Fotografia da autora.	086
Fig. 048. Tentativa de reconstituição do conjunto fortificado de Portel, séculos XV e XVI. <i>O Castelo de Portel</i> (Borrela, 1995, p. 1).	087
Fig. 049. Igreja do Convento dos Capuchos de Portel, 1982. Fotografia de Direção Geral do Património Cultural (SIPA FOTO.00161952).	088
Fig. 050. Mapa com a identificação dos edifícios religiosos existentes no concelho de Portel. Elaborado pela autora.	092
Fig. 051. Igreja de São Lourenço. Fotografia da autora.	094
Fig. 052. Capela de Santo António. Fotografia da autora.	094
Fig. 053. Igreja de N. Sra. das Neves. Fotografia da autora.	094
Fig. 054. Capela de Santo António. Fotografia de Herdade do Peral.	094
Fig. 055. Capela de São Romão. Fotografia da autora.	094
Fig. 056. Ermida de N. Sra. da Giesteira. Fotografia de Nuno Cortes.	094
Fig. 057. Igreja de São Julião. Fotografia da autora.	095
Fig. 058. Igreja da Sra. da Assunção. Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038136).	095
Fig. 059. Igreja de N. Sra. da Assunção. Fotografia da autora.	095
Fig. 060. Igreja Nova de Oriola. Fotografia da autora.	095
Fig. 061. Capela de São Lourenço. Fotografia da autora.	095
Fig. 062. Ermida de São Faraústo. Fotografia da autora.	095
Fig. 063. Convento dos Capuchos. Fotografia da autora.	096
Fig. 064. Igreja do Espírito Santo. Fotografia da autora.	096
Fig. 065. Igreja da Misericórdia. Fotografia da autora.	096

Fig. 066. Igreja de N. Sra. do Socorro. Fotografia da autora.	096
Fig. 067. Igreja de N. Sra. da Lagoa. Fotografia da autora.	096
Fig. 068. Igreja de S. João Baptista. Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026461).	096
Fig. 069. Igreja de São Pedro. Fotografia da autora.	097
Fig. 070. Capela de Santo António. Fotografia da autora.	097
Fig. 071. Capela de São Vicente. Fotografia da autora.	097
Fig. 072. Capela de N. Sra. da Conceição. Fotografia de Rita Alamada.	097
Fig. 073. Ermida de N. Sra. da Consolação. Fotografia da autora.	097
Fig. 074. Ermida de N. Sra. da Saúde. Fotografia da autora.	097
Fig. 075. Ermida de N. Sra. da Serra. Fotografia da autora.	098
Fig. 076. Ermida de Santa Catarina. Fotografia da autora.	098
Fig. 077. Ermida de São Bento. Fotografia da autora.	098
Fig. 078. Ermida de São Brás. Fotografia da autora.	098
Fig. 079. Ermida de São Lourenço. Fotografia da autora.	098
Fig. 080. Ermida de São Pedro. Fotografia da autora.	098
Fig. 081. Igreja de Santana. Fotografia da autora.	099
Fig. 082. Igreja de S. B. do Outeiro. Fotografia da autora.	099
Fig. 083. Igreja de Vera Cruz. Fotografia da autora.	099
Fig. 084. Capela de Santo António. Fotografia da autora.	099

PARTE 03 | AS ERMIDAS

Fig. 085. Mapa com a identificação das ermidas do concelho de Portel. Elaborado pela autora.	104
--	-----

Fig. 086. Ermida de N. Sra. da Giesteira. Fotografia de Nuno Cortes.	106
Fig. 087. Ermida de São Faraústo. Fotografia de Paulo Lopes.	106
Fig. 088. Ermida de N. Sra. da Consolação. Fotografia de Paulo Lopes.	106
Fig. 089. Ermida de N. Sra. da Saúde. Fotografia de Paulo Lopes.	106
Fig. 090. Ermida de N. Sra. da Serra. Fotografia de Paulo Lopes.	107
Fig. 091. Ermida de Santa Catarina. Fotografia de Paulo Lopes.	107
Fig. 092. Ermida de São Bento. Fotografia de Paulo Lopes.	107
Fig. 093. Ermida de São Brás e Santo Amaro. Fotografia de Paulo Lopes.	107
Fig. 094. Ermida de São Lourenço dos Olivais. Fotografia de Paulo Lopes.	107
Fig. 095. Ermida de São Pedro. Fotografia de Paulo Lopes.	107
Fig. 096. Esquema inventariação das ermidas. Elaborado pela autora.	108
Fig. 097. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira (fotografia aérea). Fotografia de Nuno Cortes.	111
Fig. 098. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, antes de ser recuperada. Fotografia da autora.	114
Fig. 099. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, planta de localização e enquadramento. Adaptado de Baixa Atelier de Arquitectura.	116
Figura 100, 101, 102, 103, 104 e 105. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, levantamento esquemático. Adaptado de Baixa Atelier de Arquitectura.	117
Fig. 106. Vista Nordeste. Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026517), 1999.	118
Fig. 107. Alçado Principal. Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026515), 1999.	118
Fig. 108. Alçado Posterior. Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026509), 1999.	118
Fig. 109. Alçado Lateral Direito. Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026510), 1999.	118

Fig. 110. Pormenor da Porta.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026513), 1999.

Fig. 111. Altar e Nicho.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026514), 1999.

Fig. 112. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 113. Volume da Sacristia.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 114. Nártex (ou Galilé).
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 115. Arco de volta perfeita, no Nártex.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 116. Vão de acesso à Sacristia.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 117. Pormenor da parede da Sacristia.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 118. Interior da Nave.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 119. Pintura na cúpula da Nave.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 120. Volume da Nave.
Fotografia de Baixa Atelier de Architectura, 2018.

Fig. 121. Cobertura.
Fotografia de Baixa Atelier de Architectura, 2018.

Fig. 122. Reparação de fissuras.
Fotografia de Baixa Atelier de Architectura, 2018.

Fig. 123. Consolidação das paredes exteriores.
Fotografia de Baixa Atelier de Architectura, 2018.

Fig. 124. Pavimento.
Fotografia de Baixa Atelier de Architectura, 2018.

Fig. 125. Reparação e consolidação.
Fotografia de Baixa Atelier de Architectura, 2018.

Fig. 126. Cúpula da Nave.
Fotografia de Baixa Atelier de Architectura, 2018.

Fig. 127. Campanário, com sino.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.

Fig. 128. Fachada Principal, a Noroeste.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.

Fig. 129. Fachada Posterior, a Sudeste.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.

Fig. 130. Porta de acesso ao interior.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.

Fig. 131. Nartéx, arco e estrutura de madeira.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.

Fig. 132. Detalhe da pintura mural.
Fotografia de Nuno Cortes, 2021.

Fig. 133. Ermida de São Faraústo (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 134. Ermida de São Faraústo, antes de ser recuperada.
Fotografia de Augusto Brázio.

Fig. 135. Ermida de São Faraústo, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

Figura 136, 137, 138, 139, 140 e 141. Ermida de São Faraústo, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.

Fig. 142. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026497), 1999.

Fig. 143. Alçado Posterior.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026506), 1999.

Fig. 144. Alçado Lateral Esquerdo.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026505), 1999.

Fig. 145. Alçado Lateral Direito.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026498), 1999.

Fig. 146. Capela-mor.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026507), 1999.

Fig. 147. Altar e Pinturas Murais.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026508), 1999.

Fig. 148. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 149. Colocação e reparação do telhado.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 150. Enchimento dos taipais de madeira.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 151. Compactação da terra.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 152. Sacristia.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 153. Paredes da Sacristia em taipa.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 154. Nave, estrutura do telhado.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 155. Estrutura de madeira visível.
Fotografia de Ricardo Freixial, 2017.

Fig. 156. Fachada Principal, a Oeste.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 157. Volume da Sacristia.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 158. Vista Nordeste.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 159. Vista Sudeste.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 160. Porta de acesso.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 161. Nave e Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 162. Pormenor na parede da Nave.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 163. Pormenor da Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 164. Altar e Nicho.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 165. Detalhe da pintura mural.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 166. Sacristia, a Oeste.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 167. Vão de acesso à Sacristia.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 168. Sacristia, a Este.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 169. Ermida de Nossa Senhora da Consolação (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 170. Ermida de Nossa Senhora da Consolação, situação em Setembro de 2019.
Fotografia da autora.

Fig. 171. Ermida de Nossa Senhora da Consolação, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

Fig. 172, 173, 174, 175, 176 e 177. Ermida de Nossa Senhora da Consolação, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.

Fig. 178. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00161949), 1964.

Fig. 179. Pormenor da porta de acesso, a Sul.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00161951), 1964.

Fig. 180. Aspeto exterior da Ermida.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 181. Vista Noroeste.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 182. Vista Sudeste.
Arquivo Municipal de Portel, 1994.

Fig. 183. Alçado Lateral Direito.
Arquivo Municipal de Portel, 1994.

Fig. 184. Campanário, sem sino.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 185. Pormenor do Nártex.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 186. Nártex, cobertura.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 187. Nártex, paredes laterais.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 188. Porta de acesso, a Este.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 189. Interior da Nave.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 190. Parede fundeira da Capela-mor.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 191. Vão de acesso à Sacristia.
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 192. Ermida de Nossa Senhora da Saúde (fotografia aérea).
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 193. Ermida de Nossa Senhora da Saúde, situação em Abril de 2016.
Fotografia da autora.

Fig. 194. Ermida de Nossa Senhora da Saúde, planta de localização e enquadramento.
Elaborado pela autora.

Fig. 195, 196, 197, 198 e 199. Ermida de Nossa Senhora da Saúde, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.

Fig. 200. Alçado Principal.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145841), 1999.

Fig. 201. Alçado Posterior.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145839), 1999.

Fig. 202. Vista Noroeste.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 203. Vista Sudeste.
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 204. Vão de acesso à Nave.
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145847), 1999.

Fig. 205. Paredes interiores da Nave. 152
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 206. Parede fundeira da Nave. 153
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 207. Alçado interior esquerdo da Nave. 153
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 208. Alçado interior direito da Nave. 153
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 209. Vão de acesso à Sacristia (demolida). 153
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145836), 1999.

Fig. 210. Interior da Capela-mor. 153
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 211. Pormenor da parede da Capela-mor. 153
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 212. Ermida de Nossa Senhora da Serra (fotografia aérea). 155
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 213. Ermida de Nossa Senhora da Serra, o caminho de acesso à ermida e o próprio templo. 158
Fotografia da autora.

Fig. 214. Ermida de Nossa Senhora da Serra, fachada principal, situação em Maio de 2016. 160
Fotografia da autora.

Fig. 215. Ermida de Nossa Senhora da Serra, planta de localização e enquadramento. 162
Elaborado pela autora.

Fig. 216, 217, 218, 219 e 220. Ermida de Nossa Senhora da Serra, levantamento esquemático. 163
Elaborado pela autora.

Fig. 221. Alçado Principal. 164
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038123), 1999.

Fig. 222. Alçado Posterior. 164
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038121), 1999.

Fig. 223. Alçado Lateral Esquerdo. 164
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038124), 1999.

Fig. 224. Alçado Lateral Direito. 164
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038122), 1999.

Fig. 225. Interior da Ermida. 164
Arquivo Municipal de Portel, 1999.

Fig. 226. Nicho. 164
Arquivo Municipal de Portel, 1999.

Fig. 227. Aproximação à Ermida. 165
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 228. Cúpula da Capela-mor. 165
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 229. Vista Sudoeste. 165
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 230. Porta de acesso, obstruída. 165
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 231. Vista Sudeste. 165
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 232. Vista Nordeste. 165
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 233. Sacristia. 165
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00038127), 1999.

Fig. 234. Nártex (hoje, sem cobertura). 165
Arquivo Municipal de Portel, 1999.

Fig. 235. Ermida de Santa Catarina (fotografia aérea). 167
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 236. Ermida de Santa Catarina, o templo primitivo. 170
Arquivo Municipal de Portel.

Fig. 237. Ermida de Santa Catarina, planta de localização e enquadramento. 172
Elaborado pela autora.

Fig. 238, 239, 240, 241, 242 e 243. Ermida de Santa Catarina, levantamento esquemático. 173
Elaborado pela autora.

Fig. 244. Alçado Principal. 174
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 245. Alçado Posterior. 174
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 246. Alçado Lateral Esquerdo. 174
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 247. Alçado Lateral Direito. 174
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 248. Vão de acesso (à antiga Sacristia). 174
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 249. Capela-mor (do primitivo templo). 174
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 250. Vista Sudoeste. 175
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 251. Campanário, sem sino. 175
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 252. Vista Sudeste. 175
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 253. Arco de volta perfeita, no Nártex. 175
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 254. Porta de entrada. 175
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 255. Interior do templo. 175
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 256. Pormenor do teto. 175
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 257. Ermida de São Bento (fotografia aérea). 177
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 258. Ermida de São Bento, situação em Maio de 2016. 180
Fotografia da autora.

Fig. 259. Ermida de São Bento, planta de localização e enquadramento. 182
Elaborado pela autora.

Fig. 260, 261, 262, 263, 264 e 265. Ermida de São Bento, levantamento esquemático. 183
Elaborado pela autora.

Fig. 266. Alçado Principal. 184
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 267. Alçado Posterior. 184
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 268. Alçado Lateral Esquerdo. 184
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 269. Alçado Lateral Direito. 184
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 270. Porta de acesso ao interior. 184
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 271. Campanário, sem sino. 184
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 272. Fachada lateral, pequena fresta. 184
Fotografia da autora, 2016.

Fig. 273. Nave e Capela-mor. 185
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 274. Pormenor da porta e da abóbada. 185
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 275. Arcos cegos nas paredes laterais. 185
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 276. Púlpito. 185
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 277. Capela-mor. 185
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 278. Altar e Nicho. 185
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 279. Pinturas de composição geométrica. 185
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 280. Ermida de São Brás e Santo Amaro (fotografia aérea). 187
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 281. Ermida de São Brás e Santo Amaro, fachada principal, situação em Setembro de 2019. 190
Fotografia da autora.

Fig. 282. Ermida de São Brás e Santo Amaro, planta de localização e enquadramento. 192
Elaborado pela autora.

Fig. 283, 284, 285, 286, 287 e 288. Ermida de São Brás e Santo Amaro, levantamento esquemático. 193
Elaborado pela autora.

Fig. 289. Alçado Principal. 194
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 290. Alçado Posterior. 194
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 291. Alçado Lateral Esquerdo. 194
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026533), 1999.

Fig. 292. Alçado Lateral Direito. 194
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026535), 1999.

Fig. 293. Aspeto exterior da Ermida. 194
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026528), 1999.

Fig. 294. Vista Nordeste. 194
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 295. Vista Noroeste. 194
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 296. Interior do templo. 195
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026530), 1999.

Fig. 297. Detalhe das pinturas murais. 195
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 298. Altar e Nicho. 195
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 299. Capela-mor. 195
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 300. Vão de acesso à Sacristia. 195
Fotografia da autora, 2021.

Fig. 301. Ermida de São Lourenço dos Olivais (fotografia aérea). 197
Fotografia de Paulo Lopes.

Fig. 302. Ermida de São Lourenço dos Olivais, antes de ser recuperada. 200
Arquivo Municipal de Portel.

Fig. 303. Ermida de São Lourenço dos Olivais, planta de localização e enquadramento.	202
Elaborado pela autora.	
Fig. 304, 305, 306, 307, 308 e 309. Ermida de São Lourenço dos Olivais, levantamento esquemático.	203
Elaborado pela autora.	
Fig. 310. Aspeto exterior da Ermida.	204
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145818), 1999.	
Fig. 311. Campanário, sem sino.	204
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145816), 1999.	
Fig. 312. Porta de acesso ao interior.	204
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145815), 1999.	
Fig. 313. Alçado Lateral Esquerdo.	204
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145830), 1999.	
Fig. 314. Alçado Lateral Direito.	204
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00145826), 1999.	
Fig. 315. Fachada Principal.	205
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 316. Vista Sudeste.	205
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 317. Vista Nordeste.	205
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 318. Interior do templo.	205
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 319. Nártex, arcos de volta perfeita.	205
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 320. Vão de acesso à Nave.	205
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 321. Ermida de São Pedro (fotografia aérea).	207
Fotografia de Paulo Lopes.	
Fig. 322. Ermida de São Pedro, antes de ser recuperada.	210
Fotografia de DGPC (SIPA FOTO.00026524).	
Fig. 323. Ermida de São Pedro, planta de localização e enquadramento.	212
Adaptado de Câmara Municipal de Portel.	
Fig. 324, 325, 326 e 327. Ermida de São Pedro, levantamento esquemático.	213
Adaptado de Câmara Municipal de Portel.	
Fig. 328. Aspeto exterior da Ermida.	214
Fotografia de Carlos Lopes, 2012.	
Fig. 329. Aspeto interior, em mau estado.	214
Fotografia de Carlos Lopes, 2012.	

Fig. 330. Detalhe do interior.	214
Fotografia da autora, 2016.	
Fig. 331. Porta de acesso.	214
Fotografia de Carlos Lopes, 2012.	
Fig. 332. Nicho.	214
Fotografia da autora, 2016.	
Fig. 333. Aproximação ao templo, pelo lado Oeste.	215
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 334. Alçado Principal.	215
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 335. Interior.	215
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 336. Cúpula e arcadas cegas.	215
Fotografia da autora, 2021.	
Fig. 337. Pormenor no pavimento.	215
Fotografia da autora, 2021.	

PARTE 04 | ENTRE MEMÓRIA E CRIAÇÃO

Fig. 338. Ermida e Moinho de Santa Catarina.	218
Fotografia da autora.	
Fig. 339. Visita à Ermida de São Brás (integrada na Rota do Fresco).	222
Fotografia de Spira – revitalização patrimonial.	
Fig. 340. Quadro Síntese das ermidas do concelho de Portel.	224
Elaborado pela autora.	
Fig. 341. A simplicidade do caminho, peregrinação e/ou eremitismo.	226
Fotografia de autor desconhecido.	
Fig. 342. Eugène Viollet-le-Duc.	232
Fotografia de Félix Nadar.	
Fig. 343. John Ruskin.	233
Fotografia de National Portrait Gallery.	
Fig. 344. Camillo Boito.	234
Arquivos Alinari.	
Fig. 345. Alois Riegl.	235
Acervo da Universidade de Viena.	
Fig. 346. Cesare Brandi.	235
Fotografia de Gabriel Vaduva (FFMAAM).	
Fig. 347. Esquema do processo de intervenção.	240
Adaptado de Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (2004), Freitas (2012) e J. Teixeira (2014).	

Fig. 348. Mapa esquemático do percurso pelas ermidas do concelho de Portel.	244
Elaborado pela autora.	
Fig. 349. Ortofotomapa com o percurso e as ermidas do concelho de Portel.	248
Elaborado pela autora.	
Fig. 350. Corte esquemático das ermidas do concelho de Portel.	248
Elaborado pela autora.	
Fig. 351. Planta com a identificação do percurso de nível fácil.	250
Elaborado pela autora.	
Fig. 352. Planta com a identificação do percurso de nível moderado.	252
Elaborado pela autora.	
Fig. 353. Planta com a identificação do percurso de nível difícil.	254
Elaborado pela autora.	
Fig. 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360 e 361. A perceção das diferentes vivências do percurso e das ermidas do concelho de Portel.	256
Elaborado pela autora.	
Fig. 362. O lugar de intervenção, revitalização do ambiente envolvente do templo.	259
Elaborado pela autora.	
Fig. 363. Planta de implantação.	260
Elaborado pela autora.	
Fig. 364. Organograma do programa.	261
Elaborado pela autora.	
Fig. 365. Planta de cobertura.	262
Elaborado pela autora.	
Fig. 366, 367, 368 e 369. Alçados.	263
Elaborado pela autora.	
Fig. 370. Axonometria (em Corte AB).	264
Elaborado pela autora.	
Fig. 371. Planta de interior.	265
Elaborado pela autora.	
Fig. 372. Pormenores Construtivos.	
Elaborado pela autora.	

GLOSSÁRIO

O presente glossário constitui uma ferramenta de apoio no processo de pesquisa e registo dos objetos de inventariação, sendo assim composto por termos que ocorrem com mais frequência durante a terceira parte do trabalho (Academia das Ciências de Lisboa & Fundação Calouste Gulbenkian, 2001; Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana & Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010).

ABÓBADA - revestimento interior de um espaço, consistindo numa estrutura arqueada, apoiada em paredes, pilares ou colunas, que pode ser executada em variados materiais (por exemplo, betão, pedra, tijolo).

ADOSSADO - elemento arquitetónico encostado a outro elemento de maior superfície ou volume, geralmente uma parede.

ADRO - espaço em frente ou à volta de uma igreja, que pode ser aberto ou murado.

ALÇADO/VISTA - representação vertical de qualquer objeto, desenho da fachada de um edifício.

ALTAR - construção fixa ou móvel, mesa sobre a qual se celebra a missa, no culto católico, composta por um tampo e assente em suportes de formas variadas.

ALVENARIA - conjunto de pedras, tijolos, blocos ou outros materiais, em geral ligados com cimento ou argamassa, usados na construção de paredes ou muros.

ARCADA - série de arcos que sustentam a frente de um edifício ou de um pórtico (suportado por colunas ou pilares).

ARCO TRIUNFAL - arco de volta perfeita que estabelece a ligação entre a nave e a capela-mor, podendo ser de dimensões distintas e assente em elementos das várias ordens arquitetónicas.

ARGAMASSADA - segurar ou cobrir com argamassa (mistura feita com cal, areia e água), em obras de alvenaria.

CAIADA - superfície pintada de branco, revestida de cal (nome vulgar do óxido de cálcio).

CAMPANÁRIO - também designado de torre sineira, estrutura onde se encontram suspensos os sinos.

CAPELA-MOR - capela principal de um templo, onde está o altar-mor e onde decorrem as cerimónias litúrgicas mais importantes. Normalmente é a capela de maiores dimensões.

CONTRAFORTE - elemento vertical (saliente), geralmente composto por um pilar de alvenaria, que reforça ou estabiliza uma parede.

CÚPULA - parte superior e hemisférica de um edifício, interna e côncava, que cobre um espaço circular ou poligonal.

FACHADA - cada uma das superfícies verticais exteriores de um edifício, que envolvem e definem o perímetro de uma construção e a caraterizam esteticamente, através da linguagem ou expressão arquitetónica dos seus elementos, materiais e riqueza ornamental.

FACHADA PRINCIPAL - frente de uma construção, fachada onde se encontra a entrada principal do edifício.

FISSURA/FENDA - abertura estreita, alongada e pouco profunda, que se estende pelas paredes ou partes estruturais de uma construção, como por exemplo, vigas, pilares e lajes.

FRONTÃO - elemento arquitetónico que ornamenta a parte superior das portas e das janelas, ou que encima a fachada principal de um edifício.

FRONTÃO TRIANGULAR - tipo de frontão com três lados todos iguais, decora o topo da parte central de um edifício.

NÁRTEX/GALILÉ - alpendre ou galeria coberta, delimitada por colunas ou arcadas, que antecede a entrada no templo e que permite à comunidade reunir-se.

NAVE – espaço ou área longitudinal de um templo, entre muros, colunas ou arcadas, destinado aos fiéis, que se inicia no portal de acesso e termina na capela-mor (altar).

NICHO – cavidade aberta numa parede para a colocação de uma imagem ou quaisquer outros objetos.

ORAGO – evocação do santo ao qual é dedicada uma igreja ou capela.

PILASTRA – elemento vertical de sustentação ou de função decorativa, de secção quadrangular ou poligonal.

PINÁCULO – estrutura, geralmente cónica ou pontiaguda, que remata a parte superior e mais elevada de um edifício.

PORTADA/PORTAL – porta grande e principal de um templo, situada na parede fronteira à capela-mor. Normalmente, ostenta elementos decorativos ou remates mais elaborados, em frisos, cornijas ou frontões.

REBOCADA – superfície revestida de reboco (argamassa com que se revestem as paredes).

SACRISTIA – espaço anexo a uma igreja, onde se guardam os utensílios de culto.

TAIPA – técnica tradicional de construção, material formado por terra húmida (com características argilosas) comprimida entre taipais de madeira desmontáveis (molde de construção), removidos logo após a secagem.

VÃO – espaço vazio, abertura ou rasgo numa superfície, normalmente fechada com elementos arquitetónicos (porta, janela, óculo, entre outros).

VERGA – peça, geralmente de madeira ou pedra, que se coloca transversalmente sobre as ombreiras de portas ou janelas.

VOLUTA – elemento decorativo, ornato em forma de espiral que aparece nos capitéis de colunas clássicas, muito utilizado na coluna jónica.

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Anexo 1. Trabalhos académicos e científicos sobre o tema da investigação.

Adaptado de Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

Anexo 2. Questão de partida e objetivos específicos.

Elaborado pela autora.

METODOLOGIA

Anexo 3. Guião de Entrevista.

Elaborado pela autora.

PARTE 03 | AS ERMIDAS

Anexo 4. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, levantamento esquemático.

Adaptado de Baixa Atelier de Arquitectura.

Anexo 5. Ermida de São Faraústo, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 6. Ermida de Nossa Senhora da Consolação, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 7. Ermida de Nossa Senhora da Saúde, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 8. Ermida de Nossa Senhora da Serra, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 9. Ermida de Santa Catarina, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 10. Ermida de São Brás e Santo Amaro, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 11. Ermida de São Bento, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 12. Ermida de São Lourenço dos Olivais, levantamento esquemático.

Elaborado pela autora.

Anexo 13. Ermida de São Pedro, levantamento esquemático.

Adaptado de Câmara Municipal de Portel.

AUTOR-DATA	TÍTULO	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO
Ana Bentinho (2017)	<i>Reinventar o Bairro Alto</i>	Arquitetura	Dissertação de Mestrado
Catarina Bernardino (2019)	<i>Beja: Património arquitetónico e periferia urbana. Um projeto para o Bairro de Nossa Senhora da Conceição.</i>	Arquitetura	Dissertação de Mestrado
Filipe Ferreira (2014)	<i>Caracterização de materiais construtivos dos edifícios do Buçaco</i>	Engenharia Civil	Dissertação de Mestrado
Mário Cunha (2012)	<i>(...) Visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Samtiaguo (...) As igrejas da Ordem Militar de Santiago. Architectura e Materiais.</i>	História da Arte Portuguesa	Tese de Doutoramento
Nuno Resende (2011)	<i>Fervor & Devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro. Séculos XVI a XVIII.</i>	História da Arte Portuguesa	Tese de Doutoramento
Patrícia Afonso (2009)	<i>O retábulo em Setúbal</i>	História da Arte Portuguesa	Dissertação de Mestrado
Paulina Araújo (2013)	<i>Câmara Eclesiástica de Évora: Catálogo/Inventário</i>	Ciências da Informação e Documentação	Relatório de Estágio
Rooney Pinto (2015)	<i>A Iconografia Mariana no Espaço Jesuíta Português: Culto e Devoção à Virgem Maria na Igreja do Colégio de Jesus de Coimbra</i>	História de Arte, Património e Turismo Cultural	Dissertação de Mestrado
Rui Veiga (2014)	<i>Análise de risco: Via-Sacra do Buçaco</i>	Engenharia Civil	Dissertação de Mestrado
Sandra Pereira (2016)	<i>Ermidas do Litoral Algarvio, casos de estudo</i>	Arquitetura	Dissertação de Mestrado
Sílvia Ventura (2010)	<i>Góis: bases para um plano estratégico de desenvolvimento do turismo</i>	Turismo	Dissertação de Mestrado
Zaida Medeiros (2018)	<i>Contributo para uma carta patrimonial no concelho de Nordeste</i>	Património, Museologia e Desenvolvimento	Dissertação de Mestrado

Anexo 1. Trabalhos académicos e científicos sobre o tema da investigação.
Adaptado de Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

QUESTÃO DE PARTIDA

Que significados históricos, arquitetónicos e religiosos incorporam as ermidas na identidade e na memória de um lugar?

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

RECOLHA DE DADOS

1. Compreender a importância e o(s) significado(s) das ermidas para a população	Análise Documental
2. Aferir a relação entre as ermidas e a paisagem em que estão inseridas	Análise Documental
3. Aprofundar o conhecimento geográfico, histórico e arquitetónico sobre o território do concelho de Portel	Análise Documental Registo Cartográfico e Fotográfico Observação
4. Identificar, localizar e caracterizar as ermidas do concelho de Portel	Análise Documental Registo Cartográfico e Fotográfico Observação Desenho Arquitetónico
5. Registrar as ermidas do concelho de Portel	Desenho Arquitetónico (AutoCad)
6. Divulgação e sensibilização para a salvaguarda do património arquitetónico religioso	Análise Documental Entrevista

Anexo 2. Questão de partida e objetivos específicos.
Elaborado pela autora.

APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DA ENTREVISTA

A presente entrevista enquadra-se no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade de Évora, tendo como objetivo a elaboração de uma dissertação, cujo tema são as *Ermidas do concelho de Portel*. A pertinência deste trabalho justifica a realização de uma entrevista, com a qual se pretende dar um importante contributo para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema, essencial para atualizar a importância e o interesse das ermidas em continuar a perpetuar no tempo (o passado histórico do concelho, assim como a memória coletiva e a identidade cultural do seu povo).

Toda a informação recolhida na entrevista será utilizada apenas e exclusivamente para a realização desta investigação em contexto académico. Por questões de apoio à análise do seu conteúdo, a entrevista deve ser gravada (se com consentimento) e, posteriormente, transcrita a fim de verificar o que foi comunicado, permitindo a recolha, o tratamento e a interpretação dos dados obtidos.

Agradeço a sua disponibilidade e participação.

Raquel Dias Mendes

NOTAS DA ENTREVISTA

Data: 3 de Novembro de 2021

Local: via Zoom

Duração: 40 min.

ENTREVISTADA

Catarina Valença Gonçalves, fundadora e CEO da Spira – revitalização patrimonial. Doutorada em História da Arte Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (2008); Mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2001); e Licenciada em História variante História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa (1998). Iniciou a sua atividade profissional no GECORPA (Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico), tendo já colaborado em diversos projetos de referência no panorama nacional, como por exemplo, a Rota do Fresco ou o Inventário do Património Arquitetónico da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Em 2007, fundou a empresa Spira, especializada em projetos relacionados com o património cultural, na qual desempenha as funções de Diretora Geral. Em conjunto com outras empresas e entidades que operam no setor do património cultural, foi também fundadora da Associação Portugal Heritage Tours, presidindo à sua Direção no triénio 2016-2019.

Anexo 3. Guião de Entrevista.
Elaborado pela autora.

QUESTÕES

A entrevista tem como fio condutor a seguinte questão: **Quais as perspetivas para o futuro das ermidas do concelho de Portel relativamente à sua salvaguarda e valorização?** Desta forma, para facilitar a resposta a esta questão, foram definidas algumas questões subsidiárias:

Pergunta 01. Com mais de 20 anos de experiência na área da gestão do património, começo por lhe perguntar o que é a Spira? Qual a sua missão, visão e valores?

[A entrevistada solicitou que a resposta fosse retirada do site] A Spira é uma empresa singular, aqui em Portugal, especializada em projetos de revitalização patrimonial. É importante haver empresas que criem melhores condições para a cultura chegar a mais pessoas e é isso que a Spira faz nas áreas do Touring Cultural e Paisagístico, Educação Patrimonial, Formação, Comunicação e Consultoria em Património Cultural.

O trabalho nestas áreas ao serviço de entidades e organizações diversas decorre da experiência acumulada nos projetos concebidos, produzidos e geridos pela Spira. Esta empresa procura, em todos os seus projetos, contribuir com soluções inovadoras para velhos e novos desafios do Património Cultural. Já o faz há mais de 10 anos, com destaque para a primeira rota de turismo cultural em Portugal (a Rota do Fresco); a plataforma de comunicação do setor (patrimonio.pt); a internacional Bienal Ibérica do Património Cultural; e o Curso de Gestão do Património Cultural em parceria com prestigiadas instituições do ensino universitário portuguesas.

Pergunta 02. Na sua opinião, como é que observa a preservação do património em Portugal (por exemplo, em termos de responsabilidade social, financiamento, entidades públicas ou privadas, coletivas ou individuais, etc.)?

Em relação ao financiamento (público), eu não faço parte do clube que diz “1% para a cultura”. Não estou interessada nesse discurso, acho que não leva a lado nenhum. Estou muito mais interessada em saber o que é que eu posso fazer para que isto funcione melhor. E há imensas coisas que se pode fazer, como por exemplo, as políticas públicas deviam estar centradas em políticas de educação patrimonial. Hoje em dia, já há o Programa das Artes, em que a parte patrimonial não ocupa assim uma dimensão tão grande, mas eu presumo que o que importa é começar, depois os programas aperfeiçoam-se.

Pergunta 03. Quais são as maiores dificuldades/problemas que se encontram relacionadas com a intervenção no património arquitetónico? E quais os passos imprescindíveis para que essas dificuldades sejam ultrapassadas?

Eu acho que há um princípio importante de ter em conta, que é: não é possível chegar a todo o património. E, portanto, inevitavelmente se queremos preservar algum património implica fazer a escolha do edifício, de não chegar a outro. Uma das razões pelas quais nós temos o património português no estado em que está, é porque ninguém tem coragem de dizer vamos a isto e não vamos àquilo. E, portanto, subentende-se que vamos a tudo e como é evidente não podemos ir a tudo.

Pergunta 04. Neste sentido, o que considera necessário para a divulgação, valorização e salvaguarda das ermidas do concelho de Portel? E de quem são as responsabilidades?

Se a sua tese tem esse propósito, contribuir efetivamente para a valorização dessas ermidas, tem de fazer uma análise criteriosa das reais possibilidades de elas serem intervencionadas/valorizadas. E aí tem de abrir as possibilidades de intervenção, uma intervenção coletiva ou uma intervenção com financiamento estatal, uma intervenção financiada por turistas, etc.

E este é um sistema virtuoso, o que faz falta aqui é haver mais dinâmica da sociedade civil na forma de rotas, na forma de outras intervenções que gerem esta notoriedade e consequentemente o interesse para que este património seja preservado. As pessoas não investem em nada que não conheçam.

Eu acho importante alertar para o estado em que se encontram os edifícios, mas é mais interessante ou tão interessante do que quanto alertar para o estado em que se encontram, é apresentar soluções possíveis. Por exemplo, a rota contribui, sem dúvida, mas não é a única solução, também há outras formas.

Pergunta 05. Assumindo-se como um projeto de desenvolvimento local de base patrimonial, a Rota do Fresco é um serviço da responsabilidade da empresa Spira, onde se encontram integrados alguns edifícios religiosos do concelho de Portel. Deste modo, em que consiste a Rota do Fresco? Quais os seus objetivos e benefícios (por exemplo, de âmbito histórico, arquitetónico, cultural ou social)? E a quem se destina?

[A entrevistada solicitou que a resposta fosse retirada do site] A Rota do Fresco é a primeira rota de Touring Cultural de Portugal, inaugurada em 1998. Resulta de uma parceria estratégica entre as diversas forças vivas e instituições de alguma forma relacionadas com a gestão do património cultural ou com a administração do território dos 15 municípios alentejanos que compõem a Rota (Alvito, Cuba, Vidigueira, Viana do Alentejo, Portel, Évora, Montemor-o-Novo, Borba, Vila Viçosa, Alandroal, Serpa, Moura, Castro Verde, Aljustrel e Beja).

A Rota pretende, desde o seu surgimento, democratizar o acesso ao património cultural e natural do Alentejo e promover o seu conhecimento, centrando-se no tesouro desconhecido do Alentejo – a pintura mural a fresco que se guarda, por razões muito concretas e diretamente relacionadas com o desenvolvimento desta região ao longo dos últimos 500 anos, por vezes, em monumentos esquecidos, na maior parte das igrejas, capelas e ermidas.

Para além de criar uma oportunidade única de transposição de portas, usualmente fechadas, de mais de 50 monumentos que integram a Rota, através da disponibilização de itinerários turístico-culturais, a Rota promove também um trabalho de sensibilização patrimonial das comunidades envolvidas, assim como de promoção e apoio a intervenções de conservação e restauro nos exemplares integrantes do Projeto. Por último, a Rota tem uma duração de 1/2 dia (aproximadamente) e destina-se a grupos. É acompanhada por um Intérprete do Património, licenciado em História ou História da Arte e formado especialmente em pintura mural e cultura alentejana.

Pergunta 06. Enquanto proposta de potencialização do objeto e do lugar, acredita ser exequível a criação de uma rota para as ermidas do concelho de Portel (ou o seu cruzamento com outras rotas já existentes)? Se sim, como?

Um potencial interessante para as suas ermidas, uma das ações que nós queremos fazer no Verão de 2022, no fundo são os campos de férias, de trabalho de conservação e restauro. Por exemplo, nós recebemos jovens que participam durante uma ou duas semanas nos trabalhos de conservação de uma determinada ermida ou de um determinado bem patrimonial. E aí já não é uma perspetiva turística, é uma perspetiva de lazer, de aprendizagem, de relação com a comunidade, enfim, de pagamento em géneros e é uma dinâmica que podia ser desenvolvida, aqui, no Alentejo.

Portanto, eu diria que as ermidas do concelho de Portel não estão sujeitas a uma rota, assim por dado adquirido. Têm de ser analisadas caso a caso, identificadas as suas especificidades, os seus valores, etc. Mas também a exequibilidade de estarem integradas nalguma dinamização e depois criar com essa seleção, na seleção que for feita, criar abordagens específicas para cada uma delas que pode passar, evidentemente, por integrar rotas já predefinidas, como é o caso da ermida de São Brás e a Rota do Fresco.

Pergunta 07. Tendo em conta as suas características específicas e únicas, a maioria das ermidas do concelho de Portel ainda permanece em contexto rural. Assim, pensa que estes pequenos edifícios religiosos poderiam beneficiar com a musealização ou outros tipos de usos? Se sim, que cenários seriam esperados no futuro (por exemplo, para a comunidade e para os próprios edifícios)?

Só vale a pena musealizar se depois tiver formas de manter essa musealização. Musealizar num sítio ermo, não tem sentido. Só vale a pena fazê-lo num sítio que tem porta aberta e pessoas a passar permanentemente. Senão mais vale deixar o edifício como está.

Pergunta 08. De que forma é que a criação de uma rota poderia reinventar estes edifícios, a fim de salvaguardar a memória coletiva e a identidade cultural (do concelho de Portel e do seu povo)?

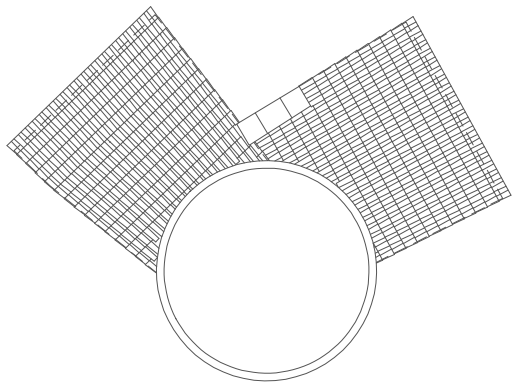
Os edifícios que fazem parte de um itinerário, têm de ser todos eles atrativos *per se*. Mas o itinerário turístico é uma possibilidade, há outras. E há edifícios que não são animados da mesma maneira, há uns que podem ter porta aberta em permanência porque estão em núcleos urbanos e têm gente a passar. Há outros, por exemplo, como a ermida de São Faraústo de Oriola, que só se presta a estar aberta se for no âmbito de uma rota temática. Há outros que podem não ser interessantes para uma rota temática, mas podem ser interessantes para um campo de conservação e restauro. Há outros que podem não ser interessantes para nada disso, mas podem ser um porto de abrigo de um percurso pedestre e estarem apetrechados com alguns elementos de apoio às pessoas e, portanto, ser preservado enquanto elemento arquitetónico de proteção, independentemente de ser uma ermida ou não.

Pergunta 09. Que cenários prospetivos antevê para as ermidas do concelho de Portel (por exemplo, tendo como meta 2025)?

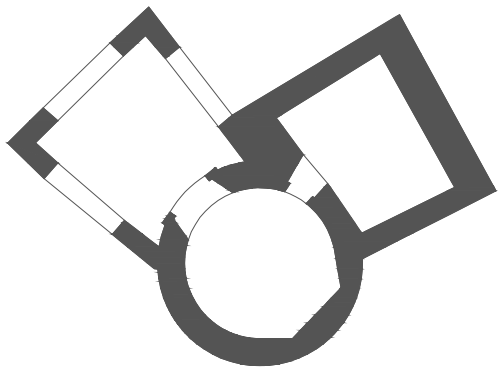
O cenário é evidente. Se não se fizer nada, cai por terra. E se não se registar, nem memória há.

Pergunta 10. Para terminar, pretende acrescentar mais alguma informação que não tenha sido contemplada sobre o tema em análise nesta entrevista?

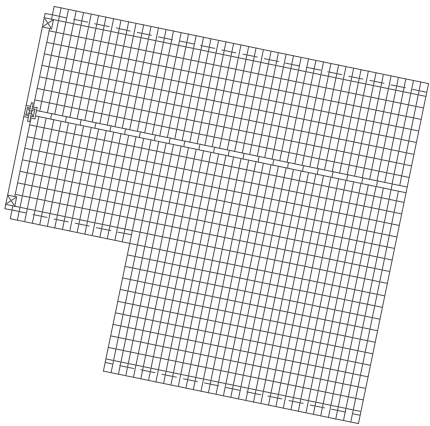
[A entrevistada mencionou que já não havia mais nada a acrescentar]



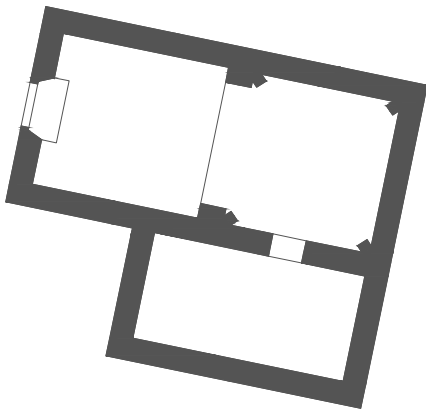
Planta de Cobertura



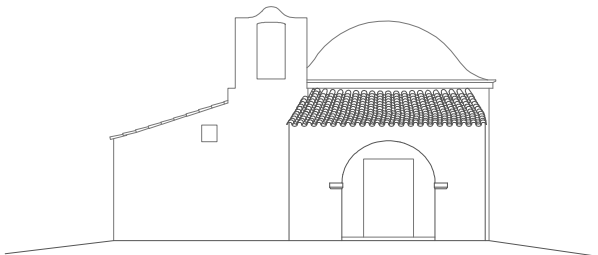
Planta



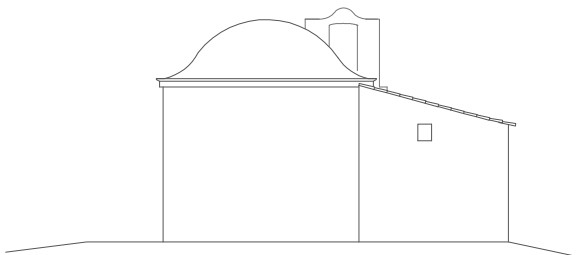
Planta de Cobertura



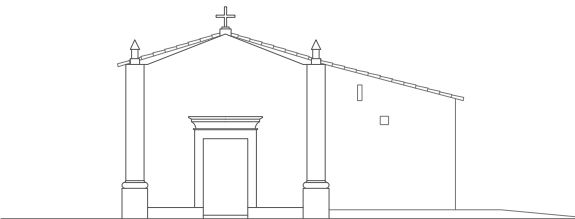
Planta



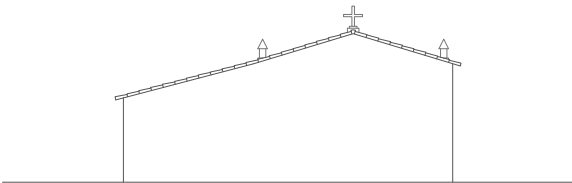
Alçado Principal



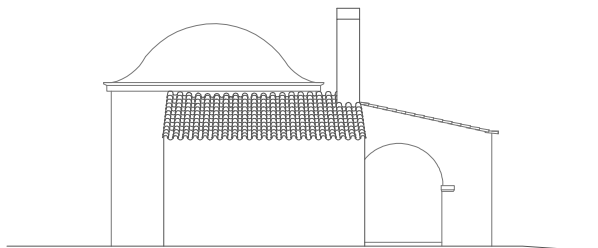
Alçado Posterior



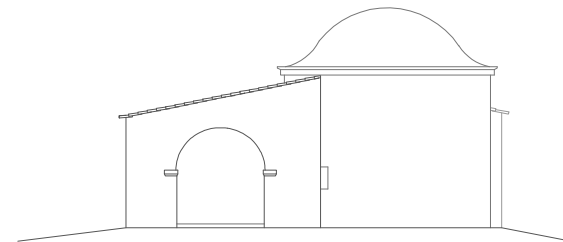
Alçado Principal



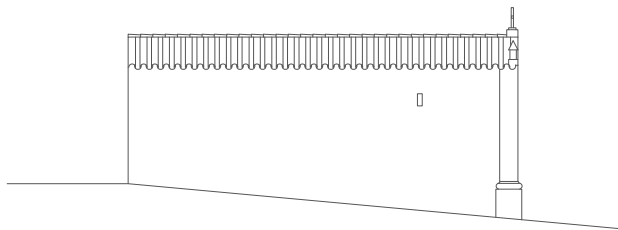
Alçado Posterior



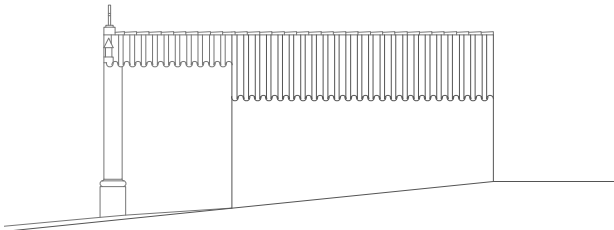
Alçado Lateral Esquerdo



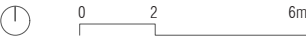
Alçado Lateral Direito



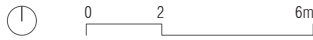
Alçado Lateral Esquerdo



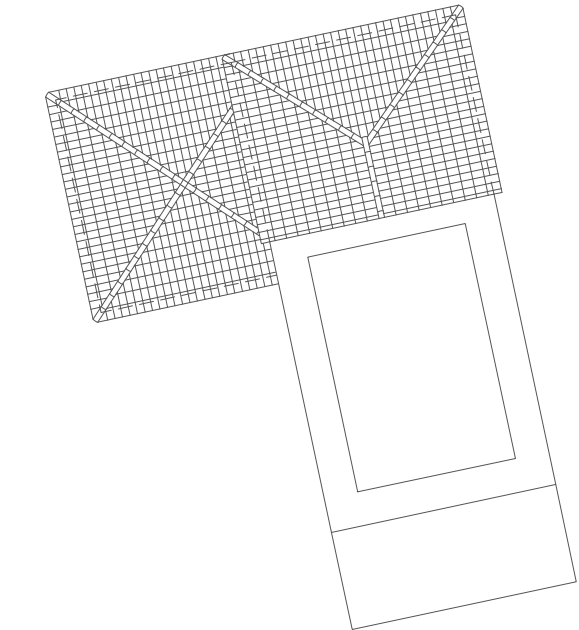
Alçado Lateral Direito



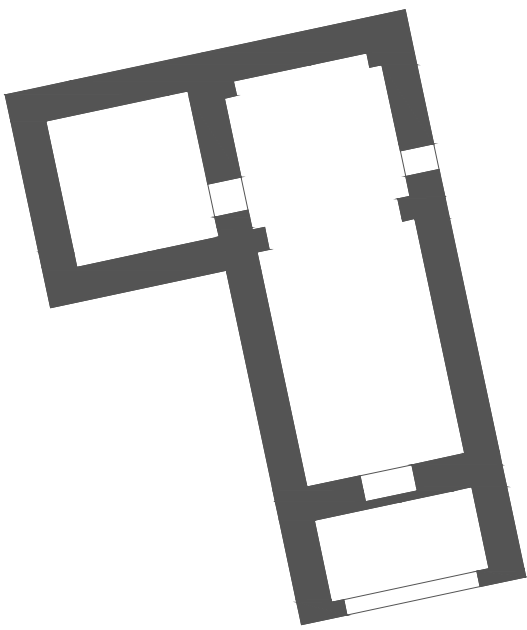
Anexo 4. Ermida de Nossa Senhora da Giesteira, levantamento esquemático.
Adaptado de Baixa Atelier de Arquitectura.



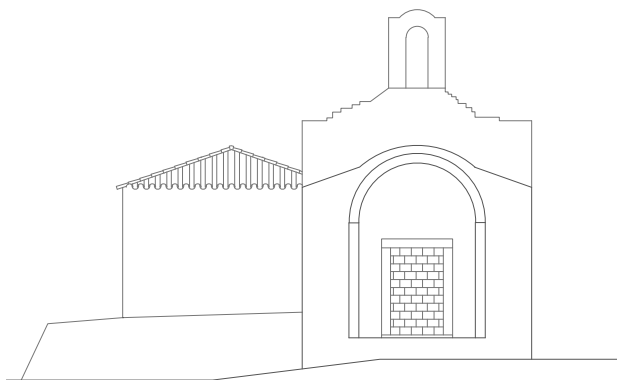
Anexo 5. Ermida de São Faraústo, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



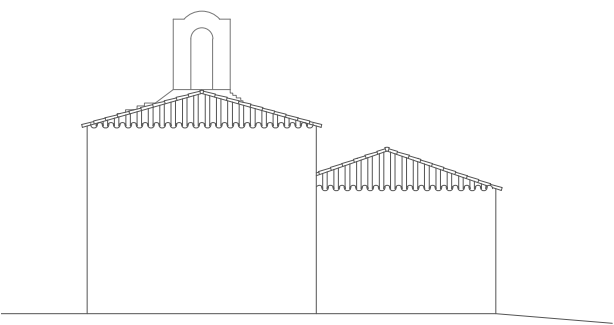
Planta de Cobertura



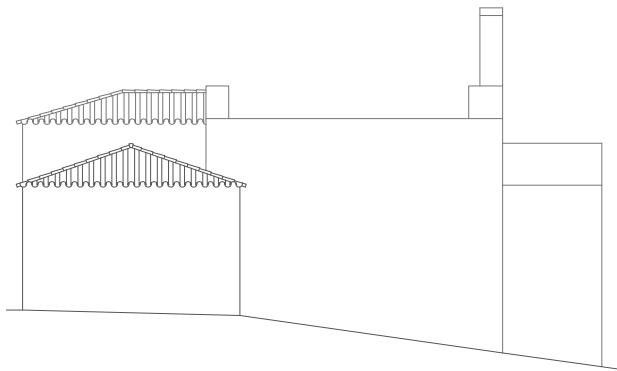
Planta



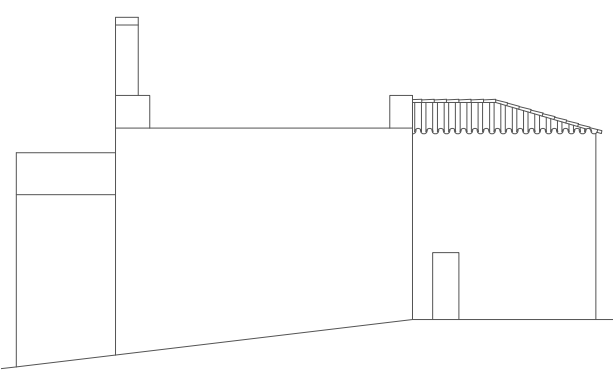
Alçado Principal



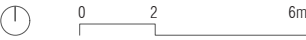
Alçado Posterior



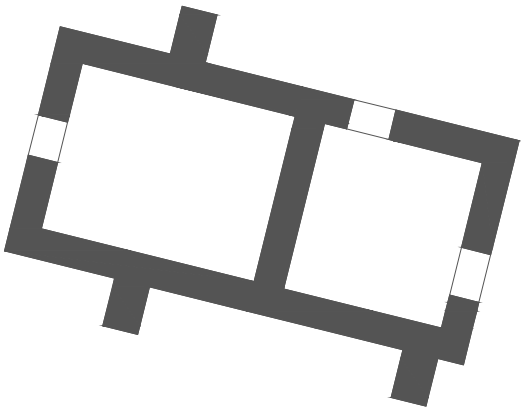
Alçado Lateral Esquerdo



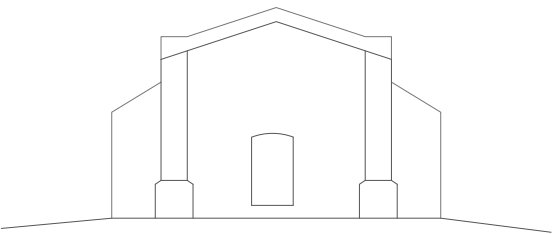
Alçado Lateral Direito



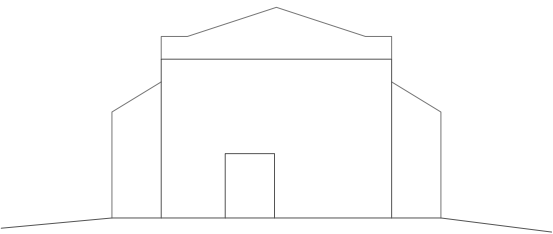
Anexo 6. Ermida de Nossa Senhora da Consolação, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



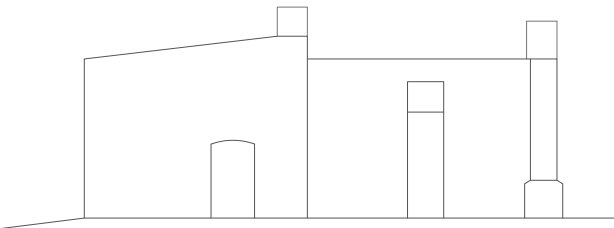
Planta



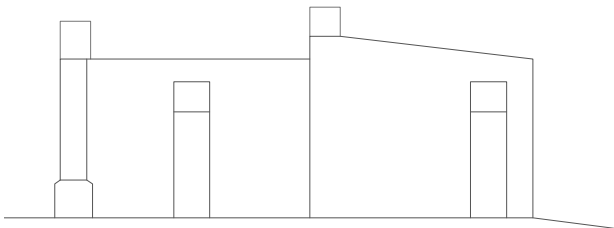
Alçado Principal



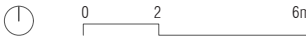
Alçado Posterior



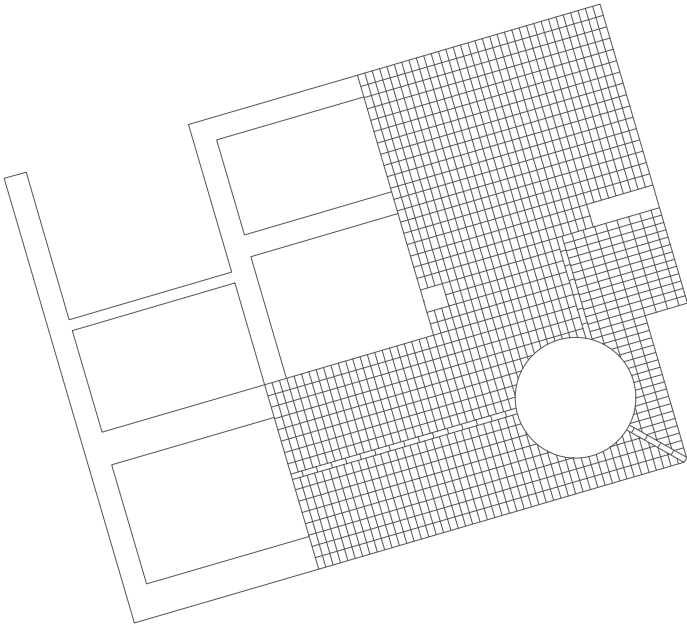
Alçado Lateral Esquerdo



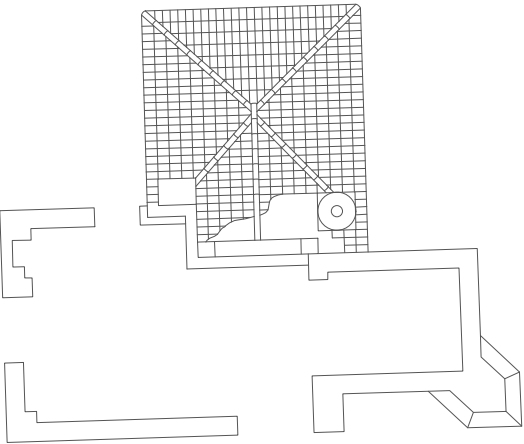
Alçado Lateral Direito



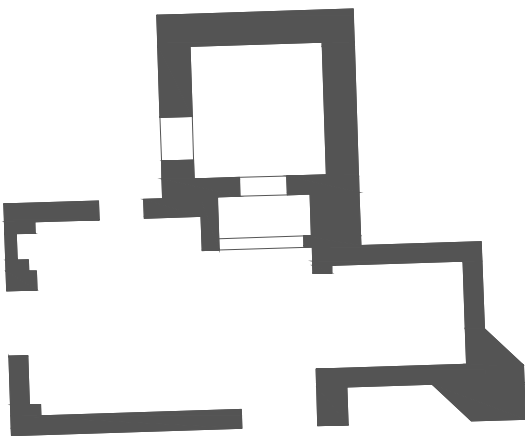
Anexo 7. Ermida de Nossa Senhora da Saúde, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



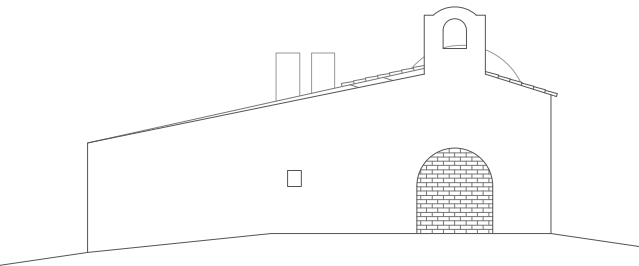
Planta de Cobertura



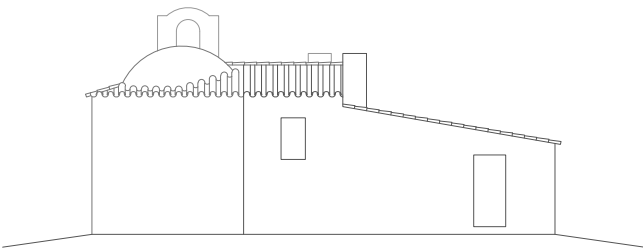
Planta de Cobertura



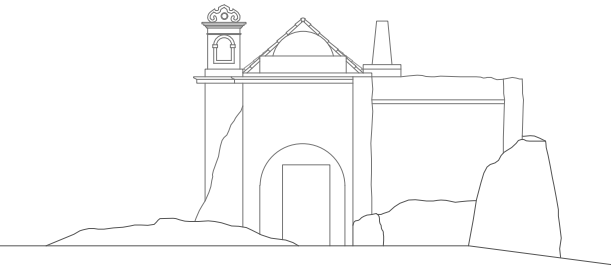
Planta



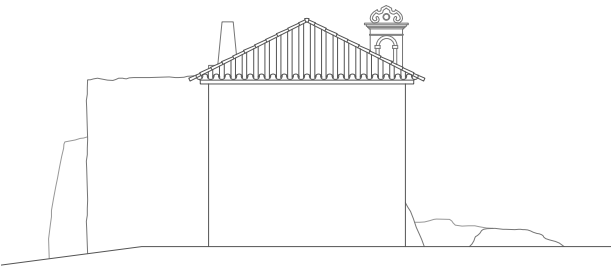
Alçado Principal



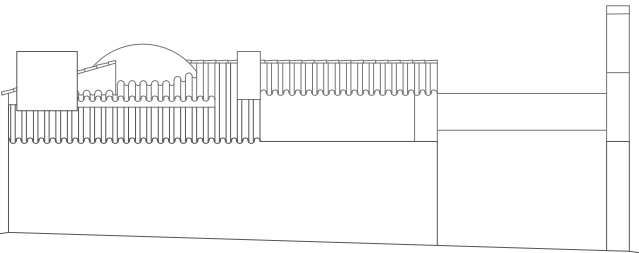
Alçado Posterior



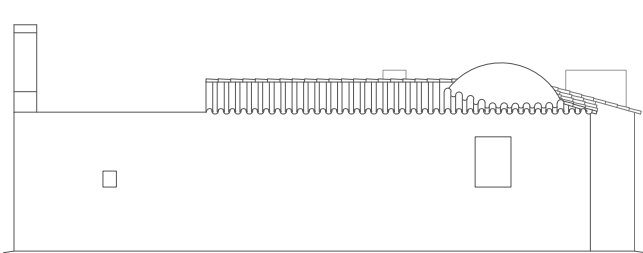
Alçado Principal



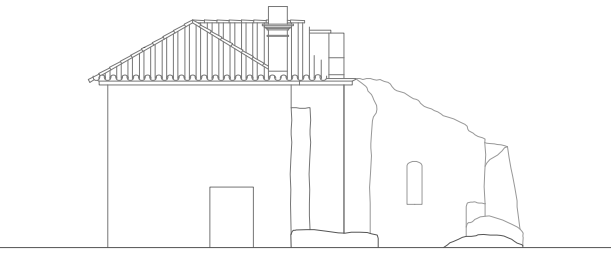
Alçado Posterior



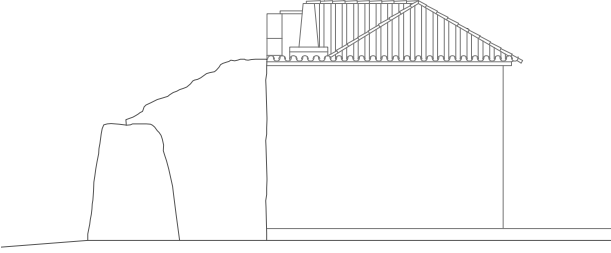
Alçado Lateral Esquerdo



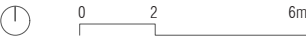
Alçado Lateral Direito



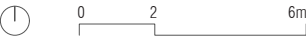
Alçado Lateral Esquerdo



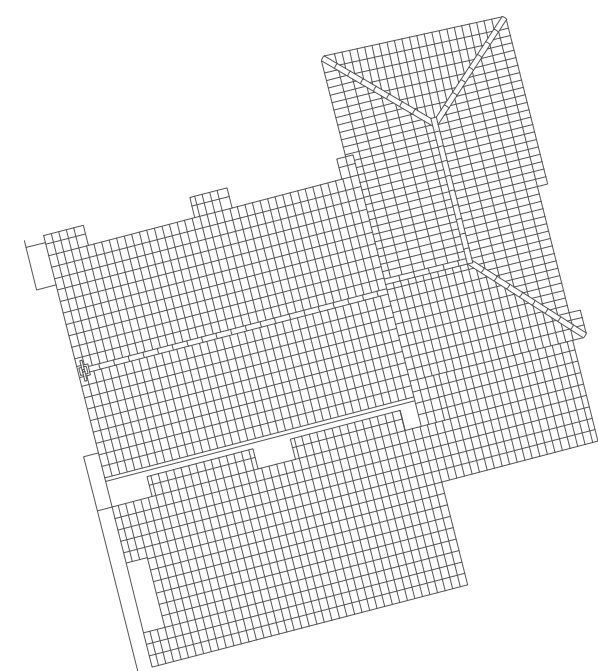
Alçado Lateral Direito



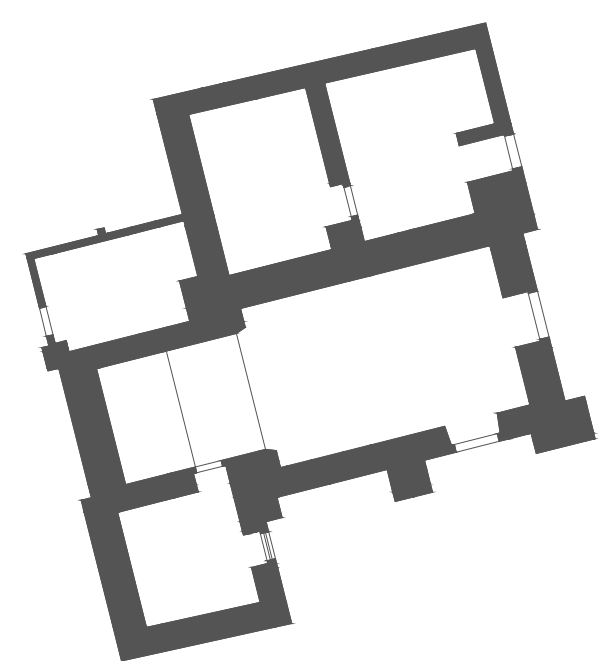
Anexo 8. Ermida de Nossa Senhora da Serra, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



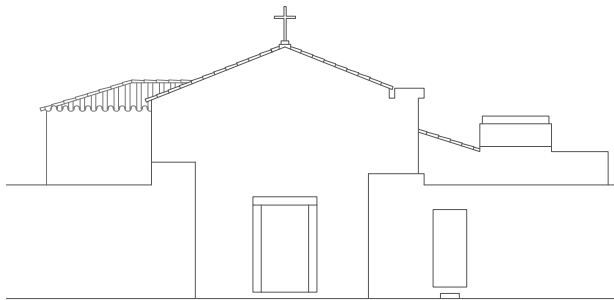
Anexo 9. Ermida de Santa Catarina, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



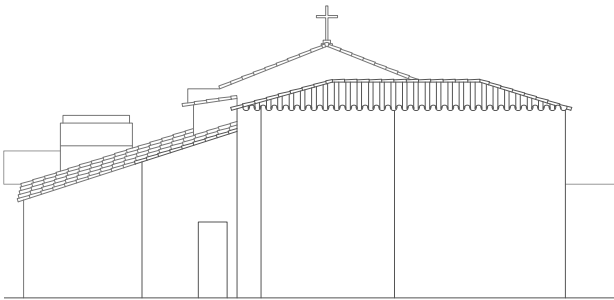
Planta de Cobertura



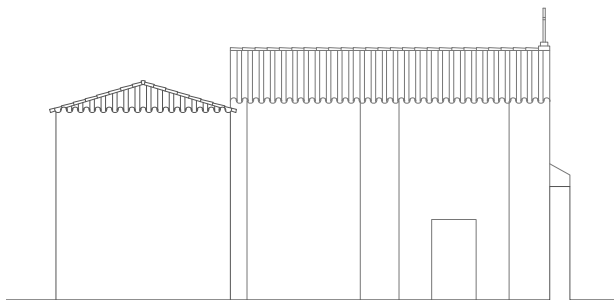
Planta



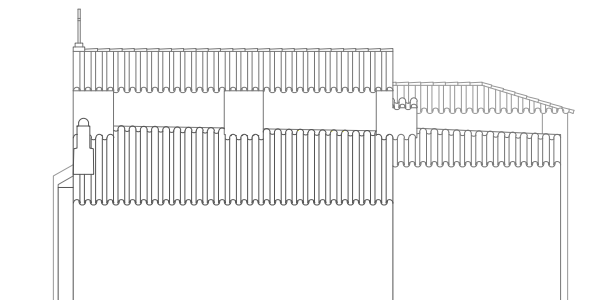
Alçado Principal



Alçado Posterior



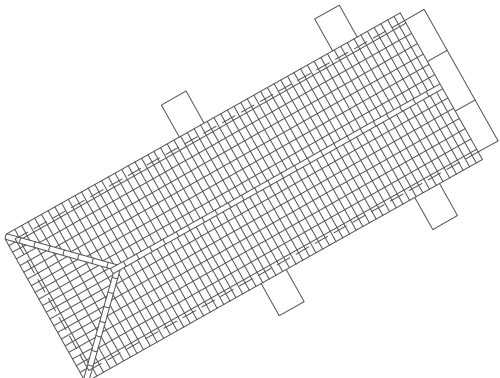
Alçado Lateral Esquerdo



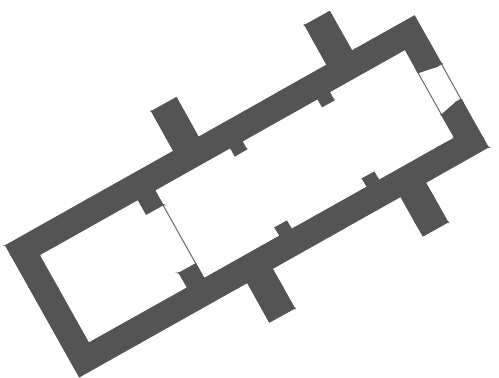
Alçado Lateral Direito



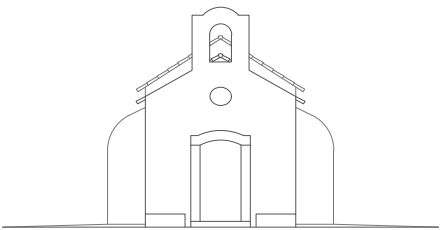
Anexo 10. Ermida de São Brás e Santo Amaro, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



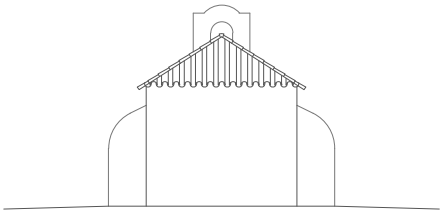
Planta de Cobertura



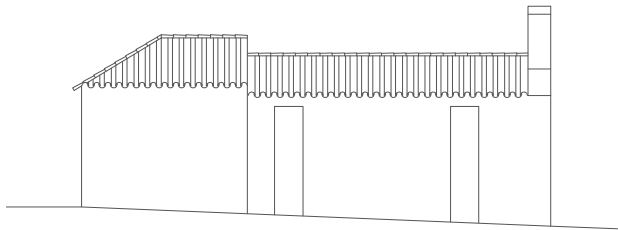
Planta



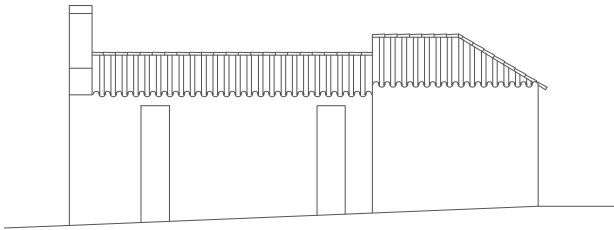
Alçado Principal



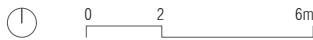
Alçado Posterior



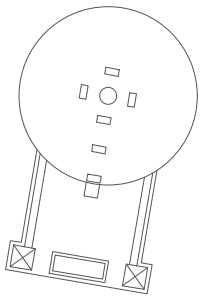
Alçado Lateral Esquerdo



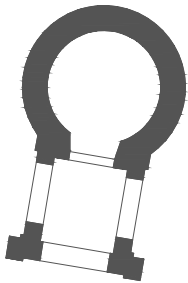
Alçado Lateral Direito



Anexo 11. Ermida de São Bento, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



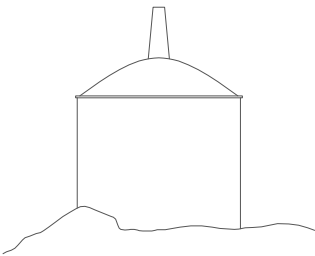
Planta de Cobertura



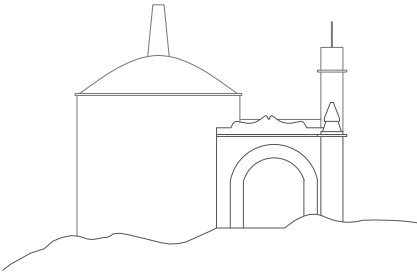
Planta



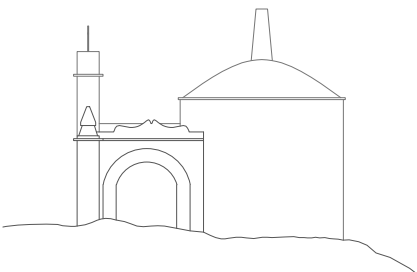
Alçado Principal



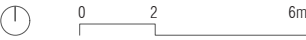
Alçado Posterior



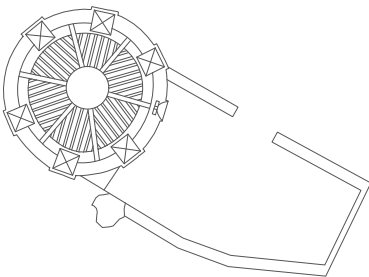
Alçado Lateral Esquerdo



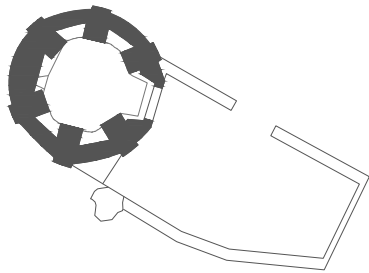
Alçado Lateral Direito



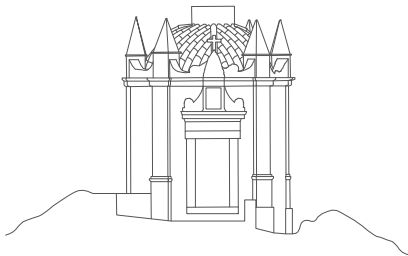
Anexo 12. Ermida de São Lourenço dos Olivais, levantamento esquemático.
Elaborado pela autora.



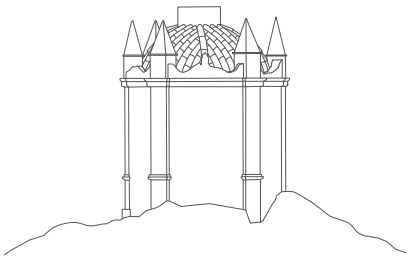
Planta de Cobertura



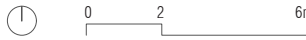
Planta



Alçado Principal



Alçado Posterior



Anexo 13. Ermida de São Pedro, levantamento esquemático.
Adaptado de Câmara Municipal de Portel.

